DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ICÉM

Conforme Lei Municipal nº 2.005, de 14 de maio de 2018

www.icem.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/icem

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Licitações e Contratos 2
Homologação / Adjudicação 2
Extrato 2
Decisão do Prefeito 3
Concursos Públicos/Processos Seletivos 4
Convocação 4

Poder Legislativo 7
Atos Legislativos 7
Atos 7
Licitações e Contratos 119
Aviso de Contratação Direta 119

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Icém, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Icém poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.icem.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/icem
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Icém
CNPJ 45.726.742/0001-37
Rua Prefeito João Ribeiro da Silveira, 550
Telefone: (17) 3282-9111
Site: www.icem.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/icem

Câmara Municipal de Icém
CNPJ 51.349.975/0001-60
Rua Simpliciano Custódio da Silveira, 550
Telefone: (17) 3282-2135
Site: www.camaraicem.sp.gov.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Icém garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.icem.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/icem

PODER EXECUTIVO

Licitações e Contratos

Homologação / Adjudicação

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026

APARECIDA SALISSO, Prefeita do Município de Icém, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** o resultado da licitação Concorrência Eletrônica nº 001/2026, que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada para a realização de ampliação da EMEF Maria Rezende de Morais, com construção de 02 (duas) salas de aula e 01 (um) depósito, com o fornecimento de toda mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários, de acordo com o convênio nº 100349/2026 com o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Governo e Relações Institucionais,** realizado no dia 08 de maio de 2026, às 08h30min, que teve como vencedora a empresa **BUENO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO MIRASSOL LTDA-CNPJ nº 40.911.910/0001-40** – Valor Total da Contratação **R$ 390.000,00** (trezentos e noventa mil reais).

Prefeitura do Município de Icém/SP, 29 de maio de 2026.

APARECIDA SALISSO
Prefeita Municipal

.....

Extrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

CONTRATO: 18/05/2026; **CONTRATANTE**: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ICÉM; **PROCESSO**: nº 029/2026; **PREGÃO ELETRÔNICO:** nº 010/2026; **OBJETO**: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço como orientadores sociais para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos no CRAS — Centro de Referência da Assistência Social, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no anexo - I – Termo de Referência**; CONTRATADAS: **13.483.647 THIAGO FRAIZ DE SOUZA-ME – CNPJ nº 13.483.647/0001-63** – Itens: **1** – Valor Total Item R$ 15.576,00; **3** – Valor Total Item R$ 14.952,00, Valor Total da Contratação **R$ 30.528,00 (CONTRATO Nº 028/2026); LEAO & KOURANI SERVICOS, ASSESSORIA E CONSULTORIAESPECIALIZADA LTDA-ME – CNPJ nº 39.495.628/0001-40** – Item: **2** – Valor Total Item R$ 20.987,88, Valor Total da Contratação **R$ 20.987,88 (CONTRATO Nº 029/2026)**; **PRAZO DO CONTRATO**: 12 (doze) meses; **MODALIDADE**: Pregão Eletrônico; **APARECIDA SALISSO -** Prefeita Municipal.

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM/SP
ESTADO DE SÃO PAULO | CNPJ: 45.726.742/0001-37

DECISÃO

REF.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de ampliação da EMEF Maria Rezende de Morais, com construção de 02 (duas) salas de aula e 01 (um) depósito, com o fornecimento de toda mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários, de acordo com o convênio nº 100349/2026 com o Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Governo e Relações Institucionais, conforme anexos ao edital.

Assunto: Julgamento de Recurso Administrativo

1. Considerando as razões de fato e de direito expostas pelo procurador do Município e pelo Agente de Contratação em suas manifestações a qual acolho, **conheço** do recurso interposto pela empresa **R. AMADEU LIMPEZAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM EPP - CNPJ/MF sob n.º 10.546.559/0001-75,** para no mérito **negar-lhe provimento**, mantendo a r. decisão de inabilitação da empresa recorrente, e mantendo a empresa **BUENO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO MIRASSOL LTDA–CNPJ nº 40.911.910/0001-40** como vencedora, dando andamento no certame.

2. Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão nos meios de Imprensa Oficial Eletrônica e demais notificações que, por ventura, se fizer necessário, para a devida ciência a todos os participantes.

Icém/SP, 29 de maio de 2026.

Aparecida Salisso
Prefeita Municipal

(17) 3282-9090 contato@icem.sp.gov.br @prefeitura.icem
R. Prefeito João Ribeiro da Silveira, 550 | CENTRO | CEP: 15460-013

Concursos Públicos/Processos Seletivos

Convocação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM/SP
ESTADO DE SÃO PAULO | CNPJ: 45.726.742/0001-37

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO(S) APROVADO(S) E CLASSIFICADO(S) NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS - EDITAL N° 001/2025.

APARECIDA SALISSO, Prefeita do Município de Icém, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo em vista o disposto no item 11 e seus respectivos sub itens do edital de abertura de inscrições do processo seletivo n° 001/2025 diante da lista do(s) candidato(s) aprovado(s) e classificado(s) para a(s) vaga(s) de emprego(s) público desta Prefeitura.

Resolve:

I)- Convocar o(s) candidato(s) aprovado(s) e classificado(s) para o preenchimento da(s) vaga(s) do(s) emprego(s) público(s) adiante relacionamento(s), a comparecer(em) junto a Seção de Recursos Humanos desta Prefeitura, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis contados da publicação deste edital, das 9:00 às 11:00h, e das 13:00 às 16:00h, para a seguinte finalidade: a) optar pelo interesse na vaga a que foi aprovado e classificado; b) apresentar os documentos pessoais e complementares exigidos no Edital de Abertura de Inscrições do Processo Seletivo n° 001/2025, edital n° 001/2025;

II)- 0(s) candidato(s) que fica(m) convocado(s) a comparecer(em) dentro do prazo e horários estabelecidos para ocupação da(s) respectiva(s) vaga(s) aberta(s) e que deverão ser preenchidas, são os que estão em anexo, neste edital.

11. DA ADMISSÃO DAS FUNÇÕES ATIVIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

11.1. A admissão dos classificados ocorrerá nas formas estabelecidas pelo regime CLT.

11.2. A admissão dos candidatos classificados, será de acordo com as necessidades da Administração Municipal, obedecerá rigorosamente a ordem de classificação final e o cumprimento imediato por parte do candidato, das condições dispostas neste Edital e seus Anexos.

11.3. A classificação no Processo Seletivo de Provas e Títulos não gera direitos a admissão.

11.4. A convocação dos candidatos classificados será realizada por meio de comunicado de convocação publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Icem, redes sociais e na Divisão Municipal de Educação -DIME.

(17) 3282-9090 contato@icem.sp.gov.br @prefeitura.icem
R. Prefeito João Ribeiro da Silveira, 550 | CENTRO | CEP: 15460-013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM/SP
ESTADO DE SÃO PAULO | CNPJ: 45.726.742/0001-37

11.5. Os candidatos classificados, quando convocados, serão submetidos aos exames pré-admissionais para avaliação de suas condições físicas, biológicas, psicológicas e mentais.

11.6. Os exames pré-admissionais constantes no item anterior são de caráter eliminatório.

11.7. No caso de desistência do candidato selecionado, quando convocado para uma Função Atividade, o fato será formalizado por ele por meio de Termo de Desistência

11.8. 0 não comparecimento, quando convocado, implicará em sua exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo de Provas e Títulos.

Assim, para o conhecimento dos convocados é expedido o presente Edital que vai afixado no mural desta Prefeitura em local de costume. Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Icem, 29 de maio de 2026.

APARECIDA SALISSO
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra, afixado no mural desta Prefeitura em local de costume, seguido de publicação no Diário Oficial Eletrônico de Icem.

JOÃO ROMERO NETO
Coordenador de Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM/SP
ESTADO DE SÃO PAULO | CNPJ: 45.726.742/0001-37

ANEXO

Para o emprego de: **MONITOR**

CANDIDATO	DATA DE NASC.	CLASSIFICAÇÃO
PATRICIA GUEDES DOS SANTOS	04/06/1996	25º
RAFAELA DE ALMEIDA SANTOS	17/04/1998	26º

Para o emprego de: **PSICÓLOGO**

CANDIDATO	DATA DE NASC.	CLASSIFICAÇÃO
TAINÁ CARLONE HONÓRIO	22/02/2001	9º

APARECIDA SALISSO
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

ATA 0012/2026
1ª OITIVA DA CEI, EM 11/05/26 - 11/05/2026

Ata da Audiência de Oitiva referente ao Processo Administrativo Nº 01/2026, realizada pela Comissão Especial de Inquérito, as 14h00 do dia 11 de maio de 2026, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Icém/SP.

Aos onze dias do mês de maio, as quatorze horas, no plenário Antônio Eustáchio da Silveira da Câmara Municipal, sita à Avenida Simpliciano Custódio da Silveira, 521, centro, nesta cidade de Icém/SP, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Inquérito responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2026, ora em tramitação nesta Casa. A audiência foi instaurada sob a presidência do Vereador Jorge Paulo de Oliveira, Presidente, com a presença dos Vereadores Danilo Félix de Miranda, membro-relator e Luzia Martins Malheiro, membro. Esclareço que a Audiência teve início as 14h00, ouvindo a primeira testemunha, intimada para prestar esclarecimentos sobre a matéria nesse horário, Srª Rosangela Fernandes da Silva. Isto feito, usou o palavra a Presidente da Comissão, fazendo a seguinte manifestação: "Hoje, dia 11 de maio de 2026, com início às 14 horas, dou por aberta a audiência para a primeira oitiva da Comissão Especial de Inquérito, responsável pelo processo administrativo número 01/2026 e assim o faço sob a proteção de Deus. Inicialmente, essa comissão especial de inquérito, por meio dos seus vereadores integrantes, agradece a presença e a colaboração na busca da verdade a respeito dos fatos certos e determinados relacionados à prestação de serviços médicos no âmbito da rede municipal de saúde. Notadamente, quanto à execução e a rescisão do contrato firmado com a empresa CMT, SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, bem como eventuais irregularidades administrativas correlatas. Antes de iniciarmos sua oitiva, cumpre a essa comissão especial prestar as seguintes advertências. A respeito da presente audiência realizada hoje, dia 11/05/2026, às 14h, nesse plenário da Câmara Municipal de Icém, conforme também consta no termo de advertência e compromisso das testemunhas, que foi entregue e assinado pelos senhores, nos termos dos artigos 203, 206 e 211 do Código de Processo Penal aplicáveis subsidiariamente ao caso. As pessoas intimadas para essa oitiva serão ouvidas na qualidade de testemunhas e, por isso, devem dizer a verdade sobre os fatos de que tenha conhecimento ou que lhes forem perguntado sobre pena de incorrer no crime de falso testemunho, com pena de reclusão de três a oito anos e multa conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será prestado oralmente, sendo agravado em áudio visual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara Municipal, para posteriormente ser transcrito em ata, ou seja, reduzido ao termo. Caso algum de vocês sejam conjugue, companheiro, ascendente, descendente ou irmão da denunciada, da senhora Aparecida Salisso, poderá recusar-se a depor, conforme assegura a legislação. Os senhores devem relatar apenas fatos que presenciaram ou tenha conhecimento direto, evitando opiniões pessoais ou suposições, salvo quando expressamente questionados pela Comissão Especial de Inquérito. Caso não compreenda alguma pergunta, poderão solicitar esclarecimento antes de responder. É assegurado o direito de serem tratados com respeito e

dignidade durante toda a oitiva. Dito isso, a Comissão Processante dará início às perguntas. Concedo a palavra ao membro relator. Vamos convidar agora a primeira testemunha, a senhora Rosângela Fernandes da Silva. Concedo a palavra ao membro relator para que dá início aos seus questionamentos. Usou a palavra o Vereador Danilo assim perguntando: "Rosângela, primeiramente, boa tarde. Eu gostaria de saber qual foi o critério adotado para a elaboração do termo de referência do pregão eletrônico 046/2025. Ela respondeu: " Eu, quando entrei como Diretora, já estava esse edital, então assim, eu não tenho conhecimento". Novamente o Vereador Danilo com a palavra: "A senhora não teve conhecimento do termo de referência, só que lá consta a assinatura da senhora. A senhora assinou esse termo. Então, durante esse processo, quem dos procuradores jurídicos lhe deu o auxílio? Quem foi a pessoa com a qual a senhora tratava diretamente sobre esse termo de referência? Srª Rosangela respondeu: "Na época, eu entrei em junho, quando fui admitida, eu fui a terceira Diretora de Saúde e esse processo já vinha em andamento. Com quem, na verdade, diretamente tratava, a gente tratava geralmente com a Prefeita. A Prefeita e a Senhora Eli, que é a chefe de governo. Perguntou o Vereador Danilo: " A senhora recebeu orientação de superiores ou de alguém da prefeitura para autorização de pagamentos via RPA, caso a licitação fosse rescindida de forma unilateral? Ela respondeu : " Não". Outra pergunta feita pelo relator: " Após a assinatura do contrato, quem foi designado pela Prefeita para fazer a comunicação direta com a EMPRESA CMT SERVIÇOS MÉDICOS? Ou seja, quem foi a pessoa que ficou em contato com a equipe da CMT? Quem a Prefeita designou? Ela respondeu: "A partir da abertura da licitação, da contratação da empresa, diretamente eu dei a ordem de serviço. juntamente com o Diretor Clínico do município, que era o doutor Lucas Campos, que tratava a respeito dos médicos, juntamente com a empresa". Perguntou o relator: "Então, a senhora afirma que o Doutor Lucas Campos sempre entrava em contato com a empresa, com escala de médicos, notificações, ele que era a ponte principal dessa licitação, quando a senhora assinou o contrato? Srª Rosangela respondeu: "Na verdade, ele ficava o responsável pelos médicos, pelas escalas, juntamente com a empresa. As notificações eram feitas por mim e pela senhora Eli, juntamente com a Prefeita. Nós que fizemos as notificações extrajudiciais. Outra pergunta feita pelo relator: "A senhora mencionou que a Eli mais a Prefeita faziam as notificações. E as fiscais de contrato, não fizeram nada nesse período? Ela respondeu que não. O relator perguntou: Não? E ela respondeu: " Não". Novamente o relator indagou: "Quando começaram a surgir os problemas relacionados ao contrato da empresa CMT, para qual procurador jurídico ou advogado a senhora encaminhou as demandas e pedidos de orientações? Ela respondeu: "Para nenhum deles. Enviava para a empresa a notificação, que era feita juntamente lá na Secretaria de Saúde, com a Eli, eu participava, Doutor Lucas e encaminhávamos diretamente para a empresa. Questionou o Vereador Danilo: "Nesse período que a senhora esteve, houve alguma interferência do senhor Ronaldo, do advogado Ronaldo Trombini? A senhora teve alguma reunião com ele também, no gabinete da Prefeita, nos meses de dezembro? Ela respondeu : " Sim, nós tivemos uma reunião no início de janeiro, na verdade, porque foi dado a ordem de serviço em dezembro para a empresa. E no início de janeiro, como a gente já estava com várias notificações para, no caso, encerrar o contrato, restringir o contrato, foi feita uma reunião com o advogado da Prefeita. pra eu passar o caso pra ele entender, porque também ele foi admitido recentemente nesse período. Ele foi admitido acho que em dezembro ou janeiro, eu participei de uma reunião só pra apresentar pra ele o que estava acontecendo com a empresa". Disse o Vereador Danilo: "Tenho conhecimento, de que nessa época não tinha ainda nenhum contrato com esse advogado. Então eu gostaria que constasse também aí na ATA. A senhora solicitou exoneração do cargo de Diretora Municipal de Saúde por algum motivo relacionado às pressões ou preocupações envolvendo este contrato, especialmente diante de possíveis irregularidades apontadas? Houve

receio quanto às eventuais responsabilidades futuras? A senhora tinha medo desse contrato, de que algo, se tivesse algum problema, caísse sobre a senhora? Ela respondeu: "Sim, eu pedi exoneração por um problema pessoal e também eu posso dizer por um problema profissional. Porque eu sou funcionária, à 17 anos, sou enfermeira e assumi a Diretoria. Então, realmente, é uma preocupação que como profissional, a gente preza pelo nosso nome. Então, também é um dos motivos que nos deixa essa preocupação". Perguntou o Sr. Danilo: " A senhora acredita que elas participaram? Ela respondeu: " Sim" . Continuando questionou o Membro Relator: "A senhora teve autonomia para questionamentos, para alterar ou discordar das decisões desse termo de referência? Srª Rosangela respondeu: " Não". O Relator perguntou: " Nenhuma autonomia? Ela respondeu: " Não". Novamente perguntou o Relator: " Nenhuma autonomia? Nenhuma autonomia? Quem eram as pessoas que participavam de todas as reuniões, quanto na sua sala, quanto no gabinete, referente a esse contrato? Respondeu a Srª Rosangela: " Olha, as reuniões que eu participei, geralmente é com a chefe do Executivo, a nossa Prefeita, a chefe de governo, a Eli, o Doutor Lucas, que era o Diretor Clínico, Algumas vezes com a Natália, que era a fiscal de contrato, na verdade eu era gestora de contrato, como Diretora eu fazia a função de gestora também do contrato. E a Natália algumas vezes participou, se eu não me engano, uma vez como fiscal de contrato. De novo o Vereador Danilo questionou: " Rosângela, sobre o Doutor Lucas, qual era a função dele na unidade básica de saúde quando você esteve lá. O que era que ele fazia ali? Me fala pra mim um pouco, por gentileza. Ela respondeu: " Ele é um médico contratado e ele ficava como Diretor Técnico. Ele que ficava por conta dos médicos, intermediando juntamente com a empresa, através das escalas, principalmente no pronto-atendimento. Perguntou o Relator: "Ele recebia da empresa ou da Prefeitura? Ela respondeu: "Da empresa. Ele é contratado terceirizado". Disse o relator: "Ele é um médico tercerizado. Então ele dá plantão, ele é um médico regulador e ainda participou de todo esse processo licitatório? A senhora acredita que é dessa forma que eu estou mencionando? Ela respondeu: "Sim". Disse o relator: "Quais inconsistências ou falhas foram identificadas durante a chegada e atuação dos médicos contratados. Em relação ao contrato, há uma cláusula que permite a atuação de profissionais sem especialização médica, título reconhecido, sendo apenas para aceitar a pós-graduação. Se sim, qual foi o fundamento técnico e legal para essa previsão? Respondeu a Srª Rosangela: " Então, o edital ficou um pouco confuso. A gente percebeu que, quando foi para a contratação dos médicos, uns entendiam que era uma exigência, especialidade, ter o título médico, e outros já entendiam que não, que poderia ser o título de especialista". Perguntou o Relator: " Rosângela, para encerrar, a senhora acredita que conforme houve a assinatura da senhora no termo de referência, foi a senhora Eliane que elaborou esse termo de referência? Ela respondeu: "Olha, o termo de referência, ele foi já elaborado anteriormente, e eu acredito que realmente quem participou foi a chefe do Executivo, juntamente com os ex-Diretores e a senhora Eli. Perguntou o relator: "A empresa que estava vigente era uma empresa boa, nunca deu nenhum problema, a que estava vigente? Ela disse: "sim". Em seguida o Relator encerrou os seus questionamentos. Usou a palavra o presidente da Comissão, Vereador Jorge Paulo de Oliveira assim questionando : Será rápido, apenas quatro perguntinhas, só para tirar mais algumas dúvidas. A senhora não participou da construção do edital, nem do termo de referência desse contrato dessa empresa denunciada? Ela respondeu que não. Outra pergunta feita pelo presidente da Comissão: " Existem na saúde os chefes de contrato. Teve alguma reunião que a senhora participou de qualificação ou de capacitação para orientar esses chefes de contrato? Ela respondeu: " Não". Outra pergunta: "Me fale a data do início e data de saída da senhora como Diretora da Saúde. Ela respondeu: "entrei em 6 de agosto de 2025 e sai em 6 de janeiro/2026".Perguntou o Presidente: Nesse período em que a senhora esteve como Diretora, teve algum tempo, algum período que teve médicos

contratados por RPA? Ela respondeu: " Sim". Em seguida questionou o Presidente: " A senhora teve conhecimento ao relatório de apontamento do Doutor Lucas e da Doutora Júlia Zerati? Ela respondeu: "Não". Perguntou o Presidente: " No período que a senhora esteve presente, da parte da senhora, teve alguma notificação falando para o Executivo, para o Departamento Jurídico, para o Chefe de gabinete, que estava tendo alguma reunião com vereadores, que estava tendo dificuldade com a empresa que estava prestando serviço? Respondeu a Srª Rosangela: " Sim, tivemos várias reuniões. Principalmente a partir do momento que deu a ordem de serviço. Disse o Presidente: "Para mim, está tudo ok. Não havendo mais perguntas para testemunho, nós agradecemos a sua colaboração, dona Rosângela, e damos por cerrado a sua participação. Ato contínuo, as 14h30m, o Sr. Presidente convidou a Sr. Kelly Negrini de Souza para se adentrar ao Plenário e dar sequência aos questionamentos: Disse o Presidente: " Antes de iniciarmos a sua oitiva, cumpre a essa Comissão prestar as seguintes advertências a respeito da presente audiência que está sendo realizada hoje, neste plenário da Câmara Municipal de Icém, e conforme consta no termo de advertência e compromisso de testemunha. A senhora assinou? Ela respondeu: " Sim, assinei". Em seguida, usou a palavra o relator da Comissão assim questionando: "A senhora se recorda em que data foi designada a fiscal do contrato de prestação de serviços médicos? Ela respondeu: "Na verdade, eu não recordo dessa data, porque o convite não foi feito para isso. Disse o relator: "O convite não foi feito para esse contrato? Disse a Srª Kelly: "Quando a Dona Eli, chefe de gabinete, me ligou, ela me pediu que eu fosse fiscal de contrato da parte do almoxarifado e não da parte de contratação médica. Eu nem sabia que eu fazia parte de fiscal de contratação de médico, mas sim como fiscal de almoxarifado, para ver as medicações que chegasse, para eu poder estar conferindo com as notas fiscais, se estava vindo tudo certo ou se estava vindo errado. Com a palavra o relator, perguntando: " Mas nesse contrato médico, consta a assinatura da senhora como fiscal de contrato? Srª Kelly respondeu: " Não, eu nunca assinei nenhum papel". Não assinou nada, perguntou o relator. Ela respondeu que não. O relator perguntou: " Mas a senhora não foi nem nomeada como fiscal desse contrato? Ela respondeu: " Desse contrato médico, não, nem sabia dessa existência. O relator indagou:"A senhora recebeu a cópia integral do contrato e do termo de referência que assumiu a sua função? Ela respondeu: " Não recebi nada". O relator tornou a indagar : " Nem do contrato médico, nem do contrato"? Respondeu a srª Kely: "Nem do contrato médico, nem explicação do que era o papel de um fiscal de contrato". Perguntou o relator: "Quem lhe convidou para ser fiscal deste contrato? Respondeu a Srª Kelly: " A senhora Eli".Perguntou o relator: "A senhora possui formação técnica ou capacitação específica em fiscalizar contratos públicos? Ela respondeu: "Não". Outra pergunta feita pelo relator: " Existia acompanhamento direto do setor jurídico durante a execução do contrato? Ela respondeu: "Não" Próxima pergunta do relator: " A senhora não participou de nenhuma reunião junto com a Diretora de Saúde, Rosângela Fernandes? Ela respondeu: " Participamos de uma reunião". Referente a que, perguntou o relator. Ela respondeu: " Quando foi em janeiro, como citado, a Rosângela citou agora há pouco, teve uma reunião no gabinete com a Sra. Eli, mais o advogado da Prefeita, para expor a situação a respeito dos médicos. Foi a única reunião que eu participei. Foi quando descobri que eu era o fiscal de contrato de médico". O relator perguntou: "A senhora descobriu nesse momento que era fiscal do contrato de médico. A senhora exerce cargo de comissão na prefeitura, é isso? Ela respondeu: "Sou comissionada". Novamente o relator perguntando: " Quando surgiam dúvidas sobre o contrato, quem era a pessoa que orientava a senhora? Ela respondeu: "A mim, ninguém ".Ele indagou: " Ninguém? Ela respondeu: "Não". O relator indagou: " As orientações eram escritas ou verbais? Ela respondeu: " Que orientações? Outra pergunta feita pelo relator:"A senhora notificou formalmente a empresa em algum momento? Ela respondeu: "Não". Perguntou a relator: "A senhora não

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

participou de nenhuma reunião sobre a possível rescisão do contrato de forma unilateral? Ou seja, quando foi para rescindir o contrato com a empresa, a senhora não estava presente? Srª Kelly respondeu: Nessa reunião de janeiro. Perguntou o relator: "O que foi falado nessa reunião? Pode falar um pouquinho para nós? Disse a srª Kelly: "O que eu me recordo foi citado, que ia fazer, notificar a empresa pelas faltas que os médicos estavam correndo com o município, de não estarem vindo trabalhar". Disse o relator: "E a senhora, como trabalha ali dentro, a empresa teve um período de defesa para rescindir de forma unilateral ou não? Ela respondeu: "O que eu me recordo, não". Disse o relator: Então a Prefeita foi, deu a canetada, eu rescindo o contrato, a senhora acredita? Ela respondeu: "eu não posso falar porque eu não estava presente nas reuniões". Perguntou o Relator: "Me fala como a senhora conhece, o que o Doutor Lucas faz dentro da Unidade Básica da Saúde"? Ela respondeu : "Ele é um médico clínico, trabalha como médico clínico e como diretor clínico também dos médicos. Ele que fazia a contratação de alguns médicos, porque ele ficava ajudando na administração do hospital. Disse o Relator: "Ele fazia a contratação de alguns médicos. Ele contratava os médicos, mas aí já tinha a licitação. Então, ele interferia também? Ele que ajudava nessa licitação? A Srª Kely respondeu: " Eu creio que sim, que ele estava lá ajudando também. Perguntou o relator: " E ele recebe da empresa? Disse ela: " Eu não sei". Outra pergunta do relator: " A senhora consegue me afirmar que tinha autonomia real para fiscalizar este contrato e apontar as irregularidades sem sofrer interferências da chefe do executivo e da Diretora Municipal de Administração? Respondeu a Srª Kely: "Eu nunca tive autonomia para nada. O Relator encerrou suas perguntas e a palavra voltou para o Presidente da Comissão, que iniciou os seus questionamentos: Ele perguntou: Kelly, você recorda, você sabe me dizer quando você foi convidada a ser chefe de contrato da saúde? Ela respondeu: Vereador Jorge, eu não me recordo, porque eu estava em casa, num período de descanso, eu recebi um telefonema da senhora Eli, falando para mim se eu não poderia ser fiscal de contrato referente ao almoxarifado, para ver as entregas de mercadorias, no caso, as medicações, porque a senhora Tatiana Guimarães tinha se recusado o convite. A Srª Eli disse que precisava de uma pessoa para poder começar a fazer as licitações, para poder dar andamento. Eu, como contratada pela Prefeitura resolvi aceitar o contrato para poder agilizar o processo, mas eu não recordo da data". Novamente o Presidente perguntando: "Quando você foi convidada por telefone pela senhora Eli, ela falou para você o que era ser chefe de contratos? Que era só medicamentos, ou também tinha o trabalho da empresa dos médicos? Srª Kely respondeu: " Não, ela me falou que era para ser fiscal, na verdade, era para ser técnica de fiscal de contrato de medicamentos lá do almoxarifado, do setor almoxarifado, e não de contratação médica e de outros fins". O Presidente perguntou: "Teve alguma reunião para você e para a outra chefe de contrato, de capacitação, de orientação? E qual era a função? Ela respondeu: "Não". Disse o Presidente "Estou satisfeito. Não havendo mais perguntas para a testemunha, nós agradecemos a colaboração e damos por encerrada sua participação. Muito obrigado . Neste momento houve uma pergunta advinda do Plenário, de um munícipe denominado Milton, perguntando se ele poderia fazer um requerimento a respeito da matéria tratada. Respondeu o Presidente dizendo: "Senhor Milton durante a oitiva, não. O senhor pode fazer um requerimento, porque a gente tem hoje, tem amanhã, tem quinta. Nós temos três dias de oitiva. O senhor pode fazer um requerimento por escrito e caminhar para a Comissão. Senhor Milton, deixa eu fazer uma colocação para o senhor. Nós estamos aqui agora, nesse momento, fazendo uma oitiva que tem horário, elas vão sair, tem mais pessoas chegando, pois este é o primeiro dia de oitiva da CI, sobre o contrato dos médicos. A respeito ao seu requerimento, que o senhor mandou para o Executivo, não foi respondido lá no Executivo, é uma coisa. Agora, para o senhor participar, fazer perguntas ou querer dar uma sugestão na Comissão, o senhor pode fazer um requerimento aqui na Câmara, protocolar com a nossa

(17) 3282-2135 camaraicem@hotmail.com ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

secretária, pois temos esses dias, a gente vai, junto com a Comissão, analisar certinho com o jurídico e dar o retorno para o senhor. Dito isso o Presidente suspendeu a audiência até o horário da próxima testemunha. Reiniciando os trabalhos, o Sr. Presidente assim se manifestou: "Estamos reiniciando a oitiva, que começou às 14 horas da Comissão Especial de Inquérito, responsável pelo processo administrativo nº 01 /2026. Quero convidar agora a funcionária, Natália Xavier." Continuou dizendo: " Inicialmente, essa comissão especial de inquérito, por meio dos seus vereadores integrantes, agradece a sua presença e colaboração na busca da verdade e do respeito de fatos certos e determinados relacionados à prestação de serviços médicos no âmbito da rede municipal de saúde. Notadamente, quanto à execução e a rescisão do contrato firmado com a empresa Serviços Médicos Limitados, bem como eventuais irregularidades administrativas correlatas. Antes de iniciar a sua oitiva, cumpre a essa comissão especial prestar as seguintes advertências. A respeito da presente audiência realizada hoje, com início às 14 horas, a senhora está marcada para as 15 horas, aqui no plenário da Câmara Municipal, conforme também consta no termo de advertência e compromisso da testemunha. A senhora assinou? Ela respondeu dizendo : "Assinei". Disse o Presidente: "Esse Termo foi entregue e assinado pelas testemunhas , nos termos dos artigos 203, 206, 211 do Código Processo Penal, aplicáveis subdiariamente ao caso. Concedo agora a palavra ao membro relator para que dá início aos seus questionamentos. Usou a palavra o Relator perguntando: " A senhora confirma que exerceu a função de fiscal do contrato referente ao processo que estamos investigando? Ela respondeu: " Confirmo". O Relator perguntou: " Quem indicou a senhora para exercer essa função de fiscalização contratual? Ela respondeu: " Daniela Cortez". O Relator perguntou: Quais eram exatamente as atribuições da senhora dentro deste contrato? Ela respondeu: " Dentro do contrato era somente fiscalizar se as questões estavam sendo cumpridas ou não. Se os médicos estavam vindo, a carga horária, fiscalização do contrato em si. O relator perguntou: A senhora elaborou relatórios de fiscalização? Ela respondeu: "Sim". Novamente o Relator perguntando: Onde que eles estão anexados no processo? Ela respondeu: " Não me recordo". O Relator perguntou: Foi a senhora que fez todas as notificações à empresa contratada? Ela respondeu: " Não, sozinha não. Com o gestor de contrato e eu assinava".o Relator perguntou: E quem era esse gestor de contrato com o qual a senhora assinava junto? Quem auxiliava a senhora? Ela respondeu: " Na época foi a Rosângela. E depois, agora no final, o André". O Relator perguntou: Dr. Lucas ajudou a senhora em algum momento ou não? Ela respondeu: " Sim. Ele ajudava na elaboração do texto. O Relator perguntou: Então era ele que fazia as notificações e a senhora somente assinava? Ela respondeu: " Não, a gente junto, elaborava junto". O Relator perguntou: Então quem era que elaborava? Fala pra mim nos nomes, por favor, por gentileza, de quem que elaborava? Ela respondeu: Quem elaborava? O Relator disse: Isso, as notificações. Era a senhora ou o Doutor Lucas ou a Rosângela? Quem que era? Ela respondeu: " Não, era levantado um problema, por exemplo, hoje não foi a pediatra. Ele levantava a questão que não foi a pediatra, a gente sentava junto com o gestor, com o Diretor e colocava. Hoje não teve a falta do pediatra, não sei o quê, elaborava e a gente assinava". O Relator perguntou: A senhora ajudou na elaboração do termo de referência do certame 104/2025 dos Serviços Médicos? Ela respondeu: " Não". O Relator perguntou: A senhora em momento algum ajudou a Daniela a elaborar esse certame? Ela respondeu: " Não". O Relator perguntou: Em momento nenhum? Quem que organiza as escalas médicas durante esse certame? Quem que organizava? Ela respondeu: "Não tenho conhecimento". O Relator perguntou: Doutor Lucas ou a senhora que organizava as escalas médicas? Ela respondeu: "Eu não". O Relator perguntou: Não era a senhora? Então, mas aí quando o médico falta, quem que... Quando o médico falta, quando ele tem que vir, quem que organizava? Ela respondeu: "Comunicava o Diretor, que é o Lucas". O Relator perguntou: Doutor

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Lucas? Comunicava ele? A senhora continua como fiscal desse contrato ou a senhora pediu para sair desse contrato? Ela respondeu: Eu pedi para sair, mas não foi aceito". O Relator perguntou: Não foi aceito? A senhora fez um requerimento? Lembra da data que protocolou esse requerimento? Ela respondeu: " Não, não lembro". O Relator perguntou: Por qual motivo a senhora pediu para sair? Ela respondeu:" Eu pedi para sair porque... Ai, desculpe, eu tô nervosa". Disse o Relator: Não, pode ficar tranquila. Disse a Srª Natália: " Porque eu não tenho, é... Não sabia do cargo e da responsabilidade". O Relator perguntou: Não foi a Eliane que convidou a senhora, foi a Daniela mesmo que convidou a senhora pra fazer parte? Ela respondeu: "Foi". O Relator perguntou: " A Eliane ou a Daniela? Ela respondeu: "A Daniela. Na verdade, quando a Daniela me chamou, Ela falou que eu ia ser fiscal somente da empresa de oxigênio. Desculpa, eu fico nervosa".Disse o relator: Não, fica tranquila. Quer dar uma pausa? Vamos dar uma pausa, por favor? Tá, dá uma pausa por gentileza, o presidente autorizou. Após esta pausa, os trabalhos foram reiniciados. O Relator perguntou: Então nós paramos que quando a senhora tinha pedido para sair, foi da sua vontade pessoal e não foi aceito. A senhora me confirma, a senhora protocolou e eles não deram esse direito para a senhora para sair. A senhora tinha preocupação desse contrato caso pudesse acontecer algo, é isso? Antes da rescisão, Natália, unilateral do contrato, foi concedido algum prazo à empresa para que ela apresentasse a defesa? Ela respondeu: "Eu não me recordo". O Relator perguntou: Foi a senhora que solicitou a Chefe do Executivo a rescisão unilateral desse contrato? A senhora que chegou na Prefeita e falou, olha, está dando problemas, vamos rescindir esse contrato ou não? Ela respondeu: " Foi um conjunto, uma reunião que a gente teve". O Relator perguntou: E quem que estava nessa reunião? A senhora pode nos falar, por gentileza? Ela respondeu: " A Rosângela. a Kelly, o Lucas, um advogado, a Cidinha. Acho que são essas pessoas". O Relator perguntou: Esse advogado, a senhora sabe mencionar o nome dele? É da Procuradoria Jurídica ou é um advogado de fora que chegou agora? Ela respondeu: " É de fora". O Relator perguntou: É de fora? Natália, quando a Prefeita rescindiu o contrato, chegou em suas mãos alguma coisa que tinha feito essa rescisão? Ela respondeu: " Não". O Relator perguntou: Natália, nesse período todo que você está sendo chamada aqui, junto com os demais, a senhora Eliane, ela participou de reuniões, ela te deu orientação, ajudou você a fazer notificações ou não? Ou ela não teve nenhuma interferência nesse processo? Disse a Srª Natália: "dos médicos"? Disse o Relator: Isso, a dona Eliane, ela participou, te ajudou, ela não optou em nada, de nenhuma reunião com vocês, ou ela participou. A dona Eliane é a mulher de Brasília, com todo respeito, que ela até permitiu ser chamada assim lá no fundo social. Ela respondeu : "Não, a gente vinha protocolar no gabinete e ela estava ali, mas de orientação". O Relator perguntou: Ela não deu nenhuma orientação, nada, para vocês? Perfeito. As notificações que foram feitas à senhora, a empresa, ela respondeu? A senhora teve acesso às respostas da empresa? Ela respondeu : "Respondeu". O Relator encerrou suas perguntas e a palavra voltou para o Presidente da Comissão perguntando: Quem convidou a senhora para participar de chefe de contrato? E quando convidou, falou para a senhora que era chefe de contrato só de medicamento ou da saúde em geral? Ela respondeu: " fiscal de contrato, a Daniela, para ser da empresa de oxigênio". O Presidente perguntou: Quando convidou a senhora era só para isso? Ela respondeu: " No começo da gestão.O Presidente perguntou: Teve algum treinamento do Executivo, treinamento, reunião, capacitação, para mostrar para vocês que são chefes de contrato a importância dessa função? Ela respondeu: " Teve". Disse o Presidente: Teve? Quem participou? Ela respondeu: " Eu fui acho que umas duas vezes no CEAM. Era a Eli, Ben Hur e os representantes das pastas, os gestores e os fiscais de contrato. O Presidente perguntou: No período que... que essa empresa, a CMT, estava aqui no nosso município, quais eram as irregularidades que estavam acontecendo? Era a falta de

médicos? Tinha médico qualificado? Tem como dar algum exemplo para a gente? Ela respondeu: " Sim, médicos sem... Sem especialidade. Não vir também.Em seguida o Presidente assim se manifestou: Para mim, estou satisfeito. Nós agradecemos a sua colaboração e damos encerrado a sua oitiva. No horário da próxima oitiva os trabalhos foram reiniciados com essa palavras do Presidente: gostaria de convidar aqui na frente a senhora Daniela Cortes Gonçalves Martins. Daniela, eu vou ler um textinho aqui, que a gente sempre lê, no início, como a gente leu para as outras testemunhas, só para você ficar à par. Essa comissão de inquérito, essa comissão especial de inquérito, por meio de seus vereadores integrantes, agradece a tua presença aqui e a colaboração. A nossa finalidade é buscar a verdade e a respeito aos fatos. determinado relacionado à prestação de serviços médicos na execução e rescisão do contrato firmado com a empresa CMT Serviços Médicos Limitados, bem como eventuais irregularidades administrativas correlatas que a esse período. Antes de iniciar a sua oitiva, essa comissão especial presta as seguintes advertências a respeito à presente audiência que será realizada agora, às 15h, no plenário da Câmara Municipal de Icém, que consta no termo de advertência e compromisso da testemunha. A senhora assinou, não é? Ela respondeu: " Sim". Em seguida o Presidente passou a palavra para o Membro Relator, para que este desse início aos questionamentos. O Relator perguntou: Daniela, boa tarde. Você foi a primeira Diretora de Saúde que ocupou a pasta no início do governo. Quando a senhora assumiu, existia uma empresa já vigente, que é a Associação de Serviços de Assistência à Saúde. Esse contrato poderia ter permanecido até 2027. A empresa que já possuía esse contrato vigente com o município, ele atendeu prontamente todas as solicitações feitas pela senhora em relação a alteração de escalas, inclusão ou substituições de profissionais médicos? Ela respondeu: " Sim". O Relator perguntou: A senhora confirma que foi a responsável por dar início ao processo licitatório enquanto exercia o cargo de diretora municipal de saúde? Ela respondeu: " Não. Na verdade, o que aconteceu foi o seguinte. Quando eu entrei, haviam duas licitações de serviços médicos. Uma de pronto atendimento e uma de especialidades e clínico geral. Uma ia vencer em março e a outra em maio. Fui orientada pela equipe do jurídico da Prefeitura que não poderia mais ser prorrogado esse contrato e que deveria fazer uma nova licitação. Comuniquei à Prefeita sobre essa nova licitação que deveria ser realizada e ela me pediu que aguardasse porque elas queriam fazer um novo jeito de contratação de médicos através de credenciamento. Então, nós ficamos nesse período aguardando. Quando deu uma semana que ia acabar o contrato da empresa que estava licitada com a gente, nós fizemos uma reunião na sala do jurídico E perguntamos, vai fazer o credenciamento, não vai fazer, porque já comecei a ficar apreensiva, porque nós íamos ficar sem médicos, porque não ia ter a renovação e também não dava tempo de fazer uma licitação em uma semana. Foi quando foi optado a fazer um processo de urgência de contratação dos médicos por 60 dias para que houvesse o tempo de montar a licitação. Até na primeira audiência pública, eu me recordo, acho que você ou a Renata perguntou para mim sobre esse processo de dispensa. E aí até a Doutora Tatiana ajudou a responder na época, teve o aval legal do jurídico da Prefeitura. Tudo que foi construído na minha época, tudo a gente perguntava para o jurídico. Perguntou o Relator: Quando a senhora iniciou esse processo licitatório, em termos de referência, a elaboração, a Prefeita participou das decisões também? Ela respondeu: " Na verdade, a elaboração do meu processo de dispensa de emergencial foi feita pelo Alain Toledo. Eu utilizei as mesmas cargas horárias que havia da outra licitação anterior, junto com a Tatiana, advogada da Prefeitura. O Relator perguntou: Esse processo de dispensa emergencial foi feito para todos os médicos que estavam ali atuando? Ela respondeu: " Sim, sim. O Relator perguntou: Separadamente para todos? Ela respondeu: " Sim, sim. Para manter no quadro que estava, para que a população não sofresse nenhum impacto por esses 60 dias, até que se fizesse uma licitação. O Relator perguntou: Daniela, no período

que você estava, qual que era a função do Dr. Lucas dentro da Unidade Básica de Saúde? Ela respondeu: "Quando eu entrei, já foi direcionado a ele, a pedido da administração, que ele fosse o Diretor Técnico da Saúde. Escolhido pela administração. O Relator perguntou: A senhora recebeu orientações superiores, assessores jurídicos, servidores da prefeitura ou terceiros para alterar alguma cáusula no edital? Teve alguma interferência de alguém? Ela respondeu: "Não". O Relator perguntou: Em algum momento a senhora verificou que constava falhas nesse termo de referência e foi pedir ajuda para alguém? Ela respondeu: " Sim, até teve algum contrato que teve erro de carga horária, foi corrigido. O valor também foi corrigido. A Leia me ajudou a montar também, na época, por que a Leia já auxiliava em outra empresa, então ela já sabia mais ou menos como trabalhava. Só que esse processo foi realizado, lembrando que foi no prazo emergencial, de 30 a 60 dias, para que desse início à montagem da licitação.Disse o Relator: E, nesse prazo, estendeu um pouquinho a mais. Daniela respondeu: Estendeu, só que eu já não era mais Diretora. O Relator perguntou: Você não era mais Diretora? Ela respondeu: Não. Aí a parte da licitação passou para o Celso. O Relator perguntou: Então, a senhora Eliane participou das discussões, na formação desse processo? Ela respondeu: Sim, nessa reunião do jurídico estava a Cidinha e estava a Eliane também. O Relator perguntou: Os orçamentos apresentados das dispensas, eles eram empregues em suas mãos ou diretamente ao setor de compras? Ou seja, os médicos tinham que empregar o orçamento para você ou ao setor de compras? Ela disse:" Você fala o orçamento que eles iam cobrar? Disse o Relator: Isso, de dispensa, isso. Era diretamente com eles aqui embaixo? Ela respondeu: " Aqui embaixo, tudo isso aqui embaixo. O Relator perguntou: Daniela, a senhora tinha, quando esteve como Diretora, teve autonomia para executar todas as suas atribuições? Ela respondeu: " Não". O Relator perguntou: A senhora pediu, me desculpa, para sair do cargo com preocupação, com medo desse processo, algo referente? Ela respondeu: "Na verdade, como não batia aquilo que foi conversado com aquilo que estava acontecendo, e eu por ser funcionária pública, eu preferi sair para manter a minha integridade como profissional no município". Não havendo mais perguntas do Relator, a palavra voltou ao Presidente para os seus questionamentos, que iniciou assim dizendo: Senhora Daniela, o início que a senhora começou como Diretora de Saúde, qual que é a data? Ela respondeu: "1º de janeiro de 2025". Perguntou o Presidente: Fim? Ela respondeu: "Nossa, agora você me pegou, Jorge, não sei. Mas eu lembro que eu fiz a exoneração, mas aí, devido ao tempo que levou para achar outro diretor, demorou-se para assinar a minha exoneração. Parece que deu baixo na minha exoneração em junho. mas eu já não estava mais no cargo. Disse o Presidente: A maioria das perguntas que o relator fez aqui a você, tirou quase todas as dúvidas, só para tirar uma aqui. Quando foi construir o edital, o que o município precisava, a quantidade de médicos, você construiu sozinha? Tinha autonomia do Executivo, da Prefeita? Ela respondeu: "do processo de dispensa, a gente, na verdade, foi o que eu falei aqui, a gente manteve o que tinha do mandato anterior, da licitação anterior. Mas para o processo de licitação da nova empresa que assumiu, não, eu não ajudei em nada, eu não montei em nada. Perguntou o Presidente : Da dispensa? Ela respondeu: Da dispensa. Ele indagou: Você participou? Ela respondeu: Sim, sim. O Presidente perguntou Quem tomava conta da carga horária? E quem fez a quantidade quantitativa do médico para contratar os médicos? Eu preciso de sete médicos. Quem foi? Foi a senhora? Ela respondeu: É isso que eu estou falando. A gente manteve o que estava. Para não ter o prejuízo, porque eu tinha uma semana para montar esse processo de dispensa, para não ficar sem os médicos. Então, a gente manteve a mesma carga horária que estava no anterior. Disse o Presidente: Só para nós entendermos, para ficar um modo mais fácil. Responde a Srª Daniela: Sim. Mas fui eu que entreguei. Perguntou o Presidente: Você entregou... Da carga horária do processo de dispensa? Ela respondeu: "fui eu. Junto com o Alain". O Presidente perguntou:

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Para quem? Ela respondeu: Para o Alain e para a Tatiane. Fomos nós três que montamos. Disse o Presidente: E depois? Ela respondeu: "acho que vai para a Prefeita, deferir, e para o pessoal de licitação. Perguntou o Presidente: No seu período que teve essa dispensa, quem conferia a carga horária, a frequência dos médicos? Ela respondeu que eram prestadas à Leia Oliveira. Perguntou o Presidente: Durante esse período que você teve à frente da pasta, você reunia com o Executivo e com a Dona Eli? Ela respondeu: " Sim, sim". O Presidente perguntou: Discutiam sobre, a licitação dos médicos? Ela respondeu: " Sim, sim. Tudo que eu fiz no meu período, eu passava tudo, tanto para o Executivo, quanto para o jurídico. Porque eu não entendia muita coisa de Diretora de Saúde, então a gente queria fazer as coisas tudo certo, então eu procurava os meios para me orientar. O Presidente perguntou: No período da dispensa, os médicos, as pessoas. Quem indicou? Ela respondeu: Foram mantidos os mesmos que estavam. Disse o Presidente: Para mim é o suficiente. Nós agradecemos a colaboração da senhora e damos por encerrada. Vamos dar sequência devido a gente já ter visto que o senhor André já chegou aqui na Câmara, que conste na ata que agora é 15h45. Vamos antecipar o horário do Senhor André, se for do seu agrado, André, podemos antecipar? Gostaríamos de convidar aqui no plenário o senhor André da Silveira Orasmo. Quero já agradecer a ele que aceitou antecipar o seu horário, que era às 16 horas. Sr. André, essa Comissão Especial de Inquérito, por meio dos seus vereadores integrantes, agradece a sua presença e colaboração na busca da verdade a respeito de fatos certos e determinados relacionados à prestação de serviços médicos no âmbito da rede municipal de saúde, notadamente quando a execução da rescisão do contrato firmado com a empresa CMT Serviços Médicos Limitados. bem como eventuais irregularidades administrativas correlatas. Antes de iniciarmos a sua oitiva, cumpre a essa Comissão Especial prestar as seguintes advertências. A respeito da presente audiência realizada no dia 11/05 às 16 horas, que foi antecipada agora com a sua permissão, nesse plenário da Câmara Municipal de Icém, conforme também consta no termo de advertência e compromisso que o senhor está lendo e assinando nesse momento, nos termos dos artigos 203, 206 e 211 do Código do Processo Penal, aplicáveis subsidiariamente nesse caso. Senhor André, fica à vontade. Iremos, o relator e eu, junto com a dona Luzia, fazermos umas perguntas para o senhor, e gostaria muito que o senhor nos ajudasse a responder os questionamentos. A palavra está agora com o relator, que dá início aos questionamentos. Usou a palavra o relator perguntando: André, quando o senhor assumiu a pasta de Diretor de Saúde? Recorda a data, por gentileza. Sr. André respondeu: " 21 de janeiro de 2026. O Relator perguntou: assim que o senhor entrou lá no hospital, os médicos, já estavam trabalhando pela empresa ou na dispensa? Ele respondeu: " Eles estavam trabalhando pela empresa ainda, pela CMT, né? O relator perguntou: Como foi iniciado formalmente o procedimento de dispensa emergencial? Foi solicitado pelo senhor, Diretor de Saúde, essa dispensa que está vigente hoje? Ele respondeu: "Isso, foi solicitado porque teve a rescisão de contrato com a CMT, porque a CMT não estava cumprindo as exigências de contrato. A gente fez várias notificações por falta de documento, de médico, de especialidade, e partiu daí a gente contratar essa empresa emergencial para não deixar a população à mercê, sem atendimento. Perguntou o relator: As notificações foram feitas pelo senhor ou por alguém da equipe de fiscal de contrato? Ele respondeu: Foram feitas pela Natália, pelo Lucas e por mim também, a gente assinava tudo junto. Perguntou o Relator: O parecer jurídico que fundamentou a rescisão unilateral desse contrato, o senhor teve acesso ? Respondeu o Sr. André: Sim, igual eu falei, a gente rescindiu por falta da empresa CMT não estar cumprindo e aí abrimos um outro edital para a contratação dessa emergencial. Perguntou o Relator: Quem rescindiu o contrato foi a Prefeita ou foi o senhor? Ele respondeu: Não, foi a Prefeitura, o jurídico da Prefeitura. Perguntou o Relator: Quem participou das reuniões para a formação dessa nova dispensa? Ele respondeu:"

Sim, fui eu, mas junto com o Doutor Lucas, com a administração, para a gente ver as necessidades, para contratar o básico mesmo, que seria um contrato emergencial. Então, foi essa equipe. Eu, o Lucas e a Administração, tudo envolvido para essa nova contratação emergencial. Perguntou o Relator: Os médicos, eles foram pagos posteriormente pela Prefeitura ou não a empresa? Quem pagou esses médicos, a Prefeitura ou a empresa? Ele respondeu: " Então, após essa data que eu entrei, dia 21 de janeiro, os pagamentos foram feitos pela Prefeitura. Perguntou o Relator: Aí vocês permaneceram com os mesmos médicos que estavam pela empresa? Ou alguns outros não? Ele respondeu: "Não, mantemos os mesmos médicos que estavam nos plantões". Perguntou o Relator: André, qual é a atuação hoje do Doutor Lucas dentro da Unidade Básica de Saúde? Ele controla escalas médicas, regulação, o que ele faz ali dentro? Ele respondeu: " O Doutor Lucas, pela empresa emergencial, ele é o Diretor Clínico e é o médico regulador. E ele tem, nessas horas que ele não está exercendo a função, ele faz alguns plantões no pronto-socorro". Perguntou o Relator: Em algum momento, André, o senhor, que é o responsável pela Diretoria de Saúde ou jurídico, alertaram a Prefeita dessa rescisão do contrato, pois a empresa não teve nem o direito à ampla defesa? Ele respondeu: " Então, na época em que eu entrei, que a gente fez a rescisão, foi sim apontado pelo jurídico da administração que ele, como a empresa não estava cumprindo com o que tinha acordado no contrato, que a gente poderia rescindir e contratar um emergencial. Perguntou o Relator: Considerando os pagamentos realizados após a rescisão contratual, todos os profissionais médicos, atualmente, eles continuaram atuando no município. Eles possuem todos esses médicos, eles têm um processo de dispensa separado para todos, ou é feito em conjunto. Ele respondeu: " Então, depois, no período que eu entrei, a gente pagou cada médico pelo CNPJ que eles têm. Eles têm uma empresa, hoje é comum cada médico ter um CNPJ. E nós pagamos pelo CNPJ, de cada médico. Perguntou o Relator: De cada médico? Ele respondeu: " Isso. Perguntou o Relator: Que é por RPA? : Ele respondeu: "Não, pela emissão de nota". Perguntou o Relator: Pela emissão de nota? Ele respondeu: " Emissão de nota". Perguntou o Relator: E aí, André, os médicos, os orçamentos, eles entregavam ao senhor ou "compras" solicitava esses orçamentos? Ele respondeu: Não, em questão dos plantões que veio depois que a gente entrou, que rescindiu o contrato, o valor foi pago do que estava acordado com aquela empresa, com a CMT. A gente fez o pagamento dos médicos mediante o acordo que a CMT tinha feito com os médicos. Perguntou o Relator: Quando o senhor assumiu, houve um período de conversa com a Rosângela para ela passar a situação de como estava ou vocês não tiveram nenhum contato? Ele respondeu: " Não, em questão dessa transição, não, a gente não chegou a conversar muito detalhado. De vez em quando eu ligava para ela questionando alguma coisa, fui bem atendido, mas, assim, quanto a sua empresa, a gente falou poucas coisas". Perguntou o Relator: A empresa entrou em contato com o senhor para conversar sobre a CMT ou não? Ele respondeu:" Não, comigo não. Ela mandava e-mail, porque a gente mandava as notificações e os e-mails vinham direto para mim. Mas como a empresa já estava sendo notificada, foi até publicada no edital, alguma coisa assim, então eles não entravam em contato comigo não. Não havendo mais perguntas do Relator para o SR. André, usou a palavra o Presidente assim perguntando: No período que o senhor entrou como Diretor de Saúde, até o término do contrato da CMT, Serviços Médicos, quais foram as dificuldades, as deficiências encontradas para que fosse rescindido o contrato dos médicos? Ele respondeu: " Então, como eu entrei dia 21 de janeiro pelo contrato da empresa, acho que eles teriam que ter pago os médicos, não me recordo a data certinha, não sei se era dia 10 de janeiro ou 15 de janeiro. E não foi feito esse pagamento. E aí por isso que nós entramos e começamos a notificar a empresa, porque os médicos estavam cobrando os pagamentos, porque quem trabalha tem que receber. E a empresa não se manifestava quanto a isso. Então, pela empresa não houve pagamento nenhum

dos médicos, para os médicos nossos do ponto de socorro e nem dos especialistas. Perguntou o Presidente: Mas foi só isso? Só pagamento? Ele respondeu:" Sim, e tinha também as documentação que foi exigida , que era o certificado de especialidade, o RQE. Perguntou o Presidente: Não tinha? Ele respondeu: " Não tinha. Eles mandavam médicos recém-formados, sem essa especialização, sem a RQE. Então, por isso que veio as notificações e acabou resultando na rescisão do contrato. Perguntou o Presidente: E a frequência, as faltas dos médicos O município chegou a ter falta de médicos? Ele respondeu: " Sim, nesse período do dia 21 até a gente fazer a rescisão, praticamente a gente não contratou as especialidades. Pronto Socorro estava lá funcionando 24 horas com dois médicos". Perguntou o Presidente: No período que a gestão é do Senhor até hoje, nesse período do dia 21 de janeiro para cá, enquanto a empresa ainda trabalhava no município, quem é que controlava a carga horária e a frequência dos médicos? Ele respondeu: "tinha um aplicativo da empresa que eles faziam ponto eletrônico e fechavam o mês, aí eles mandavam no meu e-mail ou no e-mail do Lucas para a gente poder fazer o faturamento dos médicos. Era controlado pelo aplicativo e a gente também tem um livro lá no Pronto Socorro que é marcado, toda a equipe, de cada 12 horas, os enfermeiros, os médicos, técnicos. Perguntou o Presidente: Quem que faz a anotação do município? Ele respondeu:" do município são os próprios plantonistas. Trocou o plantão, a enfermeira já relata tudo, quem é o médico". Perguntou o Presidente: Nesse período, o senhor lembra? O senhor poderia falar os nomes para a gente? Ele respondeu: " Eu não me recordo. Vocês falam da quem fazia? É, as enfermeiras, que seria hoje a Isilda, a Isildinha, a Jussara e hoje está o Murilo, são os quatro enfermeiros. eles relatavam, na troca de plantão, eles colocavam o nome do médico, a equipe que vai trabalhar junto com eles. Perguntou o Presidente: E depois, quem conferia? Ele respondeu: " Sim, conferência não tinha, porque automaticamente, a partir do momento que ela registrou lá no livro, já seria, vamos dizer, essa conferência, porque depois o sistema Fiorili tem os atendimentos dos médicos, tem os atendimentos das enfermeiras, que é tudo lançado no Fiorili. Perguntou o Presidente : Então, depois, a empresa que estava prestando serviço, ela emitiu uma nota? Ele respondeu: "na hora do fechamento, ela emitia primeiro, ela me enviava os pontos dos médicos, para depois autorizar a emissão da nota. O Presidente perguntou: Ela emitia para o senhor autorizar, para o senhor assinar e conferir. Ele respondeu: " Isso, para mim e para o Dr. Lucas. Perguntou o Presidente: O senhor e o Dr. Lucas conferiam com os apontamentos das enfermeiras? Ele respondeu: " Junto com o livro. Pegava o ponto dos médicos, vamos lá no livro agora conferir se está batendo, entendeu? Essa é a conferência". Perguntou o Presidente: Como o senhor fazia a conferência com o livro, nós tivemos vários relatos que teve a falta de médicos, que não veio no período dessa empresa. As faltas eram descontadas? Ele respondeu: " Falta de médico no pronto-socorro é igual falei, não teve. São dois turnos, das 7h às 19h dois médicos e das 19h às 7h dois médicos. Nesse pronto-socorro não teve falta. Agora das especialidades praticamente não teve atendimento. Os atendimentos que foram poucos também eram da mesma forma, a empresa mandava o ponto deles e a gente fazia o pagamento. Disse o Presidente : Só para deixar claro para o pessoal que está aqui acompanhando, então teve alguns atendimentos? Sr. André respondeu: De especialidade? Sim, teve alguns". Usou a palavra o relator perguntando: André, eu acabei me esquecendo aqui de uma pergunta. O valor hoje pago pela dispensa, ele está mais alto do que a licitação que estava vigente ou não tem diferença nenhuma na hora do médico? Ele respondeu: Você fala do emergencial para..... Disse o Relator: Isso, o emergencial com o licitado. Está saindo mais caro um pouco ou o mesmo valor? Ele respondeu: " Eu acredito que está o mesmo valor". Perguntou o Relator: Senhor André, só para finalizar a minha colocação, vi um relatório que as enfermeiras faziam, tinha um relatório que a empresa mandava, aí ele mandava para o senhor, o senhor assinava, aí que vinha a nota,

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

depois a nota descia para o Executivo, para o pagamento .Respondeu o Sr. André: " Até no momento que eu estava, essa CMT, a gente nunca pagou nota deles. Perguntou o Presidente: Nunca? Respondeu o Sr. André: " Justamente porque já estava em fase de notificação, foi gerado o edital, entendeu? Ela não tinha arcado com os compromissos, então, ela não emitiu nota. Perguntou o Presidente: Então, a empresa não emitiu nenhuma nota? Ele respondeu: " Não. Que eu lembro, não. Por mim, não. Disse o Presidente: Correto. E, no começo, o senhor falou, sim, que era só falta de pagamento. Aí, nós fomos conversando, foram aparecendo vários itens. No teu conhecimento na área de saúde, o município de Icem, no período que essa empresa esteve aqui, foi contratada, foi prejudicado? Sr. André respondeu: " Não, em questão do pronto-socorro, não foi prejudicado de momento algum". Disse o Presidente: Não, eu falo em questão ao contrato que foi feito. Disse o Sr. André: Sim, foi... Como que você citou mesmo? Respondeu o Presidente: Só para ficar mais fácil. A empresa que foi licitada, que teve um contrato de médicos aqui no município. No seu conhecimento na área da saúde como gestor, o município de Icém foi prejudicado? Sr. André respondeu: "Sim, por causa da contratação das especialidades, principalmente, porque no pronto-socorro não faltou médico em hora nenhuma. Agora, quanto à contratação das especialidades, que a gente estava esperando, que a gente notificou porque não tinha o que estava exigindo no contrato, justamente porque a gente rescindiu, não foi só por falta de pagamento, mas foi por falta de pagamento e por falta de documento. Então, como que a gente ia colocar um médico, um pediatra, um G.O. para atender as mulheres, as crianças, sem ter especialização? Então, a gente pegou e rescindiu. Esse foi um dos passos para vir a rescisão do contrato. Perguntou o Presidente: Na gestão do senhor, hoje, atual, qual que é a função do Dr. Lucas? Ele respondeu: " Ele é Diretor Clínico e médico regulador. Novamente com a palavra o Presidente perguntando: Ele também faz plantão? Respondeu o Sr. André: Faz plantão. Perguntou o Presidente: Quando o senhor entrou ele já era Diretor Clínico? Ele respondeu: " Ele já era e depois... " Perguntou o Presidente: Mas ele era pela empresa ou não? Respondeu o Sr. André : " Pela empresa, pela empresa e está pela empresa agora, emergencial". Perguntou o Presidente: O Doutor Lucas também participa da frequência dos médicos? Ele respondeu: " Sim, sim, ele como médico clínico, é obrigado a participar. Ele que vê a escala, ele que se faltar algum médico ele corra atrás, é uma das funções dele". Perguntou p Presidente: Nesse pouco tempo que o Senhor ficou com essa empresa, o Senhor ou o Doutor Lucas notificou a Prefeita, falando todas essas irregularidades que foram passadas para nós aqui? Ele respondeu: " Não, a gente notificava a empresa direto, mas assim a administração sempre ciente do que a gente estava fazendo. Notificava a empresa, faziam notificação por e-mail, mandava AR e aí depois a gente notificava no edital". Disse o Presidente: Então estava ciente? Respondeu o SR. André: " Isso, ciente". Disse o Presidente: A gente está vendo um documento que está aqui, André, a gente está aproveitando, tirar todas as dúvidas para depois facilitar no nosso relatório final. O Senhor falou que entrou dia 21/01, mas dia 19 de janeiro já tinha um relatório técnico administrativo. então o Senhor não participou? Respondeu o Sr. André: " O dia que eu fui registrado, que foi feita... Como é que chama aquele documento que eles... "Disse o Presidente: A admissão ? Respondeu o Sr. André: " Isso, foi dia 21/01. Disse o Presidente: Mas o senhor estava antes. Disse o Sr. André: " Eu tinha começado, vim ver, fazer a transição, acho que foi 19 e 20.Perguntou o Presidente: Então, esse relatório técnico-administrativo não foi assinado por você? Ele respondeu: " Não". Perguntou o Presidente: Porque o Senhor não tinha autonomia, autoridade para assinar. Correto. Foi assinado por quem? Ele respondeu: " Não me lembro. Eu sei se foi pela administração ou pelo jurídico. Disse o Presidente: Está certo. Sem mais nada. Usou a palavra o Relator, Vereador Danilo, assim dizendo: Só para encerrar, o senhor fala que um dos problemas foi que os médicos não tinham as especializações, ou seja, só que, ao analisar o

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

contrato do termo de referência, ali dá uma brecha. Então, ali alguém errou, porque tem essa brecha que o médico, talvez, somente após ou a especialização. Então, ao elaborar o termo de referência, o senhor, como Diretor de Saúde, acredita que teve um erro prejudicial para que isso acontecesse? Porque um dos problemas que os médicos viam, não aceitavam, porque não tinham essa especialização. O senhor acredita nesse erro? Respondeu o Sr. André: Então, eu não posso te falar porque eu não participei dessa licitação, do termo de referência, como é que foi feita essa licitação. Então, eu não sei te dizer. Eu sei que a gente fez a rescisão justamente por causa dessas irregularidades que a empresa não estava cumprindo. Após essa fala, usou a palavra o Presidente da Comissão, usando esses termos: Não havendo mais perguntas para testemunha, nós agradecemos a colaboração do Senhor. e damos por encerrado o nosso depoimento. Continuando disse: às 16h30 nós teríamos mais um depoimento da testemunha Eulélia. Eu vou pegar a justificativa dela aqui e já passo para o pessoal ficar a par. Justificando, fomos comunicado que a senhora Eulélia está acompanhando o pai no hospital e nos enviou um atestado e vai mandar uma declaração para ser ouvida no outro dia. Sem mais nada a tratar, dou para encerrada a audiência do dia de hoje. Muito obrigado a todos.

Icém, 11 de maio de 2026

JORGE PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

DANILO FÉLIX DE MIRANDA
Membro- relator

LUZIA MARTINS MALHEIRO
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM [1]

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

ATA 0014/2026
2ª OITIVA DA CEI - 13/05/2026

Ata da Audiência de Oitiva referente ao Processo Administrativo Nº 01/2026, realizada pela Comissão Especial de Inquérito, as 14h00 do dia 13 de maio de 2026, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Icém/SP.

Aos treze dias do mês de maio, as quatorze horas, no plenário Antônio Eustáchio da Silveira da Câmara Municipal, sita à Avenida Simpliciano Custódio da Silveira, 521, centro, nesta cidade de Icém/SP, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Inquérito responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2026, ora em tramitação nesta Casa. A audiência foi instaurada sob a presidência do Vereador Jorge Paulo de Oliveira, Presidente, com a presença dos Vereadores Danilo Félix de Miranda, membro-relator e Luzia Martins Malheiro, membro. Esclareço que a Audiência teve início as 14h00, ouvindo a primeira testemunha, intimada para prestar esclarecimentos sobre a matéria nesse horário, Srª Angélica Aparecida Vieira Vissoto. **Usou a palavra assim dizendo:** Com início, às 14 horas, dou para aberto a audiência para a segunda oitiva da Comissão Especial de Inquérito, a CEI, responsável pelo processo administrativo nº 01/2026, e assim o faço sua proteção de Deus. Inicialmente, essa comissão especial de inquérito, por meio de seus vereadores integrantes, agradece a sua presença e a colaboração na busca da verdade a respeito dos fatos certos e determinados relacionados à prestação de serviços médicos no âmbito da rede municipal de saúde. Notadamente, quanto à execução e rescisão de contrato firmado com a empresa CMT Serviços Médicos Limitados, bem como eventuais irregularidades administrativas correlatas. Antes de iniciarmos a oitiva, cumpre a essa comissão especial prestar as seguintes advertências a respeito da presente audiência realizada hoje, dia 13 /05/2026, nesse plenário da Câmara Municipal de Icém, conforme também consta no termo de advertência e compromisso da testemunha, que vai ser entregue e assinado pelos senhores, nos termos dos artigos 203, 206 e 211 do Código do Processo Penal, aplicáveis subsidiariamente ao caso. As pessoas intimadas para esta oitiva serão ouvidas na qualidade de testemunhas e, por isso, deve dizer a verdade sobre os fatos de que tenha conhecimento ou que lhe for perguntado, sobre a pena de incorrer no crime de falso testemunho, com pena de reclusão de três a oito anos, multa conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será prestado oralmente, sendo gravado em audiovisual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara Municipal, para, posteriormente, ser transcrito em ata, ou seja, reduzido ao termo. Caso alguma testemunha seja conjugue, companheiro,

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

ascendente, descendente, ou irmão da denunciada, será da senhora Aparecida Saliço, poderá recusar-se a depor, conforme assegura a legislação. As testemunhas deverão relatar apenas fatos que presenciou ou tenha conhecimento direto, evitando opiniões pessoais ou suposições. salvo quando expressamente questionado pela Comissão Especial de Inquérito. Caso não compreenda alguma pergunta, poderá solicitar esclarecimento antes de responder. É assegurado o direito de ser tratado com respeito e dignidade durante toda a itiva. Dito isso, a Comissão Especial de Inquérito dará início às perguntas. Quero convidar aqui a senhora Angélica Aparecida Vieira Vissoto para se adentrar ao plenário. Está aqui mesmo. Continuando essa audiência, eu pergunto se a senhora leu o termo de advertência e compromisso da testemunha entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria no início da audiência. **Srª Angélica respondeu**: "Oi, boa tarde a todos. Eu li" Disse o Presidente: Dando sequência, concedo a palavra ao membro relator para que dê início aos seus questionamentos. Usou a palavra o Membro relator assim se manifestando: Sr. Presidente. São exatamente 14h14. Estamos aqui em plenário com a Angélica. Quero cumprimentar ao Romes, ao Dr. Nilton, ao Thales da RecPlay, ao Edinho, ao Wagner, à Luísa, ao Sr. Presidente, à Luzia, que estão aqui presentes nessa oitiva e agradecer ao procurador jurídico, Dr. Vinícius e a toda essa Casa que mais um dia está aqui trabalhando nessa oitiva. Sra. Angélica, primeiramente, boa tarde. Sinta a vontade para prestar os seus depoimentos. Nós agradecemos pela sua vinda aqui. Respondeu a Srª Angélica: " Boa tarde". **Perguntou o Relator:** Sra. Angélica, qual era exatamente a sua função dentro da equipe de apoio no pregão eletrônico referente à contratação da empresa CMT Serviços Médicos? **Ela respondeu:** " Então, quanto a essa empresa, nós fazemos parte, são várias pessoas, fazemos parte da equipe de apoio e no dia que realiza a licitação, no dia que é realizado, a gente confere, nós conferimos todos os documentos, por exemplo, validade, os CNAEs, o CNAE da empresa, quais os CNAEs que ela tem, E tudo o que tem para conferir ali, de acordo com o edital, a equipe de apoio faz. É essa que é a atribuição da equipe do apoio. **Perguntou o relator:** A senhora participou do processo desde a fase inicial de elaboração da licitação ou passou a atuar posteriormente? Em qual etapa começou a sua participação? **Ela responde:** "A participação, vou dizer como contadora, a atribuição da contadora nessa parte da empresa, quando vai feita a licitação, a minha função é demonstrar e passar para eies, informar o saido orçamentário. e no dia, com uma equipe de apoio, no dia, como disse, no dia que é realizada a licitação, para a conferência dos documentos. **Perguntou o relator**: Durante o procedimento licitatório, a senhora teve acesso ao termo de referência, edital e demais documentos preparatórios? **Ela respondeu:** " Não, a equipe de apoio só confere mesmo nessa parte do dia da licitação. Só os documentos ali que cada empresa fornece, as empresas habilitadas, no caso. **O relator perguntou:** Em algum momento a equipe de apoio apontou inconsistências, irregularidades, falhas técnicas ou riscos jurídicos relacionados ao processo? Caso positivo, quais providências foram adotadas? **Ela respondeu:** " Não, nesse caso aí não seria a equipe de apoio. Se tiver alguma falha nessa parte aí, não é a gente que vê. No caso é só com essa conferência documental ali mesmo". **Perguntou o relator**: A senhora acompanhou a fase de habilitação das empresas participantes. Houve alguma empresa com documentação incompleta, irregular ou objeto de

questionamento? Se a senhora pudesse citar o nome de alguma empresa, por gentileza. **Ela respondeu**: "No momento, eu não lembro o nome das empresas, mas sempre há. Sempre tem empresas faltando documento. Sempre tem, mas agora, no momento, eu não lembro as empresas. **O relator perguntou:** A empresa CTM Serviços Médicos ficou classificada em primeiro lugar no certame ou em outro? Houve apresentação de recurso, impugnação ou constatação por alguma das empresas participantes? **Ela respondeu:** " Não lembro desse detalhe no momento, não. Não lembro". **O relator perguntou:** Durante o pregão houve alguma incoerência técnica, jurídica ou administrativa que tenha chamado a atenção da equipe de apoio? **Ela respondeu:** "Não, não lembro desse detalhe também, não". **O relator perguntou**: Ocorreu tudo tranquilamente? **Ela respondeu:** Estava tranquilo. **O relator perguntou:** A senhora participou de alguma reunião envolvendo a Diretoria de Saúde, Setor de compras, Departamento jurídico ou gabinete relacionadas a essa contratação? Se a senhora participou, quem se vê presente nessas reuniões? **Ela respondeu:** "Não, não participei". **O relator perguntou:** Após a assinatura do contrato, a atuação da equipe de apoio se encerrou na fase licitatória ou houve acompanhamento posterior à execução contratual? **Ela respondeu:** "A execução não faz parte da equipe do apoio. A execução já é parte da própria diretoria da saúde e tem também o fiscal que fiscaliza o contrato". **O relator perguntou**: A senhora teve conhecimento prévio sobre a intenção da administração rescindir o contrato com a CMT antes da formalização da rescisão de forma unilateral? Ela respondeu: "Não". O relator perguntou: A senhora não teve nenhum conhecimento? **Ela respondeu:** "Não". O relator perguntou: Quando houve a rescisão contratual, a equipe de apoio, ela foi consultada sobre a possibilidade de realização de nova contratação emergencial? **Ela respondeu:** " Eu não fui. Para mim, por exemplo, eu não fui consultada". **O relator perguntou:** A senhora teve acesso a algum parecer jurídico que fundamente a rescisão unilateral do contrato e, posterior, a contratação emergencial? Ela respondeu: "Não".**O relator perguntou:** Na avaliação da senhora, existia tempo hábil para a realização de um novo processo licitatório regular em uma vez que da adoção da contratação emergencial? **Ela respondeu:** "Ah, isso daí teria que averiguar com calma. Eu não tenho como te falar isso agora no momento". O **relator perguntou**: Algum integrante dessa equipe de apoio demonstrou preocupação quanto às eventuais dano ao erário sobre preço ou risco de direcionamento nas contratações posteriores? **Ela respondeu:** "Não". **O relator perguntou:** Todos os atos relacionados ao processo licitatório foram devidamente registrados nos sistemas oficiais e formalizados documentalmente, sem orientações exclusivamente verbais fora dos autos? **Ela respondeu:** " Não foi tudo conforme o correto mesmo legalmente. O **relator perguntou**: Em algum momento vocês se sentiram pressionados para acelerar as etapas do processo ou adotar medidas excepcionais diante da urgência da contratação? **Ela respondeu:** "Não, a equipe de apoio, não". **O relator perguntou**: A equipe de apoio recebeu orientação direta de autoridade superior quanto à condução específica do certame? **Ela respondeu:** " Repete para mim de novo". O **relator perguntou:** A equipe de apoio recebeu orientação direta de alguma autoridade superior quanto à condução do certame? **Ela respondeu:** " Não". **O relator perguntou:** A senhora confirma que todas as decisões relevantes ao procedimento foram devidamente justificadas e documentadas no processo

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM 4

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

administrativo? **Ela respondeu**: "Sim". O **reiator perguntou:** Angélica, houve algum apontamento do Tribunal de Contas referente a essa licitação? Você tem esse conhecimento ou não? **Ela respondeu:** "Não tenho conhecimento, para mim não chegou". **O relator perguntou**: Todos que fazem parte dessa comissão de apoio recebem capacitação, têm o entendimento da lei de licitação ou são apenas colocados pela chefe do Executivo? **Ela respondeu:** " Não, para a gente, a gente é orientado". O **relator perguntou:** Vocês são orientados? **Ela respondeu:** "Sim, até porque, por exemplo, que nem... Vou falar, por exemplo, do meu caso, como já tenho o conhecimento contábil. Eu, a Fran e mais alguns, a gente já sabe conferir, por exemplo, se a empresa, os quenais da empresa, como que consulta tudo. Então, às vezes, tem empresa também que pede a liquidez, então a gente calcula, vê se está certo. Então, nessa parte, todo mundo é orientado, cada um tem uma parte. O relator perguntou: Quando vocês fazem as licitações, toda a equipe de apoio participa do certame? Ela respondeu: "Geralmente, sim. Quando não participa, é justificado". **Disse o relator**: Presidente, por mim, está encerrado com a Angélica. Em seguida **usou a palavra o Presidente** fazendo os seus questionamentos: Qual é a sua função na Prefeitura Municipal de Icém? **Ela respondeu:** "Sou contadora e tenho a função de coordenadora de finanças". **O Presidente perguntou:** Há quanto tempo? **Ela respondeu:** "de coordenadora ou quanto tempo eu estou na Prefeitura?" O **presidente perguntou:** Quanto tempo a senhora está na prefeitura? **Ela respondeu:** "Eu estou desde 1992 e fui concursada em 1996. **O presidente perguntou**: A equipe de apoio da licitação, quem compõe ela? **Ela respondeu:"** na equipe de apoio. Eu, no caso, o Wagner, que é o pregoeiro, a Fran, a Francislaine, a Michele, nesse daí acho que o Thales estava ainda também, o Guilherme, a Tatiane, que eu me lembro, o Reinaldinho, o Reinaldo, deixa eu ver se tem mais alguém, a Maria Antônia. **O presidente perguntou:** No caso, desse contrato da empresa CMT, Serviços Médicos, quando os diretores de saúde constataram que ia rescindir o contrato, que estava tendo falta de documentos, teve alguma reunião que a senhora participou? **Ela respondeu:** " Não". **O presidente perguntou:** Mas a senhora sabe se teve alguma reunião que outros membros da equipe participaram? **Ela respondeu:** "Não sei te falar. Eu não sei se teve reunião". **O presidente perguntou:** A equipe de apoio é montada por quem? **Ela respondeu:** "A equipe de apoio? Tem um Decreto da Prefeita... Decreto não, portaria. Uma portaria. E aí é montado pelo Executivo. **O presidente perguntou:** Pela Prefeita? Ela respondeu: " Pela Prefeita". **Em seguida disse o Presidente:** Sem mais perguntas para a testemunha, nós agradecemos a colaboração da senhora e damos para encerrar a sua participação. Muito obrigado. Continuando essa audiência, eu convido o Sr. Wagner Barros Pereira. O seu horário está às 14h30. Está faltando três minutos, Sr. Wagner, se puder adiantar. Continuando essa audiência, eu pergunto ao senhor se o senhor leu o termo de advertência e o compromisso da testemunha. **Ele respondeu:** "Boa tarde a todos. Sim". **Disse o Presidente** : Que foi entregue para essa comissão, assinado por vossa senhoria. Assinou também, né? **Ele respondeu:** " Sim". **O presidente perguntou:** Sr. Wagner, fique à vontade e a gente agradece a presença do senhor aqui. Concedo a palavra ao membro relator para que dê início aos seus questionamentos. Nesse momento usou a palavra o membro-relator, **Vereador Danilo fazendo a seguinte manifestação:** Boa tarde, senhor Wagner. Estamos dando início

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br

youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem

Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

ATA 0015/2026
3ª OITIVA DA CEI - 14/05/2026

Ata da Audiência de Oitiva referente ao Processo Administrativo Nº 01/2026, realizada pela Comissão Especial de Inquérito, as 14h00 do dia 14 de maio de 2026, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Icém/SP.

Aos quatorze dias do mês de maio, as quatorze horas, no plenário Antônio Eustáchio da Silveira da Câmara Municipal, sita à Avenida Simpliciano Custódio da Silveira, 521, centro, nesta cidade de Icém/SP, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Inquérito responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2026, ora em tramitação nesta Casa. A audiência foi instaurada sob a presidência do Vereador Jorge Paulo de Oliveira, Presidente, com a presença dos Vereadores Danilo Félix de Miranda, membro-relator e Luzia Martins Malheiro, membro. Esclareço que a Audiência teve início às 14h20, ouvindo a primeira testemunha, intimada para prestar esclarecimentos sobre a matéria nesses horários Celso de Oliveira Leite. Isto feito, usou a palavra o Presidente da Comissão, fazendo a seguinte manifestação: Com início, às 14:20 horas, dou para aberto a audiência para a Terceira oitiva da Comissão Especial de Inquérito, a CEI, responsável pelo processo administrativo nº 01/2026, e assim o faço sob proteção de Deus. Inicialmente, essa comissão especial de inquérito, por meio de seus vereadores integrantes, agradece a sua presença e a colaboração na busca da verdade a respeito dos fatos certos e determinados relacionados à prestação de serviços médicos no âmbito da rede municipal de saúde. Notadamente, quanto à execução e rescisão de contrato firmado com a empresa CMT Serviços Médicos Limitados, bem como eventuais irregularidades administrativas correlatas. Antes de iniciarmos a oitiva, cumpre a essa comissão especial prestar as seguintes advertências a respeito da presente audiência realizada hoje, dia 14 /05/2026, nesse plenário da Câmara Municipal de Icém, conforme também consta no termo de advertência e compromisso da testemunha, que vai ser entregue e assinado pelos senhores, nos termos dos artigos 203, 206 e 211 do Código do Processo Penal, aplicáveis subsidiariamente ao caso. As pessoas intimadas para esta oitiva serão ouvidas na qualidade de testemunhas e, por isso, deve dizer a verdade sobre os fatos de que tenha conhecimento ou que lhe for perguntado, sobre a pena de incorrer no crime de falso testemunho, com pena de reclusão de três a oito anos, multa conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será prestado oralmente, sendo gravado em audiovisual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara Municipal, para, posteriormente, ser transcrito em ata, ou seja, reduzido ao termo. Caso alguma testemunha seja conjugue, companheiro, ascendente, descendente, ou irmão da denunciada, será da senhora Aparecida Salisso, poderá recusar-se a depor, conforme

assegura a legislação. As testemunhas deverão relatar apenas fatos que presenciou ou tenha conhecimento direto, evitando opiniões pessoais ou suposições, salvo quando expressamente questionado pela Comissão Especial de Inquérito. Caso não compreenda alguma pergunta, poderá solicitar esclarecimento antes de responder. É assegurado o direito de ser tratado com respeito e dignidade durante toda a oitiva. Dito isso, a Comissão Especial de Inquérito dará início às perguntas. Convido o senhor Celso de Oliveira Leite para se adentrar ao plenário. Continuando essa audiência, eu pergunto se o senhor leu o termo de advertência e compromisso da testemunha. **Sr. Celso respondeu**: Boa tarde a todos, sim, foi lido. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença e solicitou que informasse seu nome completo. **Sr Celso respondeu**: "Celso Oliveira Leite". **O Presidente perguntou** sua profissão. **Sr Celso respondeu**: "Comerciante". **O Presidente perguntou o número de seu RG**. **Sr. Celso respondeu: "17.364.386-63**". **O Presidente perguntou**, qual era a função desempenhada na época na Prefeitura Municipal de Icém? **Sr Celso respondeu**: "Gestor da Saúde". Concedo a palavra ao membro relator para que dá início aos seus questionamentos. **Usou a palavra o membro relator o vereador Danilo Félix de Miranda se manifestando**: Boa Tarde, Dr. Celso. Agora são exatamente 14h27. É uma honra ter o senhor aqui conosco, para prestar os seus esclarecimentos. Sinta-se à vontade para responder aquilo que for pertinente no período que o senhor esteve quando ocupava a pasta. Dr. após divulgação do vídeo nas redes sociais da prefeitura, ao lado da senhora Daniela Cortez, a prefeita apresentou o senhor oficialmente como diretor de saúde do município. O senhor confirma que assumiu essa função em 1º de julho de 2025? **Sr. Celso respondeu**: "sim, confirmo". **Novamente o Vereador Danilo com a palavra**: "Ao assumir a diretoria de saúde, o senhor tomou conhecimento da situação do pregão eletrônico 046/2025. Para recordar o senhor, esse pregão eletrônico é a licitação dos médicos. **Sr Celso respondeu**: "Não, quando eu estava na gestão da saúde, não existia ele ainda, inclusive estava em processo de verificação, qual era a empresa mais adequada para o município, até então não. Passando-se, acredito eu, que eu fiquei um mês, um mês e pouquinho, foi quando iniciou um processo de licitatório, ou um pregão eletrônico, que assim seja, para dar andamento no processo de contratação da empresa. Mas quando eu entrei, não tinha nenhuma empresa, estava sendo pago por RPA". Em seguida, o membro relator perguntou: "Os profissionais eram pagos por RPA na sua época, então não tinha nada em aberto ainda, nenhum processo licitatório nesse período? **Sr. Celso respondeu**: "Não, não tinha. Estava em processo de construção. Tanto é que nós verificamos algumas empresas para ver a adequação, o que era mais conveniente para o município". Dando continuidade as perguntas o **membro relator Danilo perguntou**: "O senhor deu continuidade ao andamento desse pregão. Qual foi exatamente a sua participação? **Sr. Celso respondeu**: "Eu não dei continuidade, porque quando eu saí, para não dizer que eu não dei alguma ajuda, foi a questão de estruturar horários, porque estava em dúvida o que

se colocava ou não dentro do instrumento, mas a minha participação foi mínima. Porque até então, praticamente esses 45 dias que eu fiquei como gestor, não tinha nenhuma empresa. Existia um processo anterior, por dispensa de licitação". **Relator perguntou**: "Nesse processo de 45 dias que o senhor menciona que ficou na pasta, o senhor chegou a ler o termo de referência que estava vigente e em andamento? **Sr. Celso respondeu**: "Não, não. Do que estava em vigência, não. Eu só sabia que foi até, inclusive, da minha parte, ter alertado o Poder Público, na pessoa da prefeita e até da gestora da... como é que assim se diria, a chefe de gabinete, que nós precisaríamos fazer um processo licitatório, porque já não tinha mais saldo para efetivar o pagamento dos médicos que a gente ia ter problemas futuros. Então, na minha percepção, no próximo mês já não ia ter mais como pagar, porque já estava estourando todo o limite, o saldo. O **membro relator, solicitou** que o senhor Sr. Celso, como citou o chefe de gabinete, que gostaria que se conste em ATA, que o senhor mencionasse o nome da pessoa, por favor. **Sr. Celso respondeu**: "Eu conheço por Eliane, agora o sobrenome, isso aí eu não tenho conhecimento. Eliane ou Eliana, né? Não, era... É, diretora da administração, né? É só corrigindo, é diretora da administração, não um chefe de gabinete. Em seguida o **membro relator perguntou**: "O senhor, e bem explicou, erros, inconsistências ou falhas técnicas no termo de referência? **Sr Celso respondeu**: "Do que você estava discutindo? **Membro relator respondeu**: "Isso". O **Sr Celso respondeu**: "Eu não tive acesso". Na sequência, o **membro relator perguntou**: "O senhor tinha conhecimento de que a primeira contratação emergencial dos médicos estava próxima ao vencimento? **Sr. Celso respondeu**: "Quando eu entrei, também não sei te dizer a data agora, que não me recordo, mas já foi o primeiro pagamento. Eu entrei logo, já vencia os honorários dos médicos. E nós já tivemos problema, porque alguns já não tinham mais saldo, já não tinha mais saldo para efetivar o pagamento e acabou, assim, efetuando pelo RPA, acabou se ajustando, mas alguns médicos ainda tinham saldo e os demais já, o pagamento futuro já não ia ter mais, isso aí já era sabido já." Em seguida o **membro relator questiona:** "Só para esclarecimento, quando o senhor se refere a saldo, o senhor menciona, tipo, na dispensa que já estava extrapolando o valor permitido? **Sr Celso responde**: "Permitido, é. Isso já estava bom". **Relator perguntou**: "Havia preocupação dentro da diretoria de saúde de que o prazo da dispensa acabasse, sem que a licitação estivesse sendo concluída? O senhor tinha essa preocupação? **Sr Celso respondeu**: "Sim, e muito. Porque os médicos, como qualquer um, trabalham não só porque gostam, mas também por questão financeira, para a sobrevivência. Então, a gente tinha a preocupação que se não existisse o pagamento, automaticamente boa parte às vezes não continuaria a prestação de serviço". Então, existia essa preocupação muito grande. Em seguida o **membro relator perguntou:** "O senhor alertou alguém da administração sobre o risco de desistência na saúde caso o pregão atrasasse? **Sr Celso respondeu**:" Sim, verbalmente sim, não tem isso por escrito, mas foi alertado verbalmente. A própria prefeita, inclusive, eu

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

em particular, e a diretora da administração, que algumas vezes a gente conversou, eu falei que nós tínhamos que ver a questão da empresa, inclusive nós estivemos na cidade de Catanduva vendo o que era melhor, inclusive nós fomos para São Paulo também ver uma empresa que fosse melhor para o município em questão de preço, em questão de estrutura e uma questão também de entregar o que a gente pretendia, que era o trabalho médico com competência". **Relator questionou**: "Essa viagem vocês queriam fazer por forma de credenciamento"? **Sr Celso respondeu**: "Não, não, não. Isso aí existia um projeto de fazer o processo licitatório". **Relator perguntou**: "Vocês queriam fazer um processo licitatório, foi atrás da empresa, junto com a prefeita"? **Sr Celso respondeu**: "Não, não. Qual a finalidade? Nós fomos fazer um estudo de uma estrutura, porque até então, para ver o que ficava melhor para o município". Na sequência o **Relator questionou**: "A diretora de administração esteve presente nessa viagem"? **Sr Celso respondeu**: "Sim, nós estivemos presentes. Mas o intuito era um só, não a primeira que a gente encontrasse ou contatasse que a gente fazia o contrato. Não, a gente ia lá para ver um estudo, o que eles poderiam apresentar para nós, e depois da apresentação do trabalho deles, aí a gente ia ver e abria um processo de licitatório, pelo menos a gente teria uma base do que era interessante para o município. Aí ia ficar aberto para quem quisesse participar". Em continuidade o membro **Relator perguntou**: "Indo a essa viagem, foi muito positivo? A prefeita ficou otimista, junto com a diretora de administração, sobre essa visita que vocês tiveram"? **Sr Celso respondeu**: "Não, isso só foi mesmo a título de conhecimento e de ver o que é melhor para o município. A gente foi mais, não com o intuito, eu vou lá encontrar a empresa B, eu vou trazer o projeto dela e falar, prefeita, vamos moldar para ela. Não, não foi isso. A gente foi lá para ver o que era de melhor para o município, tanto é que acabou, eu não participei, mas foram na cidade de Severínia/ SP, também ver uma empresa, ver o que ela favorecia para o município e depois nós íamos ver. Quando fosse para fazer todo o trabalho, o projeto licitatório ou alguma coisa parecida com isso, aí a gente ia constar o que seria melhor para o município". **O relator questionou**: "Doutor, agora, por que o senhor, como já foi um diretor muito competente, nesses 45 dias, o senhor sentiu a dificuldade para executar as autonomias, para viajar? O senhor não conseguiu construir, nesses 45 dias, nada desse processo para que ele avançasse"? **Sr Celso respondeu**: "Vereador Danilo, foi quando nós conversamos aqui, eu falei para ela, por questão salarial, não só eu, como ninguém viria de qualquer outro município para cá, somente morador ou alguém que estivesse na administração. Como já é a terceira passagem minha pelo município, e a gente criou um vínculo muito grande, porque eu sei das necessidades dos munícipes, eu conheço todos os colaboradores da administração, então eu vim com esse intuito. Eu vou lá e vou me dedicar ao máximo para que isso se realizasse. Mas assim, quando eu vim, não foi uma promessa. Eu falei assim, faça o que for necessário. Só que esse faça necessário falava para mim de frente, só que por trás isso eu não conseguia. E por algumas vezes, não sei

se foi uma, duas, três ou quatro, nós fizemos algumas reuniões e aí eu falei para ela, ou eu faço um trabalho sério, porque brincar de administrar não é o meu papel. E eu não queria ficar frustrado, ficar aqui um ano, dois anos, três anos, quatro anos, e chegar lá na frente e falar assim, olha, eu não consegui desenvolver nada, motivo pelo qual em 45 dias eu protocolizei meu pedido de exoneração, tá? E eu nem fui conversar com ela, não por desrespeito à pessoa dela, porque não adiantava nada eu ir procurar ela, a gente ia conversar, ia falar, não, agora faz o que você acha que dá. Não, ia acontecer. Então, foi o motivo pelo qual, mas eu vim com o intuito de fazer um projeto legal, porque tem condições. Hoje o município dispõe de infraestrutura total, nós temos o material humano aqui perfeito, tem estrutura de informática, coisa que é inveja a muitos municípios. Só que tem esse detalhe. Eu não consegui desenvolver o meu trabalho porque existiam essas barreiras. Não sei te falar se foi ela, se foi outra pessoa, se foi alguém lá dentro, mas eu não queria ficar frustrado. Então, eu fiz a opção". **O relator perguntou**: "O senhor menciona a palavra barreiras, eu gostaria de saber, a diretora de administração, ela interferia na sua pasta quando o senhor esteve no período"? **Sr Celso respondeu**: "Diretora"? **Relator respondeu**: "De administração. Ela interferia na pasta da saúde, em reuniões? **Sr Celso respondeu**: "Não. Diretamente comigo, não". **Membro relator questionou**: "Com o senhor, não"? **Sr Celso respondeu**:" não, diretamente comigo, não. Quando eu falo essa barreira, é assim, eu tenho que montar um grupo, porque, apesar que você conhecer a saúde de cor e salteado, mas a saúde tem atenção básica, a média e alta complexidade. Nós aqui somos a atenção básica. Então, o que nós temos que fortalecer aqui, esse atendimento básico, ou seja, hoje aqui nós chamamos de ESF, mas lá atrás era ESF, então a obrigação nossa é fazer com que isso funcione para desafogar o pronto-socorro. O que acontece? Nós temos que montar grupo, porque nós temos indicadores para lançar, a saúde é muito dinâmica, está mudando toda hora, todo segundo, então tem que ser montado um grupo, e esse grupo deixar correr. O meu papel não é eu fazer, e sim administrar e dar o caminho para as pessoas, porque as reuniões que nós fazemos na DRS em Rio Preto é justamente para isso. A Delegacia de Regional é justamente para isso. Eu vou lá, Pega o conhecimento que eles estão passando, chega aqui e aplica no município. E, além disso, ainda tem uma colega coordenadora da DRS que vem todo mês fazer um planejamento com a gente. Então, essa montagem do grupo, que eu estava com dificuldade, porque eu falava, olha, eu preciso de fulano de tal, fulano de tal, porque eu sabia da competência, porque eu já tinha trabalhado nas outras administrações. Olha, essa eu não posso. Então, eu não tenho condições sozinho de fazer lançamento de sistema, ir em reunião, cuidar do pronto-socorro, cuidar de departamento de ambulância, porque o gestor, até falar, o gestor da saúde, então todos os departamentos ele tem por obrigação de conhecer e dar a conduta dele. E eu não consegui montar esse grupo". **O relator questionou:** "Ou seja, o senhor não tinha autonomia para montar o seu grupo"? **Sr Celso respondeu**:" Não, não tinha". Na sequência

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

o membro **relator perguntou**: "no setor de compras, quando o senhor precisava de algo aqui da prefeitura, com quem o senhor conversava? Quem era o chefe que o senhor sempre procurava para liberar o que o senhor precisava no setor de compras da prefeitura municipal? A pessoa"? **Sr Celso respondeu**: "Não, eu não posso chegar e falar, eu quero comprar tal coisa. Tudo era através de ofício, apesar que já tinha alguns processos em andamento, mas assim, foi solicitado, que nem algumas medicações que já estavam, não é terminando, porque esse é um processo normal e natural que sempre vai existir, por mais que a gente coloque mil computadores, mil pessoas para trabalharem, mas é um processo normal e natural. Então assim, eu faço solicitação ao departamento de compras, ou processo licitatório, ou eu venho até aqui, tem medicação tal, já em processo de licitação, até porque meu período também foi pequeno, então tem, não tem, já está em processo de licitação, isso aí já vai ser adquirido através do processo licitatório. Mas eu chegar lá e falar que preciso de tal coisa? Não". **O relator perguntou**: "Esses ofícios eram endereçados nominal a quem"? **Sr Celso respondeu**:" Eu fazia direto ao gabinete". **Relator questionou**: "Ao gabinete"? **Sr Celso respondeu**: "É, ao gabinete". Dando continuidade o **membro relator questionou**: "E quando o senhor assinava a nota aqui no setor de compras, com quem o senhor assinava essas notas"? **Sr Celso respondeu**:" eu..." **Relator perguntou**: "Quem era a pessoa que o senhor assinava as notas"? **Sr Celso respondeu**: "Fugiu o nome, mas aquela moça de óculos, como é que chama ela? Como é que é o nome da moça de compras lá? Que fica na parte de pagamento, como é que chama"? **Relator perguntou**: "Maria Antônia"? **Sr Celso respondeu**: "Maria Antônia. As notas chegavam até lá, eu ia lá e conferia. Quando não, as notas desciam, chegava à mercadoria nos setores lá do centro de saúde, ou do posto de saúde, e aí elas desciam para cá, para fazer o fechamento e o pagamento. Eu fazia o meu carimbo de ok. Mas já vinham elas assinadas e conferidas lá de cima". **Relator perguntou**: "A senhora Eliane, da diretoria de administração, ela participou das reuniões na saúde, junto com o gabinete da prefeita, no período que o senhor esteve para tratar de assunto as contratações médicas, RPAs". **Sr Celso respondeu**: "A contratação médica não porquê... Da discussão do processo. Ah sim, aí sim. A contratação médica porque já tinha os médicos em andamento, manteve o mesmo quadro". **Membro relator questionou**: "O senhor, nesse período que esteve, sofreu alguma pressão por essa gestão? Foi difícil do senhor estar na ocupação por 45 dias ou foi tranquilo"? **Sr Celso respondeu**: "Não, tive nenhum tipo de pressão, não". **Relator perguntou**: "Os médicos, quando o senhor assumiu, eles estavam sendo pagos por RPAs"? Sr Celso respondeu: "Sim, era por RPAs". Na sequência o **membro relator questionou**: "O senhor tinha algum conhecimento de que médicos precisavam buscar orçamentos para ficar mais fácil para eles receberem? Ou seja, se dependesse da compra, iria atrasar mais ainda, para eles receberem? O senhor teve esse conhecimento? Que eles mesmos tinham que buscar os orçamentos"? **Sr Celso respondeu**:" não, não tenho. Orçamento do quê"? **Relator**

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

respondeu e questionou: "O orçamento para pagar eles, ou seja, mesmo que fosse por RPA, não tinha orçamento, não tinha nada, não precisava"? **Sr Celso respondeu**:" Não, porque é por hora". **Relator questionou**: "Mas essa conversa ali dentro, não teve mesmo"? **Sr Celso respondeu**:" não, no meu período, não. Até porque também nós temos os médicos assinam..... Tinha um controle de planilha, então, quem fazia plantão ou ambulatório, que assim seja, então fecha-se a hora no dia 30, enviava a planilha para pagamento, mas só isso, de buscar o orçamento..." Na sequência o **Relator perguntou**: "Nesse período que o senhor estava, há 45 dias, era a senhora, a Eulélia, que fazia esse controle dos médicos de pontos ou não"? **Sr Celso respondeu**: "Sim, era ela. Ela que fazia todo o controle". **Relator perguntou**: "Era por ponto ou aquele, igual ela fazia no tribunal de contas, de colocar o rosto? Você sabe me informar como que era"? **Sr Celso respondeu**:" como meu período foi muito curto, eu tenho conhecimento que lá tem cartão de ponto, lá o relógio de ponto, eletrônico. Mas como tinha uma escala, eu acredito que era por escala, tanto é que, como tinha várias coisas que a gente tinha que agir, e essa parte estava rodando, então eu não sei te falar se existiam alguns médicos que tivessem o ponto eletrônico, mas o conhecimento que eu tenho era por planilha". **Relator pergunto**:" Essas escalas eram eles que faziam, os médicos"? **Sr Celso respondeu**: "Sim. Ela que faziam". Em seguida o **membro relator perguntou:** "No seu período, era ela que fazia as escalas? Ela que fazia". **Sr Celso respondeu**: "Ela que montava". Dando continuidade o **membro relator perguntou**: "O senhor concordava com a forma que esses pagamentos estavam sendo feitos, os RPAs? Ou o senhor tinha um medo de poder dar algum processo posteriormente**"? Sr Celso respondeu**:" Vereador, até por questão minha, que eu sou advogado, e tem certas coisas na vida que não tem como se explicar o inexplicável ou o explicável. Não tem como um poder público, até por questão também do processo licitatório. Ou se faz processo licitatório ou vai continuar irregular para o resto da vida. Só que tem aquela coisa do teto. Não proíbe o pagamento de RPA, mas isso também não pode ser prolongado por 10, 20, 30, 50 anos. Isso foi alertado. Tanto é que eu entrei, acho que foi o primeiro pagamento, porque tinha encerrado uma empresa, aí abriu-se algumas horas, fizeram esse planejamento, aí pagaram, ó, então nós vamos pagar mais um mês de RPA. Só que o cálculo foi feito erroneamente. O cálculo foi feito erroneamente. No primeiro mês de pagamento que eu estava, já tinha médico, já não tinha mais saldo, para fazer o pagamento futuro, no próximo pagamento. Então, vamos imaginar que se eu entrei dia 10, os médicos iam ser pagos dia 10. Já teve esse problema, que alguns médicos tinham, os outros não, o saldo foi pago. Só que para o próximo pagamento, quando eu estava saindo, já ia ter problema e sério para o pagamento, porque não ia ter mais como ter saldo. É que eu falo assim, nada impediria a Prefeitura pagar, a prefeita ou quem for de direito em pagar. Só que assim, legalmente está irregular. Não ia estar. Eu tenho esse conhecimento e foi avisado". **O Relator perguntou:** "Pelo fato, me responde se o senhor, perante a sua

posição de advogado, concordar ou não. Existia uma licitação vigente que estava funcionando, essa licitação estava trabalhando corretamente. Aí eles foram, rescindiram o contrato com a licitação que estava vigente. Contrataram os médicos por RPA. Aí não dá um direcionamento"? **Sr Celso respondeu**: "Não, porque nenhuma empresa é vitalícia na administração. Se ela tiver algumas falhas, pode rescindir a qualquer momento. A questão do RPA, como eu estou dizendo, ou qualquer outra forma de pagamento, ela pode ser feita. Isso aí não é nada ilegal. O que não pode é aquilo que eu falei para vocês. Ela não pode ser contínua. Porque o tribunal, de contas, ele vai questionar. Porque, senão, vira um direcionamento". **Relator perguntou**: "Sim, e aí, até depois, não é do seu período de 45 dias, mas assim, porque aí continuou com os mesmos. Aí, com todo esse processo, eu vejo que dá um direcionamento, porque depois foram abrir uma distância com o emergencial, com os mesmos que estavam ali. Aí depois pagaram. Então, assim, a gente fica preocupado". **Sr Celso respondeu**: "Mas é, o esclarecimento é isso aí. A empresa nenhuma é vitalícia, pode ser quebrado a qualquer momento o contrato. Pode pagar um mês, dois meses, só que você não pode ser vitalício. Ou é concurso público ou através de uma outra empresa". **Relator perguntou**: "No seu período, que o senhor estava, qual era a função do doutor Lucas dentro da unidade básica de saúde"? **Sr Celso respondeu**: "Ele estava como médico de plantonista e diretor clínico". **Relator questionou**: "O que é a função do diretor clínico"? **Sr Celso respondeu**: "O diretor clínico fica responsável pela conduta dos médicos na orientação e também na responsabilidade penal e civil perante até o próprio CRM em caso de alguma conduta de algum colega de trabalho. Então, ele fica responsável por isso". **Relator perguntou**:" O doutor Lucas, ele possuía alguma influência administrativa nesse período que o senhor estava dentro da diretoria municipal de saúde"? **Sr Celso respondeu**: "Não. Ele fazia o trabalho dele como qualquer outro médico. A única diferença é que ele tinha essa posição, que aí fica ele, um elo entre o diretor clínico e o gestor de saúde". **Relator questionou:** "O senhor pediu exoneração por receio de futuras responsabilidades relacionadas à condução da pasta de saúde"? **Sr Celso respondeu:** "Sim. Até porque, como já te expliquei anteriormente, eu, na condição de um homem médio, que tem conhecimento de tudo, e vendo a administração, eu sei que não é de um dia para a noite que é feito qualquer processo dentro de um poder público. Só que as coisas demandavam muito tempo. Uma coisa que poderia ser tomada uma atitude instantânea para abrir qualquer processo licitatório, qualquer outra forma, qualquer outro meio, ia se empurrando. protelando. Então, era um receio, motivo pelo qual eu pedi exoneração". **Relator perguntou**:" Qual foi um dos fatos que o senhor teve mais receio que causasse uma futura responsabilidade ao senhor"? **Sr Celso respondeu**: "Justamente isso e também a questão da responsabilidade de não ter um grupo, porque não foi dado essa oportunidade. Então, se eu não tenho um grupo para trabalhar, automaticamente que os indicadores não vão funcionar. Não funcionando, a responsabilidade é minha. E a outra

coisa também, se não é feito um processo licitatório ou qualquer outra forma para a contratação de médicos, aí os médicos não vêm trabalhar, a responsabilidade de quem? Gestor. Então, assim, é complicado. Mas é muito grande a responsabilidade de um gestor. Não só na questão de indicadores, mas aí vem. Se for para enumerar, tem muita coisa". Dando continuidade o **Relator perguntou: "**Alguém da procuradoria jurídica negou algum atendimento ao senhor? Ou todos os procuradores lhe atenderam muito bem nesse período de 45 dias? Ou o senhor não precisava muito do jurídico da prefeitura"? **Sr Celso respondeu**:" Não, do jurídico, assim, para pedir informações sobre algum ato, não. Não. A única coisa que nós tivemos o contato foi contato mesmo profissional quando estava, como eu disse anteriormente, que a gente foi ver modelos de empresas que ficassem em uma condição melhor para o município, e aí nós acabamos trocando ideia com o pessoal do departamento jurídico para ver qual era a melhor forma, de contratação das empresas, mas nenhum tempo, nenhum momento foi rude. Pelo contrário, foram muito receptivos. Independente, eu não conhecia nenhum deles". **Relator disse**:" Presidente, para mim, está encerrado. Dr. Celso, muito obrigado". **Sr Celso responde**: "Eu que agradeço". **Presidente perguntou**: **"**Qual foi a data de início do trabalho prestado aqui para o município, de Icém"? **Sr Celso respondeu**: "Vereador, presidente, eu acredito que teve início, acho que dia 10. Dia 10 de julho, porque aí eu entrei... De julho, foi isso mesmo. Eu acredito que eu devo ter saído dia 10 ou dia 15 de agosto. Alguma data parecida". **Presidente questionou**: "Então, o senhor participou do emergencial, o primeiro emergencial que teve os RPA dos médicos". **Sr Celso respondeu: "**Não. Quando eu entrei, já estava em vigência". **Presidente perguntou**: "Já estava em vigência". **Sr Celso respondeu**: "Tanto é que teve o problema lá dos cálculos que fizeram". **Presidente questionou**: "Vamos chegar aí. A data é dia 10, e o senhor saiu no começo de agosto". **Sr Celso respondeu**: "É, foi no início de agosto". **O Presidente perguntou**: **"**O senhor chegou a participar de alguma reunião? Ou o senhor chegou a receber no hospital, no período do senhor, o senhor chamado doutor Fuad"? **Sr Celso respondeu:"** Fuad? Não. Na Santa Casa, lá no postinho de saúde, não". **Presidente perguntou**: "O senhor chegou a participar, no período que o senhor ficou na gestão de saúde, de alguma reunião de capacitação, de qualificação para os chefes de contrato"? **Sr Celso respondeu**: "Não, não participei". **O Presidente questionou**: "As ações na saúde, as mudanças que o senhor ia fazer, que o senhor tem no dia a dia. O senhor tinha toda a autonomia de fazer ou o senhor tinha que passar para um superior"? **Sr Celso respondeu**: **"**O meu contato era com a prefeita e com a administradora. Eu tinha que reportar a elas". Dando continuidade o **Presidente perguntou:"** Só vou citar o nome aqui. Doutor Lucas de Sousa Campos". **Sr Celso respondeu**: "Sim". **Presidente perguntou: "**O diretor clínico do hospital, na época do senhor também". **Sr Celso respondeu**: "Sim". **Presidente na sequência perguntou: "**Eu vi que o senhor falou aqui para o relator a função. O doutor Lucas e o senhor, na época, os médicos que foram contratados no RPA, vocês também

tinham esse trabalho de indicar"? **Sr Celso respondeu**: Não. Tanto é que os médicos que, quando eu entrei, eles já estavam no sistema porque foi aproveitado da empresa que foi rescindido o contrato. Então, no meu período de gestão, nós não tivemos nenhuma contratação. Só tinha mesmo os médicos que já estavam". **Perguntou o Presidente**: "No período que o senhor também teve na gestão, esses 45 dias, Dr. Lucas, a função dele é o que o senhor falou, que era mais burocrática, mais as ações de cada médico, ou fazer mais alguma atividade"? **Sr Celso respondeu**: "Não, ele era médico do pronto-socorro, e aí ele estava na condição também de diretor clínico, que é obrigatório, isso aí não é ele que quer, isso aí é obrigatório, como tem a responsável técnica pela enfermagem, tem que ter um diretor clínico". **Presidente questionou:** "Vamos lá, nos 45 dias que o senhor ficou na gestão pública de Icém, quem era o responsável pelos apontamentos dos médicos"? **Sr Celso respondeu:** "A Leia, que é a Eulélia, que é o nome real dela". **Na sequência o Presidente perguntou:** "Eu sei que já faz um tempo. Tinha faltas nesse período? Chegou a ter falta de algum médico"? **Sr Celso respondeu:** "Não, nesse período meu, não". **Presidente perguntou:** "Pela sua experiência, na gestão pública, que é de vários anos, e na gestão jurídica. Agora, mais uma opinião, só para a gente deixar registrado na ata. Qual é o valor, em hora, trabalhado de um médico para o município de Icém"? **Sr Celso respondeu:**" isso aí, vereador, tudo depende também da especialização. Se for um médico clínico hoje, de pronto-socorro, dependendo, porque assim, leva em conta distância, eles levam em conta também a quantidade de atendimento. Mas a média, sei lá, vamos colocar aqui 1.300 dividido por 12, dá em torno de 100, 110 reais uma média hoje. Mas tem município que se paga R$150, R$180, tem município que paga R$90, mas é uma média". **Presidente questionou:**" Só para nós deixar registrado aqui, porque o senhor é o gestor da área. Fala um valor que o senhor acha que é superior, que é o mais alto que o senhor já viu pagar". **Sr Celso respondeu:** "De hora médica? Pode colocar aí R$160 a hora. Isso direto". Dando continuidade o **Presidente perguntou:**" O senhor chegou a participar de alguma reunião para montar o esqueleto do projeto do edital, o termo de referência da licitação que tinha por vir"? **Sr Celso respondeu**: "Sim. Foi justamente essas visitas que nós fizemos, para ver o que era de melhor para o município, porque cada um é uma realidade. Então, tem empresa que presta serviço tal." **Presidente questionou:** "Não, não, o senhor não entendeu. Não estou falando de empresa. Foi feito um esqueleto, um edital, em termos de referência, tudo certinho, montado assim. Eu preciso de tantos médicos, PSF, tantos para a unidade básica". **Sr Celso respondeu:** "Não, não, isso aí não". **Presidente questionou:** "Não foi o senhor que participou. Qual é o nome correto"? **Sr Celso respondeu**: "De qual"? **Presidente respondeu**: "Do que estou falando? Esqueleto, projeto"? **Sr Celso respondeu**: "Não, esse é um projeto. É porque isso aí, na verdade... Só voltando um pouco atrás. A saúde, dentro do município, é uma empresa paralela. Não tem nada a ver com a administração pública. A saúde tem vida própria. A saúde é vida própria,

igual a educação tem. Só que, em município pequeno, isso não é realidade. E aqui não é diferente também. Então, o gestor, a partir da hora que ele entra, ele é responsável por tudo, motivo pelo qual eu pedi exoneração, porque eu não ia ficar brincando aqui de trabalhar. Até porque também da minha condição de saber o que é certo e o que é errado. Não que eu estou dizendo que os outros não saibam, mas eu não ia brincar uma coisa tão séria. Então, a saúde é uma empresa independente a saúde do município. Então, lá, quem vê, até já fala, é o gestor, ele tem que verificar o que precisa, o que não precisa, tomar as decisões. Aí vem o auxílio de um diretor clínico, que ele vai te auxiliar, porque eu não tenho conhecimento técnico, na área médica, ao fundo, de saber qual é o profissional ou não. Mas aí eu tenho esse auxílio da diretoria clínica e do Conselho Municipal de Saúde. Olha, nós vamos montar tal coisa, porque o Conselho Municipal também, ele manda, falando grosseiramente, mais do que a prefeita dentro da saúde. Mas num município pequeno não é a realidade. A administração influencia muito. Então... O correto era sim. O gestor falou, olha, eu preciso de um médico no ESF tal, no ESF tal, no ESF tal. Eu tenho que mudar o meu ESF de lá pra cá ou daqui pra lá ou de lá pra cá. Como aqui é atenção básica, nós não temos obrigação de ter ortopedista, nós não temos obrigação de ter um oftalmo. A nossa atenção básica aqui é o básico mesmo, é um médico clínico, pode ter um pediatra por questão pessoal, até por questão de conduta. Só que, assim, já é a minha opinião. Se a gente pode ter um ortopedista que resolva alguma coisa, já vai diminuir o custo da prefeitura, porque o nosso município é a 50 km de Rio Preto. E nós temos outro problema sério na questão de vaga. Então, assim, essa estrutura que você está falando, quem deveria fazer era eu como gestor. Só que eu não tinha essa autonomia". **Presidente perguntou:"** essa que eu queria saber sim. Então, se o senhor não participou e se na tua época você não tinha essa autonomia, quando o senhor chegou já estava pronto isso? Ou foi depois que o senhor saiu que foi montado"? **Sr Celso respondeu:** "Quando eu entrei, já estava aí sua estrutura. O doutor estava com o diretor clínico, os médicos já estavam, porque médico ESF, acredito que é do mais médico que eles estavam, acredito eu, e estava assim, o grupo estava montado, teria que fazer um monte de adaptações, assim, um monte de reforma para que adequasse da forma verdadeira para a condução da saúde do município. Após isso, tinha necessidade, e era coisa para ontem, a questão do pagamento dos médicos, os médicos plantonistas e os médicos especialistas que nós tínhamos alguns no município. Perguntaram para mim, tem que montar. De que forma vai ter que montar? A minha posição era assim, monta-se um processo licitatório, se a gente vê que hoje tem essa demanda muito grande de médicos serem formados, estipula médico com 2 ou 3 ou 4 anos, ou médico com especialidade verdadeira, monta-se isso aí, monta um processo licitatório e vai. Quando eu saí, estava pronto um projeto que o que eu participei, na verdade, foi a questão de horas, porque as horas que colocaram dentro do processo, eu sou franco em falar, ia ser pior do que o processo por dispensa de licitação que foi feito,

porque mais 10, 15 dias no mês, já ia estourar todas as horas de novo". **Presidente perguntou:** "No período que o senhor foi gestor da saúde aqui em Icém, uns 45 dias aproximadamente, quantos ginecologistas tinham atendido no município nosso"? **Sr Celso respondeu:** "Nós tínhamos uma, acho que era uma doutora". **Presidente questionou:** "Uma doutora? E conseguia atender a demanda"? **Sr Celso respondeu:** "Não". Dando continuidade o **Presidente perguntou:**" No ponto de vista, quando o ginecologista precisava para atender a demanda do município"? **Sr Celso respondeu:**" O vereador, é uma sequência lógica das coisas. É assim, se a atenção básica funciona direito, a gente elimina um monte de problema. Não é só assim. Eu posso colocar 10 ginecologistas aqui que não vai dar conta. Eu posso colocar aqui 10 oftalmo que não vai dar conta, porque se a atenção básica não funcionar, não vai resolver". Na sequência o **Presidente questionou:** "Vamos falar aqui do tempo que o senhor ficou aqui, no período que o senhor estava ali. Tinha um ginecologista. Só para ficar mais fácil, para todo mundo entender, qual era o número de atendimento desse ginecologista"? **Sr Celso respondeu:** "No momento eu não lembro, mas também não é tão fora, porque se você colocar meia hora para cada atendimento, eu não me lembro a carga horária do médico, então é simples fato, é meia hora, para ter um atendimento digno". Presidente questionou: "Daria o quê"? **Sr Celso respondeu**: "Então, se a gente colocar, se ela trabalhar 4 horas por dia, que é a média, ou 5 horas dia, que vai dar 40 horas semanais, vai dar 5, 4 vezes 5, 20, é isso mesmo. Então, 4 horas vezes 5, dá 20 horas. Se eu pegar 20 horas hoje e dividir por 30, é 10 atendimentos. Acaba-se fazendo mais". **Presidente disse:** "Só para você entender, aqui passou a diretora Rosângela, com a gente. Passou o diretor André. Passou a diretora Daniela. E agora o senhor. Esse material aqui é o que veio da prefeitura para nós. Nós ficamos mais de 30 dias com missão tudo que a gente baseia, a gente fez o resumo, está aqui. E as outras coisas que a gente está pedindo a informação. E, além disso, vem até nós, a preocupação maior nossa, na denúncia, são vários fatores, mas um muito importante é o uso do dinheiro público. E aí, o senhor me fala, sim, que uma ginecologista, não conseguindo a demanda no período do senhor, que ficava tendo uma fila para atendimento, mais ou menos assim, mas atende dez. Aí, nós tivemos uma licitação no futuro, que o senhor não participou, não é isso? E o senhor já tinha perdido a exoneração, que no esqueleto, no projeto, coloca três ginecologistas para o município. Ah, tá, vamos colocar um no ESF ali, outro ali, outro ali. E aí, nós fizemos nossa visita em campo também, para saber. Aí cada ginecologista atende cinco pessoas por dia. Três ginecologistas no mesmo dia. entendeu? Cinco em tal lugar, cinco em tal lugar. É desperdício do dinheiro público ou não, na opinião do senhor? É falta de planejamento"? **Sr Celso respondeu:** "Olha... Tudo depende da conduta que ela está fazendo. Mas o próprio SUS, ele não determina um horário. Mas a gente tem convivência com a saúde, eu praticamente tenho 20... 26 anos que eu vivo na saúde, pelo menos um protocolo de meia hora, a não ser quando tem algum procedimento, atendimento clínico,

meia hora, é diferente de um procedimento ortopédico, que tem que fazer alguma mobilização, que os médicos aqui têm feito para a gente". **Presidente perguntou:** "Só para encerrar a última pergunta, vamos falar que o senhor fosse diretor hoje". **Sr Celso respondeu:** "Sim". **Presidente questionou:** "Hoje. O senhor autorizava, só assinava embaixo, três ginecologistas, a prefeitura pagando por mês, e cada um atendendo cinco pessoas por dia"? **Sr. Celso respondeu**: "Não, não dá. Não pode". **Presidente finalizou**: "Agradecemos a colaboração do senhor e damos por encerrada a sua audiência. Muito obrigado pela vinda do senhor até aqui". **Sr Celso respondeu**: "Eu volto a agradecer pelo abraço que vocês sempre me deram aqui, pelo respeito que vocês sempre me trataram, por essas pessoas, independente da posição que a gente está hoje aqui, mas pelo respeito, até por questão também que a gente morou aqui no município. A única coisa que a gente fica triste, tem tudo para dar certo, tem tudo para resolver, simplesmente está faltando uma boa vontade. O município está de parabéns, de estrutura, tem tudo. E deixo aqui meu abraço para todo mundo. Eu que agradeço. Um abraço". Ato contínuo, às 15:27m, o **Sr Presidente, convidou a Dr, Giulia Zerati Trinca** para adentrar ao plenário. Continuando essa audiência, eu pergunto se a senhora leu o termo de advertência e o compromisso da testemunha entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria. **Dr. Giulia respondeu:** "Sim". **Presidente disse:** "Favor, informe seu nome completo." **Dr. Giulia respondeu:** "Giulia Zerati Trinca." Dando continuidade **Presidente perguntou**: "Seu cargo e Rg"? **Dr. Giulia respondeu**: "Médica do pronto-socorro. RG 540365476". **Presidente esclareceu:** "Só para deixar registrado na ata, a senhora está sendo ouvida na qualidade de testemunha e por isso deve dizer a verdade sobre os fatos e que tenha conhecimento ou que lhe for perguntado sobre a pena de incorrer no crime de falso testemunho com pena de reclusão de 3 a 8 anos e multa, conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será prestado oralmente, sendo gravado em audiovisual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara Municipal, para posteriormente ser transcrito em ata, ou seja, reduzido ao termo. Caso a senhora seja conjugue, companheira, ascendente, descendente, ou irmão da denunciada senhora Aparecida Salisso, poderá recusar-se a depor, conforme é segura a legislação. A senhora deve relatar apenas fatos que presenciou ou tenha conhecimento direto, evitando opiniões pessoais ou suposições, salvo quando expressamente questionado pela comissão processante. Caso não compreenda alguma pergunta, poderá solicitar esclarecimento antes de responder. É assegurado o direito de ser tratada com respeito e dignidade durante toda oitiva. Concedo agora a palavra ao membro relator para que dê início aos seus questionamentos. **Dando continuidade Membro Relator Danilo Félix de Miranda:** "Quero dizer que são 13h29, senhor presidente, para que conste na ATA. Doutora, seja muito bem-vinda à nossa oitiva. Fique muito bem à vontade para que possa responder as perguntas como testemunha para nos ajudar na investigação que estamos aqui. Eu vou falar com a senhora, junto com a comissão, como

a senhora fazia parte da empresa, dos médicos, a senhora participou também do processo de dispensa, você foi contratada por dispensa, por RPA. Então, por RPA você não foi contratada"? **Dr. Giulia respondeu:** "Não, eu sempre emiti nota, sempre fui PJ". **Relator questionou:** "Você sempre foi PJ"? **Dr. Giulia respondeu:** "Nunca emiti nada em RPA". **Relator questionou:** "Em RPA não"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não. Eu até confirmei com o meu contador antes de sentar aqui, porque eu sou leiga, mas ele me disse que eu sempre emiti por PJ". **Relator perguntou:** "Doutora, eu vou perguntar para a senhora, mas o RPA existe". **Dr. Giulia respondeu**: "Sim, isso eu sei". Na sequência o **Relator questionou**: "Tem pagamento da senhora como RPA que comprove em nossas notas que foi a prefeitura que fez o RPA. O RPA existe. Então, para que a senhora fique muito bem à vontade, só para que dê tudo certo o seu depoimento. A senhora me confirma que estava sem pagamento desde o dia 15 de dezembro 2025? **Dr. Giulia respondeu:** "Sim". **Relator perguntou:**" Em 05.01.2026, a senhora recebeu um valor de R$ 8.812,50, mais uma nota de R$ 8.500. Essas notas têm um período aqui de 1 a 14 de dezembro, foi o período que a senhora trabalhou pela empresa, que é aí que a senhora recebeu pela prefeitura que seria pelo RPA, confirma"? **Dr. Giulia respondeu**: "Na verdade, do dia 1º de dezembro a 14 de dezembro, ainda era pela prefeitura, porque a empresa entrou dia 15 de dezembro, não foi"? **Relator questionou:** "Nesse período, doutora, que eu estou mencionando aqui, não foi a regularização? A prefeitura não fez um pagamento para a senhora da regularização do seu serviço? Ou seja, que a empresa não repassou o dinheiro aqui, não foi a prefeitura que pagou para a senhora por RPA"? **Dr. Giulia respondeu**: "Sim, eu não vou saber se foi por RPA, porque eu sempre emiti nota, mas foi esse valor". Na sequência o **Relator perguntou**: "Então vamos lá para a continuidade aqui. Quem que informou a senhora que o pagamento deveria da apresentação de duas propostas além da sua"? **Dr. Giulia respondeu**: "O pessoal do compras da prefeitura". **Relator questionou:** "Certeza? A senhora me confirma isso com certeza, não teve nem um terceiro**". Dr. Giulia respondeu**: "O Dr. Lucas e o pessoal do Compras". **Relator perguntou**: "Doutora, eu gostaria que a senhora me informasse completamente tudo com verdade, porque eu tenho uma prova que, caso o depoimento da senhora não for de acordo com essa prova que eu tenho, eu vou anexar na ATA, Sr. Presidente, que é uma prova muito importante. Então eu gostaria que a senhora me falasse toda a verdade, por gentileza, pode ficar à vontade". **Dr. Giulia respondeu**: "É que eu estou tentando lembrar, eu estou muito nervosa". **Relator disse:** "Pode ficar tranquila, não tenha medo de perseguição. Eu gostaria de contar muito com o seu testemunho, que é muito importante para nós nessa investigação". Dando continuidade **Presidente disse**:" Doutora, nós aqui dessa comissão da CEI, nós somos de nove vereadores aqui. Essa casa é feita para fiscalizar. Nós não condenamos ninguém. Só que quando chega a denúncia para nós, foi montada a comissão, foi sorteado, nós largamos nossos afazeres para participar dessa comissão, e chamamos vocês como testemunhas.

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Então, é só para nos ajudar para nós pegarmos e ter certeza que o nosso trabalho vai ser realizado, em cima da verdade, por isso que a gente leu o termo, mas a senhora fique à vontade. A senhora não entendeu a pergunta, pode pedir para refazer a pergunta. A senhora não lembrou, a senhora falou, não lembro, mas fique à vontade para responder, mas o que a gente pede e conta com a senhora é com a verdade". Na sequência o **Relator esclareceu e questionou:** "Doutora, como muito bem falou o presidente, eu não estou aqui para pressionar. É a minha função como vereador, como fui sorteado para essa comissão. Gostaria que a senhora ficasse muito à vontade. A senhora tem o direito de permanecer em silêncio caso não queira responder. Peço desculpa por esse momento, mas é o nosso dever como vereador junto à casa fazer essa investigação. Então vamos voltar lá. Quem informou a senhora que o pagamento dependeria da apresentação de duas propostas além da sua"? **Dr. Giulia respondeu**: "Nós estávamos sem receber já fazia quase dois meses e eu confesso que eu já estava desesperada, porque eu tinha conta para pagar, já estava devendo um monte. Então... A minha sogra trabalha no compras, então eu sempre perguntava as coisas pra ela, pra eu ficar a par mesmo. Eu não vou saber te falar certinho a pessoa que me falou. O doutor Lucas comentou, a minha sogra me contou. Depois eu fui até a prefeitura, conversei lá na sala de compras, me falaram sobre os orçamentos que eu ia ter que fazer, que são aquelas propostas dos outros médicos. É sobre isso que o senhor perguntou?". **Relator afirmou e perguntou**: "Sim, então o orçamento, o Compras falou mesmo que a senhora ou o Dr. Lucas que teria que providenciar esse orçamento?". **Dr. Giulia respondeu**: "Eles falaram que eles poderiam providenciar, mas iria demorar muito. E na época, eu como o Dr. Lucas, como os outros médicos, a gente só estava pensando em receber. Então, nós mesmos falamos que iríamos atrás desses orçamentos, eu fui atrás de amigas minhas para me ajudarem nesse caso, porque senão o pessoal do Compras, eu entendo, é o trabalho deles, mas ia demorar muito e eu só queria receber". **Relator perguntou**: "Perfeito. Essa exigência foi feita verbalmente ou por escrito? A senhora conversou ou foi por escrito"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não, foi verbalmente, mas eles deram um modelo de como nós deveríamos fazer essas propostas". **Membro relator questionou**: "Qual servidor público ou autoridade municipal determinou essa exigência à senhora? Ou seja, foi o doutor Lucas, foi alguém do compra? Quem ajudou a senhora"? **Dr. Giulia respondeu**: "Você fala, montar as propostas"? **Relator respondeu:** "Isto". Dr. Giulia respondeu: "Eu montei as propostas. Na verdade, eu mandei para as minhas amigas médicas. Elas montaram e me reenviaram. Foi isso. Você fala quem me falou que eu tinha que fazer"? **Relator perguntou**: "Quem foi o servidor público? O Dr. Lucas? Que falou que a senhora tinha que fazer essa proposta? Foi ele ou alguém do Compras"? **Dr. Giulia respondeu:** "Foi o Dr. Lucas, mas também foi o Celso? Não, é do Compras. Eu não lembro o nome dele. César, isso". **Relator perguntou:** "O Dr. Lucas esteve correndo para ajudar nesse período vocês receberem, tramitando tudo com a prefeitura, ajudando vocês nesse

período"? Dr. Giulia respondeu: "Sim". **Relator questionou**: "Qual era a função nesse período do Dr. Lucas no processo de contratação e pagamento dos médicos? Ele que contrata os médicos"? **Dr Giulia respondeu**: "O senhor fala no período em que estava aquela empresa ou atualmente"? **Relator responde**: "No período da empresa e no período de dispensa, no período emergencial". **Dr. Giulia responde**: "No período emergencial, ele era o diretor técnico. Como eu trabalhava no ESF, eu não tinha muito contato com ele, porque ele ficava muito no pronto-socorro. Eu passei a ter contato agora, mas em relação à contratação de médicos, se é ele que escolhia, eu não vou saber te falar". **Relator perguntou**:" E quem que fazia as suas escalas, os plantões, os seus dias, quem faz"? **Dr. Giulia respondeu:** "Eu trabalhava no ESF, na época, que era um valor fixo, e eu fazia o sobreaviso. Então, o sobreaviso eu montava, depois, quando eu comecei a dividir com o Dr. João, nós montávamos juntos e eu entregava à Leia". **Relator questionou**: "A Leia é no período..." **Dr. Giulia respondeu**: "Emergencial. Antes da empresa". **Relator questionou**:" E nessa dispensa de hoje, quem faz as suas escalas"? **Dr. Giulia respondeu**: "As escalas atualmente é o diretor técnico, o Dr. Lucas". **Relator perguntou**:" A senhora recebeu alguma orientação do doutor Lucas sobre a emissão de nota fiscal e a apresentação de orçamentos. Isso ela já me afirmou". **Sr. Giulia respondeu**: "Sim, sim". **Relator perguntou**: "Doutora, causou a instabilidade da senhora, ou seja, eu estou trabalhando, eu não tenho contrato, o que vai ser da minha vida? A senhora ficou preocupada"? **Dr. Giulia respondeu**: "Sempre, até hoje. Porque assim, eu não tenho um contrato com o município, eu sou terceirizada. Então, a qualquer momento, eu posso sair. Eu acho que o que me mantém aqui é que eu faço um bom trabalho como médica, que é o meu intuito desde o começo, e a população, que gosta. Mas é lógico que a gente fica incerto. Não recebia, não tenho um contrato direto. Então, sim". Dando continuidade o **Relator perguntou**: "Antes de iniciar os plantões, a senhora chegou a assinar algum contrato formal com o município? Ou seja, a senhora tem algum contrato com o município nenhum"? **Dr. Giulia respondeu**: "Você fala no período emergencial"? **Relator confirmou**: "Isso, no período emergencial". **Dr. Giulia respondeu**: "Eu acho que sim, eu não vou me recordar, mas eu creio que sim". **Relator perguntou:** "Quem que definiu que os pagamentos acima de R$ 5 mil exigiram três propostas, ou seja, quando a senhora recebeu aqui esses valores, de R$ 8.000,00 e R$ 12.000,00 e R$ 8.500,00, passaram dos R$ 5.000,00. E quem foi que falou para a senhora, olha, precisa dos três orçamentos, quem foi"? **Dr. Giulia respondeu**: "Igual eu respondi antes, foi o Dr. Lucas e o do Compras". **Relator questionou**: "A senhora, nesse período, trabalhava no ESF -2, realizando um ótimo trabalho com os pacientes. Por qual motivo tiraram a senhora do ESF-2 e colocaram no pronto-socorro de atendimento"? **Dr. Giulia respondeu**: "Eu não vou saber te falar o motivo, porque nunca ninguém veio me falar o motivo. Eu só fui chamada no dia que a empresa em questão, depois do período emergencial, eu fui chamada pela Rosângela, que

até então era diretora de saúde, juntamente com a Paula, que eu creio que seja a coordenadora dos ESFs, e fui informada que eu não trabalharia mais no ESF, que eu iria, a partir de agora, ir para o pronto-socorro". **Relator perguntou**: "Então, foi a Rosângela e a Paula que deu a notícia à senhora"? **Dr. Giulia respondeu**:" Sim, mas eu não sei quem pediu ou por quê, não sei o motivo". Dando sequência o **Relator perguntou**: "A senhora hoje recebe qual valor por plantão"? **Dr. Giulia respondeu**:" Hoje, atualmente, nessa empresa de agora, os médicos recebem um valor de R$ 890,00 por um período de 12 horas". **Relator perguntou**: "Então, antes era R$ 840,00"? **Dr. Giulia respondeu**: "Antes era R$ 840,00, na empresa da CMT, isso". **Relator perguntou**:" Houve alguma reunião entre vocês para discutir esse valor"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não, só nos foi passado". **Relator questionou**: "Quem passou para a senhora"? **Dr. Giulia respondeu**: "O dono da empresa, Gerardo, não vou saber, o dono dessa empresa agora". **Relator perguntou**:" Da Solution"? **Dr. Giulia respondeu**:" Isso, foi ele que foi lá visitar o Pronto Socorro e nos passou o valor, mas da empresa da CMT, foram eles mesmo da empresa que avisaram". **Relator perguntou**: "A senhora acredita que o Dr. Lucas participou de reuniões envolvendo esses valores ou não"? **Dr. Giulia respondeu**: "Eu não vou saber responder, não sei**".** **Relator questionou**: "Algum médico, doutora, você recusou a trabalhar com essa proposta que foi feita para você? Ou seja, eu não vou embora, eu não consigo, falando na linguagem coloquial, eu vou embora, eu não vou ficar mais aqui"? **Dr. Giulia respondeu**: "Sim, porque no período emergencial, nós estávamos ganhando um valor bom, que é um valor digno para o nosso trabalho, e quando entrou a empresa, o valor caiu quase que pela metade. Então, eu entendo os colegas que resolveram diminuir a carga horária. Alguns diminuíram a carga horária e outros preferiram não continuar. Tanto é que, quando eu fui para o pronto-socorro, eu assumi vários plantões para ajudar na escala, porque não tinha médico. E, graças a Deus, eu continuo até hoje". **Relator perguntou**: "Doutora, quando chegou à senhora, a empresa foi informada pela CMT, a partir de hoje, rescindiu o contrato. Quem que deu essa informação a vocês? A senhora ficou sabendo como que foi rescindido o contrato"? **Dr. Giulia respondeu**:" Eu recebi uma mensagem de WhatsApp por uma funcionária da CMT, eu não vou saber te falar o nome dela agora, mas foi por mensagem dela". **Relator questionou**: "Pela CMT, como que era feito o pagamento? Via Pix "? **Dr. Giulia respondeu**: "Eu nunca recebi por eles". **Relator perguntou**: "Você nunca recebeu por eles"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não, porque no período que nós ficamos sem receber, durante esses dois meses, nós emitimos nota para a prefeitura, porque nos foi dito que a parte deles ia ser enviada para eles à parte. Então, a gente recebeu pela prefeitura". **Relator perguntou**: "Mas aí ficou combinado, mesmo quando eles estavam trabalhando, ficou combinado desse pagamento, como PIX"? **Dr. Giulia respondeu**: "Ficou combinado como PIX, isso". **Relator questionou**:" Esse PIX nunca caía na conta, né"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não". Na sequência o **Relator perguntou**: "O Dr. Lucas, ele mantinha contato

direto com vocês para tratar de escala e contratação, ou seja, é ele que contrata hoje? É ele que escolhe os médicos"? **Dr. Giulia respondeu**: "Hoje em dia? Hoje em dia, sim". **Relator questionou**:" É ele que escolhe"? **Dr. Giulia respondeu**: "É, eu acho que ele leva em consideração algumas coisas, se é recém-formado, essas coisas. Hoje em dia nós temos um grupo com os médicos que atuam na cidade, que são de confiança". **Relator perguntou**: "A senhora sentiu algum momento, doutora, pressionada por aceitar as condições impostas e medo de perder os seus plantões ou não"? **Dr. Giulia respondeu**: "Lógico. Sim". **Relator perguntou**:" A Prefeitura condicionou o recebimento dos valores à empresa das propostas de orçamento"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não entendi". **Relator perguntou**:" A Prefeitura condicionou o recebimento dos valores e a emprega das propostas de orçamento? Ou seja, a senhora pegou os orçamentos". **Dr. Giulia respondeu**: "Aqueles que eu fiz, né"? **Relator questionou**: "Aí a senhora empregou na mão de quem esses orçamentos? Do doutor Lucas ou do César"? **Dr. Giulia respondeu**: "No compras. Eu entreguei pra minha sogra que trabalha lá com o César, isso". **Relator perguntou:** "A senhora considera normal hoje os médicos prestarem serviço sem contrato formal, ou seja, sem garantia do que possa acontecer futuramente"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não é normal, é o que você falou, a gente não tem instabilidade nenhuma". **Relator questionou**:" A senhora pode me informar quais os nomes das suas amigas que a senhora procurou para fazer esses orçamentos"? **Dr. Giulia respondeu**: "Natália, e a outra eu não vou lembrar. Deixa-me ver. Eu não vou lembrar". **Relator solicitou ao Presidente**:" eu gostaria que constassem na ata, por gentileza, solicitando na nossa comissão para que todo esse processo de dispensa, eles enviem os orçamentos para essa casa num período de cinco dias, se assim o senhor concordar". **Presidente respondeu**: "Ok, é autorizado". Dando continuidade o **Relator perguntou**: "A senhora sabe me informar se todos os médicos que estão hoje tiveram que fazer essa mesma exigência que a sua"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não, tem alguns médicos que chegaram mais novos, que entraram a partir dessa empresa agora". **Relator questionou**: "Doutora, vou reformular a pergunta da senhora. Essa mesma proposta, que foi condicionada da senhora, da senhora fazer o orçamento, o doutor Lucas pediu também para os demais outros médicos ou a senhora". **Dr. Giulia respondeu**: "Sim, pediu, porque alguns outros médicos, que eu sou amiga, que trabalham aqui, também tiveram que fazer esses orçamentos. Eu lembrei a outra amiga". **Relator perguntou:** "Qual o nome dela"? **Dr. Giulia respondeu**:" A doutora Kathleen Ribeiro. E a outra é a doutora Natália Trevisan, que estava no emergencial, que nos estava de plantão junto, e eu pedi esse favor para ela. Por isso que eu não estava lembrando". **Relator questionou**:" Doutora, como que é a sua carga horária hoje"? **Dr. Giulia respondeu**: "Hoje? Hoje eu trabalho só como plantonista no pronto-socorro. Eu faço plantões de 24 horas de segunda, quarta e sexta. Faço plantão diurno no domingo e ocasionalmente alguns sábados noturnos". **Relator disse**: "Sr. Presidente, para mim, está encerrado. Gostaria de pedir ao

senhor e à membra, à nossa Casa de Leis, a proteção nesse depoimento dessa depoente que constate na ata pelo fato que, se ela sofrer alguma perseguição neste período, que a Câmara Municipal entre no Ministério Público dando apoio a essa depoente**". Presidente respondeu ao Relator e perguntou a depoente**: "está autorizado. Vai ser repassado para o jurídico. Doutora Giulia, a senhora conhece a empresa Giulia Zerati Trinca ME"? **Dr. Giulia respondeu**:" Sim, sou eu, é a minha empresa". **Presidente perguntou**: "A senhora sabe falar quais os critérios que usaram para a contratação da vossa empresa"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não". **Presidente questionou**: "A senhora lembra, no primeiro emergencial, quais os valores que a vossa empresa foi contratada"? **Dr. Giulia respondeu**: "O senhor fala no período de emergencial que nós fomos contratados pela Prefeitura"? **Presidente respondeu**: "No primeiro emergencial, que foram dois, né"? **Dr. Giulia respondeu**: "Depois de que terminou o contrato com a empresa do Nilton"? **Presidente respondeu**: "Isso". **Dr. Giulia respondeu**: "Sei, os valores, eu tinha um valor fixo no ESF, que era um valor de 17 mil reais. Nessa época, é isso, né? Nessa época, eu fazia os sobreavisos, que é quando eu ficava na minha residência e, se fosse necessário, o hospital me ligava. Como eu era uma das únicas médicas que moravam no município, eu fazia o sobreaviso todos os dias. Então eu fazia de segunda a sexta noturno e de sábado e domingo, 24 horas. Em um período de 12 horas, no sobreaviso, eu recebia 350 reais, independentemente se eu fosse chamada ou não a ir ao hospital. Era esse o valor. No começo, eu recebia isso". **Presidente questionou:** "No dia 20/05/2025, foi feito um contrato com a vossa empresa num valor de 51.450 reais. Está correto"? **Dr. Giulia respondeu**: "Como que é"? **Presidente questionou**: No dia 20/05/2025, foi feito um contrato com a vossa empresa de um valor de 51.450". **Dr. Giulia respondeu**:" Eu nunca recebi esse valor". **Presidente perguntou**: "A senhora... Até fiquei assustado, mas tudo bem". **Dr. Giulia respondeu**: "Calma, eu não entendi. Esse contrato foi feito com a minha empresa"? **Presidente perguntou:** ""Deixa-me formalizar diferente para a senhora. Teve um contrato de três meses. O primeiro emergencial". **Dr. Giulia respondeu**: "Ah tá, calma. O senhor tá falando que fez um contrato de três meses no valor de 50 mil, nesses três meses"? **Presidente respondeu**: "R$ 51.450". **Dr. Giulia respondeu**:" Eu não vou saber te falar o valor, se ele foi feito esse contrato". **Presidente questionou**: "Teve o contrato de três meses"? **Dr. Giulia respondeu**: "Teve. Desculpa, eu achei que era um valor que eu tinha recebido por um mês". Na sequência **Presidente perguntou**:" Então vamos lá. Dia 20/05/2025 foi feito um contrato com a vossa empresa de R$ 51.450,00 durante três meses. Qual o motivo que, cinco dias depois, foi publicada uma ratificação passando por um valor de R$ 51.450,00 para R$ 60.225,00? **Dr. Giulia respondeu**:" No meu contrato, eu não estava nem sabendo dessa ratificação. Eu creio que seja por conta do valor, porque eu fazia todos os sobreavisos". **Presidente questionou**: "A senhora não sabia"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não, dessa ratificação, não". **Presidente questionou**: "Certo. Quem autorizou o contrato da senhora"? **Dr. Giulia**

respondeu: "Eu acho que foi a administração. Quem entrou em contato comigo para me falar os valores foi a Leia do RH". **Presidente perguntou**:" A Leia falou os valores. E quem contratou a senhora"? **Dr. Giulia respondeu**: "Creio que foi a administração". **Presidente questionou**: "Mas quem? Quem ligou para a senhora"? **Dr. Giulia respondeu**: "Ninguém me ligou, é como a gente já estava trabalhando". **Presidente questionou**: "Mas ninguém chegou na senhora e falou assim, ó, você vai continuar"? **Dr. Giulia respondeu**: "Eu creio que foi a diretora da época. Quem foi? Acho que foi a Daniela, que estava ainda". **Presidente perguntou**: "Daniela"? **Dr. Giulia respondeu**: "Isso, e a Leia, que entrou em contato comigo, falou que o valor ia ficar tal, que foi isso que eu falei para o senhor, e eu continuei". **Presidente na sequência perguntou**: "A senhora, participou da primeira emergencial. Aí depois veio a empresa CMT". **Dr. Giulia respondeu**: "Isso". **Presidente perguntou**: "Eu ouvi a senhora falando com o relator que a senhora chegou a trabalhar nos plantões para substituir que não tinha médico". **Dr. Giulia respondeu**: "Isso, quando entrou a empresa". **Presidente questionou**: "Foi no período da empresa"? **Dr. Giulia respondeu**: "Logo quando teve a transição desse período emergencial para a entrada da empresa do CMT, porque alguns médicos não iriam continuar na cidade, outros iriam diminuir a carga horária e eu perdi o meu trabalho no ESF, então eu tinha que compensar no pronto-socorro". **Presidente perguntou**:" Então, na resposta da senhora para o relator, que a senhora trabalhou em lugares de outros médicos, é porque os médicos não vieram trabalhar, e a senhora cobriu"? **Dr. Giulia respondeu**:" Isso, eles comunicaram anteriormente que eles não iriam continuar, ou que iriam diminuir a carga horária. O doutor João Paulo foi para o meu lugar no ESF, consequentemente eu peguei os plantões que ele fazia junto com outros". **Presidente perguntou**:" A senhora chegou a cobrir, algum dia, algum médico que faltou na unidade"? **Dr. Giulia respondeu**: "Que faltou"? **Presidente respondeu e perguntou**: "Não. E, que ligou, o médico não vai vir? Doutora Giulia, a senhora vem para cobrir, para não ficar sem"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não". **Presidente perguntou**: "Teve um emergencial, a senhora participou. Alguém orientou a senhora que era um risco? A senhora participou de um emergencial e dentro de seis ou oito meses participou de outro emergencial no começo do ano"? **Dr. Giulia respondeu**:" Vocês me falaram que era um risco"? **Presidente esclareceu a pergunta**: "É, que era um risco assim, ó. A mesma empresa, que é a da senhora, participou, tinha 20/05/2025 do emergencial e foi contratada. As mesmas empresas, no começo de janeiro, foram contratadas novamente. Alguém orientou a senhora"? **Dr. Giulia respondeu**: "Não". **Presidente finalizou a oitiva com a depoente:** Dr. Giulia, eu queria agradecer a presença da senhora como testemunha, agradecer muito a colaboração da senhora e pode ter certeza que o pedido do relator vai passar para o nosso jurídico, a gente vai mandar um ofício comunicando o nosso amparo à testemunha. Qualquer coisa que acontecer com a senhora, a senhora reporta à Câmara Municipal que terá todo o apoio. Muito obrigado pelas informações". **Presidente disse**:

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

"Dando continuidade à audiência, convido o Sr. Dr. Lucas de Souza Campos Santos, para adentrar o plenário". Na sequência **o Presidente relatou**: "O senhor está sendo ouvido na qualidade de testemunha e por isso deve dizer a verdade sobre os fatos de que tenha conhecimento ou que lhe for perguntado. Sobre pena de incorrer no crime de falso testemunho, com pena de reclusão de 3 a 8 anos e multa, conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será prestado oralmente, sendo gravado em áudio visual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara Municipal, para, posteriormente, ser transcrito em ata, ou seja, reduzido a termo. seja conjugue, companheiro, ascendente, descendente ou irmão da denunciada, senhora Aparecida Salisso, poderá recusar-se a depor, conforme assegura a legislação. O senhor deve relatar apenas fatos que presenciou ou tenha conhecimento direto, evitando opiniões pessoais ou suposições, salvo quando expressamente questionado pela comissão processante. caso não compreenda alguma pergunta, poderá solicitar esclarecimento antes de responder. É assegurado o direito de ser tratado com respeito e dignidade durante toda oitiva. Continuando essa audiência, eu pergunto se o senhor leu o termo de advertência e compromisso da testemunha entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria no início da audiência". **Dr. Lucas respondeu**: "Sim, lido e assinado". **Presidente perguntou**: "Por favor, informe seu nome completo". **Dr. Lucas respondeu**: "Lucas de Souza Campos Santos". **Presidente perguntou**:" Sua profissão"? **Dr. Lucas respondeu**: "Médico". **Presidente perguntou**: "Sua função hoje na Unidade Básica de Saúde"? Dr. Lucas respondeu: "Médico plantonista, médico regulador e diretor técnico da Unidade Santos Saúde Icém". **Presidente relatou**: "Audiência, iniciadas 16:08hm. Concedo a palavra ao membro relator para que faça os questionamentos". **Membro relator Danilo Félix de Miranda disse**: "Doutor Lucas, boa tarde. É uma honra recebê-lo aqui em nossa Casa de Leis para prestar os seus depoimentos para nos ajudar nessa comissão especial de inquérito que estamos investigando. Seja muito bem-vindo". **Dr. Lucas respondeu**: "Obrigado". **Relator perguntou**: "Doutor, há quanto tempo o senhor exerce atividades médicas no município de Icém"? **Dr. Lucas respondeu**: "A minha função como diretor técnico começou 11 de fevereiro de 2025. Só que já fazia alguns meses, cerca de oito meses que eu estava lá. Faz dois anos e três meses mais ou menos que eu exerço a função de plantonista". **Relator perguntou**:" Não, eu ainda não entrei nas questões do diretor técnico. Eu quero saber que quanto tempo o senhor já exerce as suas atividades aqui no município, desde quando o senhor chegou"? **Dr. Lucas respondeu**:" Então, repito, cerca de dois anos e três meses". **Relator questionou:** "Quando o senhor iniciou as suas atividades no município, qual foi a forma de contratação utilizada? Contrato direto, empresa terceirizada, credenciamento ou outro modelo"? **Dr. Lucas respondeu**: "A contratação, quando eu cheguei aqui, era por CNPJ. A gente é terceirizado. É um processo de precarização do trabalho médico faz anos. E foi assim que eu cheguei aqui". **Relator perguntou**:" Qual a empresa que o senhor

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

atuava"? **Dr. Lucas respondeu**:" A empresa do Nilton". Relator perguntou: "Após a realização da licitação vencida pela empresa CMT, o senhor passou a prestar serviços por meio dessa empresa"? **Dr. Lucas respondeu**:" CMT, sim". **Relator perguntou**: "Qual função ou cargo que o senhor exercia junto à empresa CMT"? **Dr. Lucas respondeu**:" Médico plantonista e diretor técnico". **Relator questionou:** "Quem que realizou o seu recrutamento, indicação ou contratação"? **Dr. Lucas respondeu**:" A empresa CMT". Na sequência **Relator perguntou:** "Como diretor clínico, quais eram exatamente suas atribuições dentro da estrutura da saúde municipal"? **Dr. Lucas respondeu**: "Para a ciência de todo mundo existe uma resolução do CFM, número 2147-2016, é pública. Está toda a prerrogativa do diretor técnico, mas em resumo, representar os médicos, brigar por condições melhores de trabalho, formar as escalas, assinar as escalas, isso é demanda, é uma atribuição do diretor técnico, não é da empresa, é o diretor técnico que tem que fazer a escala e tem que assinar as escalas. Essas são as principais atribuições, mas a resolução tem 10 páginas, literalmente, com dezenas de adendo, aí a gente não pode, não dá tempo de falar aqui". **Relator perguntou**: "O senhor possuía funções administrativas de coordenação da saúde ou apenas técnicas"? **Dr. Lucas respondeu**:" Apenas técnica científica, perante ao CRM e representando meus colegas médicos". Relator questionou: "Durante os problemas envolvendo a execução do contrato com a empresa CMT, quem convocava as reuniões para quais o senhor participou"? **Dr. Lucas respondeu**: "Que reunião que o senhor fala"? **Relator respondeu**: "Todas as reuniões o senhor estava presente ou não"? **Dr. Lucas respondeu**: "Não". **Relator perguntou**:" O senhor não participou de nenhuma reunião dos problemas que surgiram com a CMT"? **Dr. Lucas respondeu**: "Participei de uma ou outra, mas todas não". **Relator perguntou**: "Quem que estava presente nessas reuniões quando o senhor participou"? **Dr. Lucas respondeu**:" Eu lembro de uma reunião que o senhor estava lá no pronto-socorro, que foi pressionar a gente que tinha coisa errada no contrato, sendo que os fiscais de contrato já estavam fazendo o seu trabalho. O senhor estava em uma reunião, o Jorginho também estava em uma reunião na prefeitura. Quem mais estava em uma reunião? Os funcionários da CMT também estavam em uma reunião, o César, a Eli, a professora Cidinha, o diretor da saúde". **Relator respondeu**: "Doutor, eu desconheço essa reunião com a presença da Eli, do César e da professora Cidinha. Eu, na minha função de vereador, eu nunca fui pressionar, eu fui cobrar o erro que foi feito, que nós estamos tentando investigar que até o senhor, que eu tenho uma prova aqui, que é um vídeo, que o senhor se representou como um dos representantes da licitação que me indicaram que o senhor que seria responsável para conversar naquele momento. Então, que fique claro, eu não fui pressionar o senhor. Eu fui exercer o meu direito de vereador de conversar e não pressionar, por gentileza". **Dr. Lucas respondeu**: "Não, tem direito de resposta, né"? **Relator respondeu**: "Não, o senhor não tem direito de resposta, o senhor está participando de uma oitiva aqui, o senhor me desacatou aqui como

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

se fosse pressionar, então o senhor não tem direito de resposta". **Relator respondeu e perguntou ao Presidente**:" Não, o senhor não tem direito de resposta. Ele tem direito de resposta, presidente"? **Presidente disse ao depoente**: "Pessoal, é o seguinte, o senhor está aqui como testemunha. O relator vai fazer a pergunta, o senhor vai responder. Tudo que for fora, por exemplo, o senhor citou o meu nome, eu notei aqui para depois, na minha vez, eu falar com o senhor. Mas o que o relator perguntar do que foi questionado do processo, ele vai perguntar para o senhor e o senhor vai responder. Eu li no comecinho para o senhor, que está aqui, o senhor deve relatar apenas fatos que presenciou ou tenha conhecimento direto". **Dr. Lucas respondeu**: "Justamente". **Presidente disse**: "Evitando opiniões pessoais ou suposições, salvo quando expressamente questionado pela comissão. Então, para a gente ir em uma linha para terminar tranquilo, o senhor respondendo, ele vai fazer a pergunta para o senhor e o senhor responder". **Dr. Lucas respondeu**: "Então, só continuando, então. Todas essas reuniões sobre os problemas da CMT foram todas essas pessoas que estiveram presentes. Não literalmente todas juntas, mas em algum momento nos reunimos para conversar sobre esses problemas, foi isso. Todos esses nomes". **Relator esclareceu**:" Mas eu não estive presente em reunião com a prefeita Cidinha, com o César e com a Eli". **Dr. Lucas respondeu**: "Justamente. Não necessariamente em conjunto, todas na mesma reunião, mas foram várias, muitas reuniões". Relator perguntou: "E muitas dessas reuniões o senhor participava. Todas essas reuniões o senhor participou"? **Dr. Lucas respondeu**: "Todas não. Não". **Relator questionou**: "Nessas reuniões, vocês tinham os acompanhamentos da Procuradoria Jurídica do município? Quando teve a CMT, a Procuradoria Jurídica dava o apoio a vocês, participavam dessas reuniões para auxiliar vocês"? **Dr. Lucas respondeu**: "Já tive conversa com os procuradores, mas nenhuma reunião formal, não". **Relator questionou**: "Havia algum representante formal da empresa CMT presente nas reuniões"? **Dr. Lucas respondeu**: "Sim, eles foram convocados pelo Poder Executivo, e aí veio uma representante, eu não lembro o nome dela. Segundo ela, era do Rio de Janeiro, mas, enfim, eu não lembro o nome dela. Posso checar depois e informar a vocês". **Relator perguntou:**" Durante a vigência do contrato da empresa CMT, como eram realizados os pagamentos dos profissionais médicos contratados"? **Dr. Lucas respondeu**:" CMT nunca foi pago pra gente, eles nunca nos pagaram". **Relator questionou**: "O senhor recebeu valores diretamente do município em algum período? Em caso positivo, qual foi a forma utilizada para pagamento de RPA, nota fiscal, transferência bancária vinculada à empresa ou outro meio"? **Dr. Lucas respondeu:** "Pode repetir de novo? Não entendi". **Relator perguntou novamente**:" O senhor recebeu valores diretamente do município em algum período, ou seja, caso for positivo, foi por RPA, nota fiscal, transferência bancária, da empresa ou de outro meio"? **Dr. Lucas respondeu**: "Sim, nesse período que a empresa não nos pagou, a prefeitura achou uma forma de pagar a gente diretamente, porque a empresa não ia pagar.

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Eu, como diretor técnico, tenho a função de representar os médicos, correr atrás de um melhor pagamento, ver como vai ser feito esse pagamento, e a prefeitura fez o pagamento por RPA para a gente, que a empresa deixou de fazer". **Relator perguntou**:" O senhor participou de alguma reunião que discutiu a rescisão de forma unilateral com a empresa CMT? Ou seja, quando chegou no momento de rescindir o contrato, o senhor estava presente em alguma reunião dessa"? **Dr. Lucas respondeu**: "Não, não compete o meu cargo nem a minha função". **Relator perguntou**: "Atualmente, qual é a forma de vínculo do senhor com o município? O senhor está com um contrato direto, empresa terceirizada, RPA, credenciamento, como o senhor está contratado hoje"? **Dr. Lucas respondeu**: "Não há contrato. Eu sou contratado. É um contrato com a empresa, sim. Com a empresa Solution. Eu sou diretor técnico, e médico regulador, além dos plantões. Me desculpa, confundi. Empresa Solution, doutor José Geraldo". **Relator questionou**:" Doutor, quem orientou o senhor a emitir essas notas referentes aos serviços prestados entre 1 e 14 de dezembro de 2025? Ou seja, o senhor confirma que recebeu R$ 1.750,00 como diretor clínico técnico, R$ 8.256,00 por plantões e R$ 5.500,00 por serviços no CBP. Todos os pagamentos foram pagos em 23/01/2026". **Dr. Lucas respondeu**:" Eu não sei certinho esse valor, mas é mais ou menos isso que foi pago. Depende, é que assim, a gente recebe, o diretor técnico recebe pela função e pela responsabilidade. Os plantões são pagos de acordo com as horas trabalhadas. Aí tem que ver quantas horas trabalhei, fazer o cálculo e provavelmente deve ser isso mesmo". **Relator questionou:** "Esses serviços estavam amparados por contrato formal vigente com o município"? **Dr. Lucas respondeu**:" A gente tinha... Qual o período, na verdade"? **Relator respondeu**:" Da solution, esse período aqui é aquele período que quando o senhor não recebeu da empresa, que a prefeitura pagou". **Dr. Lucas respondeu**: "Ah tá, não tinha contrato, não tinha... A empresa não cumpriu com o combinado". **Relator questionou:** "Doutor, se não havia contrato vigente, quem autorizou o senhor dar a continuidade nos atendimentos médicos aqui, que o senhor fazia como diretor técnico"? **Dr. Lucas respondeu**:" não é nem autorização, é um dever e obrigação de diretor técnico. Quem responde por esse cargo é obrigado a atender se não tiver médico. Então eu, como líder dos médicos e diretor técnico, tenho que cumprir a função de atender os pacientes ali, independentemente de qualquer coisa. Primeiro que a gente jura quando se forma, o juramento de Hipócrates, e depois que o diretor técnico é obrigado, não é ninguém que vai falar, ele tem que fazer isso. Ele não pode deixar a unidade que ele responde como diretor técnico sem atendimento. E a gente se organizou de forma a não deixar a população desassistida. E se deixasse, se porventura alguém não quisesse atender, eu estaria lá, com toda certeza". Na sequência o **Relator perguntou**:" Quem orientou o senhor sobre a necessidade de apresentar os orçamentos das notas? Foi o senhor mesmo"? **Dr. Lucas respondeu**: "O Compras. É o setor responsável por pagar os funcionários". **Relator perguntou**: "O senhor, então, não falou nada para os seus amigos apresentarem o

orçamento, como foi depoente aqui, para eles mesmos arrumarem o orçamento"? **Dr. Lucas respondeu**: "Então, só para eu esclarecer de novo, eu sou diretor técnico, líder dos médicos, eu preciso fazer o canal de comunicação entre o Compras, mas quem faz tudo isso é o Compras, não é da minha alçada fazer isso. Não é minha obrigação, nem meu dever e nem tenho o direito de fazer isso". **Relator questionou**: "Então o senhor não conseguiu orçamentos para receber nesse período de dispensa, o senhor não arrumou três orçamentos, foi o Compras que arrumou tudo"? **Dr. Lucas respondeu**:" De novo, o Compras solicitou para a gente, nós temos um grupo de comunicação, deve ser isso que a doutora Giulia deve ter falado, nós temos um grupo de comunicação, e nesse momento que não sabia o que fazer, a gente teve que se organizar para buscar o pagamento. Ficamos tanto tempo sem receber, a gente não sabia o que fazer, teve que buscar ajuda, procurar de onde viria esse pagamento, e foi me passado, como líder do grupo, para que passasse a eles que deveriam ser feitos os orçamentos. Cada um fez seu orçamento, fez essa pesquisa de mercado com os colegas e enviou para o Compras, não é o Lucas que faz isso, nem o diretor técnico, é o responsável do Compras". **Relator questionou**: "Então o senhor confirma para a gente deixar claro aqui que o setor de compras passou essa informação para o senhor repassar aos médicos que eles deveriam arrumar três orçamentos para ajudar a receber, formalizando na linguagem coloquial". **Dr. Lucas respondeu**: "Isso, esse é um formato de pagamento. A gente foi atrás para ver como seria feito esse pagamento e foi nos informado isso, foi isso que eu passei para o grupo". **Relator perguntou**: "E qual foi a pessoa do compras que te deu essa informação"? **Dr. Lucas respondeu**: "O Compras tem o WhatsApp, não é pessoal, é institucional". **Relator questionou**:" Foi o WhatsApp"? **Dr. Lucas respondeu**: "Sim". **Relator perguntou**: "O senhor recorda quando, ou tem a mensagem ainda, de quando foi passada ". **Dr. Lucas respondeu**:" Quando que foi, que fez o pagamento"? **Relator respondeu**: "De 1 a 14 de dezembro, eu tenho que olhar aqui no portal". **Dr. Lucas respondeu**:" Então foi nessa data". **Relator perguntou:** "O senhor tem a mensagem ainda? Se precisar, o senhor entrega o print"? **Dr. Lucas respondeu**: "Claro, se o juiz me pedir, eu entrego". **Relator solicitou**: "Presidente, você pode constatar na ata solicitando esse print, por favor"? **Presidente respondeu**: "ok". Dando continuidade o **Relator perguntou**: "Os seus orçamentos, quais que você solicitou esses três orçamentos? Quem foi as três pessoas que você deu a proposta"? **Dr. Lucas respondeu**:" Eu tentei com várias pessoas, porque a gente fazia meses sem receber, dois meses e pouco. Pedi para a doutora Natália, pedi para o doutor Antônio, pedi... quem mais? Doutor Leonardo, enfim, pedi para várias pessoas. Vários médicos". **Relator perguntou**:" Esses orçamentos, o senhor já os recebia prontos"? **Dr. Lucas respondeu**:" A gente manda uma mensagem pro colega, isso é corriqueiro, e eles enviam pra gente qual que é o valor do serviço dele, se o valor do serviço dele for mais caro que o nosso, eu acho que é essa a lógica, mais ou menos". **Relator**

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

questionou:" Aí todos esses orçamentos estão assinados por esses nomes que o senhor mencionou"? **Dr. Lucas respondeu**:" Sim". **Relator perguntou**:" Doutor, o senhor também atendeu no CDP"? **Dr. Lucas respondeu**: "Sim". **Relator perguntou**:" O senhor ainda atende no CDP ou não? Já encerrou as atribuições ali". **Dr. Lucas respondeu**:" Não, eu parei de trabalhar logo que a CMT chegou, porque o salário reduziu mais de 50%". **Relator questionou**: "Doutor, na própria nota que eu estou investigando aqui, consta que houve a prestação simultânea de serviços, como clínico geral, plantonista, diretor técnico e médico regulador. O senhor confirma essas informações"? **Dr. Lucas respondeu:** "Com comitente, não. Cada um tem seu horário. Plantonista, geralmente, trabalha de 12 horas, 12, 24 horas. A direção técnica é 24 horas, o médico tem que ficar disponível 24 horas, independente do que aconteça. Qual que é a outra função? Médico regulador, né? São 20 horas semanais que eu tenho que cumprir. Eu não posso cumprir junto com plantões, eu não faço esse acúmulo de funções. Eu trabalho nessas três cargas, mas não são concomitantes. O único que é concomitante é o diretor técnico, que é 24 horas que eu tenho que ficar disponível para a prefeitura". **Relator questionou**:" Então descreve uma nota lá para equipar 90 horas como diretor técnico, 72 horas como médico regulador, além de plantões diurnos e noturnos. Como o senhor conciliava todas essas funções ao mesmo tempo"? **Dr. Lucas respondeu**: "O trabalho do médico é árduo mesmo, não é normal do jeito que todo mundo espera. Eu trabalho de terça-feira, quarta-feira e domingo à noite como médico plantonista. Segunda-feira eu trabalho 10 horas como médico regulador e sexta-feira 10 horas como médico regulador. E estou disponível 24 horas como diretor técnico". **Relator perguntou**:" Existe, doutor, controle de ponto, escala ou relatório que demonstre o cumprimento legal integral dessas horas"? **Dr. Lucas respondeu:**" Claro, existe mais de um, inclusive. A empresa tem um aplicativo que a gente tem que fazer via foto e localização. Na hora que a gente entra no trabalho, a gente tem que aplicar e na hora que a gente sai, a gente tem que aplicar. As enfermeiras, todo o plantão, elas assinam o nome do médico que está lá de plantão, tanto na entrada como na saída. Além disso, tem o ponto manual que todo mundo, quando vai fazer o plantão, assina. Como se não bastasse, ainda tem as câmeras. Se tiver alguma dúvida, dá pra ver lá quem está de plantão ou não. Além da produtividade. Todo médico que está fazendo plantão lá, quando a gente abre o aplicativo Fiorilli, ele fica salvo, quantos pacientes ele atendeu, como foi a conduta, de quanto tempo, quanto que ele fez de hora e de almoço. Enfim, não é burlável isso". **Relator perguntou**: "Os outros médicos também, eles têm o direito de acumular funções dessa maneira ou isso só ocorre com o senhor"? **Dr. Lucas respondeu**: "Todo médico tem direito, basta ele ser apontado para o cargo. Ter a capacidade técnica e ser apontado para o cargo". **Relator questionou**: "O senhor consegue afirmar sobre o compromisso legal que todas as horas descritas na nota foram efetivamente cumpridas sem qualquer incompatibilidade de horários"? **Dr. Lucas respondeu**: "Sim, com certeza. Todos esses meios de controle que eu falei para você,

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

podem ser usados para controlar isso". **Relator disse**:" Presidente, para mim isso está encerrado". **Presidente disse**: "Doutor Lucas, boa tarde novamente". **Dr. Lucas responde:** "Boa tarde". **Presidente perguntou**: Doutor Lucas, vamos começar. Eu vi que o senhor falou do orçamento, falou o nome dos amigos do senhor que mandou o orçamento. Tem como o senhor falar de novo o nome dos amigos"? **Dr. Lucas respondeu**: "Sim. Natália de Sousa Campos. Antônio, não lembro o nome dele inteiro. O Leonardo Montanhar. Foram esses. Que eu lembro, mas eu pedi pra um monte de gente, porque estava num momento de desespero". **Presidente perguntou:** "Natália, mora onde"? **Dr. Lucas respondeu**:" Natália, ela é médica formada na USP de Ribeirão, ela é especialista Geriatra e trabalha em Ribeirão Preto, São Paulo". **Presidente perguntou**:" O Antônio"? **Dr. Lucas respondeu**: "O Antônio é do Mato Grosso do Sul". **Presidente perguntou**:" Leonardo"? Dr. **Lucas respondeu**:" Também, formou comigo na Universidade Federal da Grande Douradas". **Presidente perguntou**:" Na primeira emergencial que teve, apresentaram essas mais de 1.600 folhas aqui, os orçamentos que foram colocados não foram dos amigos do senhor. Nenhum". **Dr. Lucas respondeu**:" quais foram"? **Presidente perguntou**: "No dia 20/05/2025, nessa época, quem que era o médico clínico"? **Dr. Lucas respondeu**: "20/ 05 do quê"? **Presidente respondeu**:" Médico clínico geral". **Dr. Lucas respondeu**: "Do quê? Da onde"? **Presidente respondeu**: "No primeiro emergencial que teve. Assim que foi dispensado a empresa do senhor Nilton". **Dr. Lucas respondeu**:" como assim, médico clínico? Tinha cerca de 30, cerca de 20 e poucos médicos". **Presidente perguntou**:" Não, foi contratado um médico clínico geral. Quem que era"? **Dr. Lucas respondeu**: "Mas pra trabalhar onde? Médico clínico geral". **Presidente respondeu**: "Nós estamos falando do município de Icém, da unidade básica daqui de Icém". **Dr. Lucas respondeu**:" Clínico geral, todos. Na verdade, nenhum são, porque clínico geral faz dois anos de clínica médica. São médicos generalistas". **Presidente perguntou**: "Todos são clínicos gerais"? **Dr. Lucas respondeu**: "Médicos generalistas". **Presidente perguntou**:" Médico diretor técnico e clínico". **Dr. Lucas respondeu**: "Eu". **Presidente perguntou**:" Para contratar o senhor, os orçamentos que foram usados foram de outros estados". **Dr. Lucas respondeu**: "Sim". **Presidente questionou**:" Autarquia Municipal de Saúde, de Riobom, Amazonas Rio Branco, Riobom. Município de Taurumá, Goiás. Fundo Municipal de Saúde, Goiás. Fundo Municipal de Saúde Cabeceiras, Goiás. Município de Simolândia, Goiás. E Município de Missal, Paraná. O senhor participou disso"? **Dr. Lucas respondeu**: "Não, muito provavelmente essa é a pesquisa que é feita pelo Compras. Ele pesquisa nacionalmente os valores de plantão, de diretor técnico, isso aí não tem nada a ver comigo". **Presidente questionou**: "Ó, eu não falei que tem a ver com o senhor. A pergunta de novo. O senhor tem a ver alguma coisa com esses orçamentos"? **Dr. Lucas respondeu**:" Nenhuma, nenhuma relação". **Presidente perguntou**:" Se o senhor não tem, por que eles pediram os orçamentos dos amigos do senhor"? **Dr. Lucas respondeu**:" Esse é outro".

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Presidente perguntou:" Não, do primeiro, estou te perguntando". **Dr. Lucas respondeu:**" Do primeiro a gente não fez nenhum orçamento". **Presidente questionou**:" Eu estou falando aqui do dia 20/05/2025". **Dr. Lucas respondeu**: "Então, tem uma confusão aí, tem que separar melhor". **Presidente disse**: Doutor, eu estou falando aqui do começo do primeiro emergencial". **Dr. Lucas respondeu**:" Beleza, esse aí a gente não". **Presidente questionou**: "20/05/2025, o senhor participou"? **Dr. Lucas respondeu**: "Não, a gente não fez isso, é o Compras que faz". **Presidente perguntou**: "O senhor conhece a empresa Lucas de Souza Campos Santos ME"? **Dr. Lucas respondeu**:" Sou eu? É a minha empresa, na verdade". **Presidente perguntou**:" É a tua empresa? Estou falando do primeiro. Quais são os critérios utilizados para a contratação da vossa empresa"? **Dr. Lucas respondeu**:" Provavelmente o menor valor, eu não sei qual foi a modalidade de contratação". **Presidente perguntou**: "Quem contratou o senhor"? **Dr. Lucas respondeu**:" A CMT?". **Presidente perguntou**:" Não, eu estou falando do emergencial. A empresa do Nilton saiu... Então foi". **Dr. Lucas respondeu**:" O Compras, foi a Prefeitura". **Presidente perguntou**: "Não, mas quem? Nome da pessoa? É o César"? **Dr. Lucas respondeu**: "Ah tá, é a Léia. A Léia que estava tomando conta disso na época". **Presidente perguntou**:" Ah, então é a Léia que contratou". **Dr. Lucas respondeu**: "A Léia que deu o contrato pra gente, o Compras também. Foi isso". **Presidente perguntou**:" Respondendo melhor pra mim. É a Léia e quem que é do Compras"? **Dr. Lucas respondeu**: "O Compras, o César. Na verdade, tinha um... Como que era o nome dele? Não. Espera só um minutinho, por favor. É o... Que pediu afastamento, um tempo. É, provavelmente. Ele e a Leia. Melhor, eu acho que foram eles". **Presidente questionou**: "E o Alan. O senhor emprestou nota do senhor para outro médico receber"? **Dr. Lucas respondeu**:" como assim? Fez orçamento"? **Presidente perguntou**:" Não, o senhor emprestou nota da empresa Lucas de Souza Campos Santos ME, para outro médico que não conseguia nota para poder receber ou não"? **Dr. Lucas respondeu**: "Não". **Presidente perguntou**: "Dia 20/05/2025, primeiro emergencial da saúde, foi feito um contrato com a vossa empresa de R$ 75.150,00. Correto"? **Dr. Lucas respondeu**:" Em quanto tempo? Quantos meses? Como é que foi isso"? **Presidente perguntou**: "Vamos lá de novo. 20/05/2025 no primeiro emergencial, foi feito um contrato entre a Prefeitura e a empresa do senhor, um contrato de três meses de R$ 75.150,00". **Dr. Lucas respondeu**:" Quantas horas trabalhado, como foi esse contrato? Eu não recebi uma nota específica não, desse valor não". **Presidente perguntou**:" Então esse contrato não existe"? **Dr. Lucas respondeu**:" Só se for dividido por mês, R$75.000 dividido em três, faz sentido". **Presidente disse**: "Doutor, eu vou perguntar, aí o senhor responde às perguntas a mim, por favor". **Dr. Lucas respondeu**: "Sim". **Presidente perguntou**: "Contrato de R$75.150,00, o senhor assinou? O senhor tem ciência"? **Dr. Lucas respondeu**: "Se for dividido mês a mês eu tenho assinado, agora uma vez só nunca assinei um contrato com esse valor". **Presidente questionou**: "O senhor nunca assinou um

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

contrato"? **Dr. Lucas respondeu**:" com esse valor R$75.000,00"? **Presidente questionou**: "O contrato está aqui. O senhor nunca assinou"? **Dr. Lucas respondeu**:" Então pega pra gente ver, por favor". **Presidente questionou**: "O senhor nunca assinou um contrato"? **Dr. Lucas respondeu**: "Assinei várias vezes, inclusive com a Leia, com o Alan, dando contrato pra gente assinar". **Presidente perguntou**:" Vou perguntar novamente, aí o senhor responde sim ou não. O senhor assinou um contrato do início do dia 20/05/2025, no valor de R$ 75.150,00 referente a três meses"? **Dr. Lucas respondeu**: "Referente a três meses de trabalho. Em relação ao quê"? **Presidente perguntou**: "Então, se você não assinou, só fala sim ou não". **Dr. Lucas respondeu**: "Eu tenho contrato. Tenho um monte de contrato com um monte de gente. Estou perguntando qual, que jeito, como é que foi esse contrato". **Presidente questionou:** "Qual cidade o senhor presta serviço"? **Dr. Lucas respondeu**: "Icem, Mirassol". **Presidente perguntou**: "Eu estou falando de Icém. Nós estamos na Câmara Municipal de Icém. Nós estamos falando da unidade básica de Icém. Eu estou falando de um contrato". **Dr. Lucas respondeu:** "Mas qual o contrato"? **Presidente questionou**: "Doutor, qual o contrato? Doutor, vou falar novamente para o senhor. Ontem, teve uma audiência, e a gente está procurando ter o respeito e levar a sério para acabar, porque tem outros fazeres, igual o senhor tem. Eu vou fazer uma pergunta para o senhor. O senhor só responde. Sim ou não? Nós estamos falando do município de Icém". **Dr. Lucas respondeu**: "Sim". Na sequência o **Presidente questionou**: Nós estamos falando da unidade básica de Icém. Estamos falando do contrato entre a prefeitura de Icém e o hospital. Eu estou só perguntando para o senhor assim, o senhor teve um contrato de R$ 75.150,00 com a prefeitura, a empresa do senhor"? **Dr. Lucas respondeu:** "De quantos meses"? **Presidente respondeu**: "Três meses". Dr. Lucas perguntou: "Posso ver o contrato"? **Presidente respondeu**: "Estou perguntando se o senhor teve ou não. Se o senhor falasse que não lembra". **Dr. Lucas respondeu**: "É, não lembro. Não lembro". **Presidente perguntou:**" Não lembra Ok. No dia 25/05/2025, foi publicado, teve uma ratificação cinco dias depois. O mesmo contrato saiu de R$ 75.150,00 e foi para R$ 80.619,90. Qual o motivo"? **Dr. Lucas respondeu**: "Tem que perguntar para o Compras, não me compete". **Presidente perguntou**: "Quem autorizou a contratação do senhor durante esses três meses"? **Dr. Lucas respondeu**: "Quem autorizou? Deve ser o responsável do Compras". **Presidente perguntou**: "É o Compras? Quem? Quem falou com o senhor? Ninguém falou com o senhor"? **Dr. Lucas respondeu**: "A Leia, o Alan, falei já". **Presidente questionou**: "O valor combinado, quem combinou o valor com o senhor"? **Dr. Lucas respondeu**:" Eles mesmos". **Presidente perguntou**: "O senhor acha certo a mesma empresa que participou do primeiro emergencial, aí depois teve a CMT, aí a empresa CMT saiu e teve outro emergencial. O senhor acha que poderia ser um possível direcionamento que as mesmas empresas que ganhou na primeira vez, ganhou na segunda"? **Dr. Lucas respondeu**: "Eu sou leigo em direitos, conheço". **Presidente perguntou**: "O senhor é como

diretor clínico do Hospital Urge. Mais uma pergunta de opinião, igual eu perguntei para o Dr. Celso. Urge, um clínico geral, um médico, qual que é o valor da hora dele aqui no município"? **Dr. Lucas respondeu**: "O valor da hora dele está R$ 72,00, R$ 75,00 o valor da hora. Mais ou menos, em média. Atualmente, é o que está acontecendo aqui". **Presidente perguntou**: "E no mês de janeiro, quanto que foi? Quanto que era"? **Dr. Lucas respondeu**:" É a média regional, que deve ser uns 140 reais, 150 reais. Em que você trabalha é que você ganha um mínimo justo, uns 150, 160 reais". **Presidente questionou**:" Os médicos tiravam as notas, passavam direto para o Compras ou passavam para o senhor para levar para o Compras"? **Dr. Lucas respondeu**: "Não, eu nunca peguei nota de ninguém, é sempre o Compras". **Presidente perguntou**: "A escala"? **Dr. Lucas respondeu**: "A escala eu sou o responsável e assino por ela". **Presidente questionou**:" Os pontos dos médicos"? **Dr. Lucas respondeu**: "Os pontos o diretor da saúde, vê todos os pontos e assina. Além de que a empresa tem que mandar, são quatro modalidades de conferência de pontos. Os pontos digitais que a empresa manda todo mês, a produtividade dos médicos, que eu mesmo entro no sistema, no Fiorilli e envio para a empresa, os pontos digitais, os pontos manuais que estão lá para todo mundo assinar, todos os plantões, e aí a câmera também, se for uma ferramenta". **Presidente questionou**:" Quanto está a hora do pediatra no mês de janeiro"? **Dr. Lucas respondeu**:" Nossa, tem que ver, porque cada profissional é um valor, psiquiatra é um valor, pediatra é um valor". **Presidente perguntou**: "Aqui do município nosso". **Dr. Lucas respondeu**: "Tem que checar o termo de referência". **Presidente perguntou:** "O senhor falou, no começo com o relator das conversas, que ele tinha participado de uma reunião e que eu também participei de uma reunião junto com o pessoal da CMT". **Dr. Lucas respondeu**: "Não, não falei CMT, não". **Presidente disse**: "Está gravado". **Dr. Lucas respondeu**: "Não, não é CMT". **Presidente esclareceu ao depoente**: "Eu participei de uma reunião no gabinete, eu não recordo a data, e nessa reunião estava Dona Eli, que é dona Eliana, Diogo, meta, doutor Ronaldo, advogado, Rosângela, diretora de saúde, Kelly, chefe de contrato, Natália, chefe de contrato, Aparecida Salisso, prefeita, Edinho, do jornal, e Dr. Lucas**". Dr. Lucas respondeu**: "Perfeito, é isso". **Presidente perguntou**: "Quem desses daqui era o dono da CMT"? **Dr. Lucas respondeu**: "Ninguém". **Presidente esclareceu:** "É que no começo o senhor falou que eu participei de uma reunião com o pessoal da CMT". **Dr. Lucas respondeu**: "Então retifico, não era com a CMT". **Presidente esclareceu**: "Só para deixar certo, para não atrapalhar". Dr. **Lucas respondeu**: "Obrigado". **Dando continuidade o Presidente perguntou**: "No dia 21/01/2026, o senhor estava como diretor clínico no município". **Dr. Lucas respondeu**: "Sim". **Presidente questionou**: "Eu estou com uma nota aqui, eu queria saber, só para você me explicar, como que funcionam valores pagos com diferença de especialidade? Antes do senhor, passou por aqui o doutor Celso. Eu perguntei para o doutor André dois dias atrás. Eu perguntei para o senhor agora, o senhor falou valores. Mas

foi pago. E segundo o pessoal de compra, o senhor tem noção. Eu queria saber se o senhor tem sentido. Doutora Marcela. Foi pago a hora dela 450 reais". **Dr Lucas respondeu**: "É isso aí é o valor daquele gap que não estava com a empresa. Isso é o termo de referência que foi usado pela administração. A doutora Marcela, claro, é o termo de referência". **Presidente questionou**:" R$ 450 reais a hora"? **Dr. Lucas respondeu**:" É o termo de referência que foi usado. E é isso que é pago para a empresa. Geralmente a empresa recebe um valor desse e repassa muito menos para o médico". **Presidente questionou**: "Então, se eu falo que esses R$450 reais não foi a doutora Marcela que recebeu, foi a empresa". **Dr. Lucas respondeu**:" Não, não tinha empresa. Eu falo que esse valor geralmente é passado, por exemplo, a empresa que está trabalhando agora, ela recebe um valor e repassa outro, ela tem que lucrar para trabalhar. Nesse momento, não tinha lucro de nenhuma empresa, quem recebia era direto". **Presidente perguntou**:" Doutor, vou ser mais franco. Nesse período de emergencial, o senhor não acha que é aproveitar da situação? Eu sei que o médico é um serviço de importantíssimo valor, é essencial em nossa vida, é a família da gente, a gente usa, é direto, sempre precisa, e vocês sempre estão lá. Eu perguntei para o senhor falando um valor estourado, o senhor falou até 160 reais". **Dr. Lucas respondeu**: É um médico generalista, sem especialidade nenhuma". **Presidente perguntou**: "O Dr. Celso, eu falei para ele assim, fala estourando, o senhor viu o que ele falou, o senhor estava aqui. Agora nós estamos falando aqui de 14 dias trabalhado, 37 horas a R$ 450 reais a hora. Está certo"? **Dr. Lucas respondeu**: "É uma opinião, não é"? **Presidente respondeu e perguntou**: "É uma opinião. Porque o senhor não assinou isso aqui, não é? Quem assina é o Compras? Não é o Diretor de Saúde, não"? **Dr. Lucas respondeu**: "O quê"? **Presidente esclareceu**: "Quando vem o fechamento dos médicos, o apontamento". **Dr. Lucas respondeu**: "Ah, é o diretor de saúde, que envia para o compra depois. Não sei, não compete a minha função". **Presidente questionou**:" O senhor acha que procede, está certo isso"? **Dr. Lucas respondeu**:" Eu acho que é uma luta da classe médica mesmo, que a gente estuda seis anos, depois faz mais quatro anos de especialidade e tem que ganhar daí para cima mesmo. Um especialista bom, que é formado em boas universidades, universidades públicas, tem que ganhar bem. É isso que eu acho". **Presidente questionou**: "Opinião do doutor Lucas. Então, você acha que nesse período, um município pequeno, do tamanho do nosso, nós sabemos como que a dificuldade de vim receitas, de um gestor fazer o melhor na saúde, aí vinha pagando uma empresa que ela pagava, a doutora mesmo falou aqui que era 890, depois a outra passou 840". **Dr. Lucas respondeu**: "Esse é médico plantonista, não é"? **Presidente questionou**:" Não, estou dando um exemplo. Aqui nós estamos falando de 12 horas, certo"? **Dr. Lucas respondeu**: "Sim". **Presidente perguntou**:" Aí a gente sabe que a média estourando é de R$ 150 a R$ 250 a hora. Até em uma clínica. Aproveitou porque era emergencial, o executivo precisava, o município cobrando a falta de médico R$450 reais, o senhor acha que está certo, então"?

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Dr. Lucas respondeu: "Não falei que está certo". **Presidente perguntou**: "Que o bom médico, tinha que ser mais, não é"? **Dr. Lucas respondeu**:" Não, o bom médico tem que... Quem fez a pesquisa disso aí deve saber, ele deve ter pesquisado qual é a média de um pediatra e chegado nesse acordo". **Presidente perguntou**:" O senhor falou para mostrar, isso aqui não foi pesquisa, isso aqui foi pago pela Prefeitura. Então não passou pela mão do senhor"? **Dr. Lucas respondeu**:" Não, nota não passa na minha mão". **Presidente perguntou**: "Diretor de Saúde e o Compras"? **Dr. Lucas respondeu**:". Os dois setores". **Presidente perguntou**:" Só quero deixar registrado em ata, vou só repetir a pergunta, só para o senhor deixar bem claro. No dia 20/05/2025, no primeiro emergencial, o senhor não recorda do contrato de R$ 75.150,00. E cinco dias depois, o contrato teve uma ratificação publicada para R$ 80.619,00". **Dr. Lucas respondeu**: "Então, eu não me recordo realmente, eu não me recordo se esse contrato foi assinado desse valor cheio, se foi assinado por mês, se foi assinado o valor hora, se eu não me engano foi o valor hora que a gente assinou. E aí, de acordo com os plantões, os plantões eram calculados, etc". **Presidente perguntou**: "Vamos falar que seja por hora, porquê cinco dias depois tem um aumento". **Dr. Lucas respondeu**: "Então, aí tem que perguntar para a administração. Não compete o meu cargo". Presidente questionou:" Administração quem? Eu pergunto**". Dr. Lucas respondeu**:" Pode perguntar para o Compras, por exemplo, eles devem saber. Não sei se são eles que publicam isso no Diário Oficial". **Presidente perguntou**:" O senhor participou de algum curso de capacitação, qualificação, com os fiscais de contrato"? **Dr. Lucas respondeu**:" Não, nunca fui fiscal de contrato". **Presidente perguntou**:" No período que o senhor teve, teve algumas reuniões nesse sentido"? **Dr. Lucas respondeu**: "Eu estive disponível 24 horas para responder a eles, se tiver alguma...". **Presidente questionou**:" Não, mas teve alguma reunião? reuniões de qualificação, de orientação". **Dr. Lucas respondeu**:" Eu não participei". **Presidente questionou**:" Nenhuma"? **Dr. Lucas respondeu**:" Não sei, não participei de nenhuma". **Presidente finalizou**: "Doutor, da minha parte, te agradeço, estou satisfeito. O relator vai fazer mais umas perguntas para o senhor aqui para a gente encerrar". **Relator perguntou**: "Doutor, o senhor ajudou a senhora Natália nas notificações com a empresa a elaborar essas notificações"? **Dr. Lucas respondeu**: " Eu estive disponível para qualquer inadequação que a empresa estivesse fazendo em relação a nós para fornecer as informações para ela, com certeza". **Relator perguntou**:" Doutor, perante todos os seus depoimentos aqui, os valores, notas, o senhor tratou com a diretora municipal de administração? A senhora Eliane, o senhor tratou algo de valores, pagamentos de médicos, seus colegas, com a própria diretora municipal de administração"? **Dr. Lucas respondeu**: "Não, o Compras, eles chegam para a gente perguntando se a gente quer trabalhar por um valor, a gente só aceita ou não". **Relator perguntou**:" Quanto que o senhor recebeu no ano de 2025? Tem uma estimativa de valor da prefeitura já, de pagamentos"? **Dr. Lucas respondeu:** "Não tem, mas meu contador tem

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

todas as notas, o imposto de renda. Enfim, está tudo detalhado lá. Eu tenho que falar quanto eu ganho por ano". **Relator disse:**" É porque no portal da transparência, fala os valores, já que você recebeu no ano de 2025". **Dr. Lucas respondeu**:" Não sei com exatidão, não. Tem que fazer um cálculo, mais ou menos". **Relator questionou**:" Passa de 100 mil"? **Dr. Lucas respondeu**: "Com certeza". **Relator perguntou**:" Por ano, né"? **Dr. Lucas respondeu**:" Por ano, isso, né"? **Relator respondeu e perguntou**:" Por ano. Doutor, tem uma nota de 21 mil reais que o senhor ganhou. Essa nota me chamou muito a atenção quando eu vi aqui, senhor recebeu um subsídio maior do que a nossa prefeita. O senhor me garante que todos esses valores que já entrou na sua conta, conforme a pergunta do presidente da comissão, o senhor não emprestou nota aos seus amigos? O senhor não emprestou nota da sua empresa a nenhum amigo para ajudá-los"? **Dr. Lucas respondeu**:" Não, eu faço as minhas notas, o meu trabalho". **Relator disse**: "Presidente, para mim está encerrado". **Presidente relatou**:" Não havendo mais perguntas para testemunha, nós te agradecemos a colaboração do senhor e damos por encerrado a sua participação. Muito obrigado. Sem mais nada a tratar, dou por encerrado essa audiência e assim faço a proteção de Deus.

Icém, 14 de maio de 2026

JORGE PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

DANILO FÉLIX DE MIRANDA
Membro- relator

LUZIA MARTINS MALHEIRO
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM [1]

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

ATA 0016/2026
4ª OITIVA EM 18/05/26 - 18/05/2026

Ata da Audiência de Oitiva referente ao Processo Administrativo Nº 01/2026, realizada pela Comissão Especial de Inquérito, com início as 13:h30 do dia 18 de maio de 2026, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Icém/SP.

Aos dezoito dias do mês de maio, as treze horas e trinta minutos, no plenário Antônio Eustáchio da Silveira da Câmara Municipal, sita à Avenida Simpliciano Custódio da Silveira, 521, centro, nesta cidade de Icém/SP, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Inquérito responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2026, ora em tramitação nesta Casa. A audiência foi instaurada sob a presidência do Vereador Jorge Paulo de Oliveira, com a presença dos Vereadores Danilo Félix de Miranda, membro-relator e Luzia Martins Malheiro, membro. Esclareço que a Audiência teve início as 13h30, ouvindo a primeira testemunha, intimada para prestar esclarecimentos sobre a matéria nesse horário, Srª Ana Marta Vieira Vissoto. Isto posto, usou a palavra o Presidente assim se manifestando: Hoje, dia 18 de maio de 2026, com com atraso de 22 minutos, por aberta audiência para a quarta oitiva da Comissão Especial de Inquérito-CEI, responsável pelo processo administrativo número 01/2026, e assim faço, sob a proteção de Deus. Pessoal, eu sei que vocês falam baixo aí atrás, mas acaba atrapalhando aqui. Peço a gentileza de permanecerem em silêncio. Inicialmente, essa Comissão especial de inquérito, por meio dos seus vereadores integrantes, agradece a sua presença e a colaboração na busca da verdade a respeito dos fatos certos e determinados relacionados à prestação de serviços médicos no âmbito da rede municipal de saúde, notadamente quando a execução e rescisão de contrato firmado com a empresa CMT Serviços Médicos Limitada, bem como eventuais irregularidades administrativas correlatas. Antes de iniciar a oitiva, cumpre essa comissão especial prestar as seguintes advertências a respeito da presente audiência, que será realizada hoje, dia 18 de 5 de 2026, às 13h52, nesse plenário da Câmara Municipal de 100. conforme também consta o termo de advertência e compromisso da testemunha que foi entregue e assinado pelos senhores nos termos artigos 203, 206 e 211 do Código do Processo Penal, aplicáveis subsidiariamente ao caso. As pessoas intimadas para essa oitiva serão ouvidas na qualidade de testemunhas e, por isso, deve dizer a verdade sobre os fatos de que tenha conhecimento ou que lhe for perguntado. Sob pena de incorrer no crime de falso testemunho com a pena de reclusão de 3 a 8 anos e multa conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será prestado oralmente, sendo gravado em audiovisual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara Municipal, para, posteriormente, ser transcrito em ata, ou seja, reduzindo ao termo. Caso alguma testemunha seja cônjugue, companheiro, ascendente, descendente ou irmão da denunciada Senhora Aparecida Salisso, poderá recusar-se a depor, conforme assegura a legislação. As testemunhas deverão relatar apenas fatos que presenciou ou tenha conhecimento direto, evitando opiniões pessoais ou suposições, salvo quando expressamente questionado pela Comissão Especial de Inquérito. Caso não compreenda alguma pergunta, poderá solicitar esclarecimento antes de responder. Pode pedir para repetir a pergunta. É assegurado o direito de ser tratado com respeito e

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

dignidade durante toda a oitiva. Dito isso, a Comissão Especial de Inquérito dará início às perguntas. Convido a senhora Ana Marta Vieira Vissoto para se adentrar ao plenário. Continuando essa audiência, eu pergunto se a senhora leu o termo de advertência e compromisso da testemunha. **Ela respondeu**: "Sim".**O Presidente perguntou:** Entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria no início dessa audiência?. Sra. Ana Marta, tem como a senhora identificar-se para a gente? Nome inteiro? **Ela respondeu:** "Ana Marta Vieira Vissoto., RG nº 34164 121- 2, função: oficial administrativo nomeada como agente de contratação do setor. **Disse o Presidente:** Obrigado. Concedo a palavra ao membro relator para que dê início aos seus questionamentos. Usou a **palavra o Relator, Vereador Danilo** , assim iniciando seus comentários: : Boa tarde, Sr. Presidente. 1h58. Quero cumprimentar aqui o Romes Martins Malheiro, o Dr. Herculin, o Dr. Ronaldo, a Eulélia. assim como eu a conheço como Leia, desculpa, Francislaine, Reinaldo, Angélica, Wagner, a Luísa, o Talles da RecPlay, a Luzia, o presidente e a toda essa Casa que está aqui presente. A senhora Ana Marta, a senhora fique à vontade. Agradecemos desde já a sua oportunidade de estar aqui conosco. Estamos aqui fazendo o nosso trabalho como vereador e a senhora tem aqui todo o respaldo dessa casa. pós seus cumprimentos iniciais, ele perguntou a Srª Marta:: Ana Marta, qual é a função da senhora atual no setor de compra da prefeitura? E desde quando exerce essa função? **Ela respondeu:** Eu sou uma das nomeadas de agente de contratação. Hoje o setor tem dois agentes, eu e o Tales. Eu fui nomeada desde quando entrou em vigor essa nova lei da licitação. Tinha mais agentes de contratação, mas hoje só está eu e o Tales**. O relator perguntou:** Quem é seu superior hierárquico direto dentro do setor de compra desde 2025 até a presente data do ano? Quem coordena e autoriza os procedimentos realizados pelo setor? Ou seja, quem é o chefe do seu setor, que faz as cotações, quem é o que responde pelo seu setor? **Ela respondeu**: " O responsável do setor é o César". **. O relator perguntou:** A senhora faz parte de alguma comissão de licitação, equipe de apoio, ou exerce alguma função relacionada aos processos licitatórios, dispensa da Prefeitura? **Ela respondeu: "**Eu sou agente de contratação". **. O relator perguntou:** A senhora recebe alguma função gratificada específica relacionada ao setor de compras em licitações? Em caso positivo, qual a função exercida? **Ela respondeu: "** de agente de contratação". **. O relator perguntou:** Dentro do setor de compras, quem é o responsável pela busca de preços e pesquisas para processos de dispensas e contratação emergencial? **Ela respondeu: "** O César". **. O relator perguntou:** Quem assina e valida oficialmente as cotações e pesquisas de preços utilizados nos processos administrativos? **Ela respondeu: "** César". **. O relator perguntou:** Qual foi a sua participação específica nos processos emergenciais relacionados à contratação de médicos após a rescisão contratual existente? **Ela respondeu: "** Eu participei do contrato emergencial, esse que está sendo executado no momento". **O relator perguntou:** A senhora participou de dispensas emergenciais para a contratação de médicos? **Ela respondeu: "**Dessa última dispensa emergencial, que é a empresa SOLUTION, agente de contratação". **. O relator perguntou:** Quais os procedimentos foram adotados pelo setor de compras, nesse caso, com a empresa SOLUTION? **Ela respondeu: "** Você fala a minha parte de agente de contratação? **Disse o relator:** Isso, a sua parte. **. O relator perguntou:** "Eu que dou andamento no processo de dispensa após eu receber toda a documentação que o setor requisitante entrega, o setor DOD, termo de referência, ETP, toda a documentação. E quero frisar, deixar bem claro que essas documentações é o setor requisitante que faz, não é o setor de compras. Eu não faço DOD, termo de referência, ETP, é o setor requisitante". **. O relator perguntou:** Orçamentos, então, não é com a senhora? **Ela respondeu: "** É do setor de compras, o César". **O relator perguntou:** A decisão de não realizar o repasse financeiro à empresa anteriormente contratada e efetuar pagamento diretamente aos médicos partiu do setor de compras ou da Secretaria de Saúde, do setor

jurídico ou do gabinete da Prefeita? **Ela respondeu: "** Não sei dizer". **O relator perguntou:** O setor de compras foi consultado previamente sobre a legalidade dessa forma de pagamento diretamente aos médicos? **Ela respondeu: "** Não sei dizer". **O relator perguntou:** Houve parecer jurídico formal autorizando esse procedimento? **Ela respondeu: "** Para pagamento dos médicos? **Disse o relator**: Isto. **Ela respondeu: "**Não sei dizer". **O relator perguntou:** Durante esse período emergencial, os médicos precisavam apresentar o orçamento para viabilizar seus pagamentos pela Prefeitura? **Ela respondeu: "** Não sei dizer, não é da minha atribuição de agente". **O relator perguntou:** Os orçamentos que chegaram em suas mãos para a formação dessas dispensas, eles já chegaram prontos, ou prontos pelos próprios médicos, ou foi solicitado ao setor de compra que encaminhasse aos médicos para que enviasse essas propostas? **Ela respondeu: "**Orçamento dos médicos, eu não sei dizer. O que eu participei foi do processo emergencial que foi da empresa SOLUTION. Esses dos médicos eu não faço parte. Esse que foi licitado, eu fiz só o emergencial que é da empresa. **O relator perguntou:** Conforme relatos já prestados por depoentes, o setor de compras teria solicitado orçamentos, porque os valores ultrapassavam de 5 mil. A senhora confirma que teve essa informação? **Ela respondeu: "**Não sei dizer". **O relator perguntou:** Quem orientou o setor de compras a solicitar os orçamentos relacionados aos médicos? **Ela respondeu: "** Não sei dizer. Como eu disse, eu só participei da dispensa emergencial, da empresa. Esse dos médicos, não. **O relator perguntou:** Os próprios médicos participavam da obtenção ou emprega desses orçamentos para a instrução dos processos administrativos? Isso era considerado procedimento comum dentro da Prefeitura? **Ela respondeu: "** Isso eu não sei dizer. Não participei disso". **O relator perguntou:** O setor de compras realizou efetiva pesquisa de mercado para verificar se os valores apresentados eram compatíveis com os preços praticados? **Ela respondeu:** "Do emergencial, sim". **O relator perguntou:** Esse emergencial com a SOLUTION? **Ela respondeu: "** Isso, como eu disse, eu não participei de licitação, só participei desse emergencial como agente de contratação. Então, essas coisas eu não sei dizer. **O relator perguntou:** Em algum momento houve orientação para agilizar ou simplificar exigências legais em razão da situação emergencial da saúde? **Ela respondeu: "** Pode repetir a pergunta, por favor? **O relator perguntou:** Em algum momento houve orientação para agilizar ou simplificar exigências legais em razão da situação emergencial da saúde? Se sim, quem deu essa orientação? **Ela respondeu: "**houve orientação para fazer o processo emergencial, de acordo com a documentação recebida do setor requisitante, foi que nós realizamos o processo emergencial. Foi só de acordo com a documentação recebida". **O relator perguntou:** A documentação recebida, quem era o Diretor que estava na pasta nesse período? A senhora se recorda? **Ela respondeu: "**O André". **O relator perguntou:** A Diretora Municipal de Administração, ela interferia diretamente na montagem dos processos emergenciais e dispensas relacionadas ao setor dos médicos? **Ela respondeu: "** Não, só na parte administrativa". **O relator perguntou:** A senhora recebeu ordens verbais ou escritas para inserir documentos, cotações ou orçamentos específicos nos processos administrativos? **Ela respondeu: "** Não, como eu disse, eu só faço, elaboro o processo de dispensa de acordo com as documentações que o setor requisitante vai fornecendo. **O relator perguntou:** Na prática, quem tinha a decisão final sobre as dispensas emergenciais de médicos? O setor de compras, a Secretaria Municipal de Saúde, a Diretoria de Administração ou o gabinete da Prefeita? **Ela respondeu:** "A autorização final é da Prefeita". **O relator perguntou:** A senhora entende que a forma como os processos emergenciais foram conduzidos observou integralmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e transparência exigidos pela administração pública? **Ela respondeu: "** Esse é emergencial. Então, eu acho que a gente tem que ter. **O relator perguntou:** A senhora uma ideia de como entende que a forma é como os processos que a gente faz isso. emergenciais foram

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM 4
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

conduzidos observou Eu acho que a gente tem que ter uma ideia de como integralmente os princípios da legalidade, é impessoalidade, moralidade que a gente faz isso. e transparência exigidos pela administração pública? **Ela respondeu**: " Essa eu não sei dizer. **O relator perguntou:** Teve... Sim ou não? **Ela respondeu: "**Não, não sei dizer". **O relator perguntou:** Em algum momento, a senhora identificou irregularidades, inconsistências ou situações que considerou fora do procedimento normal dentro do setor de compras? **Ela respondeu: "** Irregularidades no setor de compra? **O Relator disse**: Vou repetir a pergunta para a senhora, por gentileza. Em algum momento, a senhora identificou irregularidades, inconsistências ou situações que considerou fora do procedimento normal dentro do setor de compras? **Ela respondeu: "** Não, no processo que eu participei, de como a gente não". **O relator perguntou:** A senhora tinha acesso integral aos processos administrativos, dispensas emergenciais, ou recebia apenas parte da documentação para providenciar as cotações? **Ela respondeu: "** Então, a gente recebe a documentação de acordo com o que o setor requisitante entrega para a gente montar o processo. Sem isso a gente não consegue". **O relator perguntou:** Quem definia quais médicos ou empresas deveriam apresentar propostas e orçamentos para os processos emergenciais? **Ela respondeu: "** As propostas eram recebidas por e-mail. Não sou eu que faço cotação. Era na busca por e-mail. No banco de preço. mas não sou eu que recebo e nem faço cotação. **O relator perguntou:** A senhora sabe informar quem elaborava os termos de referência ou justificativa das dispensas emergenciais relacionadas às contratações de médicos? **Ela respondeu: "**Então, volto a dizer, essa documentação é responsabilidade do setor requisitante. Eu não sei qual da equipe deles que fizeram". **O relator perguntou:** Existia conferência da autenticidade das cotações apresentadas no processo? **Ela respondeu: "**As cotações desse emergencial, igual eu falei, foram recebidas por e-mail. **O relator perguntou:** Quem faz essa conferência dos e-mails? **Ela respondeu: "**O e-mail do responsável do setor. O e-mail do Compras, mas é o responsável do setor que depois passa". **O relator perguntou:** : Alguma vez a senhora recusou orçamento, documento ou processo por entender que estava incompleto ou irregular? **Ela respondeu: "** Não, desse não". **O relator perguntou:** A senhora participou de reuniões com a Diretoria de Saúde, Diretoria de Administração ou gabinete da Prefeita para tratar especificamente dessas contratações emergenciais? **Ela respondeu: "** Não" **O relator perguntou:** No processo emergencial 00069/2025, houve emissão de parecer jurídico formal antes da contratação e dos pagamentos realizados? **Ela respondeu: "** Esse processo não fui eu que fui agente de contratação, foi outro agente, não sei dizer". **O relator perguntou:** Você não sabe quem foi que fez ele? **Ela respondeu: "** Quem foi o agente? O Alan. **O relator perguntou:** Existia algum checklist administrativo ou fluxo interno obrigatório para a instrução desse processo emergencial que a senhora fez? **Ela respondeu: "** Não, eu dou andamento de acordo com tudo o que o setor requisitante fornece". **O relator perguntou:** Todos os documentos exigidos pela nova lei de licitações foram apresentados antes da formalização da contratação emergencial? **Ela respondeu: "** Sim, as cotações chegaram tudo por e-mail. **O relator perguntou:** Houve análise técnica e jurídica prévia sobre a possibilidade de contratação direta dos médicos mediante RPA ou pagamentos individualizados? **Ela respondeu: "** Não sei dizer, não participei". **O relator perguntou:** O setor de compra recebeu autorização formal por escrito para prosseguir com o processo emergencial 00069/2025? **Ela respondeu:** "Eu não participei desse, não fui eu que fui agente". **Disse o relator**: Presidente, para mim, minhas perguntas estão encerrado .**Usou a palavra o Presidente perguntando:** A senhora falou que só participou do último, que é o que está trabalhando hoje? **Ela respondeu: "** O da SOLUTION, isso. Da última empresa que contratou. **O Presidente perguntou:** Do processo licitatório da CMT, a senhora não participou? **Ela respondeu: "** Não, e nem do primeiro emergencial. **O presidente perguntou:** E do segundo emergencial?

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Ela respondeu: " Eu só participei da SOLUTION, que está em vigor. **O presidente perguntou:** A senhora poderia me dizer quem é o responsável pelo setor de compras? **Ela respondeu: "** O responsável é o César. **O Presidente perguntou:** É ele que recebe os orçamentos? **Ela respondeu: "** Sim". **O Presidente perguntou:** O e-mail que a senhora, minutos atrás, falou agora que vem por e-mails. os orçamentos. Esse e-mail é de conhecimento de todos? Ou só do responsável pelo complexo? **Ela respondeu: "** Não, é o e-mail que é publicado". **O Presidente perguntou:** Todos têm acesso? **Ela respondeu: "**Isso". **O Presidente perguntou:** E cada empresa manda do e-mail dela para a Prefeitura? **Ela respondeu: "** Isso, no e-mail que é publicado no portal Transparência". **O Presidente perguntou:** Quando a senhora fala que é o setor requisitante, que manda para vocês para poder... A senhora fala... É o Diretor da Saúde? **Ela respondeu:** É o Diretor que requisita a contratação do processo. No caso, sim, do emergencial, o Diretor da Saúde. **O Presidente perguntou:** Mas o Diretor da Saúde, ele mandou direto para vocês? **Disse a Srª Marta:** Oi? **O Presidente perguntou:** O Diretor da Saúde manda direto para o setor de compras? **Ela respondeu: "** Isso. O DOD, termo de referência". **O Presidente perguntou:** A senhora é agente de contrato? **Ela respondeu: "** De contratação. **O Presidente perguntou:** Qual data? Início e fim? **Ela respondeu: "** Eu comecei desde que entrou em vigor, desde a época do Oscar. Só que aí tinham mais agentes e hoje, no momento, só está eu e o Tales, do setor de compras". **O Presidente perguntou:** Na maioria das vezes tem revezamento quando tem licitação? Porque a senhora falou do nome do Alan. **Ela respondeu: "** Então, como são iguais, no momento, eu e o Tales. números, dispensa. A gente, conforme vai liberando a demanda, eu pego uma, ele pega outra. Como se diz o que vier, a gente vai fazendo de acordo com as dispensas que chegar para fazer. **Disse o Presidente :** Entendi. Dona Marta, quero te agradecer pela colaboração, por ter vindo aqui hoje. Damos por encerrado a sua participação. Muito obrigado.Em seguida disse: Convido a senhora Eulélia da Costa de Oliveira para se adentrar ao plenário. Dona Léia, já sabe como funciona, então vamos lá. Continuando essa audiência, eu pergunto se a senhora leu o termo de advertência e compromisso da testemunha entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria no início da audiência. **Ela respondeu: "** Sim". **O Presidente perguntou:** Nome completo, RG e função. **Ela respondeu:** Eulélia da Costa Oliveira, RG nº 25998-314-7 e função assistente de departamento pessoal e, hoje, gestora de folha de pagamento e cálculo .**Disse o Presidente: Concedo a palavra ao membro relator** para que dê início aos questionamentos. Usou a palavra o relator, perguntando: Senhora Euléia, podemos chamar de ....**Ela respondeu:** Léia, para mim não tem problema". **Perguntou o relator**: Sinta-se à vontade. Muito obrigada pela sua presença aqui em nosso plenário. Agradeço por estar aqui. E vamos lá ao seu depoimento. São exatamente 14h20m, para que conste em ATA. Desde quando a senhora passou a atuar na Unidade Básica de Saúde na parte relacionada à organização dos médicos, escalas e contratos administrativos? **Ela respondeu: "** Eu fui para a área da saúde em agosto de 2023, no mandato do seu Oscar, onde já havia uma empresa licitada que fazia todo esse trabalho. Eu somente fazia a questão dos pontos e o controle da jornada de trabalho deles para estar encaminhando para a empresa para fins de confecções de notas e tudo mais. **Perguntou o relator:** Qual era exatamente a sua função dentro da unidade básica de saúde? E quais eram as atividades que exerciam diariamente? **Ela respondeu: "**Toda a parte da saúde dos funcionários concursados, eu que fazia o controle das jornadas, e o controle da jornada dos médicos da parte que era da empresa". **Perguntou o relator:** A senhora era responsável pelo controle de escalas, presença, carga horária e fiscalização dos médicos? **Ela respondeu: "** A partir do processo de dispensa, fiquei, sim, responsável por estar formalizando a escala e o controle da jornada, do dia 29 de maio ao dia 15 de dezembro de 2025". **Perguntou o relator:** como era realizado o controle do ponto dos médicos? Existia sistema

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br

youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem

Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

oficial ou era feito manualmente? **Ela respondeu: "** Na época em que tinha a empresa, havia os relógios faciais e havia um controle também, um sistema, onde os médicos batiam a face, eles ficavam integrados, que computava a jornada e saía o espelho de ponto, como hoje é no caso dos servidores da prefeitura. A partir do processo de dispensa, nós não tínhamos esses equipamentos. Então, eram todos os controles manuais. Um exemplo, os ESFs faziam os seus controles, os médicos iam trabalhar, tinham relação, eles faziam os atendimentos. Através do ESUS, também tinha como constatar os atendimentos, porque você tem que agendá-los, quantidade de pacientes, médicos e tudo mais. E, dali, nós tínhamos o controle". **Perguntou o relator:** A senhora tinha acesso aos documentos de contratação, escalas, pagamentos e processos administrativos relacionados aos médicos? **Ela respondeu: "** Acesso às escalas, sim, porque a gente que fazia, no caso. E quando finalizava, que tinha que fazer o pagamento, emitia as quantidades de horas e os valores para que os médicos encaminhassem as notas fiscais". **Perguntou o relator:** a empresa de assistência à saúde e desenvolvimento social atendia adequadamente o município antes da rescisão contratual? **Ela respondeu: "** Qual é essa empresa? **Disse o relator:** A primeira empresa que estava vigente, ou seja, quando se trocou a administração, já tinha uma empresa funcionando, que é a empresa do Doutor Newton". **Ela respondeu**: " Sim". Atendia. **Perguntou o relator:** Existiam reclamações formais ou apontamentos técnicos que justificassem a troca da empresa? **Ela respondeu: "** Reclamações formais, eu não sei lhe dizer. Apontamentos técnicos, houve, sim, apontamentos do Ministério Público e do Tribunal de Contas, referente às jornadas dos médicos. Agora, do que se trata, não. Foi justamente por isso que baixaram uma portaria para que eu fosse lá, para poder estar fazendo o controle na época desta empresa. E aí eu permaneci. **Perguntou o relator:** A senhora participou da elaboração do termo de referência referente ao pregão eletrônico 046/2025? **Ela respondeu: "** Qual que é esse pregão, por favor? **Disse o relator:** Esse pregão é o primeiro pregão eletrônico que foi aberto na licitação, ou seja, após rescisão com a empresa, eles deram andamento a uma licitação. Aí teve o primeiro termo de referência, na época, quando estava a Diretora Daniela Cortes. **Ela respondeu: "** Eu não entendi a pergunta, por favor". **Perguntou o relator:** A senhora participou da elaboração do termo de referência referente ao pregão eletrônico 046/2025? **Ela respondeu: "** Não, termo de referência não". **Perguntou o relator:** Quem participou da construção das exigências técnicas, quantidade de médicos, escalas e demais condições previstas nessa licitação? **Ela respondeu:** " Na época, na verdade, eu fui chamada, já haviam conversado sobre isso. Estavam no jurídico, a Prefeita, a dona Eliana, a Daniela, o Doutor Ernandes e a Doutora Tatiana. Eles resolveram, por orientação jurídica, que não iriam estar prorrogando a empresa, a contratação com a empresa. E aí me perguntaram se eu poderia estar dando uma força nisso, mas referente ao que foi, foi seguido tudo como era, até valores, era o que já existia com a empresa anterior. Não sei se é isso a resposta. **Perguntou o relator:** Só me garantindo, no termo de referência, a senhora não teve nenhum acesso? **Ela respondeu:** " é difícil falar termo de referência, porque eu não... É igual falar, cada um sabe do que faz. Esse trabalho não é o meu. A gente discutia, eu e a Daniela, referente... quais as qualificações, mas o que estava já naquele papel, para a gente poder saber o que precisava. Por exemplo, ela precisava de médicos, precisava de especialistas ou de técnicos. Neste ponto, sim, para saber o que a gente tinha e o que era necessário". **Perguntou o relator:** O Doutor Lucas Campos, ele participou diretamente da organização da nova licitação e das definições operacionais relacionadas aos médicos. **Ela respondeu: "** Ele era Diretor Clínico na época da dispensa, desse processo de dispensa da Daniela. Vamos dizer assim só para você entender. Como eu te disse, eu fiquei até o dia 15 de dezembro, onde venceu essa dispensa. Após essa data, eu não fiz mais parte. Agora, ele que estava fazendo, que foi orientado pelo jurídico, onde disse que, a partir daquela data, era com o Dr. Lucas as

responsabilidades quanto a essas questões. **Perguntou o relator:** A Diretora de Administração, a senhora Eliane, também acompanhava ou interferia diretamente nessas decisões? **Ela respondeu: "** Várias vezes eu perguntava assim as coisas a ela. Ela, a gente, igual eu te disse, elas estavam numa reunião e me chamaram após essa , a minha chegada foi falada sobre o assunto. Ela e a Prefeita se ausentaram. No primeiro pagamento, a gente teve um problema. Eu solicitei a presença, a gente conversava sobre essas questões. E, quando não era com ela, era com o jurídico, especificamente com o doutor Ernandes e com a Doutora Tatiana. **Perguntou o relator:** Nos processos de dispensas emergenciais, a senhora chegou a solicitar orçamentos a médicos ou empresas? **Ela respondeu: "** Eu? Orçamentos, não. Como eu te disse, a parte que eu fazia, eu já tinha a quantidade de horários que eles trabalhavam e os valores. Então, eu só passava eles, eles me mandavam a nota fiscal" **Perguntou o relator:** A senhora possuía autonomia para tomar decisões administrativas ou precisava de autorização de superior? **Ela respondeu : "** Não, nunca tomei decisão sozinha". **Perguntou o relator:** Quem efetivamente dava as ordens e coordenava os processos relacionados às escalas médicas, contratações e funcionamento desse setor? **Ela respondeu: "** Não, a escala, assim, tinha o Diretor da Saúde. Nesse período, passaram-se três. Então, a Daniela, tanto o Celso como, no caso, a Rosângela, a gente sempre conversava sobre isso. Se tem . Às vezes, chegavam, tem que mudar tal médico, precisa... mudar o dia da semana, tal médico não está dando certo, isso sempre houve, até mesmo quando tinha uma empresa. Agora, tomar a decisão de pegar e fazer uma escala sozinha, não. A gente já tinha aqueles médicos que atuavam no município, que permaneceram, entendeu? E já tinha os médicos que eram de plantões, os especialistas, então já tinha uma sequência. Então, eram algumas datas especiais, como Natal, Ano Novo, um exemplo, um feriado, que a gente precisava estar já resgatando e buscando para poder que a escala ficasse preenchida. O Doutor Lucas me ajudava a fazer as escalas, em algumas das vezes, quando precisava, principalmente quando não achava médico, porque a gente tinha um quadro reduzido. Fora isso, sempre com alguém, nunca tomando uma decisão sozinha". **Perguntou o relator:** A senhora que exerceu, na Unidade Básica de Saúde, um belo trabalho perante a essa fiscalização, para que fosse enviada sempre aos órgãos competentes, que não teve problema, em algum momento, na função que a senhora exercia dentro da Unidade Básica de Saúde, eles tiraram a senhora para colocar o Doutor Lucas ou foi por sua vontade própria sair daquele setor? **Ela respondeu: "**A minha vontade sempre foi ter o direito igual aos demais do Departamento pessoal. Por quê? Eu tenho uma portaria onde é o meu CPF, onde eu cuido da parte da saúde. Então, muitas das vezes, eu precisava de alguma coisa e não tinha acesso ao sistema. Então, eu sempre reclamei isso e houve uma questão pessoal com um médico lá dentro, que é o Doutor Basílio, que chegou a esta Casa. E foi quando eu fiquei muito chateada e eu realmente pedi para sair. A dona Eli me trouxe para o Departamento pessoal novamente, mas eu continuei com essa parte médica. Quando a nova empresa que entrou, que foi no dia 15 de dezembro de 2025, eu já não fazia mais parte, mas isso eu fiquei sabendo pelo jurídico que eu não faria mais parte desta parte da empresa, só os servidores concursados da saúde". **Perguntou o relator:** E quem eram esses servidores concursados na saúde? **Ela respondeu: "**São os servidores que trabalham na parte da saúde. Todos os servidores. A parte da fisioterapia, a parte do hospital, os psicólogos, os agentes, todos os ESFs. Esses servidores são os que eu faço o controle, Jornada de trabalho, ponto, recolho atestados, vejo férias, entendeu? **Perguntou o relator:** Então essa mudança ocorreu por vontade própria da senhora ou por determinação superior? **Ela respondeu: "** A solicitação de retornar ao departamento pessoal foi vontade minha. A questão dessa parte médica foi porque venceu a licitação, mas assim, igual o jurídico me falou que eu não faria mais parte, quem faria parte seria o Doutor Lucas, então eu

fiquei só com a minha parte. **Perguntou o relator:** Após a entrada da empresa CMT, o Dr. Lucas Campos passou a centralizar as decisões relacionadas às escalas médicas e organização do serviço? **Ela respondeu:** " Então, Danilo, eu creio que sim. Eu não posso afirmar, porque eu já não faço mais parte desde o dia 15 de dezembro, entendeu? **Perguntou o relator:** A Diretora de Administração participava diretamente dessas decisões juntamente com o Doutor Lucas? **Ela respondeu: "** Já não sei dizer". **Perguntou o relator:** Depois da entrada da empresa CMT, a senhora tinha autonomia para desempenhar suas funções normalmente? **Ela respondeu: "** Eu já não fazia mais parte, então eu não desempenhava nada nessa função, só na minha". **Perguntou o relator:** Léia, eu só vou terminar assim antes de concluir, aí mesmo que você fale, talvez fique repetitivo, mas é que eu tinha feito as perguntas para a gente dar andamento. **Ela respondeu: "** Tudo bem". **Perguntou o relator** : A senhora chegou a trabalhar diretamente com a empresa CMT? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o relator:** A empresa CMT cumpria corretamente as escalas, exigências administrativas e obrigações previstas? **Ela respondeu: "** Não sei dizer". **Perguntou o relator:** A senhora percebeu mudanças na condução do setor após o doutor Lucas Campos assumir maior controle das atividades? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o relator:** Em algum momento a senhora deixou de ter acesso às informações, documentos ou decisões que antes faziam parte da sua rotina de trabalho? No período que a senhora esteve na Unidade Básica de Saúde, a senhora chegou a realizar algum fechamento, conferência para pagamento dos médicos por RPA? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o relator:** Quem autorizava esses pagamentos por RPA? **Ela respondeu: "**Departamento Jurídico. Nada era feito sem orientação do Departamento Jurídico. E quando ainda ficava alguma dúvida, eu tentava falar com a dona Eliana". **Perguntou o relator:** Existia orientação da Diretora de Administração como proceder esses pagamentos? **Ela respondeu: "** Não, a gente que procurava quando era necessário". **Perguntou o relator:** A senhora tinha conhecimento se houve parecer jurídico autorizando pagamentos direto aos médicos após a rescisão contratual com a CMT de forma unilateral? **Ela respondeu: "**Eu desconheço, porque eu não fazia parte". **Perguntou o relator:** Considerando sua experiência no setor, a senhora ficou preocupada com o modelo adotado pela administração após rescisão da empresa, principalmente diante das exigências do Tribunal de Contas e Ministério Público? **Ela respondeu: "** Eu fiz de acordo com... A gente fica preocupado, mas a gente tem um jurídico que estava apoiando e dizendo que estava correto. A gente seguiu o trabalho para que não ficasse sem médicos". **Perguntou o relator:** A senhora chegou a alertar superiores sobre possíveis riscos administrativos ou irregularidades nesse procedimento? **Ela respondeu: "** Qual procedimento? Eu não entendi a pergunta". **Perguntou o relator:** A senhora chegou a alertar superiores sobre possíveis riscos administrativos ou irregularidades nesse procedimento? Ou seja, com a RPA, com a...**Ela respondeu: "** Isso cabe ao jurídico. Então, o que o jurídico falava que podia ser feito, a gente fazia". **Perguntou o relator:** Quem do setor de compras mantinha contato frequentemente com a senhora durante esse processo que a senhora precisava? **Ela respondeu: "** Eu entregava as notas para a Maria Antônia, porque, como eu disse, tinha as dispensas, então tinham os saldos. Então eu fazia os fechamentos, pegava os valores, pedia que os médicos emitissem as notas, e aí eu levava lá para a gente conferir os saldos e fazer o pagamento das notas". **Perguntou o relator:** Como funcionava a comunicação entre saúde, administração, compras e jurídico? **Ela respondeu: "**Eu sei dizer do meu só, deles eu não sei dizer". **Perguntou o relator:** Como que era o seu? **Ela respondeu:** "O meu com compras, ótimo, porque eu chegava, a gente desenvolvia o nosso trabalho, não tinha problema. O compra já encaminhava para o setor competente dentro da linha de trabalho deles, então...". **Perguntou o relator:** Existiam reuniões para tratar de contratações emergenciais? Que a senhora participou? **Ela respondeu: "** Reuniões? **Disse o relator:** Isso. **Ela respondeu:** Desse que eu participei, teve uma única

reunião, como eu lhe disse, e depois fazíamos as reuniões com o Diretor da Saúde e o Diretor da Saúde reportava a Prefeita. **Perguntou o relator :** A senhora sofreu algum tipo de pressão, limitação de função ou afastamento das atividades após mudanças administrativas envolvendo a entrada da nova empresa, CMT? **Ela respondeu: "** Não, só o fato mesmo do desligamento. Acabou dia 15 de novembro, já não fiz mais parte". **Perguntou o relator:** Como a senhora tem bastante tempo em Prefeitura, a senhora acredita que os procedimentos adotados ocorreram com planejamento adequado, observando integralmente os princípios da legalidade, transparência e controle exigidos pelos órgãos fiscalizadores ? **Ela respondeu: "** Eu creio que sim, Danilo, porque até chegar perto de mim, tipo assim, até chegar a mim, teve todo um processo. Então, eu creio que foi tudo correto". O Relator encerrou o s seus questionamentos e **usou a palavra o Presidente assim dizendo** : Boa tarde. Vou te chamar de Léia, fica mais fácil. Esta semana passada, a gente ouviu umas pessoas aqui, inclusive, nós ouvimos o Diretor Clínico, o Dr. Lucas Campos. E eu fiz uma pergunta para ele. Só voltando um pouco, você falou que participou do primeiro emergencial e ficou até dia 15 de dezembro. **Ela respondeu: "** É, foi de maio a dezembro de 2025. **Perguntou o Presidente:** Maio a dezembro, então tá. Dia 20/05/2025 teve o primeiro emergencial. **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o Presidente:** E eu fiz uma pergunta para ele, aí ele falou assim, que era para perguntar para a senhora. Eu perguntei para ele assim, você tem um contrato de R$ 75.150. Porque teve uma ratificação cinco dias depois. E esse contrato de R$ 75.150,00, dia 25/05, foi publicado para R$ 80.619,90. E ele não soube responder. Ele falou assim, tem que ver com Léia. A senhora poderia nos ajudar nisso? **Ela respondeu: "** Eu não sei se vou responder o correto. Igual eu disse, essa parte não fui eu quem fez. Essa parte quem fez foi o Alan juntamente com o Ronaldo. Então, o que acontece? Teve alguns problemas referentes a datas. Entendeu? De datas de médico. Por exemplo, eles vieram com os orçamentos e, na hora de fazer a dispensa... Então, se eu era uma médica que trabalhava toda segunda, eu trabalharia quatro vezes no mês. Agora, se eu fosse uma médica que trabalha quatro vezes na semana, isso teria que ser quatro vezes quatro, quatro vezes cinco. E, assim, sei que teve algumas correções nesse ponto, referente aos dias de trabalho do médico. **Perguntou o Presidente:** no contrato especificamente do Dr. Lucas? **Ela respondeu: "** Aconteceu com todos, praticamente. Ele já veio com uma carga horária. Igual falei, todos os médicos que estavam vieram já da licitação anterior. Então, ele era médico clínico, ele era Diretor Clínico, ele dava plantão, ele era médico do CDP. Então, por isso, um contrato neste valor. **Perguntou o Presidente:** Será que eu poderia repetir de novo onde ele estava trabalhando? CDP? **Ela respondeu: "** Ele era médico no CDP Clínico. Ele era, na época, hoje eu não sei, Diretor Clínico. Ele fazia plantões de segunda a sexta, meio plantões, das 13h às 19h. **Perguntou o Presidente:** Meio plantões? **Ela respondeu: "** Meio plantões, das 13h às 19h. E aos domingos noturnos, das 19h às 7h da manhã. **Perguntou o Presidente:** A parte de escala dos médicos nesse período que a senhora estava lá na frente dessa pasta. Era responsabilidade sua? Você fazia sozinha ou tinha mais alguém? **Ela respondeu: "** Eu, a princípio, como eu te disse, todos os médicos já tinham seus horários. Nós não mexemos para não trazer um desconforto para a população. Então, os médicos que já atendiam no pronto-socorro continuaram. Os médicos que estavam, os especialistas nos ESFs, permaneceram também. Alguns médicos aumentaram a carga depois que o ESF-3 veio a abrir. Então, assim, eles continuaram. Praticamente, a escala era uma escala que a gente não tinha muita dor de cabeça. Quando eram os finais de semana com feriados, prolongados, pontos, assim, precisava de ajuda. Por quê? Porque ele tinha um contato tambem com os medicos, entao ele ajudava a fazer. **Perguntou o Presidente:** Outra pergunta que eu perguntei para os Diretores, tanto o Clínico como o André e o Doutor Lucas, Eu perguntei assim, terminou o contrato do Sr. Milton, teve o primeiro emergencial, quem foi que convidou os médicos a

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

seguir? Foi a senhora? **Ela respondeu: "** Igual eu te disse, os médicos que estavam já estavam todos sabendo, porque o Milton avisou a eles que a empresa não ia ser prorrogada. Então, conforme eles vinham procurar, por orientação, junto com a Daniela, nós estendemos o convite. **Perguntou o Presidente:** Foi orientado... A senhora participou de alguma... Vou reformular a pergunta, vai ficar mais fácil. Teve alguma reunião entre... o setor da senhora, o Diretor da Saúde, o Compras, a Administração, a Prefeita, sobre valores que iam ser pagos na emergência? **Ela respondeu: "** Não, continuou com os valores que já havia do Milton, usamos a mesma tabela. **Perguntou o Presidente:** Entendeu? Sabe por que estou te perguntando isso? **Ela respondeu: "** Sim, para esclarecer, se eu puder". **Perguntou o Presidente:** Porque eu perguntei para o Doutor Lucas qual seria o valor da hora do médico. Aí ele disse que dependia da especialidade. **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o Presidente:** Como seguiu o anterior, qual era a hora médica da pediatra ou do pediatra? **Ela respondeu:** Acho que era R$ 350 reais a hora. Lembrando que a pediatra trabalhava duas vezes na semana no ESF1, duas vezes na semana no ESF2 e duas vezes na semana no ESF3. A carga dela era triplicada. Por quê? Além da gente não achar médico para vir, ela já estava com o Milton há algum tempo, então ela já tinha todas as famílias. Ela já era médica antes do emergencial. **Perguntou o Presidente:** Quem que é ela? **Ela respondeu: "** A pediatra. **Perguntou o Presidente:** Qual o nome dela? **Ela respondeu: "** Nossa. Doutora Marcela Guimarães, isso". **Perguntou o Presidente:** Então, segundo a senhora, no contrato anterior, era R$ 350 reais à hora. **Ela respondeu: "** É, a gente permaneceu com os valores que eram pagos pelo Milton, isso. **Perguntou o Presidente:** E esses valores eram autorizados pelo Diretor de Saúde ou Diretor Clínico? **Ela respondeu: "**Sim, eu nunca tomei atitude nenhuma sozinha". **Perguntou o Presidente:** Eu estou perguntando várias vezes porque ele falou que era com a senhora. **Disse a Srª Eulélia: "** Ele talvez poderia dizer que era comigo porque eu estava à frente, quem pedia nota era eu e quem perguntava se podia cobrir a escala. **Perguntou o Presidente:** Ele falou que a hora médica era R$ 110,00 a R$ 140,00. **Disse D.Eulélia:** É, o senhor pode pegar a... Hoje, pode ser que esteja até mais barato, porque eles brigam na licitação. Mas a última foi toda baseada nesse valor. Você pode pegar e olhar os valores, depende muito dos médicos. Plantão era um valor, Diurno era um valor, ginecologista era um valor, pediatra era outro. As especialidades mais caras que nós temos hoje são a pediatria e a ginecologia. **Perguntou o Presidente:** Esses documentos que estão aqui foram fornecidos pela Prefeitura, que nós usamos um requerimento, pedindo a documentação para a gente poder... Sim. ...investigar a denúncia que foi feita aqui. Esses documentos, que já foram emitidos a nota, foram pagos, aí a senhora falou que ficou até dia 15 de dezembro. O período de 1 a 14 de dezembro de 2025. A Doutora Marcela Guimarães, ela trabalhou todos os dias? **Ela respondeu: "** Trabalhou todos os dias. **Perguntou o Presidente:** Tá. Ela trabalhou todos os dias. Aí você faz o fechamento dela? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o Presidente:** Aí ela manda a nota pra você? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o Presidente:** E você encaminha a nota pra quem? **Respondeu Eulélia**: " Encaminhava pro Compras. **Perguntou o Presidente:**: Pro Compras. Aí o Compras dava ok pra fazer o pagamento. **Ela respondeu: "** Não sei como funciona lá dentro do setor. Eles vêm o saldo certinho, aí eles andam o caminho deles lá, para onde eles têm que fazer. Eu não sei a linha de trabalho deles. Eu sei que passava a nota para lá. **Perguntou o Presidente:** No primeiro emergencial foi...**Disse Eulélia**: " Na verdade, acho que teve um emergencial prorrogado, não foi isso? **Perguntou o Presidente:** Teve o primeiro, quando terminou o Milton. Depois que a CMT saiu, a Pefeitura voltou a pagar um emergencial pequeno, uns RPA. **Disse Eulélia: "** Entendi agora, já. **Perguntou o Presidente:**O Doutor Lucas falou assim, não é que ele jogou a culpa na senhora. Ele só falou assim, a Léia vai poder orientar melhor. Nós temos uma vereadora aqui na Câmara. Nós temos uma lei municipal de nepotismo. Disse **Eulélia:** " Sim".

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br

youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem

Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM 11
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Continuou o Presidente : Quem foi que escolheu e convidou o Doutor Bruno Borges para trabalhar com uma RPA? **Ela respondeu: "** Na verdade, não era nem para ser por RPA. Teve um problema, a gente não estava tendo sobreaviso, não estava tendo médico para cobrir, e o Doutor Bruno estava à disposição. Então, antes de ficar sem médico, nós chamamos ele". **Perguntou o Presidente:** Quem que autorizou? **Ela respondeu: "** Eu perguntei ao jurídico". **Perguntou o Presidente:** Quem? Qual Jurídico? **Ela respondeu: "**Doutora Tatiana e Doutor Ernandes, sempre. Inclusive, eu tenho até como provar". **Perguntou o Presidente:** A senhora sabia que não poderia? A senhora sabia que não poderia? Não, não sabia. Porque não era um cargo em comissão, não é um cargo de concurso, um exemplo, uma função que você vai dar. Então, eu achei que ele, como médico autônomo, não teria problema. Até porque, se a empresa fosse chamar ele, teria problema? **Disse o Presidente:** .Por ter a lei de nepotismo e ter um vereador na casa, eu creio que sim. Mas fica para a discussão jurídica. Eu só queria saber quem autorizou e quem convidou. Quem convidou foi a senhora. Quem autorizou foi a Doutora Tatiana e o Doutor Ernandes. **Respondeu a Srª Eulélia:** É na hora do... Na hora da necessidade, houve o nome dele. Aí eu perguntei se poderia, disse que sim, eu chamei. **Perguntou o Presidente:** Mas você perguntou para o jurídico? **Ela respondeu: "**Sim". Mas essa decisão foi tomada por quem? Só pela senhora? **Ela respondeu: "** Não, porque não tinha médico, entendeu? E ele fazia parte da carteira de médico" O Diretor de Saúde não participou dessa decisão? **Ela respondeu: "** O Diretor de Saúde, na época, acho que a gente estava até sem". **Perguntou o Presidente:** Aí a senhora não reportou para ninguém do Executivo, do gabinete? **Ela respondeu: "** Eu conversei com o jurídico". **Perguntou o Presidente:** Somente com o jurídico? Ela respondeu: Somente com o jurídico". **Perguntou o Presidente:** Tem só a última pergunta. A senhora fala sempre que levava as notas para compras e eles viam o saldo que teria para empenhar, é isso? **Ela respondeu: "** Não, é porque assim, vamos supor, eu tenho uma nota lá de 1.000, aí eu chego lá e pergunto, né, Maria Antônia, vamos ver a nota do fulano, tem o saldo? Tem. Então é um plantão de 100, um plantão de 200, fechava a nota, dava certinho e ela encaminhava para o que ela tinha que encaminhar, entendeu? **Perguntou o Presidente:** E quando... o saldo, o valor do saldo não batia com o que o médico tinha para receber. Tinha algum acerto ou não? **Ela respondeu: "** Não, não é que não tinha acerto. É porque, assim, um médico tinha várias propostas. Por quê? Ele fazia sobreavisos. Então, sobreaviso diurno era um valor, sobreaviso noturno era outro. Não chegou a acontecer isso, de ter essa questão, porque tudo estava baseado dentro do saldo e do valor que ele tinha que receber. Entendeu? **Perguntou o Presidente:** Entendi. No período que a senhora estava lá, na frente das escalas dos médicos, nos apontamentos. Eu escutei a senhora falando para o relator, que era por face à empresa. **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o Presidente:** E os apontamentos que eram manuais, que eram feitos, a senhora encaminhava para o Diretor de Saúde e para quem? **Ela respondeu: "** O que era feito na época da empresa ou na época em que eu estava? **Disse o Presidente**: No período em que a senhora estava .**Ela Respondeu: "** No período que eu estava, eu tenho todos os documentos. A gente pegava as relações, fazia isso. Tinha, igual falei, um exemplo lá no ESF, a enfermeira era responsável de passar a lista para eles assinarem. **Perguntou o Presidente:** Então, mas aí tinha escalas, horário, tudo certinho. **Ela respondeu: "**Tudo certinho". **Perguntou o Presidente:** Aí a senhora assinava. **Ela respondeu:** Aí eu pegava as frequências. Pegava a frequência minha lá lá, somava todos os horários, fazia tudo certinho, encaminhava. Olha, o médico fez 12 plantões diurnos, deu tanto. Então anota do período de tal a tal, na quantidade de 12 plantões, tal valor. **Perguntou o Presidente:** A senhora encaminhava pra quem? Ela respondeu: " eu já fechava tudo, mostrava para o Diretor e encaminhava para lá. É igual eu te falei, na época da Daniela eu mostrava tudo, depois o Celso ficou pouco tempo e, na sequência, já veio a troca e depois eu já

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 527 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

terminei essa parte. **Disse o Presidente:** Nós agradecemos a colaboração da senhora aqui. Damos por encerrado sua participação e muito obrigado pelas informações. Isto posto, a sessão foi suspensa por dez minutos: Reiniciando os trabalhos, após o tempo solicitado, **disse o Presidente**: Eu convido a senhora Francislaine Alves do Nascimento Mendonça para se adentrar ao plenário. Continuando essa audiência, eu pergunto se a senhora leu o termo de advertência e compromisso da testemunha. Entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria no início da audiência. **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o Presidente:** Nome completo, RG e função? **Ela respondeu: "**Francislaine Alves do Nascimento Mendonça. RG nº 43305-6447 e função de concursada em assistente de contabilidade, exerço a função de Chefe de Divisão da Gestão Orçamentária. Isto feito, o Presidente passou a palavra ao membro relator para os seus questionamentos. **Perguntou o membro -relator:** Presidente, são 14h06, para que conte na ATA, Francislaine, seja muito bem-vinda.**Ela respondeu:** "Obrigada". **Perguntou o membro -relator:** Agradeço pela sua colaboração conosco nessa investigação. Qual a função atual no setor de contabilidade na Prefeitura de Icem e há quanto tempo a senhora exerce essa função? **Ela respondeu: "** Eu exerço a função de Chefe de Divisão Orçamentária e também participo da equipe de apoio da licitação do pregão, desde a época do Oscar. O ano certo, eu não sei. **Perguntou o membro -relator:** Quais são as principais tribuições da senhora dentro do setor de contabilidade, especialmente em relação aos empenhos, pagamentos e controle financeiro da área da saúde? **Ela respondeu: "** é na parte de gestão orçamentária, no saldo orçamentário para realizar os empenhos". **Perguntou o membro -relator:** A senhora participou ou teve acesso aos procedimentos contábeis relacionados a pagamento dos médicos realizados durante o período de dispensa emergencial? Qual foi a sua atuação nesse processo? **Ela respondeu: "**na parte do empenho, na parte orçamentária, no caso de ter saldo para realizar as despesas". **Perguntou o membro -relator:** Houve algum momento em que o saldo estava acabando para pagamento dos médicos e vocês ficaram preocupados? **Ela respondeu: "** Saldo orçamentário teve, teve para executar". **Perguntou o membro -relator:** Aí você orientou a quem que o saldo estava... **Ela respondeu: "** Não é orientado, a gente emite o documento com o saldo correspondente ao processo que vai ser aberto. **Perguntou o membro -relator:** Esse documento é emitido a quem? **Ela respondeu: "** Para o setor de compras, que é onde monta o processo". **Perguntou o membro -relator:** Após a rescisão do contrato com a empresa CMT, a senhora teve conhecimento sobre como passaram a realizar os pagamentos dos médicos pela Prefeitura? **Ela respondeu: "** Eu não participei, não sei dizer". **Perguntou o membro -relator:** O setor de contabilidade recebeu documentação referente aos pagamentos feitos por RPA, Recibo de Pagamento Autônomo, aos médicos? **Ela respondeu: "** Não, a gente não participa do processo, apenas da gestão orçamentária". **Perguntou o membro -relator:** Havia saldo financeiro suficiente para realizar os pagamentos dos médicos durante o período emergencial, após a rescisão contratual? Como era feito esse controle dentro do setor de contabilidade? **Ela respondeu: "** Sim, havia saldo, porque a despesa foi realizada, havia saldo orçamentário para empenho das despesas". **Perguntou o membro -relator:** A senhora teve acesso aos empenhos, ordens de pagamento, pareceres ou demais documentos relacionados às despensas emergenciais e aos pagamentos efetuados diretamente pela Prefeitura aos médicos? **Ela respondeu: "** Eu tenho acesso aos empenhos, sim, na parte orçamentária". **Perguntou o membro -relator:** O pagamento direto aos médicos pela Prefeitura após a rescisão contratual com a CMT de forma unilateral foi acompanhado de alguma orientação técnica, contábil ou jurídica? Se foi, de quem partiram essas orientações? **Ela respondeu: "** o pagamento não é comigo". **Perguntou o membro -relator:** Durante esse período, a senhora teve conhecimento se os médicos ou empresas apresentaram orçamentos, documentos fiscais ou relatórios para justificar os pagamentos

realizados pela Prefeitura? **Ela respondeu: "** Não é do meu setor". **Perguntou o membro -relator:** Após a realização da nova licitação e contratação da empresa SOLUTION, a senhora acompanhou os procedimentos contábeis e financeiros relacionados aos novos contratos e pagamentos da área médica? **Ela respondeu: "** Na parte de execução orçamentária, o saldo, sim". **Perguntou o membro -relator:** Quando chegaram ao setor de contabilidade os processos de compras, dispensas ou pagamentos relacionados à contratação de médicos, quem do setor de compra encaminha as cotações, documentos assinados para conferência e prosseguimento dos pagamentos? **Ela respondeu: "** Não sei dizer, não é lá no meu setor". **Perguntou o membro -relator:** : A senhora participou da equipe de apoio da licitação, da primeira, que teve de comprar atos médicos? **Ela respondeu: "** CMT Médicos, sim". **Disse o membro -relator:** Presidente, por mim, está encerrado. Usou a palavra o **Presidente** assim dizendo: Senhora Francislane, eu também estou satisfeito com a pergunta do relator e quero agradecer a colaboração da senhora. e encerramos a sua participação. **Ela respondeu: "**Obrigada. Continuando o **Presidente** convidou a depoente Maria Antônia Ustulin para se adentrar ao plenário, dizendo: " a senhora fica à vontade. Continuando essa audiência, eu pergunto se a senhora leu o termo de advertência e compromisso da testemunha. Entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria no início da audiência. **Ela respondeu: "**Sim". Em seguida o **Presidente perguntou qual era a sua qualificação. Ela respondeu: "** Maria Antônia Ustulin Menezes, RG nº 13-688-2456 e função de atendente, mas hoje eu assumo o cargo de Assessora de Divisão de Compras. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra para o membro relator para os seus questionamentos. **Perguntou o membro-relator:** são14h13m.Sra. Maria Antônia, fique muito bem aqui à vontade em nossa Casa de Leis, é uma honra recebê-la aqui. A senhora responde aquilo que a senhora tiver o conhecimento, caso não queira responder, a senhora tem o total direito. Qual é a função atual da senhora no setor de compras e desde quando a senhora exerce essa função? **Ela respondeu: "** Eu fico somente com as notas, eu recebo as notas, faço o pedido de empenho e mando para a lançadoria. Isso eu estou nesse período, nesse setor até desde que eu entrei. Não sei data correta, mas desde quando eu entrei. **Perguntou o membro-relator:** Quem é, hoje, o seu superior dentro do setor de compras de 2025 até a presente data, 18 de maio de 2026? Quem coordena e autoriza os procedimentos realizados pelo setor? **Ela respondeu: "**É o César". **Perguntou o membro-relator:** A senhora participou do pregão eletrônico 046/2025 referente à contratação de médicos? **Ela respondeu: "** Sim, como agente de apoio". **Perguntou o membro-relator:** A senhora faz parte oficialmente da comissão de licitação ou equipe de apoio? Qual é a sua responsabilidade dentro dos processos licitatórios? **Ela respondeu: "** somente de analisar as documentações". **Perguntou o membro-relator:** A senhora possui conhecimento da Lei Federal nº 14.133 de 2021, a nova lei de licitações, recebeu algum curso, treinamento ou capacitação da Prefeitura para atuar nos procedimentos licitatórios e dispensas emergenciais? **Ela respondeu:** Recebi, mas muito superficial, que a gente sabe". **Perguntou o membro-relator:** Mas contratações emergenciais de médicos, os orçamentos já chegavam prontos ao setor de compras ou eram solicitados diretamente pelo próprio setor? **Ela respondeu: "** O que houve agora foi direcionado, mas chegou até a mim. **Perguntou o membro-relator:** foi direcionado? Então, no caso, cada médico entregava o seu orçamento pronto ao setor de compras? **Ela respondeu: "** eu acho que foi meio que no desespero, não sabia, né? O que resolveram pagar eles desse jeito, aí foi feito dessa forma. **Perguntou o membro-relator:** Esses orçamentos, caso eles já chegassem prontos, quem encaminhava esses documentos ao setor de compras? A Diretoria de Saúde, o gabinete da Prefeita, os médicos ou terceiros? **Ela respondeu: "** Já chegavam para mim nas notas. **Perguntou o membro-relator:** Quem determinava quais empresas ou profissionais deveriam apresentar os orçamentos para as dispensas emergenciais? **Ela respondeu: "** Não sei

te falar". **Perguntou o membro-relator:** O setor de compra realizava efetivamente pesquisa de mercados para comparar preços ou apenas formalizava os documentos que já chegavam prontos a vocês? **Ela respondeu: "** Não, eles faziam pesquisa de preço, mas de que forma eu não sei te falar". **Perguntou o membro-relator:** Quem assinava as cotações e validava os orçamentos utilizados nos processos emergenciais de dispensa? **Ela respondeu: "** Então, como eu falei, eu não sei, porque não é do... Chegava até a mim o orçamento, eu não fiz parte do orçamento. Então, eu não sei te falar". **Perguntou o membro-relator:** A senhora recebeu alguma orientação para montar processos emergenciais de forma rápida em razão da falta de médicos após rescisão contratual? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o membro-relator:** Em algum momento houve determinação para inserir documentos, orçamentos ou cotações já elaboradas por terceiros dentro do processo de dispensas emergenciais? **Ela respondeu: "** Repete a pergunta". **Perguntou o membro-relator:** Em algum momento houve aqui, em algum momento, os orçamentos que já chegavam prontos no setor de compras, quem que pediu para inserir esses orçamentos nos processos administrativos? Como os médicos já chegavam com os orçamentos prontos, quem que falava, olha, você vai colocar os orçamentos nesse processo? **Ela respondeu: "** Não, isso não aconteceu sempre, entendeu? Aconteceu nesse período aí de... que eles resolveram dessa forma. Agora, se você me falar quem é, eu também não vou saber te falar agora. Não foi sempre que aconteceu isso". **Perguntou o membro-relator:** A Diretoria Municipal de Administração, a senhora Eliane, interferia diretamente nos trabalhos do setor de compras relacionado a esse processo de médicos? **Ela respondeu: "** Ela dava as opiniões, mas nem sempre só nesse processo". **Perguntou o membro-relator:** A senhora Eliane encaminhava documentos de empresas, orçamentos ou orientações sobre os procedimentos que deviam ser adotados? **Ela respondeu: "** Para mim, não". **Perguntou o membro-relator:** O Doutor Lucas, ele participou de alguma forma das solicitações de orçamentos, escolha de profissionais ou encaminhamento desses orçamentos diretamente em suas mãos? **Ela respondeu: "** Não, porque ele falou com o responsável do compras". **Perguntou o membro-relator:** A senhora recebeu alguma ordem verbal ou escrita para providenciar orçamentos específicos ligados às contratações emergenciais de médicos? **Ela respondeu: "** Providenciar, não. Mas cheguei a orientar depois que eles tomaram a decisão.**Perguntou o membro-relator:** Então, no caso, a senhora chegou a orientar que a senhora tinha preocupação da forma como esses orçamentos estavam vindos, que seria de forma errada? **Ela respondeu: "** Não, orientei do jeito que eles tinham pedido para ser feito". **Perguntou o membro-relator:** A senhora não concordava com essa atitude? **Ela respondeu: "** O que eu poderia falar? **Perguntou o membro-relator:** Em algum momento, a senhora questionou a legalidade ou a forma como os orçamentos estavam sendo obtidos para as dispensas emergenciais? **Ela respondeu: "** Não sei te responder isso agora". **Perguntou o membro-relator:** O setor de compras tinha autonomia para rejeitar orçamentos, irregularidades ou processos já chegavam definidos apenas para serem formalizados?. **Ela respondeu: "** Por mim, nunca foi rejeitado. Sempre na dúvida, eu reportaria". **Perguntou o membro-relator:** A senhora teve o conhecimento que se os próprios médicos procuravam as empresas ou outros médicos para emissão de orçamentos ou propostas relacionadas às futuras contratações? **Ela respondeu: "** Não sei responder". **Perguntou o membro-relator:** Na prática, quem tinha a palavra final das contratações emergenciais de médicos? O setor de compras, a Diretoria Municipal de Saúde, a Diretoria Municipal de Administração ou o gabinete da Prefeita? **Ela respondeu: "** Não sei responder". Ato contínuo, não havendo mais questionamentos do Membro relator, **usou a palavra o Presidente** dizendo: O relator já fez quase todas as perguntas. Tem duas perguntas para a senhora só. Quem é o responsável pelo setor de compras? **Ela respondeu: "** O César". **Perguntou o Presidente:** Quem valida os orçamentos que chegam nas compras?

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

15

Ela respondeu: "O César". Em seguida o Presidente disse: "Dona Maria Antônia, quero agradecer a presença da senhora, a colaboração que teve junto com essa CEI. Encerramos a sua participação. Muito obrigado. Na sequência , o Presidente convidou para se adentar ao Plenário, a Srª Michelle Dias Silva . Em seguida ele perguntou: Vamos lá. Continuando essa audiência, Eu pergunto se a senhora leu o termo de advertência e compromisso da testemunha, entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria. No início dessa audiência. Ela respondeu: "sim", Em seguida ele perguntou o seu nome , RG e função. **Ela respondeu: "** Michelle Dias Silva Oliveira, o RG é o antigo de Minas, o de São Paulo novo agora eu não lembro, mas é MG13156048 e minha função é tesoureira desde março de 2023 e chefe de conciliação bancária atualmente e na comissão de licitação desde o comecinho de 2022, desde quando era presencial. Ato continuo, a palavra voltou para o Membro relator, assim dizendo: Senhora Michele, são exatamente 15h25. Muito obrigada pela sua presença. Sinto-me muito bem à vontade para responder o que a senhora achar que é pertinente, caso saiba ou não. **Ela respondeu: "** Tá, obrigada". **Perguntou o membro-relator:** Qual é a função atual da senhora na Prefeitura Municipal de Icem e desde quando exerce essa função? **Ela respondeu: "** Sou tesoureira desde março de 2023". **Perguntou o membro-relator:** A senhora atua diretamente no setor financeiro, tesouraria. Quais exatamente são as suas atribuições nesse setor? **Ela respondeu: "São** feitos os pagamentos, então o empenho chega até a tesouraria. Quando chega o empenho lá, já é a reta final, então já está assinado pelo ordenador de despesas, o processo já está todo feito. É só mesmo para efetivação, para fazer a destinação devida". **Perguntou o membro-relator:** A senhora faz parte de alguma equipe de apoio, comissão de licitação, pregão ou exerce função relacionada aos processos licitatórios do município? **Ela respondeu: "**Equipe de apoio do pregão. **Perguntou o membro-relator:** A senhora esteve presente ou participou de alguma etapa do processo licitatório referente à contratação de serviços médicos, especialmente do pregão eletrônico número 046/2025? Se sim, qual foi a sua participação? **Ela respondeu: "** Sim, a gente faz o acompanhamento dos lances e após os lances vai para habilitação e aí quando abre a habilitação a gente faz análise dos documentos com toda a equipe". **Perguntou o membro-relator:** Nesse certame que a senhora esteve presente, ocorreu com toda a legalidade? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o membro-relator:** Quanto aos pagamentos dos médicos, passaram a ser feitos diretamente pela Prefeitura através de RPA? Quem comunicou essa mudança à senhora? **Ela respondeu: "**Na verdade, teve das duas formas. Então, não chegou até a tesouraria para falar sobre a alteração. É igual eu falei, quando a lançadoria leva o empenho na tesouraria, já está todo feito, todo o processo, e a responsabilidade da tesouraria é fazer a destinação correta. Se é RPA para o CPF, se é nota fiscal ou CNPJ. **Perguntou o membro-relator:** A senhora pega a pasta que já tem lá, todos os orçamentos, tudo em suas mãos é passado? **Ela respondeu: "** O empenho chega na tesouraria já com a ficha, no caso a ficha orçamentária, de qual conta que vai ser retirada o valor, porque a gente tem a parte de recurso próprio, tem a parte que vem o dinheiro do Ajuda Federal, que é para especialidades. Então, quando chega o empenho, já está todo assinado pelos ordenadores e já está até a ficha só para saber a destinação da conta mesmo". **Perguntou o membro-relator:** Quando houve a rescisão com a CMT Serviços Médicos de forma unilateral, como que a senhora efetuou esse pagamento? Fez o repasse à empresa ou vocês pagaram diretamente dos recursos da Prefeitura? Recurso próprio? Qual o recurso que foi que vocês pagaram? **Ela respondeu: "** não foi pago para a empresa. Chegou o empenho com a nota fiscal, no caso do prestador de serviço, dos médicos, e foi feito o pagamento, igual eu tinha explicado, de acordo com a ficha. Se é especialidade, vem um dinheiro que a gente pode utilizar um recurso federal, foi feito através do empenho que já estava com a ficha destinada federal, foi feito com a conta federal ou com o recurso próprio".

(17) 3282-2135 camaraicem@hotmail.com ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br www.camaraicem.sp.gov.br

youtube.com/@camaramunicipaldeicem facebook.com/camaramunicipiodeicem

Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM

Estado de São Paulo

CNPJ 51.349.975/0001-60

"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Perguntou o membro-relator: Nesse período, Michelle, houve pagamentos que passaram no valor de 5 mil reais. Aí te constava lá os três orçamentos? Você não verifica essa questão? Não cabe a sua competência? **Ela respondeu: "** Não é da minha alçada, mas sim, os orçamentos vêm junto com o empenho, fica anexado junto". **Perguntou o membro-relator:** Em todos os pagamentos realizados via RPA, eles vinham anexados os controles, os dias trabalhados, plantões, horas cumpridas e escalas médicas. **Perguntou o membro-relator:** Então, no empenho, na verdade, a responsabilidade ali da tesouraria, porque igual eu disse, já tem todo um outro processo que é responsabilidade de outros setores e a gente está bem na reta final. Então essa parte de controle, de saber se estão todos lá, não é responsabilidade da tesouraria, e sim a destinação da conta correta que vai sair o dinheiro. A senhora teve algum conhecimento que os próprios médicos, eles empregaram os orçamentos no setor de compras? **Ela respondeu:** " Não, não tive conhecimento. Essa parte, para mim, lá não chega". **Perguntou o membro-relator:** Quem a senhora verifica que é o responsável pelo setor de compras? **Ela respondeu: "**O César, atualmente". **Perguntou o membro-relator:** A senhora acredita de que todo esse procedimento foi realizado com segurança jurídica para proteger o município de eventual apontamento do Tribunal de Contas ou Ministério Público **Ela respondeu: "** Eu não tenho autonomia para dizer se é correto ou não, mas eu acredito que a gente tem que confiar nas pessoas com quem trabalhamos, se cada um tem um setor responsável, se a gente tem o jurídico, se a gente tem a parte orçamentária. Então, como eu estou ali na reta final, eu confio que o pessoal fez o melhor para o andamento da cidade. Mas eu não tenho propriedade para falar se foi certo ou não. Mas eu acredito que sim". **Perguntou o membro-relator:** A empresa CMT Serviços Médicos chegou a entrar em contato com o setor da tesouraria para receber os seus vencimentos? **Ela respondeu: "** Não, nunca entrou em contato". **Disse o membro-relator:** Presidente, por mim está encerrado. Usou a palavra o **Presidente** iniciando os seus comentários nestes termos: Srª Michelle, o pagamento dos médicos foi pago? **Ela respondeu: "** Foi pago". **Perguntou o Presidente :** Para o médico ou para a empresa? **Ela respondeu: "** Foi pago para os médicos". **Perguntou o Presidente :** Os pagamentos dos RPA, do primeiro emergencial, todos receberam? **Ela respondeu**: " Todos receberam". **Perguntou o Presidente:** Eu ouvi a senhora falando para o relator que você é a parte final, onde todos os procedimentos vêm do compras, passa... Vem do setor, passa por compras, vai para o empenho, e você é a fonte pagadora. **Ela respondeu: "** Isso". **Perguntou o Presidente:** Quem é o seu superior? **Ela respondeu: "** O superior, como assim você fala? **Perguntou o Presidente :** Você responde a quem na Prefeitura? **Ela respondeu**: " a Prefeita". **Perguntou o Presidente:** A Diretora Administrativa, Dona Eliana, ela também... Você era subordinada a ela naquele período ou não? **Ela respondeu:** Sim, mas em questão dos pagamentos em si, eu não tinha muita dúvida ali, porque, igual eu estava falando, quando o empenho chegava, já estava toda a ficha orçamentária, já estava tudo certo, apenas para o repasse. Então, assim, eu não tive esse diálogo, não precisei ter esse diálogo com a Diretora Administrativa, porque o processo já estava todo pronto e já é a parte da efetivação. A ordenadora de despesas, a Prefeita já tinha assinado os empenhos, já estava tudo decidido ali. **Perguntou o Presidente:** Para você efetuar um pagamento, o empenho tem que estar assinado? **Ela respondeu:** É, tem todo o processo, tem a assinatura. Primeiro começa lá no compras, que no caso tem a assinatura do César, no pedido. **Disse o Presidente** : Mas a parte final. O documento passa por todo o setor, aí ele é autorizado o pagamento? **Ela respondeu: "** Sim, está o nome da Diretora, da Prefeita, no caso da pessoal da contabilidade, quem faz o empenho, e depois a última assinatura minha. **Perguntou o Presidente:** Está o nome da Diretora? **Ela respondeu: "**Consta no empenho também, no nome da Diretora por assinatura do empenho. **Perguntou o Presidente :** Nesse período, qual que é o nome? **Ela respondeu:** Era a Eliane,

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br

youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem

Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

Diretora Administrativa .**Disse o Presidente:** Não havendo mais perguntas, quero agradecer pela colaboração da senhora ter vindo aqui nos ajudar nessa investigação. Damos por encerrado sua participação. Muito obrigado. Em seguida , o Presidente suspendeu a sessão até a próxima testemunha, por cinco minuto. Isto feito, reiniciaram-se os trabalhos, com o convite para se adentrar ao plenário, Srª. Paula Ventura Freitas. **Disse o Presidente**: Senhora Paula, eu vou ler o termo de advertência e compromisso de testemunho, tá? No âmbito do processo administrativo número 01/2026, instaurado na Câmara Municipal de Icém para apurar irregularidades sobre os fatos determinados de competência municipal. Esta Comissão Especial de Inquérito, nos termos dos artigos 203, 206 e 211 do Código do Processo Penal, procede à seguinte advertência antes da colheita do depoimento da testemunha o dever de dizer a verdade. A testemunha falar a sua palavra de honra e a promessa de dizer a verdade do que souber e o que lhe for perguntado. Dever de depor. Testemunha em obrigação de depor só podendo recusar-se a fazê-lo de ascendente ou descendente em linha reta, ou conjugue, irmão, pai, filho, parente do denunciado. Advertência das penas. A testemunha fica advertida das consequências penais de responder por crime de falso testemunho. Artigo 342, do Código Penal, que é tipificado a fizer afirmação falsa, negar ou calar a verdade, sujeito a pena de reclusão de 3 a 8 anos e multa. Continuando essa audiência, eu pergunto à senhora, a senhora só leu o termo de advertência? **Ela respondeu:** " Sim". Em seguida usou a palavra o Membro relator fazendo os seus questionamentos. **Perguntou o membro-relator:** Senhora Paula Ventura, seja muito bem-vinda. Fique a vontade. Senhor Presidente, são exatamente 15h43m. Vamos começar. Qual era exatamente a sua função dentro da comissão de pregão? E quais responsabilidades a senhora exercia nos procedimentos de contratação médica pelo município? **Ela respondeu: "** Eu não participei do pregão, eu entrei na equipe de apoio, final de dezembro para começo de janeiro, então eu não tenho conhecimento". **Perguntou o membro-relator:** A senhora possuía portaria formal, denominação para atuar como pregoeira ou membro de comissão desde quando exercia essa função? **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o membro-relator:** A senhora possui capacitação técnica específica para atuar como pregoeira, conforme exige a lei. 14.133 de 2021. Quais cursos a senhora realizou? Em que datas? **Ela respondeu: "** No momento ainda não tenho nenhum. E aí, com a saída da diretora Rosângela, ficou sem membros da saúde, onde me colocaram para dar um apoio para poder na equipe ali, nas conferências de documentos. **Perguntou o membro-relator:** Quantos cursos, treinamentos ou certificações e licitações públicas de pregão eletrônico a senhora realizou nos últimos anos? **Ela respondeu: "** No momento nenhum, porque faz quatro meses que eu estou". **Perguntou o membro-relator:** A senhora considera que possui conhecimento técnico suficiente para conduzir ou participar adequadamente desse procedimento de comissão de pregão de licitação? **Ela respondeu: "** Creio que sim. Nós participamos da equipe de apoio, a conferência de documentação, entendeu? E nós estamos todos juntos e ele sempre vai nos orientando como tem que ser feito". **Perguntou o membro-relator:** A senhora participou de reuniões prévias relacionadas à contratação da empresa ou profissionais dos médicos? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o membro-relator:** A senhora participou da elaboração do termo de referência ou de quaiquer documento preparatório de contratação dos médicos? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o membro-relator:** Quem definiu a quantidade de médicos, especialidades, plantões, valores estimados da contratação? **Ela respondeu: "**Não tenho conhecimento". **Perguntou o membro-relator:** A senhora chegou a surgir, modificar ou aprovar algum item do termo de referência junto com a Diretora de Saúde Daniela Cortes? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o membro-relator:** A senhora teve acesso integral ao processo administrativo antes da publicação do edital? **Ela respondeu**: "Também não". **Perguntou o membro-relator:** Quem era o responsável final pela aprovação do

termo de referência e pela autorização do processo licitatório? **Ela respondeu:** Não tenho conhecimento". **Perguntou o membro-relator:** Houve alguma orientação verbal de superiores sobre a condução da licitação? Quem realizou essas orientações? A senhora? **Ela respondeu:** "Não tenho conhecimento". **Perguntou o membro-relator:** A senhora participou ou teve algum contato com a empresa CMT Serviços Médicos? **Ela respondeu:** " Sim, em um momento em que não estava tendo médico. A gente estava tentando negociar para ver se teria médico para cobrir". **Perguntou o membro-relator:** A senhora falou com alguém da empresa? **Ela respondeu:** " Sim, mas não me lembro o nome. A gente notificou que não tinha chegado o médico no momento". **Perguntou o membro-relator:** A senhora fez as notificações também? **Ela respondeu:** "Eu passava para a Diretora, junto com a fiscal, com o Doutor Lucas e eles notificavam a empresa". **Perguntou o membro-relator:** Nesse período, a senhora estava em qual função? **Ela respondeu:** " Como encarregada de estratégia. Quando eu comecei, eles tinham entrado na mesma época. E aí começou a... **Perguntou o membro-relator:** A senhora teve contato prévio com representantes da empresa da licitação em reuniões? **Ela respondeu:** " No dia que a representante veio, mas só se apresentou também. Foi só esse contato, mais nenhum. que ela estava conhecendo a unidade. **Perguntou o membro-relator:** Em algum momento foi discutida a possibilidade de contratação emergencial, RPA, ou outra forma excepcional antes da conclusão do certame de licitação? **Ela respondeu:** " Não tenho conhecimento". **Perguntou o membro-relator:** A senhora tinha conhecimento da falta de médicos ou do risco de interrupção dos serviços de atendimento da saúde pública do nosso município? **Ela respondeu :** "Na emergência não teve a falta. Nos ESF, sim, e a gente sempre notificava pela falta dos especialistas". **Perguntou o membro-relator:** A senhora concorda de que um planejamento adequado deveria evitar futuras dispensas emergenciais e contratações? **Ela respondeu:** " Concordo". **Perguntou o membro-relator:** Em algum momento, a senhora solicitou orçamento aos médicos da Estratégia de Saúde da Família para a dispensa emergencial? **Ela respondeu:** "Não". **Perguntou o membro-relator:** A equipe técnica da comissão de pregão, ele fez algum parecer de forma de divergência a esse contrato? **Ela respondeu:** "Não tenho conhecimento". **Perguntou o membro-relator:** A senhora confirma que todas as etapas do processo seguiram o rito da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e transparência prevista na legislação? **Ela respondeu:** " Eu creio que sim". **Perguntou o membro-relator:** A senhora assinou algum documento, notificação, sem leitura, que chegaram em suas mãos para notificar esses médicos ou foi a senhora mesmo que fez as notificações? **Ela respondeu:** " Não, nenhuma. Eu sempre passava verbal e a Diretora, junto com os fiscais, notificavam a empresa. **Perguntou o membro-relator:** A senhora que convidou a senhora Natália Xavier para fazer parte de fiscal de contrato? **Ela respondeu:** " Não, quem convidou a Natália foi a Diretora Daniela enquanto estava vigente". **Perguntou o membro-relator:** A senhora sofreu algum tipo de pressão, urgência excessiva ou determinação para que esse processo dentro da saúde fosse acelerado? **Ela respondeu:** "Não". **Perguntou o membro-relator:** Como a senhora faz parte da comissão de pregão, a senhora tem autonomia para discordar das decisões dos seus superiores, caso veja alguma irregularidade? **Ela respondeu:"** " Como que é? Repete para mim? **Perguntou o membro-relator:** A senhora tem autonomia? **Ela respondeu:** " Eu acho que se tiver alguma coisa irregular, a gente tem autonomia para falar". **Perguntou o membro-relator:** A senhora entende que a comissão de pregão possui responsabilidade funcional e administrativa sobre os atos praticados durante a licitação? **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o membro-relator:** A senhora recebe alguma função gratificada ou somente a comissão de pregão de licitação? **Ela respondeu:** " Gratificada de Encarregada de Estratégia de Saúde da Família, desde dezembro de 2025. **Perguntou o membro-relator:** Hoje, analisando todo o procedimento, a senhora reconhece

alguma falha administrativa, ausência de planejamento ou irregularidades que poderiam ter sido evitadas? **Ela respondeu: "** Não tenho nada a declarar". Em seguida deu prosseguimento aos questionamentos o **Sr. Presidente:** Assim ele se manifestou: Vou fazer a qualificação da senhora, porque era para me ter feito no começo, só para deixar registrado em ata. Ele perguntou Nome completo, RG e função e **ela respondeu:** "Paula Aventura Freitas, RG nº 43-088-349- 3. sou escriturária desde 2013. Estou na função gratificada de encarregada de Estratégia de Saúde da Família desde dezembro de 2025. **Perguntou o Presidente:** Sra. Paula, durante o primeiro emergencial e depois realização da CMT, A senhora chegou a indicar algum médico? **Ela respondeu: "**No emergencial eu não tinha função gratificada, então eu não tenho conhecimento. E na segunda também não. Na parte da contratação médica, não". **Perguntou o Presidente:** Mas a senhora não entendeu a pergunta. Vamos lá responder para ficar mais fácil. Vou falar de novo. **Ela respondeu: "** Entendi". **Perguntou o Presidente:** No primeiro emergencial e na licitação da CMT, a senhora fez indicação de algum médico para trabalhar no hospital? **Ela respondeu: "** Na CMT, eu comentei que o Duutor Breno, que era o ortopedista, tinha interesse em estar voltando para o município. **Perguntou o Presidente**: Para quem que a senhora falou? **Respondeu a Srª Paula: "** Para o Diretor. **Perguntou o Presidente:** Qual Diretor? **Ela respondeu: "**O André. Não, no emergencial de agora, quer dizer, na CMT não. Porque na CMT ele saiu. Foi no emergencial de agora. Na CMT veio da própria empresa, perdão. **Perguntou o Presidente:** : No primeiro emergencial, então, você não indicou ninguém? **Ela respondeu; "**Não" **Perguntou o Presidente:** Só foi no último, que foi o Dr. Breno. **Ela respondeu: "**Isso, que ele tinha interesse, ele falou que se caso a empresa saísse, se o valor fosse melhor, ele voltaria. Aí, foi onde eu passei para o André o telefone, ele entrou em contato. **Perguntou o Presidente:** A senhora participou de alguma reunião na construção do edital, do termo de referência? **Ela respondeu: "** Nenhum. Não tinha nem conhecimento". **Perguntou o Presidente:** A senhora participava de reuniões referentes à saúde? **Ela respondeu: "** A reunião que nós participamos foi referente à empresa, quando ela já não estava conseguindo cumprir com a falta de pediatra, com a parte de ginecologista, com os especialistas, nós reunimos uma vez, onde eu estava, teve outras, mas aqui eu estava, foi uma, para a gente estar podendo verificar o que poderia ser feito, porque não estava podendo deixar a população". **Perguntou o Presidente:** Quem participou dessa reunião? **Ela respondeu: "** Eu, Natália, Dr. Lucas, Rosângela, a Cidinha e a Eli, foram nós. **Perguntou Presidente:** Isso antes de fazer a rescisão. Ela respondeu; " Isso. Quando começou a falta dos médicos, porque nós ficamos com o período de recesso, final de ano, a emergência continuou tocando, não faltou médico em nenhum momento. Quando voltou, nós demos um prazo, porque eles tinham um prazo para se adequar. Quando começou, vai embora, vem um, não vem, aparece, vem, não vem, porque tinham especialistas como pediatra e ginecologista, eles tinham que atender todos os dias. E aí nós tínhamos uma agenda, dois dias num SF, dois dias no outro, um dia no outro. Então, na hora que faltava, desgringolava tudo ali. **Perguntou o Presidente:** A senhora falou que participou da reunião para rescindir o contrato dos médicos, do CMT, certo? Uma reunião. **Ela respondeu:** essa reunião nós fomos para falar da ausência dos médicos, da rescisão ainda não estava. **Perguntou Presidente:** Nesse período, teve falta de médicos? **Ela respondeu: "**quando começamos a cobrar a especialidade, e eles não tinham. Então, começávamos a cobrar, o médico acabava saindo. **Perguntou Presidente:**E no plantão médico? Chegou a ter falta? **Ela respondeu**: No ESF ou na emergência? Na emergência, não sei te responder, Jorge. No ESF, sim. Eles deixaram muitas vezes o município na mão". **Perguntou Presidente:** Qual é a função e atribuições do Dr. Lucas no hospital? **Ela respondeu: "** Que eu entendo é Diretor Técnico. Então, muitas vezes a gente trocava uma ideia com ele por achar que poderia ser da função dele". **Perguntou Presidente:** Será que em

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM 20
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

ciência se teve notificações quando começou a ter os problemas de documentos, falta de médico da empresa CMT? A saúde fez notificações para a empresa? **Ela respondeu: "** Sim, os fiscais fizeram essas notificações. Acho que elas têm todas as cópias lá em cima". **Perguntou Presidente:** Só os fiscais? **Ela respondeu: "** Junto com o Diretor. Porque eu também não participava. Então, eu sei que são os fiscais junto com a Natália, porque eu passava para eles a hora que faltava. Então, eu falo, vamos notificar. Elas desciam, iam no correio, porque eu notificava por e-mail e por correio. **Perguntou o Presidente:** Mas as notificações eram o Diretor de Saúde e o fiscal? **Ela respondeu: "** Junto com os fiscais, mais a Natália. Mas era a Natália." **Perguntou o Presidente:** O Diretor Administrativo não notificava? **Ela respondeu: "** Não". **Disse o Presidente:** Entendi. Ela respondeu: " Porque na emergência não faltou o médico, não é, Jorge? **Disse o Presidente:** O relator vai fazer a última pergunta para você. **Perguntou o relator**: Quanto a senhora mencionou que os médicos iam notificar, ou seja, a Administração ou a senhora Natália, que eles não tinham especialidades, a senhora teve acesso ao termo de referência que tem uma cláusula que foi feita de forma que dá uma brecha para o médico, ou ele tenha após ou há especialização? A senhora teve esse conhecimento? **Ela respondeu: "**Não, aí depois, como começaram as indagações, que elas começaram a perguntar, a gente consultava antes do médico atender ou que já estava em atendimento para ser trocado e ela notificava ou a ausência deles. **Perguntou Presidente:** Quando um médico chega na Estratégia de Saúde da Família, ou no Pronto Socorro, mas como a senhora mencionou que está alocada a Estratégia de Saúde da Família, quem faz essa conferência para ver se o médico tem a especialização? **Ela respondeu: "** O Diretor da Saúde e o Diretor Técnico. São os dois. Usou a **palavra o Presidente** perguntando: Você falou pra mim que não indicou nenhum médico.**Ela respondeu: "** Não". Só o Doutor Breno pra esse emergencial agora. Que ele falou que ele tinha o interesse em voltar. Disse em seguida o **Presidente:** Quero te agradecer pela colaboração de estar aqui presente, nos ajudando a esclarecer os fatos. **Ela respondeu:** Obrigada, estou à disposição. **Disse o Presidente:** Continuando essa audiência, eu convido o senhor Ronaldo Francisco Borges Jr. para adentrar o plenário. Corrigindo o nome do senhor, Reinaldo Francisco Borges Jr. **Ele respondeu:** Correto. **Perguntou o Presidente**: RG? nome completo e função; **Ele respondeu: "RG nº** 29.616.709.5. Nome: Reinaldo Francisco Borges Júnior e função: Escriturário. Estou chefe de almoxarifado e também membro da Comissão de Licitação. **Perguntou o Presidente:** Continuando essa audiência, eu pergunto ao senhor se leu o termo de advertência e compromisso da testemunha, entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria. Foi assinado também? **Ele respondeu: "** Sim, assinado". Ato contínuo o relator passou a fazer os seus questionamentos? **Perguntou o Relator**: Sinta-se muito bem à vontade para nos ajudar com essa investigação. Qual é a função do senhor atual na Prefeitura de Icem e há quanto tempo o senhor está exercendo a função que o senhor mencionou hoje? **Ele respondeu: "** Bom, estou desde 1996. Estou chefe de almoxarifado já algumas administrações. Mais ou menos, acho que 20 anos ou mais, chefe de Almoxarifado". **Perguntou o Relator:** Todas as notas da Prefeitura, elas passam pelas suas mãos para a conferência? **Ele respondeu: "** Sim. Conferência não, para ser lançado e feito o procedimento. Quando chega nas minhas mãos, elas já vêm todas conferidas e carimbadas e devidamente assinadas. Se não, não faço o procedimento". **Perguntou o Relator:** O senhor faz parte de alguma equipe de apoio de licitação? **Ele respondeu: "** Sim". **Perguntou o Relator:** O senhor acompanhou esse processo licitatório que foi ganhador aí a empresa CMT, Serviços Médicos? **Ele respondeu: "**Sim. Inclusive, gostaria de lembrá-lo que o senhor também estava lá nesse dia acompanhando também esse certame."**Respondeu o Relator**: Sim, eu estava fazendo a minha parte, meus registros fotograficos, como foi pedido pelo Executivo para que acompanhasse. **Ele respondeu: "** Exatamente".

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM 21
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Perguntou o Relator: Durante o processo de licitação dos médicos, quais eram as atribuições do senhor dentro dessa equipe de apoio, dessa licitação? **Ele respondeu:** Nós, da equipe de apoio, temos que conferir as documentações assim que são habilitadas. A gente acompanha todo o processo online, via sistema, Passado toda essa fase de lances e, enfim, até habilitação, que é onde nós atuamos, é baixado todos os arquivos que contém a documentação exigida por edital para participar do pregão. E aí devemos conferir prazos, documentações, enfim, tudo. **Perguntou o Relator:** Após a rescisão do contrato com a empresa CMT de forma unilateral, vocês que fazem parte dessa equipe de apoio foram informados que haveria essa rescisão unilateral? **Ele respondeu:** Não". **Perguntou o Relator:** Depois da realização da licitação para a contratação de médicos, o senhor foi informado oficialmente sobre as demandas dos procedimentos ou questões relacionadas à nova empresa SOLUTION Gestão Pública? **Ele respondeu: "**Não". **Perguntou o Relator:** Essa empresa, senhor Reinaldo, como o senhor mencionou que eu estava lá no momento, como eu fui lá como assessor de imprensa, não como vereador, eu gostaria de saber se a empresa SOLUTION Gestão Pública, ela fez parte do certame de licitação, se ela estava também presente, se ela participou do processo licitatório. **Ele respondeu: "** Essa SOLUTION é a última que foi feita. **Perguntou o Relator:** Sim, essa SOLUTION está de forma emergencial hoje. Eu queria saber se ela esteve presente no processo de licitação, se ela participou. **Ele respondeu** "Sr. Danilo, eu não sei dizer para o senhor. Eram muitas empresas participantes, muita documentação que nós conferimos, inclusive, acho que foram dois ou três dias nessa conferência, houve muitos participantes. Eu não sei dizer para o senhor se ela também participou desse certame. **Disse o Relator**: Presidente, para mim está encerrado. Muito obrigado. Usou a palavra **o Presidente** assim dizendo: Reinaldo, qual que é a função da equipe de apoio da licitação? **Ele respondeu: "** Como eu disse agora há pouco, a gente tem a função de conferir toda a documentação e habilitação das empresas". **Perguntou o Presidente:** Essa empresa CMT, quando ela foi homologada, então vocês conferiram que não faltou documento nenhum? **Ele respondeu: "** todos eles devidamente conferidos, ticados, exatamente como estava no edital". **Perguntou o Presidente:** A senhora Eliane Aparecida do Santos, juntamente com a equipe de apoio, pregoeiro, Diretor de Saúde. O senhor participou de alguma reunião com ela? **Ele respondeu: "** Não, senhor". **Perguntou o Presidente:** Durante o processo licitatório da CMT, teve influência dela? **Ele respondeu:** "Não". **Perguntou o Presidente:** Dia 15 de setembro de 2025, teve alguma reunião com todos os membros da equipe de apoio? **Ele respondeu: "** Desconheço". **Perguntou o Presidente:** Pela experiência que o senhor tem na Prefeitura, vários anos prestando serviços à nossa comunidade, ao poder público, quando teve o primeiro emergencial, o senhor também fazia parte da equipe de apoio? **Ele respondeu:** Emergencial? Dessa Administração, sempre fiz parte da comissão de apoio. **Perguntou o Presidente:** Teve alguma orientação, uma reunião falando que estava certo, estava errado? **Ele respondeu: "**Nenhuma. Até mesmo porque o procedimento é feito online. A gente não sabe nem quem vai ganhar, nem quem é o nome que está participando, até ir para a habilitação". **Perguntou o Presidente:** Eu acho que não consegui fazer a pergunta correta para o senhor. Vamos lá. O senhor participa da equipe de apoio? **Ele respondeu: "** Perfeitamente". **Perguntou o Presidente:** Juntamente com os pregoeiros, o Procurador Jurídico, o Diretor Municipal de Saúde e a Prefeita. Pela sua experiência, quando fez o emergencial, colocando diretamente os médicos, teve alguma orientação que perdeu prazo, perdeu tempo e estava fazendo algo para tampar buraco, alguma coisa assim? **Ele respondeu: "** Não, não teve essa orientação. Não teve esse tipo de comentário. **Perguntou o Relator solicitando mais um questionamento:** Quando as notas chegam em suas mãos, é mesmo a título de conhecimento só? As notas chegam em suas mãos, vem todo o processo, os orçamentos, para o senhor efetuar o pagamento? **Ele**

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM 22
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

respondeu: " Sim. Esse processo, quando você fala compras, o compras não é só o setor especificamente onde você recebe as notas, compreende também o almoxarifado da Prefeitura. Por quê? Especificamente o almoxarifado é a parte de expedição. Tudo que é comprado, que é licitado, passa lá pelo almoxarifado. Tem a conferência. Especificamente para conhecimento das notas que o senhor perguntou, todas as notas, para serem empenhadas, elas passam pelo almoxarifado. Precisa ser feito o procedimento formal. Quando chega para mim, a primeira coisa que a gente analisa, que também é uma conferência, é se está assinado, se está devidamente carimbado, se tem as dotações orçamentárias, já vem com o pedido para a gente poder fazer o lançamento. Isso tudo já vem feito. Já vem tudo pronto. Aí, após o lançamento no almoxarifado, volta para o setor de compras, é autorizado pelo comprador e vai para o setor de empenho. Posteriormente, tesouraria para liquidação. **Disse o Relator**: Perfeito. Usou a palavra o Presidente assim dizendo: Senhor Reinaldo, só para a gente encerrar. O senhor participou da equipe de apoio. O senhor tinha informação sobre as notificações que eram feitas no hospital para a empresa? **Ele respondeu: "** Não tenho conhecimento". **Perguntou o Presidente:** Não tinha ciência? **Ele respondeu: "** Não". **Perguntou o Presidente:** Nem da empresa para a Prefeitura? **Ele respondeu:** "Não". O senhor falou para o relator que quando chega a nota, até no almoxarifado , já chega conferido. **Ele respondeu: "**Tem que ter uma assinatura. O que acontece? São duas situações. Todas as notas que chegam no almoxarifado, ela pode vir já conferida do setor ou entregue diretamente a mim. Diretamente no almoxarifado. E aí vai por mim assinado como conferido e recebido. Quando não passa pelo almoxarifado vem diretamente do setor, ela já tem que vir assinada e conferida. Senão eu não faço o procedimento. **Perguntou o Presidente:** Tá, referente à saúde, a apreciação os serviços dos médicos. Então, em pequeno período, passaram três Diretores, né? **Ele respondeu: "**sim". **Perguntou o Presidente:** Então, no período emergencial, vinha carimbado e assinado pelo Diretor de Saúde, que estava lá. **Ele respondeu; "** Sim". **Perguntou o Presidente:** Depois da CMT, mesma coisa. **Ele respondeu; "**Sim". **Perguntou o Presidente:** Só a assinatura e o carimbo do setor? **Ele respondeu: "**Sim". **Perguntou o Presidente:** Então, a responsabilidade de conferência é de cada setor? **Ele respondeu: "** Neste caso, sim, senhor". Encerrou o **Presidente** dizendo: Queremos agradecer a presença do senhor aqui, a colaboração para os fatos. Dou por encerrado a sua participação. Muito obrigado. Sem mais nada a tratar, o Sr. Presidente encerrou a audiência e assim o fazendo sob a proteção de Deus.

Câmara Municipal de Icém 18 de maio de 2026.

JORGE PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

DANILO FÉLIX DE MIRANDA
Membro - relator

LUZIA MARTINS MALHEIRO
Membro

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

ATA 0017/2026
5ª OITIVA EM 22/05/2026 - 22/05/2026

Ata da Audiência de Oitiva referente ao Processo Administrativo Nº 01/2026, realizada pela Comissão Especial de Inquérito, com início as 09:h00 do dia 22 de maio de 2026, realizada no Plenário da Câmara Municipal de Icém/SP.

Aos vinte e dois dias do mês de maio, as nove horas , no plenário Antônio Eustáchio da Silveira da Câmara Municipal, sita à Avenida Simpliciano Custódio da Silveira, 521, centro, nesta cidade de Icém/SP, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Inquérito responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2026, ora em tramitação nesta Casa. A audiência foi instaurada sob a presidência do Vereador Jorge Paulo de Oliveira, com a presença dos Vereadores Danilo Félix de Miranda, membro-relator e Luzia Martins Malheiro, membro. Esclareço que a Audiência teve início as 09h00. O presidente iniciou a sessão assim dizendo: Inicialmente, essa comissão especial de inquérito, por meio dos seus vereadores integrantes, agradece a sua presença e colaboração na busca da verdade a respeito dos fatos certos e determinados relacionados à prestação de serviços médicos no âmbito da rede municipal de saúde. Notadamente, quanto à execução e rescisão do contrato firmado com a empresa CMT Serviços Médicos Limitado, bem como eventuais irregularidades administrativas correlatas. Antes de iniciarmos a oitiva, cumpre a essa comissão especial prestar os seguintes advertências a respeito da presente audiência, que será realizada hoje, 22 de 5 de 2026, às 21h13, nesse plenário da Câmara Municipal de Icém, conforme também consta o termo de advertência e compromisso da testemunha, que foi entregue e assinado pelos senhores nos termos dos artigos 203, 206 e 211 do Código Processo Penal, aplicáveis subsidiariamente ao caso. As pessoas intimadas para essa oitiva serão ouvidas na qualidade de testemunhas e, por isso, deve dizer a verdade sobre os fatos de que tenha conhecimento ou que lhe for perguntado, sobre a pena de incorrer no crime de falso testemunho com a pena de reclusão de 3 a 8 anos e multa conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será prestado oralmente, sendo gravado em áudio visual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara, para posteriormente ser transcrito em ata, ou seja, reduzido ao termo. Caso alguma testemunha, seja conjugue, companheiro, ascendente, descendente ou irmão da denunciada, senhora Aparecida Salisso, poderá recusar-se a depor, conforme assegura a legislação. As testemunhas deverão relatar apenas fatos que presenciou ou tenha conhecimento direto, evitando opiniões pessoais ou suposições, salvo quando expressamente questionado pela Comissão Especial de Inquérito. Caso não compreenda alguma pergunta, poderá solicitar esclarecimento antes de responder. Poderá pedir também que... Faça devolução da pergunta quando não entender. É assegurado o direito de ser tratado com respeito e dignidade durante

toda oitiva. Dito isso, a Comissão Especial de Inquérito dará início às perguntas. Convido aqui ao plenário a senhora Kelly Negrini de Sousa para adentrar o plenário. Perguntou o Presidente: à senhora leu o termo de advertência e compromisso da testemunha entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria no início da audiência? **Ela respondeu**: Sim. Em seguida ela se identificou:" Kelly Negrini de Sousa, RG nº: 33 308 339 /8, função: funcionária contratada com o cargo de diretora de pronto atendimento". Ato continuo a palavra passou para o relator. **Disse o relator:** Senhor presidente, 9h18m, quero cumprimentar a vereadora Luzia Martins Malheiro, à Luísa, à senhora Kelly Negrini, à ex-diretora municipal de administração, à senhora Eliane, à ex-diretora de saúde Rosângela Fernandes, a Natália Xavier, presente a Ednair, ao Romes, ao Tales. A Natália , também funcionária da Casa. Senhora Kelly, a senhora pode ficar à vontade para prestar os seus esclarecimentos. Aqui em nossa casa, nós temos um jurídico, nós temos uma ouvidoria, Qualquer coisa que a senhora precisar estamos à disposição. A senhora fique muito bem à vontade. Também cumprimento aqui ao senhor César, que acabou de chegar em plenário. Vamos dar início? A senhora confirma que foi incluída em um contrato médico sem conhecimento técnico na área? **Ela respondeu:** " Sim". **Perguntou o relator**: A senhora afirma que foi convidada pela ex-diretora municipal de administração para fazer parte de fiscal de contrato, ou seja, na época de medicamentos, e depois colocou a senhora no contrato de médicos sem a sua ciência? **Ela respondeu**: "Sim, o convite foi feito para eu ser fiscal técnica de almoxarifado e não de empresa de médicos". **Perguntou o relator:** Quem autorizou oficialmente seu nome como fiscal sem treinamento adequado? **Ela respondeu: "**Por quem fez o convite, né? **Perguntou o relator :** A senhora teve acesso a alguma portaria formal nomeando a sua função? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o relator:** Em algum momento a senhora questionou a legalidade dessa nomeação? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o relator:** A senhora acredita que sua função foi utilizada apenas para formalizar exigências administrativas? **Ela respondeu: "**vou responder da forma que eu já tinha falado antes. Quando o convite foi feito para mim, o convite foi feito para poder agilizar e dar andamento nos documentos da empresa, porque já tinha acabado o convênio com as empresas e precisava fazer novamente uma licitação. E precisava de um membro de fiscal técnico para poder cumprir o grupo, para poder dar andamento. onde foi feito o convite pra mim e eu quis ajudar e aceitei o convite. **Perguntou o relator:** Esse convite foi feito para a senhora na parte de medicamentos? **Ela respondeu: "** De medicamentos. Eu não sabia que era para uma empresa de médicos, e depois eu fiquei sabendo, depois de ter vindo aqui, que é para um todo da área da saúde". **Perguntou o relator:** Nesse processo, as assinaturas que chegavam para a senhora assinar, de notificações, a senhora tinha conhecimento que se referia aos médicos, a senhora fazia a leitura, ou a senhora somente assinava para ajudar a administração? Ela respondeu: " Eu nunca assinei nenhuma notificação de médico". **Perguntou o relator:** Havia receio entre os servidores de contrariar as decisões da administração? **Ela respondeu: "** Que eu saiba, não". **Perguntou o relator:** A senhora já presenciou reuniões onde decisões importantes eram tomadas sem a sua presença, como a

senhora fazia parte de fiscal desse contrato? **Ela respondeu: "**A única reunião que eu participei foi uma reunião no mês de janeiro deste ano, que juntamente com a Natália Xavier, a Rosângela, a Dona Eli, a prefeita, acho que tinha um advogado que eu não recordo o nome, doutor Lucas, que foi para fazer a notificação das empresas, que até aí eu brinquei com a Natália. Falei, vai Natália, por que eu tenho que descer lá? Porque você faz parte do grupo de fiscais. Eu falei, não, não é de médico. Na minha cabeça, eu não tinha nada a ver com médico, mas sim do almoxarifado". **Perguntou o relator:** Esse advogado que estava nessa reunião, ele pertence à Procuradoria Jurídica da Prefeitura ou é um advogado terceiro que a senhora sabe informar? **Ela respondeu: "** Eu não tenho conhecimento". **Perguntou o relator:** Quem realmente conduzia as decisões? Os fiscais, o diretor de saúde, a diretora municipal de administração ou o gabinete da prefeita? **Ela respondeu: '** Como eu já falei, eu não fazia parte de nenhuma reunião, não era chamada para nada, então eu não sei te responder". **Perguntou o relator:** A senhora confirma que a ex-diretora municipal de administração, Eliane, participava diretamente das discussões do contrato, mesmo sem ela ser fiscal formal deste contrato? **Ela respondeu: "** A única reunião que a dona Eli teve presente, que eu tive presente, foi essa de janeiro, então as demais eu não posso falar". **Perguntou o relator:** Quando surgiam os problemas graves, quem era acionado primeiro: o jurídico, a prefeita ou a ex-diretora municipal de administração? **Ela respondeu: "** Eu não sei falar porque não fazia parte. Eu era excluída, graças a Deus, agora porque eu era excluída de tudo". **Disse o relator:** Repete, por gentileza. Põe o microfone um pouquinho mais alto.**Ela respondeu: "** Eu não fazia parte de nada. Ninguém me chamava para nenhum tipo de reunião e nem de algum assunto desse tipo, dessa natureza. Então, eu achava que eu era excluída, mas hoje eu agradeço porque me excluíram, porque olha o pepino que está hoje". **Perguntou o relator:** Em algum momento, a senhora percebeu a tentativa da administração de transferir a responsabilidade para vocês, fiscais de contrato? **Ela respondeu: "** Agora, no que está acontecendo, eu acho que sim, mas antes não poderia falar porque não fazia parte de nada". **Perguntou o relator:** A senhora tinha liberdade para discordar das decisões tomadas? **Ela respondeu: "** Não, porque eu não participava". **Perguntou o relator:** Alguma vez lhe pediram apenas para acompanhar, para estar presente nessas reuniões, sem maiores explicações? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o relator:** Quando houve a rescisão de forma unilateral com a empresa CMT, a senhora, como fiscal deste contrato, foi informada? **Ela respondeu: "** Sim, porque no dia em que teve a reunião, no mês de janeiro, foi falado que quando a Natália tinha feito as notificações da empresa, que aí se restringia o contrato com a empresa. Foi o único momento que eu participei e ouvi essa fala". **Perguntou o relator:** A senhora acredita que houve falha neste processo licitatório? **Ela respondeu:** "não é do meu conhecimento. Não havendo mais questionamentos do relator, o Presidente passou a fazer as suas perguntas: **Disse o Presidente** : Eu vou fazer três perguntas. Na primeira sessão, a primeira oitiva que teve, que a senhora participou, a gente fez e só queria confirmar. A senhora era fiscal de contrato ou é ainda? **Ela respondeu: "** Eu ainda estou sendo, mas segunda-feira

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

eu vou fazer um documento e vou para outro lugar na prefeitura e vou me retirar. **Perguntou o Presidente:** Quem convidou a senhora? A senhora tem conhecimento de quantas notificações foram feitas para a empresa CMT? **Ela respondeu: "**Não". **Perguntou o Presidente:** A senhora participou de reuniões na saúde, lá na unidade da saúde, a respeito do caso referente aos médicos nesse processo? **Ela respondeu: "** No dia que fomos descer para a prefeitura, que a Natália me chamou, mais a Rosângela, juntamente com o Dr. Lucas, para descermos para a prefeitura e conversarmos a respeito, foi mais cedo quando eu fui comunicada". **Perguntou o Presidente:** Qual é a função e as atribuições do Dr. Lucas, no período em que a senhora está trabalhando, mas no período do fato? tanto da emergencial como do CMT. **Ela respondeu: "** Que eu sei, ele é médico regulador e médico responsável, como fala, diretor? Diretor clínico? Médico diretor clínico do hospital, se eu não estiver enganada, acho que é assim que fala". **Perguntou o Presidente:** Nas atribuições dele, ele contratava médicos também? **Ela respondeu: "** Não é do meu conhecimento". **Perguntou o Presidente:** A senhora conhece a doutora Marcela? **Ela respondeu: "** Não. Não sei nem quem que é". **Perguntou o Presidente:** no começo, a senhora respondendo ao relator, a senhora falou que teve uma reunião no gabinete. É a mesma reunião que eu também fui convidado a participar, no começo do ano? **Ela respondeu: "** Eu acho que foi. **Perguntou o Presidente:** Que nessa reunião estava a prefeita? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o Presidente:** Natália? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o Presidente:** Rosângela, diretora de saúde? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o Presidente:** Diogo, da Meta? **Ela respondeu: "**Um rapaz tal de preto, é Diogo? É esse moço, então". **Perguntou o Presidente:** O Edinho, do jornal? **Ela respondeu: "** Estava também, para lá e para cá. **Perguntou o Presidente:** Doutor Lucas? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o Presidente:** Dona Eli? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o Presidente:** E o doutor Ronaldo? **Ela respondeu: "** O advogado. Esse chama Ronaldo? Então era esse homem que estava lá. **Disse o Presidente:** Olha, a gente está satisfeito, agradece a presença da senhora, a colaboração, e damos por encerrado a sua participação. Ato contínuo foi a vez da testemunha Senhora Rosângela Fernandes da Silva p se adentrar ao plenário, para ser ouvida. **Disse o Presidente:** Continuando essa audiência, eu pergunto à senhora Rosangela se leu o termo de advertência e compromisso da testemunha. Entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria no início dessa audiência. **Ela respondeu** dizendo que sim. **Disse o Presidente :** Agora são nove e meia do dia vinte e dois de maio de dois mil e vinte e seis. Vamos para a parte de qualificação. Nome inteiro, Rg, e função. **Ela respondeu;** Rosângela Fernandes da Silva, RG 29616727-7, na função de Enfermeira, no momento. **Perguntou o Presidente** : E na época dos fatos? **Ela respondeu: "**Ex-diretora de saúde". Isto feito a palavra foi usada pelo membro relator que fez os seus questionamentos. **Disse o relator**: Senhora Rosângela, muito bom dia. Quero informar que agora são exatamente nove e meia. Assim como a outra depoente, a senhora tem a ouvidoria dessa Câmara, também tem a da Prefeitura. Caso, depois do seu depoimento, aconteça algo de perseguição com a senhora, com os demais,

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

vocês têm todo o respaldo dessa Casa e da Prefeitura também. Se sinta à vontade. Vamos dar início ao seu depoimento. Eu agradeço muito pela sua presença aqui em nossa casa. A senhora confirma que assinou documentos relevantes sem participar integralmente da elaboração do Termo de referência do processo licitatório? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o relator:** Quando o termo de referência chegou para a sua assinatura, ele já estava concluído, quem encaminhou esse documento para a senhora ou chamou a senhora para assinar? **Ela respondeu: "** Sim, na época que eu entrei como diretora, esse, na verdade, o edital já estava construído, ele já estava feito por ex-diretores, foi um edital que várias pessoas construíram juntas, E, na época, eu assinei como diretora da saúde para dar andamento da licitação, porque os médicos estavam sendo contratados por RPA e os saldos já estavam se esgotando. Então, na época, eu assinei, dei andamento, assinei lá no setor de licitação para dar andamento para a abertura do novo processo de licitação dos médicos. **Perguntou o relator:** A senhora, quando foi assinar esse documento, recebeu algum parecer jurídico que a senhora poderia assinar que estava com toda a legalidade? **Ela respondeu: "**Não". **Perguntou o relator:** senhora chegou a manifestar preocupação ou discordância sobre algum ponto desse termo de referência antes da assinatura? **Ela respondeu: "**Não". **Perguntou o relator:** A senhora confirma que não teve autonomia para alterar cláusulas no termo de referência? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o relator:** Então, quem possuía autonomia real sobre o conteúdo do edital e do termo de referência? **Ela respondeu: "**A senhora prefeita". **Perguntou o relator:** Durante o período que a senhora esteve como diretora da saúde, quem efetivamente interferia nas decisões relacionadas ao contrato dos médicos? **Ela respondeu: "** Sempre a prefeita e a senhora Eli". **Perguntou o relator:** As decisões mais importantes partiam da senhora ou já chegavam prontas do gabinete da prefeita e da diretoria municipal de administração? **Ela respondeu: "**Já chegavam prontas". **Perguntou o relator:** De quem? **Ela respondeu: "** Da senhora prefeita". **Perguntou o relator:** A senhora acredita que houve centralização excessiva nas decisões do gabinete? **Ela respondeu; "**Sim". **Perguntou o relator:** Quem efetivamente coordenava as estratégias relacionadas à empresa CMT? **Ela respondeu: "**Doutor Lucas". **Perguntou o relator:** A senhora afirmou não possuir autonomia. Então, quem possuía a autonomia real sobre esse contrato que estamos investigando? **Ela respondeu: "** A senhora prefeita". **Perguntou o relator:** A senhora declarou que participavam das reuniões a prefeita, a ex-diretora municipal de administração, Eli, e o doutor Lucas. Qual deles tinha maior influência nas decisões? **Ela respondeu: "** A senhora prefeita, nas decisões, e foi nomeado doutor Lucas para estar gerenciando a parte médica". **Perguntou o relator:** O doutor Lucas apenas auxiliava tecnicamente ou participava diretamente das decisões administrativas do contrato? **Ela respondeu: "** Tecnicamente e administrativamente, a senhora prefeita". **Perguntou o relator:** A senhora considera adequado um médico contratado pela empresa terceirizada participar da fiscalização, elaboração de notificações e decisões administrativas? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o relator:** O Dr. Lucas interferia nas escolhas de médicos, escalas e

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

validação profissionais? Ela respondeu: "Sim". **Perguntou o relator:** Quem decidia quais médicos seriam os aceitos mesmo sem especializações reconhecidas? **Ela respondeu: "** Dr. Lucas". **Perguntou o relator:** A senhora confirma que o termo de referência continha brechas que permitiam interpretações divergentes sobre a exigência de especialização? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o relator:** Em sua avaliação, essas falhas ocorreram por erro técnico, falta de controle administrativo ou interferência de terceiros? **Ela respondeu: "**Eu acho que administrativos". **Perguntou o relator:** Quando surgiram os problemas com os médicos sem especialização, quem foi informado primeiro? A senhora, a prefeita, Eli ou o doutor Lucas? **Ela respondeu: "**A prefeita". **Perguntou o relator:** Mesmo após os alertas feitos pela equipe, houve insistência para manter o contrato funcionando ou tentaram rescindir de forma unilateral? **Ela respondeu:** "Rescindiram o contrato". **Perguntou o relator:** A senhora confirma que as notificações eram feitas juntamente com a ELI e com o conhecimento da prefeita? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o relator:** Então a administração tinha ciência prévia das irregularidades apontadas no contrato? **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o relator:** O jurídico da prefeitura participou ativamente desde o início ou apenas no surgimento de problemas? **Ela respondeu: "** No surgimento de problemas". **Perguntou o relator:** Existiam decisões tomadas verbalmente sem formalização documental? **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o relator:** Existiam reuniões sobre contratos sem elaboração de atas ou registros oficiais? **Ela respondeu; "**Sim". **Perguntou o relator:** Em algum momento a senhora discordou das decisões tomadas? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o relator:** Como essa discordância foi recebida? A senhora não tinha voz? **Ela respondeu: "** Não, eu não tinha autonomia. Quem decidia a última decisão era a da prefeita". **Perguntou o relator:** A senhora sofreu pressão administrativa durante sua atuação como diretora? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o relator:**Em algum momento, a senhora sentiu que responsabilidades estavam sendo transferidas para sua assinatura enquanto as decisões vinham de outras pessoas? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o relator:** De quem vinham essas decisões? **Ela respondeu: "** Sempre da senhora prefeita". **Perguntou o relator:** A senhora acredita que acabou assumindo responsabilidades sem possuir o poder real da decisão? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o relator:** Existia clima de insegurança entre os servidores envolvidos na fiscalização do contrato, na sua época como diretora? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o relator:** A senhora acredita que alguns servidores foram colocados em função desse contrato sem preparo técnico adequado? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o relator:** A senhora possui conhecimento de conversas, mensagens ou reuniões que os próprios médicos teriam que arrumar orçamentos para receber os seus pagamentos após a rescisão do contrato de forma unilateral com a CMT Serviços Médicos? **Ela respondeu: "**Não". **Perguntou o relator:** A senhora saiu da ocupação de diretora municipal de saúde para preservar sua responsabilidade profissional diante dos riscos do contrato? **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o relator:** A senhora pediu a exoneração por receio de futuramente ter que responder perante ao Tribunal de Contas, Ministério Público? **Ela respondeu:**

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

"Sim". **Perguntou o relator** : Quem comandava efetivamente todas as reuniões desse contrato? **Ela respondeu: "** A senhora prefeita e a senhora Eli também que estava presente. **Perguntou o relator:** A senhora confirma que havia interferências, ou seja, em sua pasta na época que ocupou, que a senhora não tinha o poder da sua autonomia? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o relator:** A senhora acredita que a administração ignorou alertas feitas pelos servidores envolvidos na fiscalização? **Ela respondeu:** "Não". **Perguntou o relator:** Se a senhora tivesse a autonomia completa, a senhora teria conduzido esse certame da forma correta? **Ela respondeu:** "Sim". Não havendo mais perguntas por parte do relator, o Presidente passou aos seus questionamentos: **Perguntou o Presidente**: Como que funcionava, na época que a senhora estava, quem que fazia os apontamentos dos médicos, referente à presença e faltas? **Ela respondeu: "** Doutor Lucas". **Perguntou o Presidente:** Quando terminou o contrato da CMT, rescindiu o contrato. Em seguida, os médicos continuam trabalhando, teve o emergencial, depois eles emitiram a nota. A senhora tem conhecimento dos orçamentos e poderia me falar quem levava os apontamentos e para quem levava? **Ela respondeu:** "Eu não tenho esse conhecimento". **Perguntou o Presidente:** No período da CMT, A senhora tem conhecimento de quantas notificações foram feitas para a empresa? **Ela respondeu:** "Mais de oito notificações". **Perguntou o Presidente:** Ao conhecimento da senhora, quem assinava as notificações? **Ela respondeu: "** Eu que assinava as notificações. Só que as notificações eram feitas pela prefeita, a senhora Eli, eu e o doutor Lucas. Eu não tinha apoio jurídico". **Perguntou o Presidente:** Teve alguma notificação que a senhora soube que teve, mas a senhora não assinou? **Ela respondeu: "** Não, não tenho conhecimento". **Perguntou o Presidente:** No período? A senhora ficou de 6 de agosto a 6 de janeiro? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o Presidente:** Qual a data que foi rescindido com a CMT? **Ela respondeu: "** Então, a data, ao certo, eu não vou saber te falar, Jorginho, porque eu já havia saído do cargo". **Perguntou o Presidente:** Ah, tá, então tá certo. Isso era só o dia 6, né? **Ela respondeu: "** Isso, eu já havia saído". **Perguntou o Presidente:** Então, a notificação do dia 13 de janeiro, a senhora não participou? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o Presidente:** No período da CMT, teve falta de médicos? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o Presidente:** No período da emergencial, que foi o período em que a CMT saiu, a senhora tinha saído, mas a senhora teve conhecimento que faltou médicos? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o Presidente:** O não é que não teve conhecimento ou que não faltou? **Ela respondeu:** "Não faltou". **Perguntou o Presidente:** no período em que a senhora era diretora de saúde, A senhora teve autorização para contratar os médicos? **Ela respondeu:** "Também não". **Perguntou o Presidente:** Quem que entrou em contato para contratar os médicos? **Ela respondeu:** "O doutor Lucas, que ficava responsável". **Perguntou o Presidente:** Passou algum orçamento em sua mão? **Ela respondeu: "** Também não". Usou a palavra o relator, assim questionando: Rosângela, só uma dúvida. A senhora afirma que, para entendermos melhor sobre a questão jurídica, esse apoio do jurídico a senhora teve no início da construção do processo, que chegou em suas mãos, ou nas reuniões que a senhora

participava, era de advogados de fora que estavam nessas reuniões? Ou foi à procuradoria do município? **Ela respondeu: "** Não, na verdade, desde que eu entrei como diretora, eu pedi um apoio jurídico, na verdade, porque eu sou da área da saúde e sei que a área da saúde tem várias pendências que a gente precisa de um apoio jurídico. Na época, eu conversava com a senhora prefeita, pedia um jurídico, para a área da saúde específico e não foi concedido. Na época que começou a dar os problemas com a empresa, eu fiz várias solicitações a respeito do jurídico. Na verdade, eu fui orientada que não era para eu procurar nenhum jurídico da prefeitura. Então, quem na verdade fez essas notificações foram a senhora prefeita, eu, doutor Lucas e a senhora Eli. E, por último, que eu participei de uma reunião com um advogado, que na verdade foi para... Acho que rompeu o contrato com a empresa, e eu participei de uma reunião só, que foi essa de janeiro com o advogado da senhora prefeita para entender o caso e tentar, da melhor forma, ajudar, na verdade, a rescindir o contrato. Foi a única vez que eu tive com o jurídico esse respaldo. **Perguntou o relator:** Então, foi informado à senhora para a senhora não ter contato com a Procuradoria Jurídica da Prefeitura. Aí a senhora menciona, mencionou o nome, acho que o presidente participou de uma reunião junto com a senhora. Essa reunião, a senhora recorda a data, mais ou menos? Foi em que mês, para me informar? **Ela respondeu: "** Não, foi no começo de janeiro, não lembro a data". **Perguntou o relator:** Foi quando foi rescindido o contrato de forma unilateral? **Ela respondeu: "** Na verdade, essa reunião onde participou todos, eu, a senhora prefeita, Eli, a gente estava num grupo para tentar decidir e resolver o que faria com essa empresa, se rescindia o contrato ou se permaneceria. E apesar, como o advogado era novo, para entender o caso, o que estava acontecendo. **Perguntou o relator:** E qual o nome desse novo advogado da prefeita ? A senhora lembra, recorda o nome dele? Como ele se chama? **Ela respondeu: "** Ronaldo". **Disse o relator:** Presidente, eu gostaria, depois que constasse em ata, se nesse período esse advogado já possuía contrato com a prefeitura para estar participando de interferências, de reuniões da saúde junto com os funcionários. **Perguntou o Presidente:** Dona Rosana, só para terminar, os apontamentos eram com o Dr. Lucas? **Ela respondeu: "**Sim". **Perguntou o Presidente:** A senhora tinha ciência? Na primeira quinzena de dezembro, como eram feitos os apontamentos e quem levava as notas dos médicos e para quem levava? **Ela respondeu: "**Não, porque nessa época era a empresa, não tinha emitido nenhuma nota. Deu a ordem de serviço para a empresa no dia 15 de dezembro. E até então, nesse período, eu não assinei nenhuma nota a respeito da empresa. Nessa época, não". **Perguntou o Presidente:** Qual foi o último dia da empresa? **Ela respondeu: "** Não sei, vocês não têm aí" ? **Disse o Presidente:** Tem, mas só estou perguntando para a gente poder... Dia 15 de dezembro, a empresa estava? **Ela respondeu: "** Sim. 15 de dezembro foi a data que deu início para a empresa começar a prestar o serviço. Dia 15 de dezembro".**Disse o Presidente** : Do dia 1 a dia 14 de dezembro. **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o Presidente:** Quem que era? Era a empresa? **Ela respondeu:** "Não, eram os médicos que eram por dispensa". **Perguntou o Presidente:** Por

dispensa. Quem que era o responsável de ter chamado esses médicos e que pegava as notas e levava para o setor responsável? **Ela respondeu: "** Doutor Lucas". **Disse o Presidente:** Não havendo mais perguntas para a testemunha, nós agradecemos a presença da senhora, obrigado pela colaboração e damos por encerrado a sua participação. Continuando essa audiência, eu convido o senhor Ronaldo Corrêa Lemos para adentrar o plenário. Continuando essa audiência, eu pergunto ao senhor se leu o termo de advertência e compromisso da testemunha? **Ele respondeu: "**Aqui não. Só assinei a intimação". Em seguida o Presidente chamou a secretária, pedindo que esta lhe passasse o termo de advertência ao Sr. Ronaldo, concedendo-lhe um tempo para a leitura, suspendendo a sessão por 3 minutos.Reiniciando os trabalhos d a audiência, presidente perguntou novamente ao Sr. Ronaldo: se ele leu o termo de advertência e o compromisso de testemunho entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria. Ele respondeu que sim. Em seguida o Presidente solicitou a identificacão. **Respondeu o Sr. Ronaldo**: Ronaldo Correia Lemos, RG: 287873894 e função: Chefe de divisão de compras. Carga efetiva escriturária. Isto feito a palavra passou a ser usada pelo membro relator dizendo o seguinte: Senhor Ronaldo, são exatamente 09 h56. Senhor presidente, sobre esse termo que o senhor leu. Eu quero informar que foi passado pela secretária a senhora Luíza, a depoente Rosângela e a Kelly, que também assinaram esse termo. Ronaldo, no portal da transparência, consta até a folha de pagamento no mês de abril, que o senhor ocupa o cargo de chefe da divisão municipal de compras. O senhor confirma essa informação? **Ele respondeu: "**Sim". **Perguntou o relator:** Sendo o responsável pela divisão municipal de compras, todos os procedimentos de compras e contratações passam sobre a sua supervisão administrativa ou tem alguém que responde por terceiro nesse setor? **Ele respondeu: "**O que a gente faz na parte do setor, somente os orçamentos". **Perguntou o relator:** Atualmente, o senhor está lotado exclusivamente no setor de compras da prefeitura ou foi designado também para atuar na impiantação de compras no setor da saúde? **Ele respondeu: "** Sim, eu estou assessorando o pessoal na saúde, por enquanto". **Perguntou o relator:** Após esse termo, esse por enquanto, o senhor retornará ao setor de compras? **Ele respondeu: "** Creio que sim". **Perguntou o relator:** Quem é o responsável final por autorizar, validar ou liberar as requisições de compras encaminhadas pelos diretores municipais e demais servidores da prefeitura, especialmente nos casos em que há necessidade da retirada de itens do almoxarifado municipal? **Ele respondeu: "**O César". **Perguntou o relator:** Após a rescisão unilateral do contrato com a CMT, de que forma os pagamentos aos médicos passaram a ser realizados? **Ele respondeu: "** Olha, eu não sei te dizer, porque nesse período eu já estava prestando o apoio lá no hospital. Então, não é do meu conhecimento como que está sendo". **Perguntou o relator:** Quem do setor de compras autorizou ou orientou os médicos a providenciarem mais de dois orçamentos, além do próprio orçamento profissional, para auxiliar na elaboração do procedimento para regularização dos seus pagamentos após a rescisão da CMT? **Ele respondeu: "** Não é do meu conhecimento, Danilo". **Perguntou o relator:** O setor de compras realizou pesquisa

independentemente de preços no mercado ou utilizou apenas orçamentos apresentados pelos próprios médicos interessados na contratação para resolver a sua questão de pagamento? **Ele respondeu:** "Também não é do meu conhecimento". **Perguntou o relator:** Houve parecer jurídico ou orientação formal da procuradoria do município autorizando a forma emergencial adotada para as contratações, a rescisão no contrato com a CMT? **Ele respondeu:** " Costuma haver, não é? Nos editais tem parecer, mas não sei te falar". **Perguntou o relator:** Ronaldo, o senhor afirma que, então, durante o período que a CMT assumiu, ou seja, ganhou o certame da licitação e, após a rescisão, o senhor não estava no setor de compra, já foi transferido para ajudar no compra da unidade básica de saúde? **Ele respondeu:** "Olha, o período eu não recordo, mas eu creio que sim, porque eu não tive muito conhecimento desse contrato". **Perguntou o relator:** Pagamentos, orçamentos, então nada o senhor teve a participação? **Ele respondeu:** "Nada". Não havendo mais perguntas para o Sr. Ronaldo por parte do relator, o Presidente passou aos seus questionamentos: **Perguntou o Presidente**: O senhor na época da CMT e no primeiro emergencial, na verdade, no segundo emergencial, quando... e o primeiro. Antes da CMT, assumiu os trabalhos no município. Quem era o responsável e quem foi de ter pego os orçamentos dos médicos? **Ele respondeu:** Os orçamentos da primeira emergencial acho que foi feito por pesquisa de preço, banco de preço, mas eu não me recordo, Jorge. Eu acho que foi isso". **Perguntou o Presidente:** Na audiência passada, eu perguntei para o Sr. César, responsável pelo setor de compras, eu perguntei para ele, quem que pegou os orçamentos, quem viu os orçamentos sobre os médicos, no emergencial. ele disse, está em ata registrado, no depoimento dele, ele falou assim, o chefe é o Ronaldo, foi o Ronaldo. **Respondeu o Sr. Ronaldo:** "Sim". **Perguntou o Presidente:** O senhor recorda? **Ele respondeu:** "Não, na audiência, eu não fiquei na audiência dele". **Perguntou o Presidente:** Mas o senhor não pegou orçamento de médicos? **Ele respondeu:** " Não, a gente não pegou. Creio que eu fui pelo portal do Banco de Preços. Se eu não me falho a memória, foi isso. Acho que nós não pegamos orçamento direto". **Perguntou o Presidente:** O senhor pegou nível regional ou estadual? **Ele respondeu:** Costuma ser federal. Nós não colocamos regional. Isso aí. **Perguntou o Presidente:** Isso na contratação da CMT, né? **Ele respondeu:** " Em relação... ao emergencial. **Perguntou o Presidente:** "Do emergencial, pegou federal". **Ele respondeu:** " Costuma ser. A gente coloca 800, 1.000 quilômetros, um raio, 500, depende". **Perguntou o Presidente:** Foi o senhor que pediu para a doutora Júlia e doutor Lucas pegar orçamento de colegas para passar para vocês? **Ele respondeu:** "Não". Desconheço isso". **Perguntou o Presidente:** O senhor não tem conhecimento disso? **Ele respondeu:** "Desconheço". **Perguntou o Presidente:** O senhor poderia falar novamente, quando o senhor estava lá no Compras, porque o senhor está na saúde, né? **Ele respondeu:** "Sim, estou assessorando lá". **Perguntou o Presidente:** Está na saúde. No período que o senhor estava no Compras, quais era as funções do senhor César e quais as do senhor? **Ele respondeu:** " Então lá eu sou como o chefe do setor, ele é o responsável do setor, ele que libera as compras e isso, a gente

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

só é chefe pelo cargo que exerço até um tempo já". **Perguntou o Presidente:** Então ele é o responsável? **Ele respondeu: "**Isso". Não havendo mais pergunta para a testemunha, o Presidente agradeceu a sua presença e encerrou a sua participação. Ato contínuo a sessão foi suspensa por 5 minutos. Reiniciando os trabalhos as 10h10, o **Presidente** disse assim: . Queremos convidar ao plenário o Sr. Tales Correia de Sousa. Continuando essa audiência, eu pergunto ao senhor se leu o termo de advertência e compromisso da testemunha entregue por essa comissão. **Ele respondeu: "**Sim". Ato contínuo, o Presidente perguntou sobre sua qualificação . **Ele respondeu: "** Thales Correia de Souza, RG nº 506-908-511 e função de Auxiliar administrativo" **Disse o Presidente:** o senhor está sendo ouvido na qualidade de testemunha e, por isso, deve dizer a verdade sobre os fatos de que tenha conhecimento e o que for perguntado ao senhor, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho, com pena de reclusão de 3 a 8 anos e multa, conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será prestado oralmente, sendo gravado em audiovisual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara Municipal, para posteriormente ser transcrito em ata, ou seja, reduzido ao termo. Caso o senhor seja conjugue, companheiro, ascendente, descendente ou irmão da denunciada Senhora Aparecida Salisso, poderá recusar-se a depor, conforme assegura a lei. O senhor deve relatar apenas fatos que presenciou, ou tenha conhecimento direto, evitando opiniões pessoais e suposições, salvo quando expressamente questionado pela comissão processante. Caso não compreenda alguma pergunta, poderá solicitar esclarecimento antes de responder. É assegurado o direito de ser tratado com respeito e dignidade durante toda a oitiva. Concedo a palavra ao membro relator para que dê início aos seus questionamentos . **Perguntou o relator:** Sr. Tales, são exatamente dez horas e treze minutos. Sinta-se à vontade. Lembrando, presidente, que nós temos aqui, Sr. Tales, na Câmara Municipal, a nossa ouvidoria e também a ouvidoria da Prefeitura. Caso, depois do seu depoimento, sofra alguma perseguição, o senhor está à disposição da nossa casa quanto à Prefeitura para se respaldar. Senhor Tales, quem é a pessoa que na prática mais acompanha, coordena e dá andamento aos procedimentos do setor de compras da prefeitura? Ou seja, quem efetivamente dá as ordens dentro do setor? **Ele respondeu: "** O responsável é o César". **Perguntou o relator:** Durante os processos de contratação da saúde, existia alguma pessoa ligada ao gabinete que dá orientação direta aos servidores do setor de compra, como os procedimentos que devem ser conduzidos? **Ele respondeu: "**Não". **Perguntou o relator:** Quem cobra a agilidade, acompanha diariamente ou interfere diretamente nos processos relacionados às contratações emergenciais de médicos? **Ele respondeu: "**Não tenho conhecimento". **Perguntou o relator:** Quando surgem dúvidas administrativas no setor de compras, os servidores recorrem a quem para obter autorização, orientação ou decisão final? **Ele respondeu: "** Decisão final sempre da prefeita". **Perguntou o relator:** Qual é a sua função hoje dentro do setor de compras? **Ele respondeu: "** Hoje eu sou agente de contratação, com cargo de auxiliar administrativo. Fico mais nessa parte de questão quando vai fazer alguma dispensa, às vezes auxiliando ali na questão de ler e-mail, Whatsap,

Diário Oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, e Lei 14.063, de 2020, garantindo autenticidade, validade jurídica e integridade.

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

resumidamente isso". **Perguntou o relator:** O senhor que mexe no WhatsApp chegou a solicitar algum médico que ele enviasse os seus orçamentos para receberem os pagamentos após a rescisão com a CMT? **Ele respondeu: "** Não". **Perguntou o relator:** Nesse celular do Compras, quais os servidores que utilizam ele? **Ele respondeu: "** fica compartilhado. Eu, o César também. **Perguntou o relator:** Quando houve o pagamento dos médicos após a rescisão com a CMT, o senhor recebeu notas de médicos? **Ele respondeu: "**Não". **Perguntou o relator:** No processo licitatório, o senhor participou da equipe de apoio de licitação? **Ele respondeu: "**Do da CMT, sim". **Perguntou o relator:** Após a rescisão desse contrato com a CMT, como o senhor fazia parte da equipe de apoio, o senhor foi informado que houve a rescisão com a empresa? **Ele respondeu: "**Não". **Perguntou o relator:** Quem libera todas as requisições do setor de compras? **Ele respondeu:** "O César". **Perguntou o relator:** Quem é o seu chefe hoje no setor de compras? O senhor Ronaldo ou o César? **Ele respondeu: "** Hoje é o César, que passa a palavra no compras, porque o Ronaldo está na saúde, no caso. Então o contato que a gente tem é com o César".O relator não fez perguntas ao Sr. Thalles e usou a palavra o **Presidente** assim questionando: O senhor trabalha no setor de compras? **Ele respondeu: "**Sim". **Perguntou o Presidente:**: No período que aconteceu os fatos, tanto do emergencial como da contratação da empresa CMT, algum dia o senhor recebeu orçamentos da mão de médicos? **Ele respondeu: "**Não". **Perguntou o Presidente:** Recebeu alguma nota de médicos? **Ele respondeu: "** Não". **Perguntou o Presidente:** Quem é o responsável pelo setor do senhor? **Ele respondeu: "** Responsável é o César". **Perguntou o Presidente:** Qual que é a função dele? **Ele respondeu: "** Responsável do compras". **Perguntou o Presidente:** Mas o senhor tem ciência do cargo dele, que ele ocupa? **Ele respondeu: "**Sim". **Perguntou o Presidente:** Qual que é? **Ele respondeu: "** Responsável de compras". **Perguntou o Presidente:** o cargo, a função? **Ele respondeu: "** Hoje ele atua como responsável no caso. O chefe é o Ronaldo, o responsável é ele. O Ronaldo fica na saúde e hoje ele fica passando mais as ordens pra gente no setor em si .Não havendo mais perguntas para o Sr. Thales, o Presidente encerrou a sua participação na audiência. Na sequência, foi a vez da senhora Natália Maria Xavier, Pereira se adentrar ao plenário para ser ouvida. Ela se identificou a pedido do Presidente: Natália Maria Xavier Pereira, Rg nº 41-188-052-4, função : Eu sou concursada pela Prefeitura como enfermeira e atualmente estou no cargo de chefe de enfermagem. Continuando , o **Presidente perguntou:** a senhora leu o termo de advertência e compromisso da testemunha entregue por essa comissão e assinado pela vossa senhoria? **Ela respondeu:** "Sim". Ato contínuo usou a palavra o membro relator com seus questionamentos. **Perguntou o relator**: Senhor presidente, são exatamente dez horas e vinte minutos. Quero cumprimentar aqui a ex-vereadora e presidente da Câmara Municipal, Ana Maria, junto com o filho do seu esposo, Daniel. Senhora Natália, o vereador Rogério Pereira, também aqui presente em nossa casa. Sra. Nathália, sinta-se muito bem à vontade em nossa casa. Quero dizer que a senhora tem o respaldo aqui da Ouvidoria, da Câmara Municipal, quanto à Prefeitura, para

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

que, se a senhora se sinta depois perseguida, para que a senhora possa contar com o nosso apoio. Fique muito bem à vontade. A senhora confirma que participou da elaboração de notificações do contrato 143-2025 com a CMT Serviços Médicos sem possuir capacitação específicas para a fiscalização contratual? **Ela respondeu:** "Sim, confirmo". **Perguntou o relator:** Se não tinha preparo técnico, quem validava juridicamente os documentos antes do envio? **Ela respondeu:** "A senhora Eli". **Perguntou o relator:** Alguma notificação foi enviada por determinação superior, mesmo sem concordância da senhora? **Ela respondeu:** "Não". **Perguntou o relator:** A senhora sofreu pressão para permanecer como fiscal deste contrato, apesar de ter manifestado insegurança quanto à função? **Ela respondeu:** "Eu protocolei um pedido para desligamento da função de fiscal de contrato, de licitações, no dia 13 de janeiro de 2026, à prefeita, a excelentíssima senhora prefeita, até então não tive uma resposta se foi aceito ou não o pedido daquela época. E quando surgiram outras notificações, eu até questionei, porque como eu tinha protocolado, se eu poderia ou não assinar. E aí foi falado que era para eu assinar porque ainda não tinha nomeado uma outra pessoa. não tinha feito uma nova portaria, então eu teria que estar assinando essas novas notificações". **Perguntou o relator:** Natália, foi afirmado aqui pela diretora municipal de administração, a senhora Eliane, que após a senhora ter protocolado esse pedido que a senhora nos apresenta, que a senhora mesmo voltou atrás, que quis continuar. Isso é verdade ou a senhora não teve a resposta? **Ela respondeu:** " Na verdade, foi nessa situação que eu acabei de explicar. Eu até então falei para ela como eu ia assinar um documento, que se eu tinha pedido para sair, não tinha resposta. E nesse meio todo da empresa, dessa dificuldade dos médicos, ela me explicou a situação de que não teria outra pessoa que precisava dessa assinatura para essa notificação. Eu acabei ficando, assinando e aceitando. **Perguntou o relator:** Quem tinha a palavra final sobre manter ou rescindir o contrato de forma unilateral com a CMT? **Ela respondeu:** "Repete para mim, por favor, a pergunta". **Perguntou o relator:** Quem tinha a palavra final sobre manter a empresa que estava vigente com a CMT ou rescindir o contrato de forma unilateral? **Ela respondeu:** "A senhora prefeita". **Perguntou o relator:** Em algum momento, a senhora percebeu que havia sendo tomada decisões fora dos canais da administração que a senhora não participava? **Ela respondeu:** "Da minha parte, não". **Perguntou o relator:** As reuniões que vocês faziam tinham atas ou eram apenas reuniões para se tratar de formas verbais? **Ela respondeu:** " Forma verbal". **Perguntou o relator:** A senhora chegou a alertar alguém sobre os riscos administrativos ou jurídicos envolvendo a contratação? **Ela respondeu:** "Se eu informei alguém? Na verdade, a gente conversava no grupo todo sobre essas questões que poderiam virar questões administrativas. Aí a gente conversava, conversava com o gestor, com o doutor Lucas. Era dessa forma". **Perguntou o relator:** Quem orientava a equipe sobre quais irregularidades deveriam constar formalmente nas notificações à empresa? **Ela respondeu:** "Na verdade, a gente seguiu o contrato e via o que não estava batendo de acordo com o contrato. Isso era uma conversa que era feita com o gestor, o diretor da época, o doutor Lucas. E aí a

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

gente decidia se seria feita essa notificação ou não". **Perguntou o relator:** A senhora confirma que a gestão tinha conhecimento prévio das falhas da empresa antes da rescisão? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o relator:** Nesse período, a empresa teve o direito à ampla defesa? **Ela respondeu: "** Sim. Eu acredito que sim, porque a gente fazia notificação, encaminhava por e-mail e por AR, e esperava a resposta da empresa". **Perguntou o relator:** As respostas chegavam à senhora como fiscal do contrato? Eles atendiam? **Ela respondeu: "** Tinha algumas notificações que sim, que tiveram respostas". **Perguntou o relator:** A senhora recebeu alguma orientação após o início da nossa comissão especial de investigação sobre o que a senhora deve falar aqui ou não? **Ela respondeu**: "Não". **Perguntou o relator:** A senhora teve acesso a documentos já assinados sem previamente saber do conteúdo? **Ela respondeu: "** Se eu tive acesso a documentos assinados? **Respondeu o relator:** Isso, ou seja, chegavam documentos para a senhora em suas mãos, já elaborados, aí a senhora tinha que assinar esses documentos. Que não eram elaborados pela senhora. **Ela respondeu:** "O contrato que só chegava até a mim para eu cumprir a formalidade de assinatura". **Perguntou o relator:** Existia receio entre os servidores de assumir responsabilidades relacionadas ao contrato? **Ela respondeu: "** Da minha parte, não. Se eu tinha receio... de fazer alguma coisa referente à empresa e depois ter algum dano com a prefeitura? A prefeitura ia me chamar a alguma coisa? **Perguntou o relator:** Isso. Eu quero perguntar à senhora a seguinte questão. Vamos supor um exemplo. A senhora que fazia todas as notificações ou tinha preferência de alguma pessoa? Se essas notificações eram feitas pela senhora, e se a senhora tinha toda a segurança que a senhora poderia assumir a responsabilidade perante a Tribunal de Contas, Ministério Público, porque é a senhora que é a fiscal desse contrato. **Ela respondeu: "** Sim, a notificação era feita com meu conhecimento, com colocação das cláusulas que tinham no contrato, com as divergências, eu participava de tudo e ajudava apoio das pessoas, tinha apoio das pessoas para ajudar a elaborar". **Perguntou o relator:** A senhora confirma que protocolou o pedido formal para deixar a função de fiscal deste contrato. Em qual data isso ocorreu e qual foi o motivo exato alegado pela senhora? Mesmo que a senhora já me respondeu, eu gostaria que a senhora me respondesse novamente. **Ela respondeu: "**Eu protocolei esse pedido no dia 13 de janeiro de 2026, solicitando o desligamento da função de fiscal de contrato. E o motivo mesmo da minha questão é que é uma questão pessoal e também profissional. Tipo assim, eu não tenho muito conhecimento disso e não quero continuar nessa função". **Perguntou o relator:** Então, a senhora me afirma, primeiramente, quando eu a pergunto, se a senhora, sobre Ministério Público, Tribunal de Contas, que a senhora fez todas as notificações. Aí a senhora pede para sair. Então, não está havendo uma dupla interpretação, a senhora não tinha medo que a real que é o real posicionamento final. Vamos supor um exemplo. Caso dê algum problema, porque aqui há indícios, nós estamos falando que há indícios. A senhora vai responder, a senhora tinha preocupação que possa cair sobre a senhora a responsabilidade desse contrato? **Ela respondeu:"** Preocupação e conhecimento. **Perguntou o relator:** Esse pedido foi feito por escrito, este documento por e-mail,

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

memorando ou protocolo comprovando essa situação? **Ela respondeu: "** Foi feito um protocolo, protocolei para a prefeita. **Perguntou o relator:** Por gentileza, fale para nós, para deixarmos registrado, a data desse protocolo que a senhora fez? Aí embaixo tem? **Ela respondeu: "** Ele foi protocolado no dia 13 de janeiro de 2026, às 7h56". **Perguntou o relator:**A senhora se importa de deixar depois uma cópia conosco desse protocolo? **Ela respondeu:** Não, acho que não tem problema nenhum". **Perguntou o relator:** A senhora confirma que, posteriormente, teria desistido desse pedido. E aceitado permanecer como fiscal desse contrato? **Ela respondeu: "** Sim, aceitei pelas questões de não ter outra pessoa, não ter nomeado e fui aceitando ficar na função. **Perguntou o relator:** A informação prestada pela diretora municipal de administração, que a senhora voltou atrás e decidiu permanecer na fiscalização é verdadeira? **Ela respondeu: "** que eu decidi manter no cargo? Não, eu estou esperando a resolução que foi me falado, que iriam nomear novos técnicos para essa portaria, iriam colocar novos técnicos, estou esperando essa decisão". **Perguntou o relator:** Natália, só para você ter o conhecimento, nós temos aqui um depoimento que menciona que a senhora, a Natália, ela voltou atrás, ela quis continuar com a fiscalização desse contrato. **Ela respondeu: "** Mas não foi dessa forma, entendeu? Foi da forma que eu falei, que foi um dia que teve uma notificação, aí eu falei, Eli, eu não vou assinar porque eu protocolei. Ela falou assim, mas você tem que assinar porque ainda não tem outra pessoa. E aí, quando você assina, você foi deixando. Sabe quando você vai deixando? E aí eu fui deixando". **Perguntou o relator:** E perante a esse "deixando", a senhora vai permanecer, a senhora vai obter...**Ela respondeu: "** Não, no meu íntimo, na verdade, eu já queria ter saído. Eu só fui deixando". **Perguntou o relator:** Perfeito. Houve alguma conversa, orientação? A senhora se sentiu alguma pressão ou pedido de superiores para que a senhora permanecesse como fiscal do contrato? **Ela respondeu: "** Não". **Perguntou o relator:** A senhora tinha conhecimento pleno de responsabilidades legais atribuídas ao fiscal do contrato, prevista na lei de licitações e contratos administrativos? **Ela respondeu: "**Quando eu fui nomeada, que a Daniela Cortes me nomeou lá no começo da gestão dela, que ela disse que eu ia ser fiscal da empresa de oxigênios, eu não tinha conhecimento nenhum. Aí depois que foi surgindo, foi surgindo fóruns, até a Dona Eli criou um grupo que chama Fórum, que a gente teve algumas capacitações que foi colocando os assuntos que a gente foi tendo contato no que era a atribuição de cada um, do que o fiscal administrativo fazia, o fiscal técnico, o gestor. A gente foi tendo esse conhecimento. Não aprofundado, mas aquele pouco, aquele começo". **Perguntou o relator:** O primeiro contrato que a senhora foi chamada foi para oxigênio, para ser fiscal desse contrato de oxigênio, correto? Isso. Aí a senhora foi para o contrato dos médicos, a senhora tinha...**Ela respondeu: "** Depois que eu entendi que, na verdade, essa nomeação para ser fiscal de contrato das licitações, eu seria responsável por todos os contratos que estariam envolvidos para a saúde. Então, seria contratos com empresas de médicos, a compra de oxigênio, os materiais, os medicamentos que chegam no almoxarifado. Depois, eu fui tendo este conhecimento da responsabilidade". **Perguntou o relator:** Antes desse

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

convite, a senhora não tinha? **Ela respondeu: "** Nenhum pouco de conhecimento de qual eram as atribuições desta função". **Perguntou o relator:** E não foi explicado para a senhora? **Ela respondeu; "**Não". **Perguntou o relator:** As atribuições? **Ela respondeu: "** Não, com a Daniela, não". **Perguntou o relator:** Quem fez o convite à senhora para ser fiscal de contrato? **Ela respondeu: "** A Daniela Cortes, que era diretora da saúde na época". **Perguntou o relator:** A senhora tinha ciência de que fiscal de contrato responde administrávelmente, civilmente e até judicialmente em caso de omissão, irregularidade ou ausência de fiscalização efetiva? **Ela respondeu:** "não tinha esse total conhecimento que agora eu tenho". **Perguntou o relator:** Durante o período em que a senhora atuou como fiscal, a senhora realizou a fiscalização presencial e documental dos serviços prestados? **Ela respondeu:** "Repete, por favor". **Perguntou o relator:** Durante o período em que a senhora atuou como fiscal, a senhora realizou fiscalização presencial e documental dos serviços prestados? **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o relator:** Quantas vezes a senhora elaborou relatórios de fiscalização, notificação ou apontamentos formais sobre esse contrato? **Ela respondeu: "** Falar exatamente a quantidade, eu não me recordo, mas foram bastante". **Perguntou o relator:** A senhora chegou a identificar irregularidades, falha na execução contratual, ausência de documentos ou inconsistências no termo de referência? **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o relator:** Quais foram? **Ela respondeu "** A empresa não enviou os documentos que eram necessários, que tinham que ter, conforme constava no contrato. A questão do médico com especialidade. Essa é a pergunta? Era esse tipo de coisa. A carga horária do médico não estava batendo com o que estava no contrato, cumpria menor. Isso aí". **Perguntou o relator:** Antes de assinar todos esses documentos, a senhora tinha um parecer jurídico para dar o respaldo à senhora? A senhora entende que caso essa comissão conclua pela existência de irregularidades graves, a responsabilidade poderá alcançar também a fiscalização do contrato? **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o relator:** A senhora acredita que exerceu sua função de fiscal de contrato com total independência? e autonomia sem interferência de superiores? **Ela respondeu:** "Sim, e u acho que foi mais falta de conhecimento". **Perguntou o relator:** A senhora possui hoje tranquilidade para afirmar sobre o compromisso legal nessa comissão que a senhora fiscalizou integralmente todos os atos relacionados a esse contrato? **Ela respondeu:** "Se eu fiscalizei todos os atos? Se eu afirmo que todos os atos foram fiscalizados? **Perguntou o relator:** Todos os atos foram fiscalizados somente pela senhora, você não teve interferência de mais ninguém? **Ela respondeu: "** Todas as notificações passaram por mim, porque precisa da minha assinatura". **Perguntou o relator:** Existe algum fato que a senhora ainda não relatou a essa comissão que considera relevante sobre a condução da fiscalização ou execução desse contrato ou tudo que a senhora já prestou aqui já é o suficiente?**Ela respondeu: "** É o suficiente". Não houve mais perguntas do relator para a srª Natália e o Presidente passou a fazer os seus questionamentos. **Perguntou o Presidente:** No período do emergencial e do contrato da CMT, a senhora estava como chefe de contrato? **Ela respondeu: "** Chefe de contrato? **Disse o Presidente**: Fiscal de

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

contrato, corrigindo. **Ela respondeu:** Sim, eu sou fiscal de contrato desde quando a Daniela entrou. **Perguntou o Presidente:** A senhora falou agora mesmo para o relator que tinha um grupo de WhatsApp e que teve... Curso de capacitação? **Ela respondeu;** "Sim". **Perguntou o Presidente:** Quem foi que deu a capacitação? **Ela respondeu:** "Nesse primeiro dia que a gente foi, foi no CEAM. Esse curso estava a senhora Eli, os diretores das pastas, da educação, também estava o doutor Hernandes, a doutora Tatiane. Estavam todos os diretores com seus respectivos fiscais e essas outras pessoas nesse lugar". **Perguntou o Presidente**: Mas quem que deu? **Ela respondeu:** "E o Alain também". **Perguntou o Presidente** E quem deu o curso? **Ela respondeu:** Foi levado, acho que a lei e foi lido. Cada um leu uma parte. O Alan também. O Alan também leu bastante. A Dona Eli". **Perguntou o Presidente**: Então, não veio nenhuma empresa. Foi entre vocês mesmo uma troca de ideias". **Ela respondeu:** "Isso, sim". **Perguntou o Presidente**: A senhora... teve ciência do contrato do doutor Lucas de R$ 75.150, aí em cinco dias ele foi para R$ 80.619,00. A senhora teve ciência desse contrato? **Ela respondeu:** " Não, não tive ciência". **Perguntou o Presidente**: A doutora Júlia tinha um contrato de R$ 51.450,00 e também em cinco dias foi para R$ 60.225,00. Teve ciência desse contrato? **Ela respondeu:** " Não, não tive". **Perguntou o Presidente:** As notificações que eram feitas pela empresa, por vocês, lá na saúde, quem assinava as notificações? **Ela respondeu:** " Assinava o gestor de contrato, que é o diretor da pasta, e eu como fiscal administrativo". **Perguntou o Presidente**: A senhora teve conhecimento se a empresa CMT respondeu a alguma notificação? **Ela respondeu:** "Tive algumas notificações que ela deu resposta por e-mail, sim. Não lembro-se todas, entendeu? **Perguntou o Presidente:** A senhora poderia me dizer se lembra ou tem o conhecimento? A doutora, a dona Rosângela, ela saiu dia 6 de janeiro. Dia 13 de janeiro, que a senhora protocolou na prefeitura. Já tinha alguém no lugar da Rosângela? **Ela respondeu:** " Nossa, eu não me recordo". **Perguntou o Presidente**: Você só lembra que teve alguma notificação para a empresa, dia 13 de janeiro?**Ela respondeu:** " Não me recordo". **Perguntou o Presidente**: Nesse período, do dia 6 até o dia 21, quem assinava as notificações da saúde ?**Ela respondeu:** " Eu". **Perguntou o Presidente**: acho que fui eu. Eu não me recordo se teve alguma notificação que assinou outra pessoa". **Perguntou o Presidente**: Você, ex-fiscal de contrato, diretor de saúde, da parte da saúde, reportava quem na prefeitura? **Ela respondeu:** "quando a gente fazia a notificação, a gente reportava ao gabinete, a gente mostrava para a dona Eli que a gente tinha feito a notificação e aí já tinha mandado por e-mail, também depois mandava por AR, era esse fluxo que seguia" **Perguntou o Presidente:** Sra. tem ciência que dia 13 de janeiro de 2026 a CMT Serviços Médicos Limitados recebeu uma notificação pela Eliane Aparecida dos Santos, diretora municipal de administração, e por Kelly Negrini de Souza, fiscal de contrato? **Ela respondeu:** " Dessa eu não me recordo". **Perguntou o Presidente**: Só a última pergunta. A senhora tem conhecimento ao orçamento dos médicos e notas fiscais? E se tem, para quem que ela é entregue na prefeitura? **Ela respondeu:** " Repete, por favor, a pergunta". **Perguntou o Presidente**: A senhora tem

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

conhecimento, na época dos médicos emergenciais, que não era empresa antes, as notas e os apontamentos por quem era feito na saúde e para quem era entregue? **Ela respondeu: "** Não tenho esse conhecimento, não. No período emergencial, não". **Perguntou o Presidente:** Os apontamentos dos médicos? **Ela respondeu: "**É o doutor Lucas". **Perguntou o Presidente:** Certo. A senhora indicou algum médico para ser contratado no período emergencial? **Ela respondeu: "**Não". Em seguida. Não havendo mais perguntas para a testemunha, o Presidente agradeçeu a presença da Srª Natália, a sua colaboração, e encerrou a sua participação . Ato contínuo foi a vez do Sr. César de Souza ser ouvido como testemunha. Ele se adentrou ao plenário e e o **Presidente perguntou:** Continuando essa audiência, eu pergunto ao senhor se leu o termo de advertência e compromisso da testemunha entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria. **Ele respondeu: "**Hoje? Não".**Disse o Presidente**: Então o senhor aguarde só um minuto que vai ser entregue agora para o senhor. Após alguns segundos, **disse o Presidente**: Sr. César, como o senhor assinou e recebeu agora, eu vou ler para o senhor o termo. O senhor está sendo ouvido na qualidade de testemunho e por isso deve dizer a verdade sobre os fatos e que tenha conhecimento ou que lhe for perguntado sobre a pena de incorrer no clima de falso testemunho com pena de reclusão de 3 a 8 anos, multa conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será oralmente, sendo gravado em audiovisual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara Municipal, para posteriormente ser transcrito em ata, ou seja, reduzido ao termo. Caso o senhor seja conjugue, companheiro, ascendente, descendente ou irmão da denunciada, a senhora Aparecida Salisso poderá recusar-se a depor, conforme assegura a lei. O senhor deve relatar apenas fatos que presenciou ou tenha conhecimento direto, evitando opiniões pessoais ou suposições, salvo quando expressamente questionado pela comissão processante. Caso não compreenda alguma pergunta, poderá solicitar esclarecimento antes de responder. É assegurado o direito de ser tratado com respeito e dignidade durante todo a oitiva. Fale o seu nome inteiro, Rg e função: Respondeu o Sr. César: César de Souza; RG nº 27300744 e função: Sou assessor de gabinete. Isto feito, o Presidente passou a palavra ao membro relator para os seus questionamentos. **Perguntou o membro-relator**: Senhor César, bom dia. Quero dizer que o senhor tem o apoio dessa casa, da ouvidoria, tanto da Câmara, como da Prefeitura, para que caso precise, caso sofra alguma perseguição. Senhor César, no período que houve rescindiu com o contrato com a empresa CMP de forma unilateral. Vocês precisavam efetuar o pagamento com os médicos. Foi o senhor que deu a ordem aos médicos para que eles enviassem os dois orçamentos? **Ele respondeu: "**Não". **Perguntou o membro-relator**: O senhor hoje é o responsável pelo setor de compra? **Ele respondeu: "**Sim". **Perguntou o membro-relator**: O doutor Lucas participou da obtenção da organização ou encaminhamentos desses orçamentos diretamente a vocês? **Ele respondeu: "**Não". **Perguntou o membro-relator**: Quem conferiu a autenticidade, legalidade, regularidade das cotações utilizadas para justificar a dispensa emergencial? **Ele respondeu:** "De qual ano? **Perguntou o membro-relator**: Deste ano agora. **Ele respondeu: "**Dois anos? Sim, fui eu".

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Perguntou o membro-relator: Quem definiu que os pagamentos dos médicos seriam realizados diretamente pela Prefeitura após a rescisão com a CMT? Quem definiu que os pagamentos dos médicos seriam realizados diretamente pela prefeitura, diretamente aos médicos, após a rescisão com a CMT? Ou seja, nesse período, os médicos tinham que entregar a nota para estar recebendo os seus vencimentos, que eles trabalharam? **Ele respondeu:** " A chefe do Executivo. **Perguntou o membro-relator**: Senhor César, o senhor, como responsável pelo setor de compras, desconhece ou assume que vocês pediram orçamento aos médicos? **Ele respondeu:** Não, nós não pedimos orçamento para médicos. **Perguntou o membro-relator**: Senhor César, antes de responder, tem como o senhor falar um pouco mais perto do microfone? Obrigado. **Ele respondeu:** "Nada. Nós não pedimos orçamento para os médicos". **Perguntou o membro-relator**: Como foi feito esse pagamento? **Ele respondeu:** Dos médicos? **Respondeu o membro-relator**: Isso, após a rescisão com a empresa. **Respondeu o Sr. César**: Não, não é do meu... Não sei te dizer como foi feito o pagamento. **Perguntou o membro-relator**: O pagamento? **Ele respondeu:** "Os pagamentos". **Perguntou o membro-relator:** Então o senhor desconhece que teve depoimentos aqui que afirmaram que o seu setor mesmo solicitou para que entregasse orçamentos. Essa informação o senhor desconhece? **Ele respondeu:** "Eu desconheço. A única coisa que a gente pediu é que quando eles apresentaram a nota, o que nós falamos para ele pelo valor da nota precisava de três orçamentos e eu ia fazer os orçamentos nos bancos de preços e ia demorar, e eles estavam desesperados, fazia dois meses que eles não recebiam, e eles que chegaram com os orçamentos. Disse **o membro-relator**: Presidente, para mim está encerrado. **Usou a palavra o Presidente** assim dizendo: César, bom dia novamente. Na oitiva do senhor, na anterior de hoje, na data de hoje, O senhor falou assim que o responsável pelos orçamentos dos médicos foi o senhor Ronaldo, naquela ocasião. Eu queria saber que o senhor, o doutor Lucas, ele também comentou que os orçamentos dos médicos eram passados ao senhor, isso procede? **Ele respondeu:** Dos médicos de qual ano? **Perguntou o Presidente:** Do emergencial do... De qual ano? Do ano passado. **Ele respondeu:** " Do ano passado não. **Perguntou o Presidente:** E desse ano? **Ele respondeu:** "Desse ano, sim. Da dispensa, sim. Foi eu que fiz os orçamentos". **Perguntou o Presidente:** Então, no primeiro emergencial não foi passado ao senhor? **Ele respondeu:** " Não foi passado para nós". **Perguntou o Presidente:** Para nós ou para o senhor? **Ele respondeu:** "Para mim". **Perguntou o Presidente:** E desse ano? **Ele respondeu:** "Desse ano, sim". **Perguntou o Presidente:** Aqui a doutora Júlia, Zerati e o doutor Lucas, nessa agora de janeiro, fala que foi pedido por senhor, pelo Lucas, doutor Lucas, e foi passado ao senhor. Isso procede? **Ele respondeu:** "Desculpa, eu não entendi a pergunta". **Perguntou o Presidente:** Os médicos que depôs aqui na casa, falou assim que o senhor pediu para eles pegarem os orçamentos e entregarem em suas mãos. Isso procede? **Ele respondeu:** "Não procede". **Perguntou o Presidente:** O contrato do Dr. Lucas Souza Campos Santos, que era de R$ 75.150,00, em cinco dias passou para R$ 80.619,90. O senhor tem esse conhecimento? **Ele respondeu:**

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

"Não". **Perguntou o Presidente:** Esse orçamento para fazer esse contrato não foi entregue para o senhor? **Ele respondeu:** "Não". **Disse o Presidente:** Dr. Lucas e a Dra. Júlia falou que entregou em mãos para o senhor. **Ele respondeu:** "Não". **Perguntou o Presidente:** O senhor é o responsável, na época e hoje, pelo setor de compras? **Ele respondeu:** "De qual época? Hoje, sim". **Perguntou o Presidente:** Do período de 20 e do 5 até agora... **Ele respondeu;** "Sim, sou responsável pelo setor de compras". **Disse o Presidente**: Não havendo mais perguntas para a testemunha, agradeço a presença do senhor e dou o encerrado à sua participação. Muito obrigado. sessão será suspensa e retornará na parte da tarde, às 13 horas. Reiniciando os trabalhos as 13h07m, o Presidente convidou a srta Edilene Foresto do Prado para se adentrar ao Plenário e deu continuidade à 5ª oitiva da CEI, responsável pelo Processo Administrativo nº 01/2026, assim se manifestando: : Hoje, dia 22 de maio de 2026, às 13 horas e 7 minutos, damos sequência à audiência à quinta oitiva da Comissão Especial de Inquérito, responsável pelo processo administrativo nº1/2026 e assim o faço sob a proteção de Deus. Inicialmente, essa comissão especial de inquérito, por meio dos seus vereadores integrantes, agradece a presença e a colaboração na busca da verdade a respeito dos fatos certos e determinados relacionados à prestação de serviços médicos no âmbito da rede municipal de saúde. Notadamente, quanto à execução e rescisão do contrato firmado com a empresa CMT Serviços Médicos LTD., bem como eventuais irregularidades administrativas correlatas. Antes de iniciarmos a oitiva, cumpre a essa comissão especial prestar as seguintes advertências. A respeito da presente audiência, realizada hoje, dia 22/05/2026, às 13 horas e 7 minutos, nesse plenário da Câmara Municipal de Icem, conforme também consta no termo de advertência e compromisso da testemunha, que foi entregue e assinado pelos senhores nos termos dos artigos 203, 206 e 211 do Código de Processo Penal, aplicável subsidiariamente ao caso. As pessoas intimadas para essa oitiva serão ouvidas na qualidade de testemunhas, E, por isso, deve dizer a verdade sobre os fatos que tenha conhecimento ou que lhe for perguntando sobre a pena de incorrer ao crime de falso testemunho com pena de reclusão de 3 a 8 anos, multa conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será prestado oralmente, sendo gravado em audiovisual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara Municipal, para, posteriormente, ser transcrita em ata, ou seja, reduzida ao termo. Caso alguma das testemunhas, seja cônjuge , companheiro, ascendente, descendente ou irmão da denunciada, senhora Aparecida Salisso, poderá recusar-se a depor, conforme assegura a lei. Às testemunhas deverão relatar apenas fatos que presenciou ou tenha conhecimento direto, evitando opiniões pessoais ou suposições, salvo quando expressamente questionado pela comissão especial de inquérito. É assegurado o direito de ser tratado com respeito e dignidade durante toda a oitiva. Continuando essa audiência, eu pergunto a senhora Edilene Floresto do Prado, se leu o termo de advertência e compromisso da testemunha, : Entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria no início da audiência **Ela respondeu:** "Sim". **Disse o Presidente:** De novo, por favor. **Ela respondeu:** "Sim". Em seguida, o Presidente concedeu a palavra

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

ao membro relator para seus questionamentos. Disse **o membro-relator**: Senhor Presidente, são exatamente uma e doze. Quero cumprimentar aqui nesta tarde o Miguel Becari, o Romes Martins Malheiros, o Wagner, a Ednair, vereador Edgar presente, a ex-diretora municipal de administração, a senhora Eliane, a Angélica Vissoto, o Wagner, ao Thales, a Luísa, o senhor e a Luzia. A senhora sinta-se muito bem à vontade aqui em nossa casa para prestar os seus depoimentos e temos aqui uma ouvidoria à sua disposição. para que, caso algo aconteça, quanto perseguição, que a senhora pode procurar a nossa Câmara Municipal, quanto a ouvidoria da Prefeitura. É uma honra tê-la aqui conosco. Por gentileza, qual é a sua qualificação? **Ela respondeu: "**Eu sou analista de licitações e contratos". Meu nome e Edilene Foresto do Prado, RG nº 60.223.60.78. **Perguntou o membro-relator:** Muito obrigada. Senhora Edilene, qual é o setor em que a senhora exerce suas funções e quais são suas atribuições formais dentro da estrutura da Prefeitura Municipal da Icem? **Ela respondeu: "** Eu exerço o cargo de analista de licitações e contratos. Desculpa, qual que é a próxima pergunta? **Perguntou o membro-relator:** Quais são as suas atribuições formais dentro da prefeitura? **Ela respondeu: "**A minha responsabilidade é de dar andamento nos processos licitatórios e formalização dos contratos". **Perguntou o membro-relator:** Nós vamos falar um pouco com a senhora referente ao processo eletrônico 046/2025, que é aquele da contratação dos médicos especialistas, os clínicos gerais e também nós estamos investigando este contrato, mas é aquele que foi feito tudo farmacêuticos, fisioterapeutas, nesse processo que agora veio hoje para prestar os seus esclarecimentos. No exercício de suas funções, a senhora atua na elaboração, de forma técnica, conferência ou instrução dos processos licitatórios e contratos administrativos. **Ela respondeu: "** Isso, eu tenho a função de pregoeira e eu atuo também na função para dar andamento nos processos ali, na condução". **Perguntou o membro-relator:** Nesse processo que estamos aqui investigando, a senhora participou da equipe de apoio de licitação? **Ela respondeu: "** Não, eu atuei em um período como pregoeira, na ausência do condutor do processo na época, que era o Wagner. Ele tirou férias por um período de 15 dias, aproximadamente, e aí eu conduzi o processo nesse período". **Perguntou o membro-relator:** No contrato emergencial firmado com a empresa SOLUTION, qual foi a atuação da senhora na instrução, conferência e tramitação do respeito desse processo administrativo? **Ela respondeu: "** No contrato? **respondeu o membro-relator:** Isso.**Ela respondeu: "** Sim, na verdade, quando é publicado o edital, tem a minuta do contrato. Ali na finalização do processo, quando homologou, eu fiz o preenchimento dos dados ali da empresa. É isso, já tem a minuta no processo e eu faço só o preenchimento dos dados ali da empresa que ganhou a licitação. **Perguntou o membro-relator:** Os orçamentos, eles chegam em suas mãos para a análise? junto ao processo ou não? **Ela respondeu: "** É, isso, na verdade, foi no início do processo. Tem as cotações, o preço estimado ali da licitação, então ele é encaminhado no início ali. Eu não participei dessa fase. **Perguntou o membro-relator:** A senhora não participou? **Ela respondeu: "**Não". **Perguntou o membro-relator:** A senhora realizou a análise integral da documentação que compõe o

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

referido processo emergencial. **Ela respondeu:** "Na primeira etapa, não. Eu participei da segunda etapa. Ali, posteriormente, o Wagner atuou até a etapa de habilitação e depois deu andamento nos recursos, eu entrei nessa etapa de análise dos recursos". **Perguntou o membro-relator:** Quais foram os documentos do objeto de conferência? **Ela respondeu; "** foram solicitados no edital da licitação. É um padrão ali, geralmente, documentos de contrato social, FGTS, certidões negativas. **Perguntou o membro-relator:** Identifique para mim, por gentileza, se ela puder, quem foi o responsável pelo encaminhamento ao setor de licitação para a abertura desse pregão eletrônico e também com a empresa, o processo emergencial. **Ela respondeu:** "Em relação a essa etapa inicial, eu não tive participação e nem processo emergencial. Em nosso setor a gente faz os processos licitatórios, no sentido de pregão, concorrência. Essa parte de dispensa e inexigibilidade é feita no setor de compras. **Perguntou o membro-relator:** Na prática administrativa, a senhora verifica que houve a centralização desse processo licitatório? **Ela respondeu: "** Desculpa, não entendi". **Perguntou o membro-relator:** Na prática administrativa, a senhora acha que houve a centralização desse processo licitatório? **Ela respondeu:** "O processo tem um fluxo, e são várias etapas ali, e foi dado andamento dessa forma, foi respeitado as etapas". O membro relator encerrou os seus questionamentos e a palavra voltou para o Presidente: **Ele disse**: Dona Edilene, boa tarde novamente. A senhora não participa de nenhuma comissão na prefeitura ou participa? **Ela respondeu: "** Sim, eu sou pregoeira. Eu atuo na condução dos processos licitatórios. Tenho a comissão de apoio, mas, no caso, eu atuo como pregoeira". **Perguntou o Presidente:** Contratos é também do setor da senhora? **Ela respondeu: "** Sim". **Perguntou o Presidente:** A senhora tem ciência se foi feito algum contrato da empresa Lucas e doutora Júlia Zerati? **Ela respondeu:** "Sim, foi encaminhado, o processo de dispensa foi feito no setor de compras e foi encaminhado ao setor de licitação para concluir o contrato". **Perguntou o Presidente:** Quando ratifica valor, é feito outro contrato ou não? **Ela respondeu:** Ratificação do valor? **Perguntou o Presidente:** É, tem um primeiro contrato, aí depois tem um aditivo, um aumento de valor, é feito o novo contrato ou é só feita a ratificação? **Ela respondeu:** "Não, o contrato é vinculado ao termo de referência. Então, são os valores que estão especificados no termo de referência que é passado para o contrato. Ali, basicamente, é o preenchimento de dados mesmo, que foi feito no processo anteriormente, ali no processo de dispensa. Então, o contrato é baseado no termo de referência". **Perguntou o Presidente:** Então, isso eu entendi. é feito um contrato com o médico e depois o aditivo é separado, não é outro contrato que faz outro valor novo, não? **Ela respondeu: "** Não, tem os aditivos, nesse caso teve um aditivo de prazo, mas é vinculado ao contrato, sim". **Perguntou o Presidente:** Para ficar mais fácil. A empresa Lucas Sousa Campos Santos . Tinha um contrato de R$ 75.150. O doutor falou que assinou. Cinco dias depois, teve uma ratificação passando para R$ 80.619. É feito outro contrato ou é só a ratificação que é publicada? **Ela respondeu:** "Não, eu não me lembro dessa situação, mas quando acontece isso, algum erro de valor, de repente, tem um erro formal no processo, é feita uma

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

republicação". **Perguntou o Presidente :** Quando tem alguma coisa assim que foi feito o cálculo errado e depois tem que corrigir, quem é que passa para vocês corrigir? **Ela respondeu: "** Nesse caso, é o setor que elaborou o documento". **Perguntou o Presidente:** Nesse caso da saúde, do emergencial dos médicos, quem seria? **Ela respondeu: "** O meu contato ali foi com quem fez o processo ali no setor de compras. Eles mandam por e-mail solicitando o próprio agente de contratação ou a Ana Marta está nomeada ou Thales também está nomeado como agente de contratação. Então eles encaminham todo o processo solicitando a elaboração do contrato e formalizar tudo por e-mail. E aí eu faço o contrato, envio para as empresas assinarem e faço a publicação. É nesse sentido que eu atuo. **Perguntou o Presidente:** A senhora enviou algum e-mail para o senhor Lucas e para a senhora Júlia Zerati? **Ela respondeu:** "Não". **Perguntou o Presidente:** "Não? "**Ela respondeu:** "Não". **Perguntou o Presidente**: Foi presencial que você pegou o contrato e assinou? **Ela respondeu:** "Sim". **Perguntou o Presidente:** Pela experiência da área, porque a senhora trabalha na parte de licitação, teve três emergenciais nesse período curto. A senhora acha correto? **Ele respondeu: "** Na verdade, foi de acordo com a demanda. Eu não consigo afirmar se foi correto ou não. Foi a demanda do setor e chegou para a gente só finalizar o contrato. Não sei qual foi a análise que foi feita ali". **Perguntou o Presidente:** Nas três demandas que foram feitas, quando chega para vocês, chega de qual setor? **Ela respondeu: "** Nesse caso de dispensa emergencial, foi pelo setor de compras. No caso, o agente de contratação encaminhou para o meu e-mail, solicitando a elaboração do contrato". **Perguntou o Presidente**: Só ela lembra quem foi? A pessoa? **Ela respondeu: "** Eu não lembro o agente de contratação ali que atuou. Se eu não me engano, foi a Marta. **Perguntou o Presidente:** O seu setor participa de alguma forma de notificações para as empresas contratadas? **Ela respondeu: "**Não". Em seguida **disse o Presidente:** Não havendo mais perguntas para a testemunha, nós agradecemos a sua colaboração e damos por encerrada sua participação. Muito obrigado. Na sequência foi a vez do Sr. Wagner Barros Pereira se adentrar ao plenário. A pedido do Presidente, ele se identificou: "Wagner Barros Pereira, RG nº 13-817-104 e função: Analista de licitações e contratos. **Perguntou o Presidente:** Continuamos essa audiência eu pergunto ao senhor se leu o termo de advertência e compromisso da testemunha entregue por essa comissão e assinado por vossa senhoria no início da audiência. **Ele respondeu: "**Sim". Em seguida usou a palavra o membro -relator para seus questionamentos. **Perguntou o membro relator:** : Boa tarde, senhor Wagner. São exatamente 1h25m, que conste em ata para darmos início ao seu depoimento. Quero informar que tem a nossa ouvidoria aqui da Câmara Municipal, da Prefeitura. Caso o senhor sinta-se algum tipo de perseguição após o seu depoimento, conte com essa casa.O senhor, como pregoeiro, em 25 de agosto de 2025, a então diretora de saúde, naquela época, a Rosângela Fernandes, ela assinou o primeiro termo de referência referente à contratação dos serviços da saúde, ou seja, o processo 046/2025, o pregão, desculpa, 046/2025, do processo 104/2025. Esse documento, ele chegou em suas mãos, e aí o senhor chamou ela para assinar. Quem empregou esse documento com

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

todo o termo de referência ao senhor para chamar a Rosângela para assinar esse documento? **Ele respondeu; "** Diretoria de Administração". **Perguntou o membro relator:** Quem entregou o senhor, também chamou ela para assinar, em 3 de setembro de 2025, a senhora Rosângela Fernandes, ela assinou novamente o termo de referência, que já pedindo ali uma retificação nesse edital, que já foi a versão final, destinada à abertura do processo licitatório. Quem entregou esse documento nas suas mãos para chamar a Rosângela para assinar, para dar abertura nesse processo licitatório? **Ele respondeu: "** Diretoria de administração. Se eu não me engano, no processo deve ter até um ofício de quem está entregando a documentação". **Perguntou o membro relator:** Houve duas retificações nos termos de referência desse processo licitatório? **Ele respondeu: "**Sim". Não houve mais questionamentos por parte do membro relator e o Presidente passou a fazer os seus questionamentos. **Perguntou o Presidente** : O contrato da CMT, quando foi para... para conhecimento do seu setor. O termo de referência veio pronto? **Ele respondeu: "**Sim, porque ele tem todo um trâmite, o processo tem todo um trâmite inicial para poder elaborar o edital e publicar. Já vem pronto. **Perguntou o Presidente**: Quem que entregou para o senhor? **Ele respondeu: "**Como eu falei, vem da diretoria de saúde esse termo de referência, só que quem assinou foi a Rosângela, mas foi entregue pela diretoria de administração. **Disse o Presidente** : Como as perguntas já foram feitas na primeira oitiva, a gente chamou o senhor só para confirmar essas perguntas, porque teve vários depoimentos aqui. Eu quero agradecer a sua presença, a sua colaboração, e a sua participação está encerrada. Muito obrigado. Obrigado. Em seguida **disse o Presidente**: a sessão está suspensa e volta às 14 horas. Reiniciando as 14h00, **disse o Presidente**: Senhor doutor Hernandes de Assis Lemos de Moura, já está aqui no plenário. São 14h02. O senhor está sendo ouvido na qualidade de testemunho e por isso deve dizer a verdade sobre os fatos de que tenha conhecimento ou que lhe for perguntado. Sobre pena de incorrer no crime de falso testemunho com pena de reclusão de 3 a 8 anos, multa conforme o artigo 342 do Código Penal Brasileiro. O depoimento será prestado oralmente, sendo gravado em audiovisual, mas sem transmissão nas redes sociais da Câmara Municipal, para, posteriormente, ser transcrito em ata, ou seja, reduzido ao termo. Caso o senhor seja cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão da denunciada, senhora Aparecida Salisso poderá recusar-se a depor, conforme assegura a lei. O senhor deve relatar apenas fatos que presenciou ou tenha conhecimento de direito, evitando opiniões pessoais ou suposições, salvo quando expressamente questionado pela comissão processante. Caso não compreenda alguma pergunta, poderá solicitar esclarecimento antes de responder. E é assegurado o direito de ser tratado com respeito e dignidade durante todo o ativo. Continuando essa audiência, eu pergunto ao senhor se leu o termo de advertência e compromisso da testemunha. **Disse o Sr. Ernandes: "** Boa tarde, Jorge. Sim, tenho ciência". Ato contínuo, Dr. Ernandes fez a sua qualificação, assim dizendo: Sou Ernandes Douglas Assis Lemos de Moura. RG 42265 490- 5. Função: Procurador Jurídico Municipal. Ato contínuo, usou a palavra o **Membro-relator** dizendo: Boa tarde, senhor presidente. São exatamente duas e

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

quatro. Quero cumprimentar a ex-vereadora Maria Eduarda Villela, que se encontra aqui no plenário, a Edna, enfermeira da nossa saúde, a Fernanda, Vamos dar início, doutor. É uma honra recebê-lo, senhor, aqui em nossa Casa de Leis. Quero informar que nós temos aqui a ouvidoria da Câmara Municipal, também tem a ouvidoria da Prefeitura. Assim, caso ao seu depoimento, se depois haja alguma perseguição, são dois meios de comunicação que possam estar ajudando também ao resguardo do funcionário público. Doutor Hernandes, vamos começar a falar sobre o processo 104/2025, que é o pregão eletrônico 046/2025, da contratação de médicos, enfermeiros, farmacêuticos, que foi tudo por blocos, só que nós vamos hoje mais falar sobre a parte dos médicos que estamos investigando, dispensas emergenciais. Então, é para isso que o senhor foi convocado aqui. Doutor, no início da construção do processo licitatório dos serviços médicos, qual foi a sua participação técnica e jurídica? **Ele respondeu:** "Zero". **Perguntou o relator:** O senhor participou da elaboração, da revisão ou análise do termo de referência desse processo? **Ele responde:** "Não". **Perguntou o relator:** Em algum momento o senhor apontou riscos jurídicos ou inconsistências no modelo de contratação adotada pela administração processos emergenciais, RPAs? **Ele respondeu:** Danilo, reiteradamente, nós como os procuradores jurídicos defensores do município, eu não estou aqui para defender prefeito, prefeita, funcionário em comissão, vim aqui para falar a verdade, assim como reiteradamente há mais de 10 anos eu tento sempre defender a administração pública da melhor forma possível. Só que fica muito difícil quando falamos e não somos ouvidos. Parece que as pessoas querem fazer ou pagar para ver. É muito interessante isso. **Perguntou o relator:** Caso o senhor tenha emitido parecer, suas orientações foram integralmente seguidas pela administração? **Ele respondeu:** " Não, negativo. Pelo contrário. Eu nunca emiti nenhum parecer, e também o pouco que eu pude contribuir nunca foi permitido ser ouvido, por assim dizer. Parece que essa administração, embora sempre fale assim, vamos fazer por transparência e honestidade, mas tem que pôr na prática, vereador. Não é só falar, tem que fazer. **Perguntou o relator:** Doutor, perante o município ter uma procuradoria efetiva com servidores concursados, quem que deu então o apoio a esses servidores que vieram aqui depois? Foi a procuradoria? Foi advogado de fora? **Ele respondeu:** Se o nobre vereador me permite, eu gostaria de contextualizar desde o início da gestão. Eu sei que vai tomar um pouco de tempo, mas é bom para esclarecer à mesa, à diretora, ao presidente Jorginho, ao relator Danilo, à vereadora Luzia, à Luísa e a todos os presentes. Eu posso reparar aqui servidores de carreira, empresários, cargos de comissão, a ex-diretora administrativa Eliane, o senhor Ronaldo Trompini, aparentemente ali, que logo a gente vai falar sobre ele também, os cargos de comissão, o assessor especial de gabinete, o César, Romes Wagner. Agradeço o apoio da Polícia Militar, do Cabo Deweck e os companheiros que estão aqui presentes. Danilo, esse contrato dos médicos, eu até fiz uma... eu tentei fazer uma linha temporal e gostaria de... contribuir em prol da defesa do município, da verdade dos fatos, no que eu posso contribuir, porque eu entendo que cada servidor vai falar uma coisa que vai juntar o quebra-cabeça. Acho que somos todos uma formiguinha.

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Cada um é importante para montar esse quebra-cabeça. Só que, infelizmente, nós fomos muito travados. Vou falar por mim, em fatos que eu presenciei. No começo da gestão, eu apareci nessa lista em janeiro, Eu, logo no começo, finalzinho de janeiro, se não me engano, meio de janeiro, eu peguei 60 dias de férias e regressei ali por volta de abril. Foi quando o contrato anteriormente vigente foi pela primeira vez prorrogado, pelo menos na gestão Aparecida Salisso, que foi por volta de fevereiro até maio, que era inclusive do senhor Mitton, que está ali, o empresário. a senhora Aparecida Salisso, então, resolveu não prorrogar. Tivemos uma reunião, nessa reunião, sim, eu estava presente nesse segundo momento. Nessa primeira prorrogação, eu estava de férias e não participei. Fui comunicado pelas companheiras do departamento, posteriormente, quando eu regressei do gozo de férias. Nesse segundo momento, a gente sentou, a ex-diretora Daniela, a Eliane estavam presente, Quem mais? O Dr. Hortz, Aparecida Salisso. Quem mais? Dra. Tatiana Arede. E nesse momento, o que ficou acordado? Não era desejo da prefeita, a continuidade, a prorrogação por um segundo momento do contrato do Sr.Milton. Então, o que ficou decidido? Uma contratação por dispensa emergencial por 90 dias e ato contínuo, o departamento de licitação ou compras adotaria as providências para fazer uma contratação emergencial, porque naquele momento O que era o ensejo tanto da diretora administrativa como da própria prefeita? Elas queriam o credenciamento. Nunca foi fácil mudar o rito. Aqui nós sempre tivemos a prática de pregão. Essas informações que eu estou falando são facilmente comprovadas pelas licitações. Os senhores receberam, não receberam? Se não receberam, é só solicitar ou acessar o portal Transparência. Só que, para nossa surpresa, o que ficou combinado nessa reunião nunca foi cumprido, porque uma contratação que era emergencial por 90 dias virou um martírio. Se transformou em quase 90 dias, 90 não, desculpa, a primeira contratação era 90, porque aí prorrogou por um segundo período de mais 90, e essa contratação emergencial, esses RPA, pendurou até, deixa eu até olhar aqui que eu fiz questão de anotar, gente. Foi encerrar quando fez essa contratação que o vereador, nobre vereador narrou. Foi por volta de 15 de dezembro, que é essa CMT Serviços Médicos, LTDA. Só que perceba, de maio até dezembro, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro, sete meses. Desculpa, mas eu vou pecar pelo excesso, Danilo, nunca pela falta. O que ficou acordado? O processo licitatório, salvo engano, o Celso, nesse meio tempo, a Daniela Cortes pediu exoneração, não aguentou a pressão e pediu exoneração. Sempre demonstrou boa intenção, só que ela mesma se queixava que não podia comparecer ou receber orientações da Procuradoria Jurídica do município, que a gente sempre enfrentou isso. Por que eu falei para o senhor que eu não emiti parecer, eu participei diretamente do TR? Porque, literalmente, a gente era excluído. Com relação à citação, eu somente... fui me envolver em licitação no final de dezembro. Quando eu solicitei formalmente a administração, inclusive a diretora administrativa foi contra, a Eliane, uma portaria formal desse ato. Falei, não, a doutora Tatiana está entrando de férias, eu vou emitir parecer, não tem problema, mas eu quero no papel, porque fica um disse-me-disse, não tem cabimento. Eu gostaria. A partir daquele momento,

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

realmente, eu passei a emitir parecer às licitações. Só que, vamos lá, A contratação, que era para ser 90 dias, não foi. Virou 180, virou esse embrólio. A prefeita, Aparecida Salisso saiu dali aparentemente combinada a fazer a licitação. Não fez. Ela chegou em São Paulo, com o Celso, atendendo a Tatiana Arede, para tentar uma OS. Veio até um projeto de lei para implantar uma OS em nosso município, aparentemente não progrediu. Aí surgiu essa situação do credenciamento. Todo mundo sabe que o Dr. Fuad, médico até querido aqui, amigo nosso, teve uma apresentação no âmbito da saúde, justamente nesse sentido, para apresentar uma modalidade de chamamento, de credenciamento, também não evoluiu. Eu, pessoalmente, junto com a servidora Léia, estive em pelo menos dois momentos dentro do gabinete para alertar a professora Aparecida Salisso que não poderia continuar essa indecisão, essa insegurança. Eu nunca desejo mal a nenhum cargo comissão efetivo, ou mesmo ao prefeito. A gente sempre quer o bem, porque o prefeito indo para frente, o município anda, não fica travado como está. **Perguntou o relator:** Doutor, então nesse período, você menciona a procuradoria, ela ficou isolada? **Ele respondeu:** Com certeza, Danilo. Inclusive, vamos lá, a gente vai conversando e vai lembrando dos detalhes. Por isso que eu fiz questão de separar aqui, dessa maneira, para tentar enriquecer esse debate. Porque o intuito é falar a verdade. Eu vim aqui hoje para falar a verdade. E eu não sei qual é o intuito da administração, se está tentando me coagir, me calar, E eu não tenho medo, gente. Eu vim para falar a verdade e vou sair daqui falando a verdade. Doa quem doer. Cada um tem que assumir a responsabilidade que lhe compete. Esse é o propósito, a partir do momento que a gente assumi um cargo público. Veja bem, Danilo, um fato que me chamou a atenção, evoluindo um pouco, a contratação da CMT, se você me permite, pendurou de mais ou menos 15 de dezembro até dia 27 de janeiro. E o senhor deve lembrar bem, vereador, porque nesse dia aqui a gente chegou a tentar conversar, porque a gente sempre conversa. Se eu lembro bem, fiz questão de anotar. Esse foi o dia da rescisão unilateral. Está aqui, está na minha pilha de documento e consta para o senhor. Uma rescisão unilateral, muito legal a rescisão, baseado no relatório técnico. Sabe o que me chamou a atenção? Sabe quanto tempo eu demorei para pegar esse relatório técnico? Deixe-me confirmar que eu anotei aqui também. Quatro meses. Sabe como é que eu consegui pegar esse relatório técnico? Só após representação no Tribunal de Contas. Uma administração que preza por transparência, honestidade. Por que ele está escondendo o documento? Está comendo a procuradoria por quê? Não está a favor do bem, de fazer o certo? É mais fácil falar do que fazer, pelo jeito. Eu consegui esse documento, depois da representação, que a própria prefeita, ou pelo menos o município, protocolou essa defesa lá, com relatório técnico, Danilo. O senhor vai ter a oportunidade de verificar com calma depois. Mas só para adiantar, é um relatório técnico que foi protocolado, e quem não tem técnico? Ninguém assina. Ué, e cadê a responsabilidade? Não tem um diretor da saúde, um fiscal de contrato, um gestor? Por quê? Aí, na data de ontem, tá aí com vocês, ó. Eu acho que tá todo mundo curioso pra saber o que aconteceu. Aqui ó, eu tirei uma foto com data e hora, gente. Era só ter me perguntado, não precisava fazer tudo isso. O que acontece? Eu

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

fui olhar. A partir do momento que eu vi esse relatório técnico sem assinatura, ele tem a data aqui. Eu vou ler para os senhores. 16 de janeiro de 1926, às 12 horas, protocolo 103 de 2026. Legal, não assinou. Vamos ver se alguém retirou ele, pelo menos. Aí eu fui lá no livro. Cadê? Ninguém. Mas como é que ele foi publicado no diário oficial, gente? Eu não entendo. Porque está com medo? Vamos fazer o certo, gente. Eu não entendo. Aí o que acontece? Vamos voltar na rescisão, Danilo. Dia 27 de janeiro, DEC-Rio, você, os representantes da empresa, Renata Borges, quem mais? Vamos aqui. Rogério Pereira. Acho que é o Rogério Pereira. Não? **Interveio o relator dizendo:** Doutor, só um minuto, por gentileza. Quando o senhor menciona o meu nome com o representante da empresa, até para... O que acontece? Eu estava no meu local de trabalho como servidor público, aí chegou uma moça na minha sala falando que queria falar comigo com o vereador Edgar, que nós estávamos fazendo barulho na internet para rescindir o contrato com eles. Até liguei para o vereador Edgar nesse momento para que ele, se ele pudesse, comparecer para falar com a empresa. Aí, a moça da empresa veio aqui, falou conosco, comigo, que aí eu levei. Falei, olha, agora não posso te atender neste local de trabalho, porque eu já tenho medo da perseguição, porque eu sou perseguido, fiz o correto, esperei o meu horário de trabalho, encerrar meu expediente, aí fomos até o Deck rio, porque ela queria almoçar. E ali, o que ela me explicou? Ela falou pra mim que... Já vi uma publicação no Diário Oficial da rescisão da empresa que não deixaram em momento algum, ou seja, no primeiro momento para contratar, foi aquela questão de sempre. O abraço, não, vamos fazer tudo certinho. Aí foram, rescindiram e rescindiram com a empresa e não deixaram nem eles conversarem. Então, assim, como o senhor me menciona nesse momento, então eu como... Porque esse foi um contrato que eu era cobrado diariamente pela... incompetência, que eu sempre falei, nessa casa de leis, na sessão, por um termo de referência, ou seja, por uma condução muito mal elevada. **Disse o Dr. Ernandez:** Sim, verdade, verdade. **Continuando disse o relator:** Desse processo. Aí, para concluir, permita-me, por gentileza, sobre a empresa. Na verdade, o fato que eu queria relatar sobre isso foi porque todo mundo estava preocupado com essa rescisão unilateral. O que estava acontecendo? Eu me lembro bem. A vereadora Renata pegou o telefone e ligou para a senhora Aparecida Salisso. Eu estava do lado da Renata. Para receber a moça da empresa e a prefeita negou a recebê-la. Eles vieram lá do Rio de Janeiro, porque eles viram a publicação da rescisão unilateral, ou seja, foi dessa forma. **Disse Dr. Ernandes:** O senhor está coberto de razão, vereador. Aqui tem pelo menos duas ou três notificações da empresa, que ela sempre foi aberta ao diálogo. Eu nem conheço a empresa, nem sei quem é o dono. Para mim, tanto faz. Eu estou em defesa do município. Só que é assim, o pessoal sai lá do Rio de Janeiro, vem aqui para falar com a prefeita. Um dia, dois dias, três dias. Só que aí, o que acontece? Renata, palavras da parecida Salisso. Renata, se for sobre serviços médicos, fica tranquila. Já está tudo certo. Foi palavras dela para a Vereadora Renata, eu estava do lado. **Perguntou o relator:** Na avaliação do senhor, a modalidade de pagamentos utilizada após a rescisão diretamente aos médicos por notas que eles tiveram que apresentar para receber, ou seja, não fizeram repasse à

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

empresa e pagaram diretamente a esses profissionais, e esses profissionais tiveram que entregar os orçamentos ao setor de compras. Isso está correto? **Ele respondeu:** "Danilo, é justamente nesse viés que eu pedi esse processo, porque eu não entendo também o que aconteceu. Como é que você paga o médico e a empresa não recebe o lucro? Até hoje eu tento entender, só que assim, eu quero ver esse processo de rescisão para entender essa fundamentação, porque o que eu vejo é que eles não responderam nem os requerimentos da empresa. As reuniões não aceitaram. Por quê? Aí teve o despacho de rescisão unilateral. Outro ponto que eu considero interessante, justamente nessa elaboração de TR, DOD, EDP, o que acontece? Eles alegaram que um dos pontos controvertido era o não atendimento do médico psiquiátrico para o CAPS. Só que ninguém colocou no termo, nem no que foi rescindido, nem no futuro que foi feito, que o CAPS não é aqui em Icém. Ela é em Orindiúva, gente. Uma das alegações da empresa, está escrito isso, é que eu entreguei o médico na unidade de Icém. Agora, eu não sabia que era em Orindiúva, porque eu realmente..... a documentação da licitação deixou essa omissão. Era justamente o intuito da empresa, eles só queriam sentar para conversar. Mas a prefeita, em ato unilateral, rescindiu com base em um documento que ninguém assina. Ninguém assinou o relatório técnico, que para mim não é técnico. Ninguém assinou o livro de ponto, que está aqui, com data e hora. Está lá até hoje, ninguém alterou. Inclusive, justamente nesse sentido, por que a pressa para rescindir? Eu não entendo. E a contratação emergencial? Eu gostaria de ver. Por quê? Me parece, e temos relatos até de outros vereadores, que houve sim um direcionamento dessa, mas o pessoal não me permite ver, um procurador que quer ajudar a administração e a administração simplesmente não permite. Cadê a legalidade do ato? **Perguntou o relator:** O senhor foi consultado antes da decisão de rescindir unilateralmente o contrato com a empresa CMT, de forma unilateral? **Ele respondeu** " Danilo, eu não participava de licitação. A doutora Tatiana Arede quando viu alguma publicação nesse sentido no diário, ela emitiu um parecer pontuando, falou, gente, está errado isso, isso, isso. Aparentemente foi ignorada, porque ela solicitou justamente essa rescisão posterior em janeiro para analisar. Ela não foi atendida. Eu solicitei em 9 de março. Como eu já falei, foi atendida só em 8 de maio, aparentemente, no próprio tribunal. Só que eu preciso montar esse quebra-cabeça para entender se houve prejuízo e responsabilizar aquele que gerou prejuízo para o município. Porque a minha obrigação, e acho que deveria ser de todos aqui, Seja efetivo, em em cargo comissão. É defender os interesses da nossa cidade. Se a gente dar a mão e se unir, a cidade vai para frente. Agora, se ficar nesse brigueiro, quem ganha com isso? **Perguntou o relator:** A empresa CMT teve garantia do direito ao contraditório e ampla defesa antes da rescisão, conforme prevê a legislação administrativa? **Ele respondeu:** "Não posso afirmar, Danilo, não tenho ciência e não verifiquei nenhum documento nesse sentido". **Perguntou o relator:** O senhor participou de reuniões com a prefeita, a senhora ex-diretora de administração Eliane, o doutor Lucas, relacionado ao contrato dos médicos? **Ele respondeu:** " Danilo, com relação à contratação dos médicos, que me recordo, essa primeira reunião coletiva que o

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

doutor Hortis estava, antes dele aposentar, que foi no início de janeiro, eu me recordo de uma ou duas vezes preocupado e tentar resolver, ajudar em resolver, conversar com a prefeita, e eu me recordo de uma outra, se não me engano foi ela mesma que me ligou, ela Aparecida a Salisso, que eu fui pessoalmente, eu não lembro se foi uma quinta, uma sexta-feira, logo quando eu estava para iniciar esse contrato da CMT, justamente porque eu estava presente salvo engano, com a Rosângela e com o Dr. Lucas, que justamente a preocupação era o cumprimento do contrato, porque a alegação naquele momento, pelo menos por parte do Lucas, que era o diretor clínico, salvo engano, era que os valores estavam muito baixos. Então, o que vamos fazer? Foi mais nesse sentido. Eu tentei orientá-los na medida do possível, mas sem muita autonomia, no sentido de que era necessário configurar as irregularidades para ter providência pela administração, ninguém é culpado por antecedência. **Perguntou o relator:** Mas o valor muito baixo foi pela modalidade correta, pelo menor preço. **Ele respondeu:** "Sim". **Perguntou o relator:** Não teria algo a fazer perante... **Ele respondeu:** O pregão visa justamente isso, economicidade. A empresa que ganhou, assim como as outras na frente que tinham preços menores, visavam um preço menor, tinham preços até menor que esse, Danilo. Só que assim, foi tudo muito rápido e tumultuado. Por quê? Uma dispensa emergencial, que era para ser resolvida em 190, virou 300 dias e não resolvia. A servidora Léa, que era, até então, responsável por portaria, ficou muitas vezes preocupada com essa situação". **Perguntou o relator:** Para chegar na empresa CMT, chegou pelo melhor preço ou foi, não, eu não gosto dessa empresa, eu vou rescindir essa? **Ele respondeu:** " O Danilo, pelo que eu me recordo, que a gente conversava com o servidor de licitação, jurídico, contabilidade, foi a regra do pregão. Eu não me recordo a ordem, mas ela não ganhou sendo uma das primeiras. Eu me recordo que até a primeira que ganhou, mas foi prontamente desclassificada, foi até do Dr. Bruno, irmão da vereadora Renata. foi logo desclassificada. Eu não sei dizer se foi a décima, a quinta. Eu sei que tinha preços menores, mas, por não preencher as planilhas inexequíveis justamente nesse critério, foram desclassificadas. No âmbito da licitação, pelo que eu pude presenciar de maneira informal, nada documental, foi cumprido pontualmente. Se faltou alguma coisa, é justamente na execução, que, infelizmente, por ser nova lei da licitação, a gente tem uma dificuldade natural de entender, de compreensão, de aplicar onde que gera esses ruídos". **Perguntou o relator:** Em algum momento o senhor percebeu interferência administrativa ou política nas decisões técnicas relacionadas ao contrato? **Ele respondeu:** "Danilo. para mim é difícil afirmar. O que eu pude presenciar, justamente conforme eu já disse no começo, foi essa amorosidade, que por óbvio eu imagino que é uma indecisão do próprio gabinete, porque todos os departamentos administrativos, as pessoas com quem eu conversava, a gente via uma preocupação em fazer o certo e não faltar serviços médicos". **Perguntou o relator:** Os fiscais do contrato, eles procuravam a Procuradoria Jurídica do município ou não? **Ele respondeu:** "Danilo, no tempo que eu estou, pelo menos na Administração, no Departamento Jurídico, na Administração Aparecida Salisso, com relação aos fiscais deste contrato, não me recordo de ter conversado ou orientado

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

esses fiscais, esses agentes". **Perguntou o relator:** Essas modificações foram feitas pela ex-diretora de administração, a senhora Eliane? **Ele respondeu: "** Não posso afirmar, Danilo, não presenciei ou vi isso". **Perguntou o relator:** O senhor confirma se houve situações em que decisões foram tomadas antes mesmo da análise ou um parecer jurídico formal? **Ele respondeu: "** recorrentemente, a administração toma decisão sem submeter ao departamento jurídico. Isso é fato incontroverso". **Perguntou o relator:** A procuradoria efetiva do município teve a plena autonomia para conduzir as análises jurídicas ou existiam limitações impostas pela administração? **Ele respondeu: "** Se a demanda não chega no departamento, como que a gente vai ter autonomia ou poder emitir um parecer jurídico, fundamentado, orientativo que seja, para a administração ou qualquer outro servidor? A gente não tinha essa liberdade e não tem até hoje". **Perguntou o relator**: Quem represava essas demandas para que não chegassem até a procuradoria? **Ele respondeu: "** eu acredito que as pessoas mais próximas do gabinete. Até certa vez eu brinquei com a Eliane, falei, Eliane, sai de cima, solta o pega, no termo de brincar. Por quê? Justamente por causa disso, porque a demanda era muita. Eu até não acredito que ela tenha feito por maldade, mas muita coisa ficava parada ali, porque ia amontoando e não sabia para que lado olhar". **Perguntou o relator:** O senhor considera regular médicos, diretores ou terceiros participarem diretamente da obtenção de orçamentos para processos emergenciais? **Ele respondeu: "** Danilo, pelo que eu entendo, isso aí tem que partir do Departamento de Compras. Eles conhecem essa afirmação e não posso concordar com ela". **Perguntou o relator:** Na visão jurídica do senhor, houve excesso de concentração das decisões relacionadas ao contrato no gabinete e da diretoria de administração? **Ele respondeu: "** Danilo, é fato incontroverso que a pessoa mais próxima da prefeita era a diretora administrativa, como você tanto cita. Imagino que, por consequência lógica, eram as duas que represavam, por assim dizer. **Perguntou o relator:** senhor confirma que parte das decisões relacionadas ao contrato e à dispensas emergencial não partiram exclusivamente do setor jurídico? **Ele respondeu: "** Sim, confirmo. Inclusive, gostaria de deixar consignado em ata a solicitação de extração de cópias, porque, ao que consta, vários servidores aqui confirmaram a interferência de advogado externo que não tinha nem contrato vigente orientando de maneira técnica. Eu entendo que restou configurado o crime e gostaria de apurar, por favor". **Perguntou o relator:** Em sua avaliação técnica, os servidores da saúde possuíam autonomia real sobre o contrato ou apenas executavam a determinação de seus superiores? **Ele respondeu: "** Repita Danilo". **Perguntou o relator:** Em sua avaliação técnica, os servidores da saúde envolvidos nesse contrato possuíam autonomia real sobre o contrato ou apenas executavam as determinações superiores? **Ele respondeu:** Danilo. na verdade. essa situação era uma reclamação recorrente. Não à toa, acho que três diretores, Daniela Cortes, o Celso de Nova Granada e a Rosângela. A reclamação recorrente dos três para nós, vou falar por mim, Departamento Jurídico, sempre foi a ausência de autonomia, que quem tomava a decisão não era o diretor ou o Departamento de Saúde, sim o gabinete e a própria prefeita juntamente com a diretora administrativa, isso é evidente". **Perguntou o**

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

relator: Os fiscais desse contrato dos médicos, eles têm a capacitação efetiva para conduzir esse contrato? **Ele respondeu: "** Danilo, esse é um ponto recorrente também que eu pontuei pelo menos duas vezes no... Como eu posso definir? A diretora administrativa Eliane, isso foi uma prática até bacana, ela tem que concordar, ela montou um grupo de estudos, só que esse grupo de estudos não conseguiu evoluir. Então, por quê? Eu verbalizei isso para ela, assim como eu verbalizo para todo mundo. Por ser nova lei, a gente precisa, eu falo administração, prefeitura, município, a gente precisa capacitar fiscais e gestores de contrato. E, do mesmo modo, remunerá-los. Por quê? Todo mundo vai ter a responsabilidade maior. E o pagamento menor? Não existe hoje, na prefeitura de Icém, nenhum fiscal ou gestor capacitado. Até estive presente quando... a Eliane estava depondo aqui, que anualmente a Fiorili presta um curso de capacita aos funcionários. Eu duvido, não tem nenhum. Pelo que a gente conversa com cada um deles, na medida do possível, estão todos despreparados". **Perguntou o relator:** Em algum momento, o senhor foi afastado de deixar de participar ou excluído das decisões relacionadas ao processo dos médicos. **Ele respondeu: "** Danilo, como eu já falei, eu não participei diretamente porque tinha um acerto da própria administração ou vontade administrativa da prefeita, dos diretores, que a pessoa responsável por emitir, parecer, opinião, orientação, era a doutora Tatiana Arede. Nas vezes que eram chamadas, normalmente era chamada a Tatiana núcleo Ernándes, mas nesse ponto tudo bem. Desde que tem alguém do departamento para orientar e dar esse suporte técnico, perfeito. O que realmente ficou esquisito foi a ausência e a omissão, eu não entendo. **Perguntou o relator**: O senhor acredita que todas as medidas adotadas pela administração seguiram os princípios da legalidade, impessoalidade e segurança jurídica? **Ele respondeu: "** Não. Eu acredito que foram violados, pelo que eu pude acompanhar". **Perguntou o relator:** O senhor participou dessa rescisão da CMT de forma unilateral? **Ele respondeu: "** Foi unilateral, foi decisão exclusiva de quem? A única pessoa que assinou pelo jeito e restou demonstrado os documentos, a Aparecida Salisso. O departamento jurídico sempre tentou orientá-la, mas nesse caso a gente restou isolado, Danilo, não participamos. Inclusive, os relatos que tenho é de participação externa de advogados que sequer tinham contrato nessa rescisão, que essa responsabilidade eu, como procurador do município, vou apurar. **Perguntou o relator:** Quando o senhor fala de advogado fora do contrato, fora da procuradoria, quem é esse advogado? **Ele respondeu: "** Eu achei que ele estava aqui. O senhor Ronaldo Trombine, que estava sentado ali perto da Eliane. Acho que ele foi embora, pelo jeito". **Perguntou o relator:** Então, nesse período, ele não tinha contrato e participava das decisões administrativas? **Ele respondeu: "** Sim, eu acredito que mais de um servidor confirmou aqui. Salvo engano, a Rosângela confirmou, a Kelly confirmou, a Natália confirmou. O vereador Pedro Lucas, inclusive, foi coagido dentro do gabinete por esse mesmo advogado. Tem boletim de ocorrência, estou falando com base em fatos e provas. E o que mais? Inclusive empresários também foram intimidados no gabinete. **Disse o relator:**: O vereador Pedro Lucas, ele faz parte dessa denúncia junto comigo, com o vereador Edgar, que nós estamos investigando.

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

O vereador Pedro Lucas, ele me ligou e mencionou a mim que... A prefeita pediu para que ele retirasse a sua assinatura, ou seja, foi chamado dentro do gabinete. Então acho que concordo com esse fato que o senhor está mencionando. Disse o Dr. Ernandes : O vereador, logo depois de ser coagido dentro do gabinete pelo senhor Ronaldo Trombini, compareceu no departamento jurídico e narrou essa história. Momento no qual nós orientamos ele a elaborar um boletim de ocorrência para apurar responsabilidades. **Disse o relator:** Eu mencionei a ele, Pedro, se você quiser tirar a sua assinatura, eu tenho a vereadora Luzia que assina comigo e ele não quis manter a sua palavra. O doutor Lucas, hoje, ele é médico regulador, diretor técnico, ele também dá plantões. Essa modalidade, doutor, está correta? **Ele respondeu: "**O vereador, eu nunca entendi. Eu realmente gostaria de entender qual que foi a decisão administrativa da prefeita, dos seus diretores, assessores de gabinete nesse sentido. Esse é um assunto que eu acho que eu nunca verbalizei para eles, porque eu nunca tive a oportunidade ou fui chamado. Mas a servidora Eulélia foi colocada, designada para ocupar uma responsabilidade, uma designação da saúde justamente para com autonomia fiscalizar a execução desses serviços médicos. Só que a administração retorna ela para o RH, na administração municipal, e atribui essa responsabilidade de fiscalizar a um terceiro, que sequer é funcionário efetivo, eu não entendi e não entendo até hoje. Tanto é que Nós tomamos conhecimento dessa informação pelos próprios vídeos de divulgação da prefeita nas redes sociais. Mas não entendo. Não entendo e, para mim, com todo respeito, é uma aberração jurídica". **Perguntou o relator:** O senhor acredita que todos esses diretores que ocuparam as pastas, Rosângela, Daniela Cortes, Dr. Celso, eles deixaram o cargo com medo de eventuais responsabilidades ao Ministério Público, Tribunal de Contas? **Ele respondeu: "**Danilo, todos eles verbalizaram a preocupação e a ausência de autonomia. Se eu não tenho autonomia para fazer o certo, por que eu vou continuar no cargo para assumir a responsabilidade? Todos se queixavam com a gente, mas não era uma decisão que poderia partir da procuradoria. A função da procuradoria, zelar em defesa do município e, por consequência, orientar da melhor maneira possível. Mas, a partir do momento que a própria administração não permite a orientação, fica complicada essa proteção". A atribuição de um procurador jurídico, é de defender o município de dano ao erário.e qualquer prejuízo. De qualquer prejuízo. E nesse período, essa forma dessa rescisão unilateral, conforme a procuradoria do município, ela viu essa publicação no diário oficial **Perguntou o relator:** Qual foi a real situação que vocês, procuradores, fizeram para proteger o município? **Ele respondeu: "**Danilo, como eu já falei, eu estou reunindo documentos. na hora que eu estiver convicto que houve prejuízo e a pessoa foi A, foi B, foi C, eu vou representar ou, se eu for permitido, até fazer uma ação civil pública. Eu já efetuei consulta AOB justamente para questionar isso. Eu posso ou não efetuar uma ação civil pública até em desfavor da senhora Aparecida Salisso. Existe um entendimento, que você não pode processar o ente que te remunera. mas eu não estou processando contra ele, estou processando em favor dele, porque a partir do momento que um procurador defende o município, ele não está gerando prejuízo para aquele ente que lhe defende. Então, essa consulta está

(17) 3282-2135 camaraicem@hotmail.com ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

no Tribunal de Ética. Se eu tiver uma setença do Tribunal de Ética da UOP do Estado de São Paulo, eu mesmo vou fazer a ação civil pública. Até lá, vou continuar fazendo o que eu estou fazendo. Até o momento, salvo engano, temos seis representações de atos que eu entendo irregular. E representei por quê? Porque não entendo certo. A partir do momento que gerou o prejuízo, eu me sinto na obrigação e no dever institucional de proteger o município. E assim eu vou fazê-lo. Doa a quem doer. **Perguntou o relator:** Chegou à Procuradoria... algum parecer da empresa, alguma notificação querendo receber os seus vencimentos? **Ele respondeu:** " Danilo, sinceridade, eu acho que o advogado Matheus, eu conversei uma vez com ele, ele ficou até de fazer, mas até onde eu sei, ouvi, presenciei, não. Eu lembro de mencionar em uma ligação que faria, mas não lembro se chegou. Se chegou, pode ter ficado represado no gabinete". Não havendo mais questionamentos do relator para o Dr. Ernandes, o Presidente passou aos seus questionamentos . **Perguntou o Presidente**: Doutor, teve três de emergencial e depois teve o contrato da CMT. No emergencial, o setor de compras, juntamente com o da saúde e administrativo, a diretora administrativa? **Ele respondeu:** "Sim". **Perguntou o Presidente:** Quando foi fazer o emergencial, teve alguma reunião com vocês, procuradores? **Ele respondeu:** "Jorginho, essa reunião foi ali em maio. Realmente, teve uma reunião colegiada, por assim dizer, muitas pessoas participando. Faz um tempo, eu não tenho certeza, mas acredito que sim, até o Dr. Nelson talvez tenha participado. Mas foi a reunião mais ampla que eu participei, pelo menos com relação a serviços médicos. Mas ela foi ali, abril, maio, dia 25. **Perguntou o Presidente:** Quantos procuradores são no município? **Ele respondeu:** O município tem três. Eu, a Tatiana e a Viviane. **Perguntou o Presidente:** Eu tenho aqui em mãos um fato que a gente já perguntou para o diretor de saúde, perguntamos até para o próprio doutor Lucas Souza Campos, e ele informou para nós que ele trabalhava no presídio, plantão, sábado, domingo, quarta-feira, e também atendia e é diretor clínico. Alguém do setor de compras procurou, ou o senhor, ou o senhor sabe, procurou a doutora Viviane, a Tatiana, alguma orientação que os valores de plantão de médicos teriam que ser iguais? **Ele respondeu:** "Jorge, do departamento de compra, não. Do que eu lembro, não. A pessoa realmente que eu lembro que ficava mais à frente dessas informações e que sofreu muito nesse meio tempo foi a Léia Eulélia. **Perguntou o Presidente:** Só para deixar registrado em ata, e o relator e o membro ficarem por dentro, o doutor Lucas, ele tem apontamentos aqui, que foram fornecidos pela prefeitura, onde ele recebeu para os plantões. E nas notas deles, os mesmos plantões, teve várias notas com valores diferentes. Isso é normal? **Ele respondeu:** Jorginho, é estranho. Não entendo o que aconteceu. Não tive acesso a essa informação e gostaria de verificar. A título de esclarecimento, o que eu sei? Que existe, sim, uma variação, mas não entre plantões, como você acabou de afirmar. Existe plantão sobre aviso e os especialistas, cada um com seus valores. Aí seria uma oscilação que eu entendo normal, pelo que eu entendi do contexto". **Perguntou o Presidente:** Correto. E aqui na nota que foi paga, realmente, especialidade é um valor, plantão é outro. Mas os mesmos médicos que também fizeram plantão, receberam um valor inferior ao dele, que fez o mesmo

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

plantão.**Disse o Dr. Ernandes: "** Eu gostaria de ter acesso a essas notas". **Perguntou o Presidente:** Teve alguma orientação, ou um parecer jurídico, do último emergencial, quando a CMT teve o contrato rescindido? O setor de administração, ou compras, ou a saúde, procurou vocês? **Ele respondeu: "**Jorge, esse foi um período nebuloso, por assim dizer, porque a rescisão foi unilateral, partiu do próprio gabinete, e, a partir disso, a última informação que eu lembro foi da Leia falando que, a partir de 15 de dezembro, nem ela mais participaria do controle, emissão de notas, dessa questão médica. E aí, que eu saiba, é o doutor Lucas. Mas, depois disso, eu nunca mais conversei com a Leia sobre isso, ou tampouco o doutor Lucas me procurou para conversar. Se ele conversava com alguém, imagino que o próprio gabinete. **Perguntou o Presidente:** Doutor, é legal as mesmas empresas que participaram de um emergencial, ela participar do segundo e do terceiro? **Ele respondeu: "** as mesmas empresas?" **Disse o Presidente**: Isso. **Respondeu o Dr. Ernandes: "**Pelo que você está falando, aparenta um direcionamento, mas precisava sentar, analisar isso, entender melhor o contexto. Porque o que também a gente tem que levar em consideração era a preocupação de ter a ausência de médicos, que é um serviço muito sério. Todos nós aqui concordamos nisso, imagino eu". **Perguntou o Presidente:** Durante aa oiitivas que tivemos aqui, teve três que falou que foi muito corrido e tinha preocupação de faltar médicos e tudo mais. Mas como que sabemos que tem leis que têm que ser cumpridas? O senhor concorda que teria que ter planejamento, sabendo que ia vencer, que ia ficar sem médico, resolver antes, não dar prejuízo ao município? **Ele respondeu: "**Sim, Jorginho, concordo, mas, assim, primeira prorrogação, de fevereiro a maio, era para ter feito uns 30 dias. Segunda prorrogação, de maio, maio, junho, julho, era para ter feito também. Aí depois, julho, agosto, virou uma bola de neve, porque não se decidia se era pregão eletrônico, credenciamento, OS. Aí é onde virou tudo isso, meu amigo". **Disse o Presidente:** Entendi. Doutor, última pergunta. porque eu vi que o senhor fez junto com o relator e acabou fazendo um resumo geral pra a gente aqui. **Ele respondeu:** "Tento ajudá-lo da melhor maneira que posso, no intuito de amparar e proteger o município. **Perguntou o Presidente:** Teve dois contratos, eu estou batendo nessa tecla, não pelo tanto pelo valor como foi feito. Teve parecer jurídico para que o contrato do senhor Lucas Souza Campos Santos teve um aumento e teve uma ratificação em cinco dias? Teve algum parecer jurídico da procuradoria? **Ele respondeu: "**Se teve, não participei ou tive conhecimento". **Perguntou o Presidente: A**lguma justificativa foi para vocês? **Ele respondeu: "** Desconheço, Jorge. Acredito que não, mas precisa verificar". **Perguntou o Presidente:** O senhor participou de alguma reunião para fazer a rescisão da empresa CMT? **Ele respondeu: "** Nunca fui convidado. Os relatos que ouvi de maneira informal eram de uma assessoria externa que sequer tinha contrato naquele momento. **Perguntou o Presidente: n**as contratações de profissionais de enfermagem RPA, teve orientações de vocês, procuradores? **Ele respondeu: "** Jorge, com a servidora Léia, eu sempre orientei ela na medida do possível e nas demandas que existiam. O que acontece? Se o serviço foi executado, nada mais justo de o médico receber. Agora, o médico não tem nota, tem nota. O

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

interesse público é soberano. Paga-se do jeito que pode. Mas o que mais chama a atenção é essa amorosidade em acertar. Porque você pode fazer uma, mas você fazer 300 vezes errado é onde que complica". Usou a **palavra o relator** fazendo outra pergunta: Presidente, só para que conste em ata, porque a gente fica até preocupado do jeito que a situação está hoje, quando também o doutor Ernandes, ele mencionou que nós já estivemos com a empresa. Quero informar que o senhor acho que se lembra muito bem que eu cheguei aqui nessa casa de leis primeiro com essa moça da empresa, mais o senhor Matheus. Estava tendo um feirão aqui, até eu acho que a sala estava sendo ocupada. Aí eu atendi eles no primeiro momento ali na sala da secretaria. Então, só para que fique tudo assim, que eu não chamei a empresa, até a dona Luísa, ela estava presente dentro da sala dela, para que fique tudo muito bem dentro dos conformes. Doutor Ernandes, aqui nesse despacho, tem uma foto aqui, Ronaldo, advogado da Cidinha, umas imagens do senhor no corredor da prefeitura. Desculpa, no corredor mesmo aqui de entrada. Do que se trata isso daqui? Porque a prefeitura acho que é pública. E por que as suas imagens estão aqui nesse corredor? **Ele respondeu: "**Danilo, ontem, por volta... Gostaria de deixar isso registrado em ata, para depois a apuração de responsabilidades. E até estou me sentindo coagido, ameaçado, é um assédio moral? Eu não entendi. Gostaria de entender. A senhora, Aparecida a Salisso, que sempre preza pela honestidade e transparência, por que o senhor Ronaldo Trombini, ontem, 10 horas da noite, estava publicando no status do seu WhatsApp, vídeo do sistema interno de segurança da Prefeitura de Icém? O fato, realmente, eu aqui, eu sou réu confesso. Vocês querem um réu confesso? Eu realmente extraí uma foto, inclusive a comissão tem ciência, e vai ser encaminhado isso tanto para o MP, delegacia e tribunal de contas. O livro de ponto é público. A gente sempre foi lá. Inclusive, Danilo, é bom, oportuno, muito obrigado. A senhora Aparecida Salisso, nessa manifestação de 8 de maio, aqui, está escrito, está com vocês aí, disse que eu, enquanto procurador, tenho livre acesso aos departamentos. Então, por que o senhor Ronaldo está publicando? Ele queria me coagir ou queria me intimidar, me humilhar? E eu não entendo. Eu vou fazer tudo o que tiver no meu alcance para punir e responsabilizar o senhor Ronaldo Trombini e quem deu essas imagens para ele. E qual é o contexto? Querem me intimidar? **Perguntou o relator:** Essas imagens aqui constam em 15, 46 e 21. Aí então está vazando imagem de servidor. Quem está entregando essas imagens? Porque existe a lei de proteção de dados para chegar a esse fato. Você sabe informar? **Ele respondeu: "**Danilo, justamente, eu protocolei hoje. Então, eu protocolei hoje para a prefeita Aparecida Salisso, às 7h12 da manhã. Eu quero explicação. Quem que autorizou? Por quê? Ou ele já tinha no celular dele? Como é que é esse contexto? A qual título isso? Quer me intimidar? Me ameaçar? Ou não, a servidora que é responsável pelo protocolo, a informação que está correndo na prefeitura hoje, que estava chorando no banheiro, porque mandaram ela fazer um boletim contra mim e não fez. O que é isso? Vai perseguir todo mundo agora? Como é que é? Usou a **palavra o Presidente** assim dizendo:. O senhor comentou poucos minutos atrás que teve uma reunião que a representante da CMT teve procurando para ter resposta, para saber o que

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

aconteceu. Que teve com a vereadora Renata. **Ele respondeu:** "Sim, verdade" **Perguntou o Presidente:** Isso procede? **Ele respondeu:** Sim, o intuito era justamente isso. O pessoal vem do Rio de Janeiro aqui, quer conversar com alguém. Eu nunca me neguei, assim como o vereador Danilo. Na minha opinião, pelo que eu presenciei, ele só tentou ouvir. E tentamos, sim, fazer um diálogo com o executivo, com a chefe do executivo. Pelo menos para entender. Divergência é normal. Mas o mínimo que a gente tem que ter é sentar para conversar. Mas parece um coronelismo aqui, ninguém pode conversar". **Perguntou o Presidente:** A empresa, através de vocês, procurou o executivo, a prefeita? **Ele respondeu:** "Sim, nesse dia a gente tentou e a Renata Borges ligou no intuito de colaborar. Ninguém fez nada de mais. Foram todos preocupados em não faltar médico. Mas a partir do momento que a chefe do executivo afirma, em alto bom som, que a Renata pode ficar tranquila, o médico não vai faltar, está tudo resolvido, o que você pode fazer? Deus abençoe e proteja a nossa. **Perguntou o Presidente:** na rescisão da empresa. Eu sei que o senhor já respondeu no começo, só para deixar bem aqui registrado na ata. Teve parecer jurídico da procuradoria para fazer a rescisão da CMT? **Ele respondeu:** " Ô Jorge, com relação à rescisão, não houve parecer anterior validando o ato. Por quê? Porque a própria administração deu causa a alguns pontos. Então, qual era a orientação? Notificações melhores. Isso, a doutora Tatiana emitiu um parecer, que inclusive tem na mão dos senhores. Só que um único ato foi o encaminhamento, posterior à publicação da decisão, para a penalização da empresa, momento no qual a administração não conseguiu montar nenhum processo administrativo, grande no contraditório, ampla defesa, fundamentando sua decisão, rebatendo os pontos da empresa. A prefeita, a prefeitura, o órgão, não é obrigada a concordar, mas o mínimo que ela tem que fazer é justificar, fundamentar sua decisão. O Jorge discordo de você por causa disso, disso e disso. Não teve. E, assim, eu acabei de pedir cópia também, fiquei em dúvida se eu tinha pedido ou não antes essa contratação emergencial que foi posterior, justamente para entender esse contexto. Foi uma emergência fabricada, não foi? O que está acontecendo em nossa cidade? **Perguntou o Presidente:** Doutor, no último emergencial, quando terminou, a empresa CMT teve a rescisão dela, Na verdade, antes da CMT começar, teve o segundo emergencial. Esse segundo emergencial, alguém procurou vocês para pegar orientação de valores, o que poderia ser feito? **Ele respondeu:** "Essa época de dezembro, quando começou a contratação dessa nova emergencial?" **Disse o Presidente**: Do dia 1º ao dia 6 de janeiro. **Respondeu o Dr. Enandes:** "Foi um limbo. Acho que foi até um período maior. Só em janeiro foi mais de 30 dias. Pelo que eu entendi da história, foi um período maior. Mas, para mim, foi um limbo. E até me gerou preocupação, assim como a todos. **Perguntou o Presidente:** O senhor, doutora Viviane, doutora Tatiane, negou alguma vez, nesse período, alguma orientação para os diretores de saúde? **Ele respondeu:** "Eu nunca neguei orientação a nenhum diretor, doutora Tatiana também, doutora Viviane. Nós trabalhamos em horário comercial, sim, mas sábado, domingo, de noite, sempre que o telefone toca, uma mensagem é recebida no WhatsApp, a gente responde. Eu desconheço qualquer omissão do departamento

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

jurídico em prestar uma orientação a qualquer servidor que seja". **Disse o Presidente:** Doutor, nós vamos fazer um termo para poder juntar os documentos que o senhor nos cedeu hoje. Eu queria saber do senhor se o senhor assinaria. **Ele respondeu:** Com o maior prazer. Inclusive, gostaria de deixar registrado, Jorge, que a partir do momento que eu apontei irregularidade para a senhora Aparecida Salisso, ela mudou o tom comigo. Passou reiteradamente a me perseguir. Por quê? Para mim é um absurdo, até fugindo um pouco do tema, mas vai saber o que esse pessoal vai fazer amanhã. Mas para mim é um absurdo um contador elaborar um projeto de lei. E eu tenho prova que um contador apresentou um projeto de lei para a administração, mesmo o procurador apresentando. A partir desse momento, eu fui excluído, a prefeita, reiteradamente, me ofende, e me ameaça, afirma que eu estou usurpando da função pública, que vai me representar no tribunal de ética, vai fazer boletim de ocorrência, inclusive verbaliza para outros servidores que o município é pequeno, todo mundo se conhece, que tem que dar um jeito de me exonerar. Há rumores aí, reiterados, que chegam ao meu ouvido, que ela está preparando um PAD. Eu quero ser exonerado, Jorginho, por falar a verdade. Eu não vou parar de falar a verdade. Ok. Encerrando, **disse o Presidente:** A gente agradece pelo fato do senhor estar aqui colaborando com a gente nessa investigação. Todo o trabalho da comissão foi baseado em documentos que vêm da prefeitura para a gente. Então, quando a comissão faz o seu trabalho e a gente está percebendo que está tendo interferência de fora para atrapalhar o trabalho do vereador, a Câmara também vai tomar as atitudes, porque nós aqui, igual o membro relator falou, temos a ouvidoria da Câmara e de todas. Hoje nós estamos na quinta, na quinta oitiva. Todos, todos, sem exceção de ninguém. Essa comissão aqui faltou com respeito, faltou com o tempo de defesa, o tempo de responder, obrigou alguém. E a gente está vendo nos grupos de uma minoria de pessoas que quer atrapalhar o serviço dessa comissão. Então, eu tenho que agradecer ao senhor e já falar desde já, não só ao senhor, mas como a todos que passaram aqui nessa casa, que colaboraram, que falaram com a verdade. Tem aqueles que mentiram, mas contra documento, não tem como negar. Se tiver perseguição, hoje nós temos a lei de assédio moral contra funcionário, nós vamos garantir que o correto seja feito, que não tenha perseguição. Eu estou fugindo um pouco do trabalho da comissão porque Nesse despacho que você ouviu, eu vi imagens. Por isso que eu já falei com o jurídico, e o senhor, assinando o termo, vai fazer parte do nosso processo. E agradeço muito a sua colaboração. Se o senhor quiser fazer mais alguma declaração final, pode ficar em aberto. Mas, desde já, agradeço a sua colaboração e os fatos relatados aqui para nós. **Disse o Dr. Ernandes:** " Jorge, agradeço a colaboração, a recepção. Não tenho nada a reclamar. Foram muito atenciosos, educados e civilizados. Eu acredito que é isso que move nossa sociedade. Podemos ter divergências de opinião, mas, se existir o respeito, vai existir o diálogo. Conte sempre comigo. Usou a **palavra o relator** assim dizendo: Presidente, agora nós vamos ver o próximo passo dessa comissão, sentarmos para convocarmos também, decidiremos de convocamos a empresa, se vai apresentar uma defesa para a nossa comissão ou presencialmente. Vamos sentar para decidir.

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, Nº 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

Quero agradecer e dizer que, até fugindo um pouco, como já terminou, eu também não tenho medo de intimidação nenhuma. de quanto alguns que vêm a plenário também venham sofrendo, como servidor público, essa mesma perseguição que o senhor Doutor Ernandes e mais alguns servidores estão sofrendo. E é muito triste isso no município, porque não é o que nós precisamos hoje para que Icém avance. Presidente, muito obrigado pela sua condução. Quero agradecer à vereadora Luzia e a todos os servidores dessa renomada Casa de Leis, que está trabalhando incansavelmente pelas nossas comissões. Muito obrigado, doutor Ernandes, e a todo o público presente, obrigado pela presença. Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente encerrou a presente Audiência e assim o fazendo sob a proteção de Deus

Icém 22 de maio de 2026.

JORGE PAULO DE OLIVEIRA
Presidente

DANILO FÉLIX DE MIRANDA
Membro- relator

LUZIA MARTINS MALHEIRO
Membro

Licitações e Contratos

Aviso de Contratação Direta

CÂMARA MUNICIPAL DE ICÉM
Estado de São Paulo
CNPJ 51.349.975/0001-60
"Compromisso com a verdade e respeito com a população"

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Art. 75, Inciso II, Lei nº 14.133/2021

PROCESSO Nº 002/2026

DISPENSA Nº 002/2026

A Câmara Municipal de Icém- SP., informa a todos os interessados que está buscando no mercado Menor preço global, com base no Termo de Referência para:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA NA REFORMULAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROPONDO MEDIDAS DE ATUALIZAÇÃO DOS REFERIDOS DIPLOMAS LEGAIS EM CONSONÂNCIA COM ÀS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL E DECISÃO DOS TRIBUNAIS.

Os interessados deverão encaminhar suas propostas, acompanhadas dos documentos exigidos até às 16:00 horas do dia 05/06/2026, através do e-mail: compras@camaraicem.sp.gov.br

Para maiores informações através do telefone (17) 32822135 e ou no endereço: Av. Simpliciano Custódio da Silveira, nº 521, Centro, Icém/SP.

Icém – SP., 29 de Maio de 2026

JORGE PAULO DE OLIVEIRA
Presidente da Câmara

(17) 3282-2135 | camaraicem@hotmail.com | ouvidoria@camaraicem.sp.gov.br | www.camaraicem.sp.gov.br
youtube.com/@camaramunicipaldeicem | facebook.com/camaramunicipiodeicem
Av. Simpliciano Custódio da Silveira, N° 521 | Centro | CEP: 15460-043 | Icém-SP